

PLANEAMENTO URBANO PARA A INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES

Rebelo, Emília Maria Malcata, e outro
Planeamento urbano para a integração de imigrantes/ Emília Maria Malcata Rebelo, Luís Tiago Paiva.
-(Observatório da Imigração: 18)

ISBN 989-8000-09-0

I- Paiva, Luís Tiago

CDU 316
711

PROMOTOR

OBSERVATÓRIO DA IMIGRAÇÃO

www.oi.acime.gov.pt

COORDENADOR DA COLEÇÃO

PROF. ROBERTO CARNEIRO

rc@cepcep.ucp.pt

AUTORA

EMÍLIA MARIA MALCATA REBELO

COLABORADOR

LUÍS TIAGO PAIVA

EDIÇÃO

**ALTO-COMISSARIADO PARA A IMIGRAÇÃO
E MINORIAS ÉTNICAS (ACIME)**

RUA ÁLVARO COUTINHO, N.º14 1150-025

TELEFONE: (00 351) 21 8106100 FAX: (00 351) 21 8106117

E-MAIL: acime@acime.gov.pt

EXECUÇÃO GRÁFICA

ANTÓNIO COELHO DIAS

PRIMEIRA EDIÇÃO

1500 EXEMPLARES

ISBN

989-8000-09-0

DEPÓSITO LEGAL

240805/06

LISBOA, ABRIL 2006

ÍNDICE

NOTA DE ABERTURA	17
NOTA DO COORDENADOR	19
PLANEAMENTO URBANO PARA A INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES	
1. INTRODUÇÃO	25
CAPÍTULO 1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	29
1.1. AS POLÍTICAS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO E O SISTEMA DE PLANEAMENTO TERRITORIAL	31
1.2. O PLANEAMENTO ESTRATÉGICO E A GESTÃO ESTRATÉGICA	37
1.3. AS POLÍTICAS URBANAS	43
1.4. AS FORMAS DE EXERCÍCIO DO PODER	47
1.5. OS IMIGRANTES E AS MINORIAS ÉTNICAS	52
1.6. A HABITAÇÃO E AS VIZINHANÇAS	56
1.7. AS ECONOMIAS LOCAIS E AS POLÍTICAS DE REQUALIFICAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA	67
CAPÍTULO 2. MODELO INTEGRADO E INTERACTIVO DE APOIO À GESTÃO MUNICIPAL NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	73
2.1. NOTA INTRODUTÓRIA	75
2.2. RECOLHA E TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO	77
2.3. MODELO INTEGRADO E INTERACTIVO E SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA	78
CAPÍTULO 3. CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA, PROFISSIONAL E HABITACIONAL DA IMIGRAÇÃO NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	85
3.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DA IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL	87
3.2. CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA E PROFISSIONAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	88
3.2.1 CARACTERIZAÇÃO DOS IMIGRANTES NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO POR SEXO E GRUPO ETÁRIO	91

3.2.2. CARACTERIZAÇÃO DOS NÍVEIS DE ESCOLARIDADE NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	94
3.2.3. CARACTERIZAÇÃO DOS LOCAIS DE RESIDÊNCIA E DE TRABALHO NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	100
3.2.4. CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE TRABALHO NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO ACORDO COM AS HABILITAÇÕES ACADÉMICAS	105
3.2.5. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO PERANTE O EMPREGO NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	108
3.2.6. REPARTIÇÃO POR SECTOR DE ACTIVIDADE ECONÓMICA NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	112
3.2.7. REPARTIÇÃO POR GRUPOS PROFISSIONAIS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	117
3.2.8. REPARTIÇÃO DE ACORDO COM A SITUAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	127
3.2.9. CARACTERIZAÇÃO ESPECÍFICA DO EMPREGO NA REGIÃO NORTE	133
3.3 CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO HABITACIONAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	145
3.3.1. CARACTERIZAÇÃO DOS EDIFÍCIOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO QUANTO AO TIPO DE CONSTRUÇÃO	145
3.3.2. CARACTERIZAÇÃO DOS EDIFÍCIOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO QUANTO AO TIPO DE UTILIZAÇÃO	147
3.3.3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO QUANTO AO TIPO DE ALOJAMENTOS	152
3.3.4. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO QUANTO À FORMA DE OCUPAÇÃO DOS ALOJAMENTOS	156
3.3.5. CARACTERIZAÇÃO DOS ALOJAMENTOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO QUANTO AO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	161
3.3.6. CARACTERIZAÇÃO DOS ALOJAMENTOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO QUANTO À EXISTÊNCIA DE ELECTRICIDADE	166
3.3.7. CARACTERIZAÇÃO DOS ALOJAMENTOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO QUANTO À EXISTÊNCIA DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	168
3.3.8. CARACTERIZAÇÃO DOS ALOJAMENTOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO QUANTO À EXISTÊNCIA DE BANHO OU DUCHE	172
3.3.9. CARACTERIZAÇÃO DOS ALOJAMENTOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO QUANTO À EXISTÊNCIA E TIPO DE COZINHA	176
3.3.10. CARACTERIZAÇÃO DOS ALOJAMENTOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO QUANTO À EXISTÊNCIA E AO TIPO DE AQUECIMENTO	180
3.3.11. CARACTERIZAÇÃO DOS ALOJAMENTOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO QUANTO À EXISTÊNCIA E ESCALÕES DE ENCARGOS COM A RESPECTIVA AQUISIÇÃO	185
3.3.12. CARACTERIZAÇÃO DOS ALOJAMENTOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO QUANTO À EXISTÊNCIA E ESCALÕES DE ARRENDAMENTO	192
3.4. CARACTERIZAÇÃO DA EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA E PROFISSIONAL NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	200
3.4.1. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM PORTUGAL	200

3.4.2. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	202
3.4.3. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO POR SEXO E POR GRUPO ETÁRIO	206
3.4.4. EVOLUÇÃO DOS NÍVEIS DE ESCOLARIDADE NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	210
3.4.5. EVOLUÇÃO DOS LOCAIS DE RESIDÊNCIA E DE TRABALHO NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	215
3.4.6. EVOLUÇÃO DA LOCALIZAÇÃO DO TRABALHO NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO DE ACORDO COM AS HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	220
3.4.7. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO PERANTE O EMPREGO NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	224
3.4.8. EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR SECTOR DE ACTIVIDADE ECONÓMICA NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	226
3.4.9. EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR GRUPOS PROFISSIONAIS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	231
3.4.10. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	239
3.5. CARACTERIZAÇÃO DA EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO HABITACIONAL NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	249
3.5.1. EVOLUÇÃO DO TIPO DE EDIFÍCIOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	249
3.5.2. EVOLUÇÃO DO TIPO DE UTILIZAÇÃO DOS EDIFÍCIOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	254
3.5.3. EVOLUÇÃO DO TIPO DE ALOJAMENTOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	260
3.5.4. EVOLUÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	266
3.5.5. EVOLUÇÃO DO ACESSO À ELECTRICIDADE NOS ALOJAMENTOS DA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	271
3.5.6. EVOLUÇÃO DOS ALOJAMENTOS QUANTO À EXISTÊNCIA DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	275
3.5.7. EVOLUÇÃO DOS ALOJAMENTOS QUANTO À EXISTÊNCIA DE INSTALAÇÕES DE BANHO OU DUCHE NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	280
3.5.8. EVOLUÇÃO DOS ALOJAMENTOS QUANTO À EXISTÊNCIA E TIPO DE COZINHA NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO	285
3.6. CONCLUSÕES	290
CAPÍTULO 4. DESENVOLVIMENTO DOS MODELOS EXPLICATIVOS	293
4.1. OBJECTIVOS DO MODELO INTEGRADO E INTERACTIVO	295
4.2. TESTES DE INDEPENDÊNCIA	296
4.2.1. TESTE DO χ^2	296
4.2.2. CONCELHO DE TRABALHO VERSUS CONCELHO DE RESIDÊNCIA	297
4.3. ÁRVORES DE DECISÃO	299
4.3.1. INTRODUÇÃO	299
4.3.2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	299
4.3.3. DESENVOLVIMENTO DO ALGORITMO E SUA UTILIZAÇÃO	303
4.3.4. APLICAÇÃO DO ALGORITMO AO ESTUDO DE CASO	305
4.4. REDES NEURONAIS	317

4.4.1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	317
4.4.2. DESENVOLVIMENTO DO ALGORITMO E SUA UTILIZAÇÃO	320
4.4.3. APLICAÇÃO DO ALGORITMO AO ESTUDO DE CASO	320
4.5. MODELO DE REGRESSÃO	322
4.5.1. OBJECTIVO	322
4.5.2. ANÁLISE EM FACTORES PRINCIPAIS	322
4.5.3. ANÁLISE DE “CLUSTERS”	332
4.5.4. MODELO DE REGRESSÃO EXPLICATIVO DA ESCALA PROFISSIONAL	334
4.6. CONCLUSÕES	337
CAPÍTULO 5. “TABLEAUX DE BORD” E ENQUADRAMENTO DE POLÍTICAS URBANAS	339
5.1. IDENTIFICAÇÃO DE “GAPS ACTUAIS” E DE “GAPS ESTRATÉGICOS” E ORIENTAÇÃO DOS MODELOS	341
5.2. OPERACIONALIZAÇÃO DOS “TABLEAUX DE BORD”	345
5.3. AS POLÍTICAS URBANAS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO E A INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES	365
CAPÍTULO 6. CONCLUSÕES	367
6.1. CONCLUSÕES DO ESTUDO	369
6.2 PESQUISAS E ACÇÕES FUTURAS	373
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	375
ÍNDICE DE FIGURAS	
Figura 1. O processo de planeamento e gestão estratégicos	
Figura 2. Modelo heurístico das relações entre as redes sociais e as oportunidades económicas (Fonte: Kleit, 2001)	
Figura 3. Sistema de Informação de Gestão Urbanística desenvolvido e implementado, e respectiva articulação com o Modelo Integrado e Interactivo	
Figura 4. Repartição da população estrangeira residente em Portugal, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)	
Figura 5. Repartição da população estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)	
Figura 6. Repartição da população estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, por concelhos (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)	
Figura 7. Repartição dos grandes grupos de estrangeiros, residentes na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)	
Figura 8. Repartição dos grandes grupos de estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por sexo (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)	
Figura 9. Distribuição da população portuguesa e da população estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto por grupos etários (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)	
Figura 10. Distribuição dos grandes grupos de estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto por grupos etários (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)	
Figura 11. Repartição das habilitações académicas dos portugueses activos empregados residentes na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)	
Figura 12. Repartição das habilitações académicas dos estrangeiros activos empregados residentes na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)	
Figura 13. Repartição dos grupos populacionais de indivíduos activos empregados residentes na Área Metropolitana do Porto por graus de ensino (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)	
Figura 14. Repartição dos estrangeiros activos residentes na Área Metropolitana do Porto por concelhos, de acordo com os graus de ensino (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)	

- Figura 15. Repartição dos locais de trabalho dos portugueses e dos estrangeiros activos empregados residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o local de residência (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 16. Repartição dos locais de trabalho dos grupos populacionais de indivíduos activos empregados residentes na Área Metropolitana do Porto relativamente ao local de residência (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 17. Repartição dos locais de trabalho de portugueses e de estrangeiros activos empregados residentes na Área Metropolitana do Porto segundo o nível de ensino, de acordo com o local de residência (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 18. Repartição por graus de ensino de portugueses e estrangeiros activos empregados residentes na Área Metropolitana do Porto que trabalham, respectivamente, na freguesia de residência, noutra freguesia do concelho de residência e noutra concelho distinto do da residência (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 19. Situação perante o emprego dos grupos populacionais residentes na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 20. Situação perante o emprego de portugueses e estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 21. Repartição por sectores de actividade económica da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 22. Repartição dos grupos populacionais residentes na Área Metropolitana do Porto de acordo com o sector de actividade económica (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 23. Repartição da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto de acordo com o sector de actividade económica, por concelho (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 24. Repartição da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto por grupos profissionais (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 25. Repartição da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto por grupos profissionais, por concelho (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 26. Repartição dos grupos populacionais residentes na Área Metropolitana do Porto por grupos profissionais (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 27. Repartição da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto de acordo com a situação profissional (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 28. Repartição dos grupos populacionais residentes na Área Metropolitana do Porto de acordo com a situação profissional (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 29. Repartição da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto de acordo com a situação profissional, por concelho (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 30. Repartição dos imigrantes na Região Norte, por naturalidade, de acordo com o número de anos de permanência em Portugal (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 31. Composição percentual do tipo de empresa ou organismo em que trabalham os portugueses e os estrangeiros (por naturalidade) residentes na Região Norte (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 32. Composição percentual da situação na profissão principal de portugueses e estrangeiros (por naturalidade) residentes na Região Norte (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 33. Composição percentual do tipo de contrato de trabalho de portugueses e estrangeiros (por naturalidade) residentes na Região Norte (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 34. Composição percentual da satisfação perante o tipo de contrato de trabalho de portugueses e estrangeiros (por naturalidade) residentes na Região Norte (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 35. Composição percentual das razões justificativas do tipo de contrato de trabalho de portugueses e estrangeiros (por naturalidade) residentes na Região Norte (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 36. Composição percentual das durações do contrato de trabalho de portugueses e estrangeiros (por naturalidade) residentes na Região Norte (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 37. Composição percentual da inscrição na segurança social de portugueses e estrangeiros (por naturalidade) residentes na Região Norte (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 38. Composição percentual do número médio semanal de horas de trabalho de portugueses e de estrangeiros residentes na Região Norte (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 39. Composição percentual de situações específicas referentes ao horário de trabalho de portugueses e estrangeiros (por naturalidade) residentes na Região Norte (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 40. Composição percentual do local de realização da actividade profissional de portugueses e estrangeiros (por naturalidade) residentes na Região Norte (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 41. Composição percentual do grau de ensino mais elevado completado por portugueses e estrangeiros (por naturalidade) residentes na Região Norte (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 42. Repartição dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o tipo de utilização (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 43. Repartição dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com o tipo de utilização (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 44. Repartição dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o tipo de utilização, por concelho (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

- Figura 45. Repartição dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o tipo (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 46. Repartição dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto de acordo com o tipo, por concelho (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 47. Repartição dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a respectiva forma de ocupação (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 48. Repartição dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a forma de ocupação (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 49. Repartição dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a respectiva forma de ocupação, por concelho (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 50. Repartição dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e o sistema de abastecimento de água (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 51. Repartição dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e o sistema de abastecimento de água, por concelho (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 52. Repartição dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de instalações sanitárias (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 53. Repartição dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de instalações sanitárias, por concelho (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 54. Repartição dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência de instalações de banho ou duche (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 55. Repartição dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência de instalações de banho ou duche, por concelho (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 56. Repartição dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de cozinha (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 57. Repartição dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de cozinha, por concelho (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 58. Repartição dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de aquecimento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 59. Repartição dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de aquecimento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 60. Repartição dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de aquecimento, por concelho (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 61. Repartição dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e escalões de encargos com a aquisição (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 62. Repartição percentual dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e escalões de encargos com a aquisição (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 63. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e escalões de encargos com a aquisição, por concelho (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 64. Repartição dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com os escalões de arrendamento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 65. Repartição percentual dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com os escalões de arrendamento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 66. Repartição dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com os escalões de arrendamento, por concelho (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 67. Número total de imigrantes residentes em Portugal em 1991 e em 2001, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 68. Repartição percentual da população estrangeira residente em Portugal em 1991 e em 2001, por naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 69. Número total de imigrantes residentes na Área Metropolitana do Porto em 1991 e em 2001, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 70. Repartição percentual da população estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 71. Distribuição por concelho dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 72. Repartição percentual da população estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto de acordo com o concelho de residência, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 73. Distribuição dos imigrantes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o concelho de residência e com a naturalidade; em 1991 e em 2001. (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 74. Repartição por sexo dos imigrantes residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade; em 1991 e em 2001. (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 75. Evolução, de acordo com os escalões etários, dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 76. Distribuição etária dos grupos populacionais estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

- Figura 77. Distribuição etária dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a nacionalidade, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 78. Evolução dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, entre 1991 e 2001, de acordo com as habilitações académicas (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 79. Repartição percentual da população portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto de acordo com as habilitações académicas, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 80. Distribuição dos imigrantes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com os níveis de habilitações escolares e com a nacionalidade, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 81. Distribuição dos imigrantes por concelho na Área Metropolitana do Porto, de acordo com os níveis de habilitações escolares, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 82. Distribuição do local de trabalho relativamente ao local de residência dos portugueses e estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, em 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 83. Repartição percentual da população portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto de acordo com o local de trabalho relativamente ao local de residência, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 84. Repartição percentual dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por nacionalidade, e de acordo com o local de trabalho relativamente ao local de residência, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 85. Distribuição dos imigrantes por concelho na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o local de trabalho relativamente ao de residência, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 86. Distribuição dos portugueses na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o local de trabalho relativamente ao de residência e com o grau de ensino, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 87. Distribuição dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o local de trabalho relativamente ao de residência e com o grau de ensino, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 88. Repartição percentual dos locais de trabalho dos portugueses residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o grau de ensino, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 89. Repartição percentual dos locais de trabalho dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o grau de ensino, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 90. Taxas de desemprego da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, por concelho, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 91. Taxas de desemprego da população activa residente na Área Metropolitana do Porto, por grupos populacionais, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 92. Distribuição da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto por sector de actividade económica, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 93. Distribuição da população activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, por sector de actividade económica, de acordo com a nacionalidade, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 94. Repartição percentual dos grupos populacionais residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o sector de actividade económica, por nacionalidade, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 95. Variações percentuais do emprego dos grupos populacionais residentes na Área Metropolitana do Porto, por sector de actividade económica (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 96. Variações percentuais do emprego dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por sector de actividade económica, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 97. Distribuição da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com os grupos profissionais, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 98. Repartição percentual de acordo com os grupos profissionais, da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 99. Distribuição da população activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com os grupos profissionais, por nacionalidade, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 100. Repartição percentual, dos grupos profissionais da população activa dos vários grupos populacionais residentes na Área Metropolitana do Porto, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 101. Variações percentuais dos grupos de população activa residentes na Área Metropolitana do Porto, por grupos profissionais, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 102. População activa portuguesa residente na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com os grupos profissionais, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 103. População activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com os grupos profissionais, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 104. Evolução da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a situação profissional, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 105. Repartição percentual de acordo com a situação profissional, da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 106. População activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a situação profissional, por nacionalidade, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 107. Repartição percentual de acordo com a situação profissional, da população activa dos vários grupos populacionais residentes na Área Metropolitana do Porto, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

- Figura 108. Variações percentuais dos grupos de população activa residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a situação profissional, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 109. População activa portuguesa residente na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a situação profissional, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 110. População activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a situação profissional, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 111. Repartição percentual, de acordo com a situação profissional, da população activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 112. Repartição percentual dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos grupos populacionais residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o tipo, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 113. Repartição percentual dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por tipo de edifícios, de acordo com a naturalidade do titular do alojamento, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 114. Variações percentuais dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o tipo de edifício, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 115. Repartição percentual dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por tipo de utilização, de acordo com a naturalidade do titular do alojamento, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 116. Repartição percentual dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por tipo de utilização, de acordo com a naturalidade do titular do alojamento, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 117. Variações percentuais do número de edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o tipo de utilização, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 118. Repartição percentual dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com o tipo de utilização, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 119. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por tipo, de acordo com a naturalidade do respectivo titular, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 120. Repartição percentual dos alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por tipo, de acordo com a naturalidade do respectivo titular, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 121. Variações percentuais dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o tipo, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 122. Repartição percentual dos alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com o tipo, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 123. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por tipo de abastecimento de água, de acordo com a naturalidade do respectivo titular, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 124. Variações percentuais dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com o tipo de abastecimento de água, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 125. Repartição percentual dos alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com o tipo de sistema de abastecimento de água, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 126. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por existência de electricidade, de acordo com a naturalidade do titular, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 127. Variações percentuais dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a existência de electricidade, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 128. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por naturalidade, de acordo com a existência e tipo de instalações sanitárias, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 129. Variações percentuais dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a existência e tipo de instalações sanitárias, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 130. Repartição percentual dos alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a existência e tipo de instalações sanitárias, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 131. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por naturalidade do titular, de acordo com a existência de instalações de banho ou duche, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

- Figura 132. Variações percentuais dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a existência de instalações de banho ou duche, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 133. Repartição percentual dos alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a existência de instalações de banho ou duche, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 134. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por naturalidade, de acordo com a existência e tipo de cozinha, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 135. Variações percentuais dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a existência e tipo de cozinha, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 136. Repartição percentual dos alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a existência e tipo de cozinha, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Figura 137. Estrutura de uma árvore de decisão
- Figura 138. Cálculo da árvore de custo mínimo para classificar o concelho de residência
- Figura 139. Árvore de decisão para classificar o concelho de residência
- Figura 140. Cálculo da árvore de custo mínimo para classificar a freguesia de residência
- Figura 141. Árvore de decisão para classificar a freguesia de residência
- Figura 142. Sub-árvore de decisão 1
- Figura 143. Sub-árvore de decisão 2
- Figura 144. Sub-árvore de decisão 3
- Figura 145. Cálculo da árvore de custo mínimo para classificar o concelho de trabalho face ao concelho de residência
- Figura 146. Árvore de decisão para classificar o concelho de trabalho face ao concelho de residência
- Figura 147. Cálculo da árvore de custo mínimo para classificar o concelho de trabalho face à freguesia de residência.
- Figura 148. Árvore de decisão para classificar o concelho de trabalho face à freguesia de residência
- Figura 149. Arquitectura de uma rede neuronal
- Figura 150. Distribuição geográfica do factor 1, referente às características das vizinhanças habitacionais na Área Metropolitana do Porto
- Figura 151. Distribuição geográfica do factor 2, referente aos principais locais de residência dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto
- Figura 152. Distribuição geográfica do factor 3, referente à profissão e ao grupo profissional dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto
- Figura 153. Distribuição geográfica do factor 4, referente à morfologia urbana e à densidade de edificação na Área Metropolitana do Porto
- Figura 154. Distribuição geográfica do factor 5, referente à situação profissional dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto
- Figura 155. Distribuição geográfica do factor 6, referente à situação perante o emprego dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto
- Figura 156. Distribuição geográfica do factor 7, referente aos grandes grupos de estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto
- Figura 157. Agrupamento dos casos referentes aos valores médios dos factores principais (de acordo com a distância euclidiana) na Área Metropolitana do Porto em árvore vertical
- Figura 158. Distribuição geográfica dos três “clusters” de estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1. Repartição da população estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, por naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 2. Habilitações literárias da população activa empregada portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 3. Repartição percentual dos níveis de habilitações literárias da população activa empregada portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 4. Habilitações literárias da população estrangeira activa empregada residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 5. Repartição percentual dos níveis de habilitações literárias da população activa empregada estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 6. Repartição percentual da população activa empregada portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por habilitações literárias (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 7. Local de trabalho da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 8. Repartição percentual dos locais de trabalho relativamente aos de residência da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

- Tabela 9. Local de trabalho relativamente ao de residência da população activa empregada estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 10. Repartição percentual por locais de trabalho relativamente aos de residência da população activa empregada estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 11. Repartição percentual da população activa empregada portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por locais de trabalho relativamente aos de residência (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 12. Situação perante o emprego da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 13. Repartição percentual da população activa empregada e desempregada portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 14. Situação perante o emprego da população activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 15. Repartição percentual por situação perante o emprego da população activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 16. Repartição percentual da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto de acordo com a naturalidade, por situação perante o emprego (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 17. Sector de actividade económica da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 18. Repartição percentual da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, por sector de actividade económica (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 19. Sector de actividade económica da população activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 20. Repartição percentual por sector de actividade económica da população activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 21. Repartição percentual da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por sector de actividade económica (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 22. População activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o grupo profissional (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 23. Repartição percentual da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o grupo profissional (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 24. População activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, por grupo profissional, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 25. Repartição percentual por grupo profissional da população activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 26. Repartição percentual da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por grupo profissional (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 27. Situação profissional da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 28. Repartição percentual da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a situação profissional (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 29. Situação profissional da população activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 30. Repartição percentual por situação profissional da população activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 31. Repartição percentual da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por sector de actividade económica (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 32. Rendimentos auferidos por portugueses e estrangeiros residentes na Região Norte (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 33. Salário mensal líquido auferido por estrangeiros (por naturalidade) residentes na Região Norte (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 34. Tipo de edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 35. Repartição percentual do tipo de edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 36. Tipo de edifícios onde se localizam os alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade do titular do alojamento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 37. Repartição percentual do tipo de edifícios onde se localizam os alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade do titular do alojamento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 38. Repartição percentual dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade do titular do alojamento, por tipo (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

- Tabela 68. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por existência e tipo de instalações sanitárias (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 69. Alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência de instalações de banho ou duche (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 70. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência de instalações de banho ou duche (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 71. Alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade do titular do alojamento, por existência de instalações de banho ou duche (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 72. Repartição percentual por existência de instalações de banho ou duche dos alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade do titular do alojamento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 73. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade do titular do alojamento, por existência de instalações de banho ou duche (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 74. Alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de cozinha (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 75. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de cozinha (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 76. Alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade do titular do alojamento, por existência e tipo de cozinha (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 77. Repartição percentual por existência e tipo de cozinha dos alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 78. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por existência e tipo de cozinha (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 79. Alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de aquecimento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 80. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de aquecimento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 81. Alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade do titular do alojamento, por existência e tipo de aquecimento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 82. Repartição percentual por existência e tipo de aquecimento dos alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 83. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por existência e tipo de aquecimento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 84. Existência e escalões de encargos com a aquisição de alojamento dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 85. Repartição percentual da existência e escalões de encargos com a aquisição de alojamentos por portugueses e estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 86. Repartição percentual por existência e escalões de encargos com a aquisição de alojamentos de estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade do titular do alojamento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 87. Repartição percentual por existência e escalões de encargos com a aquisição de alojamentos de estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade do titular do alojamento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 88. Repartição percentual dos alojamentos de portugueses e estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade do titular do alojamento, por existência e escalões de encargos com a aquisição (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 89. Escalões de encargos com o arrendamento de alojamentos de portugueses e de estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 90. Repartição percentual dos escalões de encargos com o arrendamento de alojamentos de portugueses e de estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 91. Escalões de encargos com o arrendamento de alojamentos de estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade do titular do alojamento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 92. Repartição percentual por escalões de encargos com o arrendamento de alojamentos de estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade do respectivo titular (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 93. Repartição percentual dos alojamentos de portugueses e estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade do titular do alojamento, por escalões de encargos com o arrendamento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 94. Valores absolutos e variação percentual dos grupos populacionais residentes em Portugal, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

- Tabela 95. Número total de edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o tipo, em 1991 e em 2001, e respectiva variação (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 96. Número total de edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com o tipo de edifício, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 97. Número total de edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o tipo de utilização, em 1991 e em 2001, e respectiva variação (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 98. Número total de edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com o tipo de utilização, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 99. Número total de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por tipo, de acordo com a naturalidade do respectivo titular, em 1991 e em 2001, e respectiva variação (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 100. Número total de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com o tipo, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 101. Número total de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por tipo de abastecimento de água, de acordo com a naturalidade do titular, em 1991 e em 2001, e respectiva variação (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 102. Número total de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com o tipo de abastecimento de água, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 103. Número total de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por existência ou não de electricidade, de acordo com a naturalidade do titular, em 1991 e em 2001, e respectiva variação (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 104. Número total de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a existência de electricidade, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 105. Número total de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por existência e tipo de instalações sanitárias, de acordo com a naturalidade do titular, em 1991 e em 2001, e respectiva variação (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 106. Número total de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a existência e tipo de instalações sanitárias, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 107. Número total de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por existência ou não de instalações de banho ou duche, de acordo com a naturalidade do titular, em 1991 e em 2001, e respectiva variação (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 108. Número total de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a existência de instalações de banho ou duche, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 109. Número total de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por existência e tipo de cozinha, de acordo com a naturalidade do titular, em 1991 e em 2001, e respectiva variação (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 110. Número total de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a existência e tipo de cozinha, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 111. Coeficientes de correlação entre as variáveis originais e os factores principais
- Tabela 112. Modelo de regressão linear com um ponto de quebra baseado nos factores principais, explicativo da escala profissional dos imigrantes na Área Metropolitana do Porto
- Tabela 113. Modelo de regressão linear com um ponto de quebra explicativo do grupo profissional dos imigrantes na Área Metropolitana do Porto
- Tabela 114. Listagem das primeiras freguesias da Área Metropolitana do Porto, por ordem decrescente da respectiva percentagem de estrangeiros relativamente à população total (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 115. Listagem das primeiras freguesias da Área Metropolitana do Porto, por ordem decrescente da respectiva população estrangeira residente (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 116. Listagem das primeiras freguesias da Área Metropolitana do Porto, por ordem decrescente da respectiva densidade populacional (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 117. Listagem das primeiras freguesias da Área Metropolitana do Porto, por ordem decrescente da respectiva densidade habitacional (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 118. Listagem das primeiras freguesias da Área Metropolitana do Porto, por ordem decrescente da respectiva percentagem de edifícios não isolados relativamente ao total de edifícios (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 119. Listagem das primeiras freguesias da Área Metropolitana do Porto, por ordem decrescente da respectiva relação entre o número total de edifícios e a área urbanizada ou urbanizável (expressa em Km²) (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

- Tabela 120. Listagem das primeiras freguesias da Área Metropolitana do Porto, por ordem decrescente, da respectiva relação entre o número total de pavimentos e a área urbanizada ou urbanizável (expressa em Km²) (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 121. Listagem das primeiras freguesias da Área Metropolitana do Porto, por ordem decrescente da respectiva relação entre o número de edifícios principalmente não residenciais e o número de edifícios principalmente residenciais (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 122. Distribuição percentual dos grupos populacionais estrangeiros nas freguesias em que é mais elevada a percentagem de imigrantes de países da União Europeia (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 123. Distribuição percentual dos grupos populacionais estrangeiros nas freguesias em que é mais elevada a percentagem de imigrantes do Brasil (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 124. Distribuição percentual dos grupos populacionais estrangeiros nas freguesias em que é mais elevada a percentagem de imigrantes de países de leste (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 125. Distribuição percentual dos grupos populacionais estrangeiros nas freguesias em que é mais elevada a percentagem de imigrantes de países africanos de língua oficial portuguesa (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)
- Tabela 126. Distribuição percentual dos grupos populacionais estrangeiros nas freguesias em que é mais elevada a percentagem de imigrantes de outros países estrangeiros (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

NOTA DE ABERTURA

PLANEAMENTO URBANO PARA A INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES

Somos - também - o espaço que habitamos. Inevitavelmente, para o bem e para o mal, o contexto espacial influencia comportamentos e atitudes, expectativas e dinâmicas sociais. Não é nada indiferente à geração e/ou reforço da exclusão ou inclusão social, a conceptualização e execução de modelos urbanísticos, quer na sua dimensão de espaços privados, quer no domínio do espaço público. A qualidade deste, em contextos urbanos, é mesmo um factor determinante da qualidade de vida das populações que o utiliza e condicionante das suas trajectórias na comunidade.

Tradicionalmente, as faixas de população mais pobre não têm ao seu alcance, no domínio da habitação, opções de qualidade. Os espaços ao seu dispor são desprovidos e tristes, massificados e “industriais”, reforçando um circuito de exclusão que não termina. Nesses contextos sujeitos a forte pressão de exclusão social, nos quais há uma sobre-representação de imigrantes e minorias étnicas, também os poderes públicos parecem, por vezes, considerar suficiente suprir carências básicas de habitação. Nasceram, assim, projectos urbanísticos centrados quase exclusivamente na habitação para o maior número, ao menor custo. Sendo em si mesmo positivo - muitos desses beneficiários provinham de situações de habitabilidade indignas - não chega proporcionar-lhes um tecto.

Efectivamente falar de integração de imigrantes é também falar de política de Cidades, entendidas *de per se* ou enquanto sistema. A evidente necessidade de um maior cerzimento urbanístico - tornando o espaço urbano contínuo e não apenas contíguo - implica repensar globalmente a forma como olhamos a cidade, perspecti-vando-a como um todo e não enquanto um espaço fragmentado, procurando salvar-guar o maior número possível de contactos com o restante espaço urbano em que estes territórios se inserem. Neste sentido, a evidência da relação entre a exclusão e

a segregação sócio-espacial deve reforçar a necessidade de que as políticas de combate a esses fenómenos sejam o mais territorializadas e localizadas possível.

Mais do que para qualquer outra faixa de população, o investimento no planeamento urbano cuidado, a aposta em infra-estruturas sociais e culturais de apoio e a opção pela elevada qualidade estética dos espaços são ferramentas essenciais para um processo de combate à exclusão das populações mais pobres, entre as quais as comunidades imigrantes. O investimento no ordenamento do território, no planeamento urbano e na qualificação dos espaços no âmbito da integração social e económica destas comunidades é pois absolutamente estratégico, no quadro de coesão social.

A nossa história recente tem registado evoluções significativas no domínio do planeamento urbano. Com um passado com muitos erros e imperfeições, as soluções urbanísticas têm sido reinventadas em função de uma melhor integração das populações a que se destinam. Procura-se hoje evitar erros que outros cometeram e aprender com exemplos de boas-práticas nacionais e estrangeiras. Numa perspectiva de aproximar as soluções aos seus principais destinatários, parece cada vez mais relevante criar instrumentos de participação dos imigrantes (*bottom-up*) no processo de planeamento urbano, algo que alguns exemplos têm vindo a demonstrar fazer a diferença. Mas precisamos de continuar a procurar caminhos inovadores.

Para essa busca, o estudo “*Planeamento urbano para a integração de imigrantes*” da Prof. Dra. Emilia Malcata Rebelo e do Dr. Luís Tiago Paiva constitui um relevante contributo que o Observatório da Imigração, em parceria com a Fundação para a Ciência e Tecnologia, apoiou e agora publica.

RUI MARQUES

ALTO COMISSÁRIO PARA A IMIGRAÇÃO E MINORIAS ÉTNICAS

NOTA DO COORDENADOR

O processo de formação das morfologias urbanas diversificadas configura um dos mais apaixonantes teoremas da complexidade.

O estudo interdisciplinar da cidade é, pois, tema de grande actualidade.

A investigação empírica é fértil na demonstração de como, nos processos espontâneos e sistémicos de auto-organização espaço-temporal, as áreas metropolitanas tendem a segregar, propendem a segmentar grupos humanos e actividades económicas.

Nas cidades, é comum reconhecerem-se zonas de classe média ou bairros de lata predominantemente habitados por imigrantes. Analogamente, o pequeno comércio agrega-se por afinidades buscando economias de escala e criar “habituação” geográfica na procura dos consumidores e clientes. A ocupação do espaço urbano não segue as regras do acaso, antes rege-se por padrões bem inteligíveis.

O modelo de Von Thünen, datado dos longínquos anos do início do século XIX, foi pioneiro ao postular uma forma competitiva de ocupação do território em anéis concêntricos de produção segundo gradientes de renda da actividade agrícola. Outras interpretações como o “modelo reticular”, a teoria dos “lugares centrais”, ou o modelo segregador de Schelling, mostram que o equilíbrio espacial se sustenta na formação de vizinhanças afins.

Resulta de tudo isto um verdadeiro e perturbador paradoxo: como conciliar dinâmicas urbanas “de mercado”, tendencialmente segregadoras, com planeamento urbano que, objectivamente e no quadro da afirmação de “políticas públicas”, busque integrar populações etnicamente diversas em realidades metropolitanas policêntricas e centrifugadoras?

Esta temática é tanto mais relevante quanto se vem assistindo à eclosão de uma crescente conflitualidade urbana em áreas metropolitanas europeias, envolvendo, entre outros e não apenas, populações marginais, grupos excluídos, assim como imigrantes e minorias de 2ª e 3ª geração.

A arte de viver juntos em cidade, e de fazer coabitar gentes diferentes em grandes aglomerados populacionais, transformou-se numa das maiores preocupações do planeamento urbano. Dele depende, hoje, a conquista de um paradigma urbano que seja capaz de se distanciar cada vez mais do espectro de um “teatro de guerra”.

O interessante estudo que Emília Malcata Rebelo e Luís Tiago Paiva levaram a cabo sobre a situação na Área Metropolitana do Porto procurou criar novo conhecimento a propósito de uma complexa paisagem humana, social e espacial, em permanente recomposição, e bem assim actualizar a agenda das principais questões emergentes à luz dos novos fluxos de imigração que têm ocorrido ao nosso país, abundante e diversificadamente, nos anos mais recentes.

É inegável que muito se espera de um adequado planeamento urbano para a integração de imigrantes e minorias étnicas, para a diminuição das tensões sociais, e para a prevenção da marginalidade violenta. Efectivamente, como afirmam os autores, “as cidades são, de facto e cada vez mais, centros multiculturais em que diferentes grupos populacionais desenvolvem as suas actividades e exprimem os seus traços culturais específicos”. Nesta exacta medida, acrescentam eles, “os imigrantes e as minorias étnicas requerem frequentemente um conjunto específico de serviços comunitários, facilidades de alojamento, e determinadas características de vizinhanças”, como sustentáculos de uma “geografia de oportunidades”.

O enquadramento jurídico das políticas de ordenamento do território e urbanismo é relativamente sistemático em Portugal. A gestão territorial dispõe, desde há cerca de 25 anos, de normativos e de instrumentos que abrangem articuladamente as responsabilidades de coordenação entre os agentes intervenientes aos níveis municipal, inter-municipal, regional e nacional.

As metodologias de planeamento conhecem também assinaláveis avanços conceptuais e práticos, pelo que seriam expectáveis políticas públicas positivas de habitação e urbanismo, potencialmente geradoras de espaços de vizinhança “amigos” da socialização, da convivência, da produção e da reprodução.

Os autores legam-nos um trabalho valioso. Atenta a sua indiscutível qualidade e actualidade, recomendo vivamente a leitura deste estudo e o desenvolvimento de uma aturada reflexão em torno de algumas grandes questões que dele emergem e que não podem deixar de nos interpelar a nível de consciência colectiva.

Como restituir urbanidade à nossa paisagem metropolitana e cidadina?

Haverá possibilidade de criar “barómetros” da conflitualidade latente em centros urbanos? Se sim, quais as métricas a utilizar ou os indicadores mais eficazes a recolher em função das políticas preventivas?

Tem o planeamento capacidade de instituir “reguladores” da tensão urbana?

Pode a integração de imigrantes e de minorias étnicas ser eleita como atributo e valor acrescentado de políticas activas de ordenamento territorial?

Como evitar a discriminação em meio urbano? Disporá o planeamento urbano de instrumentos fecundos para fomentar um maior diálogo metropolitano entre grupos socio-económicos e criar pontes entre maioria e minorias?

O elenco de conclusões principais enunciado pelos investigadores, pela sua clareza e fundamentação, obrigam-nos a uma postura de intranquilidade activa e militante. A especial complexidade da textura urbana e a prioridade que as políticas sociais, económicas e culturais vêm atribuindo à integração em meio urbano requerem uma atitude de vigília constante.

A esse propósito, são incontornáveis algumas difíceis problemáticas que uma leitura atenta do presente estudo despoletam.

Assim, é notório que a Área Metropolitana do Porto está naturalmente vocacionada para a integração preferencial de elites educacionais e profissionais. Por outro lado, encontra-se nitidamente identificado um grupo populacional em clara desvantagem relativamente a todos os demais, seja em matéria de habitação, seja no mercado de trabalho: os imigrantes oriundos dos países da Europa de leste. A participação da população estrangeira nas fases de auscultação dos processos de planeamento, normativos e indicativos, é provavelmente deficiente. Os esquemas de acesso à aquisição de casa própria e ao arrendamento têm-se revelado, em termos médios, mais desfavoráveis para os imigrantes do que para os portugueses. As condições de vida de muitas populações, autóctones e estrangeiras, são ainda muito precárias exigindo medidas vigorosas de garantia de acesso a necessidades básicas constitutivas do núcleo essencial de direitos humanos.

Recolhemos, a terminar, palavras dos próprios autores para enunciar uma agenda que não pode conhecer descanso ou indiferença.

“Será necessário implementar processos de mais próximo acompanhamento de situações concretas, quer a nível territorial quer sectorial, no sentido de assegurar de um modo global a implementação a nível metropolitano, municipal e sectorial das medidas de acção política mais adequadas à promoção da igualdade de oportunidades e ao atingimento de elevados níveis de qualidade de vida de todos os cidadãos.”

Não poderíamos concordar mais com esta convocatória.

A proverbial propensão dos portugueses para a relação intercultural que, no dizer de Emília Malcata Rebelo e Luís Tiago Paiva, é intrínseca à nossa herança cultural, e que tem permitido uma fácil e rápida integração dos imigrantes na nossa realidade, tem de se ver traduzida em factos e em iniciativas concretas.

As políticas públicas, sejam de responsabilidade nacional, sejam de responsabilidade local, devem dar o exemplo. A correcta sinalização social por parte de eleitos e

responsáveis públicos é insubstituível na sua função de orientar comportamentos e de induzir valores de civilização.

ROBERTO CARNEIRO

COORDENADOR DO OBSERVATÓRIO DA IMIGRAÇÃO DO ACIME

INTRODUÇÃO

Este estudo, realizado no âmbito do planeamento territorial, regional e urbano, focaliza-se a nível estratégico, e baseia-se na sistematização, análise e tratamento de informação proveniente dos recenseamentos populacionais e habitacionais (Instituto Nacional de Estatística, 1991, 2001) segundo duas vertentes: o espaço territorial da Área Metropolitana do Porto (a nível de freguesia e de concelho) e os diferentes grupos populacionais, de acordo com o país de origem (incluindo os portugueses). Os seus principais objectivos consubstanciam-se na:

- Caracterização da situação actual dos imigrantes e das minorias étnicas na Área Metropolitana do Porto, no que se refere às suas características profissionais e de emprego, características habitacionais, e localização espacial da residência e do trabalho, considerando cada um dos grupos populacionais de estrangeiros mais representativos na Área Metropolitana do Porto, e por comparação com as situações equivalentes dos portugueses para o mesmo espaço territorial.
- Análise da evolução da situação profissional, habitacional e das localizações do trabalho e da residência de cada grupo populacional estrangeiro na Área Metropolitana do Porto, por comparação com as situações equivalentes dos portugueses.
- Montagem de um sistema de informação de gestão urbanística com informação completa e actualizada sobre diferentes variáveis profissionais, habitacionais e referentes à localização habitacional e do emprego dos imigrantes, por país de origem e a nível de freguesia na Área Metropolitana do Porto. Sistematização da informação referente às diferentes variáveis em mapas, e desenvolvimento de um interface cartográfico para a sua representação.
- Análise da estratificação social, económica e geográfica dos imigrantes, de acordo com o país de origem, e estabelecimento de uma relação entre os seus níveis de atingimento social e profissional e as variáveis demográficas, profissionais, de emprego, e habitacionais e das respectivas vizinhanças, em estudo.

- Desenvolvimento de modelos explicativos das localizações dos alojamentos e dos empregos dos imigrantes, de acordo com a respectiva origem, e do grupo profissional de acordo com as características das vizinhanças, local de residência, morfologia urbana, situação perante o emprego, situação profissional e país de origem.
- Proposta e implementação de “*tableaux de bord*” de variáveis habitacionais, profissionais e de emprego de forma a permitir a detecção de “*gaps*” entre os vários grupos de imigrantes e entre estes e a população portuguesa, e entre os vários espaços territoriais (concelhos e freguesias), para cada uma das variáveis em estudo.
- Simulação de cenários de localização residencial e/ou de emprego, e da escala profissional dos imigrantes através da “manipulação” dos modelos, de forma a obter indicações orientadoras para os poderes públicos no processo de formulação de políticas urbanas concretas.

O atingimento destes objectivos consubstancia-se na sistematização de informação e sua actualização, identificação de desvios, e implementação de processos de simulação orientados no sentido de apoiar a decisão política, económica e social, sobretudo a nível do planeamento e da gestão urbanística dos poderes locais. Desenvolveu-se um conjunto de ferramentas de análise e de apoio à decisão, que podem ser permanentemente “alimentadas” com informação adicional e/ou actualizada, permitindo um acompanhamento em tempo real de uma grande quantidade de variáveis referentes aos imigrantes, sua comparação com os portugueses e entre si, bem como orientações a nível local (de freguesia e de concelho) que suportem mais fundamentadamente políticas de acesso a igualdade de oportunidades e melhoria da qualidade de vida de todos os cidadãos.

A concepção e implementação deste estudo foi efectuada com base nos seguintes passos:

1. Definição de diversas variáveis a nível da localização e características habitacionais e das respectivas vizinhanças, e da localização dos postos de trabalho e seus atributos.

2. Estabelecimento de um sistema de informação de gestão constituído por diferentes bases de dados.
3. Visualização, recorrendo ao uso de sistemas de informação geográfica, dos valores das diversas variáveis.
4. Estudo comparado das diferentes variáveis a nível das freguesias e/ou concelhos, e a nível dos vários grupos populacionais, permitindo deste modo a identificação de discrepâncias (“*gaps*”) quer a nível populacional quer a nível regional, que chamem a atenção para a necessidade de intervenção e de tomada de iniciativas e de acções de política com vista a permitir uma igualdade de oportunidades e de tratamento a todos os grupos populacionais residentes na Área Metropolitana do Porto.
5. Estabelecimento de modelos baseados em metodologias de apoio à decisão que permitam, face ao quadro actual dos valores das variáveis reais registados, e à respectiva evolução, determinar, para cada novo indivíduo ou grupo de indivíduos que venha(m) residir na Área Metropolitana do Porto, e face às suas características, qual vai ser a sua localização residencial mais provável (concelho e/ou freguesia), bem como a localização mais provável do respectivo posto de trabalho (usando árvores de classificação hierárquica).
6. Desenvolvimento dos modelos equivalentes em redes neuronais, que embora se baseiem no mesmo raciocínio e metodologia das árvores de classificação hierárquica exibem, no entanto, uma maior flexibilidade e versatilidade uma vez que, devido ao seu sistema de aprendizagem, se adaptam bem não só à actualização da informação como também à introdução de nova informação (novas variáveis), traduzindo melhor a realidade envolvente, em constante mutação (a nível económico, social, político, cultural, religioso, etc.).
7. Definição de um modelo de regressão (baseado na análise factorial e na análise de “*clusters*”) que permita definir a escala profissional (traduzindo a profissão e o grupo profissional) de um (ou mais) imigrante(s) em função do local de

residência, das características das suas vizinhanças residenciais, da morfologia urbana, da situação profissional, da situação perante o emprego e dos grupos mais representativos dos imigrantes.

8. “Manipulação” dos pesos relativos nas árvores de classificação hierárquica, nas redes neuronais, e no modelo de regressão, de forma a atingir determinados objectivos de localização habitacional e de emprego, bem como a nível de escala profissional. Aplicação do modelo ao invés, permitindo o estabelecimento dos dados de “*input*” (número de pessoas e/ou respectivas características habilitacionais e/ou profissionais, e atributos da envolvente), que permitem atingir esses objectivos.
9. Apoio à tomada de decisões por parte dos poderes municipais e/ou locais no sentido da criação de oportunidades sociais, económicas, políticas e de qualidade de vida para todos os cidadãos.
10. Conclusões, recomendações e pesquisas a desenvolver futuramente.

CAPÍTULO 1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1.1. AS POLÍTICAS DE ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO E O SISTEMA DE PLANEAMENTO TERRITORIAL

As bases da política de ordenamento do território e urbanismo estão estabelecidas na lei no 48/98, de 11 de Agosto, onde se refere que *“A política de ordenamento do território e de urbanismo define e integra as acções promovidas pela Administração Pública, visando assegurar uma adequada organização e utilização do território nacional, na perspectiva da sua valorização, designadamente no espaço europeu, tendo como finalidade o desenvolvimento económico, social e cultural integrado, harmonioso e sustentável do País, das diferentes regiões e aglomerados urbanos”*. Nesse sentido, esta lei define o quadro da política de ordenamento do território e urbanismo, e dos instrumentos de gestão territorial que permitem concretizá-la, e regula as relações entre os diversos níveis da Administração Pública e destes com a população em geral, bem como com os representantes dos diversos interesses económicos e sociais.

A missão do ordenamento do território e urbanismo traduz-se, nomeadamente, (Lei no 48/98, de 11 de Agosto):

- Na correcção das diferenças regionais e entre os cidadãos, garantindo a igualdade entre todos no que se refere ao acesso às infra-estruturas, equipamentos, serviços e funções urbanas.
- Na promoção da valorização do território nacional, de uma forma integrada
- No melhor aproveitamento possível dos recursos naturais, garantindo o equilíbrio da envolvente, a funcionalidade dos espaços construídos, bem como a humanização das cidades.
- Na salvaguarda dos patrimónios natural e cultural.

- Na promoção do desenvolvimento das diferentes actividades económicas, sociais e culturais, e da qualidade de vida da população.
- Na modernização dos centros urbanos, assegurando um equilíbrio coerente aos sistemas em que se inserem, reabilitando-os e desenvolvendo-os de uma forma racional.

O planeamento, programação, criação, implementação e manutenção nos espaços de serviços públicos, equipamentos colectivos e espaços verdes, deverá orientar-se no sentido de reduzir assimetrias, e satisfazer necessidades específicas das populações, garantindo acessibilidades e níveis adequados no que se refere à sua utilização.

Os objectivos perseguidos pelo ordenamento do território e pelo urbanismo consubstanciam-se, nomeadamente (Lei nº 48/98, de 11 de Agosto):

- Na melhoria das condições de vida e de trabalho das populações, respeitando os valores culturais, ambientais e paisagísticos.
- Na distribuição, de uma forma equilibrada entre toda a população, das funções de habitação, trabalho, cultura e lazer.
- Na criação de oportunidades de emprego como forma de fixação das populações, nomeadamente em zonas menos desenvolvidas.
- No controle da densificação urbana, de forma a proporcionar a sua adequação a bons níveis de qualidade de vida, e ao equilíbrio da organização económica e social.
- Na rentabilização da construção e na utilização das infra-estruturas, evitando redes de extensão desnecessária e perímetros urbanos demasiadamente alargados, e promovendo o aproveitamento racional das áreas intersticiais.
- Na aplicação de uma política de habitação adequada à resolução das carências existentes.

- Na reabilitação e revitalização dos centros históricos das cidades, e do património cultural classificado.
- Na recuperação e/ou reconversão de áreas degradadas, e de áreas urbanas ilegais.

A implementação das políticas de ordenamento do território e urbanismo baseia-se num sistema de gestão territorial, que se organiza, de uma forma articulada e coordenada, em três níveis:

- A nível nacional define o quadro estratégico para o ordenamento do espaço nacional, estabelecendo linhas de orientação para o ordenamento regional e municipal, e supervisionando a compatibilização entre os diferentes instrumentos de políticas sectoriais cujo âmbito de acção incide no mesmo território, instituindo, sempre que seja necessário, instrumentos de natureza especial.
- A nível regional, através do estabelecimento do quadro estratégico no qual se vai ordenar o espaço regional, de um modo articulado com as políticas nacionais de desenvolvimento económico e social, definindo linhas orientadoras do ordenamento municipal.
- A nível municipal, definindo, de uma forma articulada e coerente com as directivas nacionais e regionais, as próprias opções de desenvolvimento estratégico, bem como o regime do uso do solo e a respectiva programação.

O sistema de gestão territorial assegura a coordenação, de forma harmoniosa, integrada e coerente, destes três níveis de planeamento e de gestão, através dos instrumentos de gestão territorial. Estes instrumentos são, nomeadamente, e de acordo com as funções que desempenham, os seguintes (Lei nº 48/98, de 11 de Agosto):

- Instrumentos estratégicos de desenvolvimento territorial, que expressam as grandes opções em termos de organização do território, e estabelecem linhas genéricas de orientação relativamente ao seu uso, incorporando a materialização

do quadro de referência no âmbito do qual são elaborados os instrumentos de planeamento do território.

- Instrumentos regulamentares de planeamento territorial, que estabelecem as formas de utilização do solo, através da definição de modelos de ocupação humana, de organização de sistemas urbanos e de redes, e respectiva evolução, e definem parâmetros de aproveitamento e uso do solo adequados.
- Instrumentos de política sectorial, através dos quais são programadas e/ou concretizadas as políticas de desenvolvimento económico e social de carácter espacial.
- Instrumentos de natureza especial, nos quais são estabelecidos meios de intervenção do governo de forma supletiva, de modo a garantir a prossecução de objectivos de interesse nacional, com incidência espacial, ou salvaguardando os princípios fundamentais das intervenções de ordenamento do território.

Os instrumentos de desenvolvimento territorial (Lei no 48/98, de 11 de Agosto) são:

- O programa nacional da política de ordenamento do território
- Os planos regionais de ordenamento do território
- Os planos intermunicipais de ordenamento do território
- Os planos municipais de ordenamento do território

O programa nacional da política de ordenamento do território traduz um modelo de organização do espaço territorial que atende ao sistema urbano, às redes, aos equipamentos e às infra-estruturas, bem como às áreas agrícolas, ambientais e patrimoniais de interesse nacional.

Os planos regionais de ordenamento do território, atendendo às directrizes de âmbito nacional e considerando a evolução demográfica bem como as perspectivas de desenvolvimento económico, social e cultural, definem as orientações a nível regional do ordenamento do território, estabelecendo redes regionais de infra-estruturas e de transportes, e traçando o quadro de referência no qual vão ser elaborados os planos municipais de ordenamento do território, sendo acompanhados de esquemas representativos do modelo territorial que propõem.

Os planos intermunicipais de ordenamento do território, por seu turno, embora sejam de carácter facultativo, procuram articular e coordenar estrategicamente diferentes áreas territoriais que exibem uma estreita interdependência (é o que acontece nas áreas metropolitanas).

Os planos municipais de ordenamento do território são instrumentos de planeamento territorial (Lei no 48/98, de 11 de Agosto), e podem ser dos seguintes tipos:

- Plano Director Municipal, que estabelece a estrutura espacial, a classificação fundiária base, e os seus parâmetros de ocupação, atendendo à implantação dos equipamentos sociais, e qualifica os solos entre urbano, urbanizável e rural, atendendo à estratégia de desenvolvimento local.
- Plano de Urbanização, que desenvolve a qualificação do espaço urbano de uma forma mais pormenorizada.
- Plano de Pormenor, que define a utilização de qualquer área delimitada do território municipal de uma forma muito detalhada.

Os instrumentos de política sectorial são constituídos pelos planos elaborados pelos diversos sectores da administração central que incidem sobre um determinado território. É o caso, por exemplo, de planos nas áreas da educação e da formação, da saúde, dos recursos energéticos e geológicos, da cultura, da habitação, do turismo, da agricultura, do comércio, da indústria, das florestas e do ambiente.

Os planos especiais de ordenamento do território são instrumentos de natureza especial.

Os instrumentos de gestão territorial estão, por sua vez, articulados entre si da seguinte forma (Lei no 48/98, de 11 de Agosto):

- Os instrumentos de planeamento territorial devem respeitar as orientações traçadas nos instrumentos de desenvolvimento territorial.
- Os instrumentos de desenvolvimento territorial e os instrumentos de política sectorial deverão articular-se, compatibilizar-se e respeitar-se reciprocamente de forma a assegurar que os planos sectoriais implementem, no seu domínio de actuação, as directivas estabelecidas no programa nacional da política de ordenamento do território; os planos regionais de ordenamento do território incorporem as regras estabelecidas no programa nacional da política de ordenamento do território e nos planos sectoriais que lhe são anteriores; e os planos sectoriais sejam elaborados de forma compatível com os planos regionais de ordenamento do território no que se refere aos aspectos com incidência espacial.
- Os planos regionais de ordenamento do território e os planos sectoriais vinculam as entidades públicas que elaboram e aprovam os planos municipais em relação aos quais têm incidência espacial, sendo necessário que a compatibilização entre eles seja assegurada.
- Os planos especiais de ordenamento do território, por seu turno, ao expressarem um compromisso recíproco de compatibilização com o programa nacional da política de ordenamento do território e os planos regionais de ordenamento do território, sobrepõem-se aos planos municipais e intermunicipais.
- Quando novos instrumentos de gestão territorial são elaborados, devem ser identificados e considerados os planos, programas e projectos que se reflectem na área territorial em questão, quer já existam quer ainda estejam em preparação, de forma a assegurar a compatibilidade com eles.

1.2. O PLANEAMENTO ESTRATÉGICO E A GESTÃO ESTRATÉGICA

A concepção do espaço territorial (nacional, regional e local) ao qual se aplicam as normas e as orientações do planeamento, está fortemente ligada ao contexto histórico e à sociedade concreta, nomeadamente no que se refere aos seus modos de produção e consumo: o espaço confunde-se com aquilo que nele se desenrola, e incorpora os anseios, valores e comportamentos daqueles que nele actuam (Cardoso, 1996). O que está na essência do conteúdo do Planeamento não são as imposições normativas, mas sim as condições concretas do espaço que se pretende planear. A implementação de todo o tipo de decisões (globais e/ou sectoriais) implica a sua tradução no espaço, que deve, assim, exercer funções integradoras (Lopes, 1979).

O sistema de Planeamento territorial, aos níveis nacional, regional e local deve adoptar uma visão estratégica, no sentido de conceber, implementar, coordenar, acompanhar e avaliar (Figueiredo, 2002) diferentes políticas de apoio ao desenvolvimento integrado e sustentável.

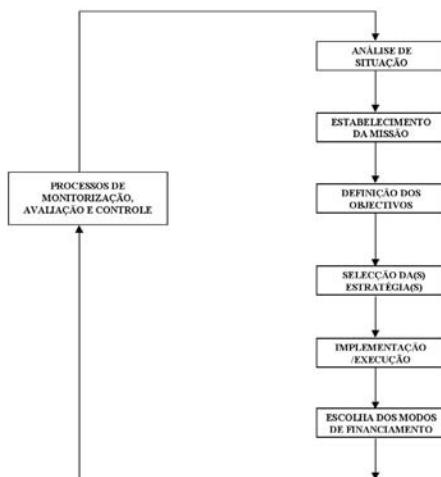


Figura 1. O processo de planeamento e gestão estratégicos

A missão do Planeamento consiste em assegurar o desenvolvimento sustentável dos territórios, entendendo-se por sustentabilidade a capacidade de uma determinada área ou região continuar a funcionar de modo a assegurar os níveis de qualidade de vida desejados pela comunidade, satisfazendo as necessidades sociais correntes, e sem restringir as opções disponíveis para as gerações actuais e futuras, nem causar impactos adversos dentro e/ou fora dos seus limites geográficos (Brundtland Report, 1987; First International Conference on Urban Regeneration and Sustainability Conference, 2000). Consiste, para além disso, na criação de condições de procedimento administrativo, de gestão e de relacionamento comunicacional que favoreça a concepção, construção, utilização e conservação das estruturas físicas (Lynch, 1990).

No sentido do atingimento dos objectivos seleccionados como representando as metas hierarquizadas, quantificadas e calendarizadas, para cada região particular, que permitem a satisfação da missão do planeamento, surgem um conjunto de estratégias fundamentais a adoptar. As políticas que lhes correspondem são os modos de implementação escolhidos pelos agentes de decisão municipais (Correia, 1993). São estas políticas, consideradas de um modo conjunto e integrado, que enquadram a actuação coerente dos agentes de decisão.

As políticas, por seu turno, podem situar-se a um nível superior, correspondendo a normas ou indicações, ou a propostas operacionais, situação em que estão mais directamente relacionadas com as várias fases da sua implementação no curto prazo (Correia, 1993; Solesbury, 1974; Bennet e Graham, 1998). Os instrumentos de mercado, de taxação, financeiros e administrativos, directamente ligados à acção, é que corporizam o exercício concreto deste tipo de políticas.

Neste sentido, os instrumentos normativos correntes de planeamento territorial deverão articular-se com os princípios de desenvolvimento económico e social, nos quais se apoia o desenvolvimento a longo prazo. Daí a relevância da definição de enquadramentos normativos que promovam a integração dos objectivos de desenvolvimento territorial de longo prazo com o sistema de planeamento territorial (Rebelo, 2001a). A fase seguinte no ciclo do planeamento e da gestão estratégicos consiste no esta-

belecimento e na avaliação dos “*gaps*” estratégicos, ou seja, na comparação dos resultados esperados se se mantiver(m) a(s) estratégia(s) corrente(s), e os resultados alternativos que se poderão obter se se implementarem alterações na estratégia actual ou se se adoptarem novas estratégias (Rue e Holland, 1989, Rebelo, 2001b).

A projecção dos níveis de performance futuros, supondo a manutenção da(s) estratégia(s) actual(ais) toma em consideração as tendências da envolvente e os recursos internos do espaço territorial. Os “*gaps*” estratégicos podem aparecer porque a estratégia correntemente seguida não é a que mais se apropria às mudanças da envolvente, ou porque os recursos regionais e municipais se estão a alterar de um modo muito rápido, ou ainda porque a estratégia actualmente seguida não foi implementada da forma mais apropriada.

A análise dos “*gaps*” de performance deverá, pois, ser efectuada para cada um dos objectivos e para cada ano correspondente ao período de planeamento. A redução estratégica destes “*gaps*” a nível regional e urbano pode conseguir-se a partir de uma utilização mais eficiente e eficaz dos respectivos recursos e oportunidades, de forma a reforçar as vantagens competitivas do concelho em estudo (Rebelo, 2001b), embora mantendo mecanismos de coordenação e articulação de políticas com os restantes concelhos da Área Metropolitana.

Em termos concretos, o processo de planeamento estratégico adoptado na elaboração de planos (Lobo et al., 1990), é constituído pelas seguintes fases:

- Identificação de situações conflituosas, que é necessário resolver e evitar, sendo estas questões agrupadas por áreas e hierarquizadas em função da sua especificidade ou generalidade, bem como pela sua importância crítica (técnica e política), não só atendendo às condicionantes de planeamento e gestão, como ainda avaliando efeitos sinérgicos aos quais possam estar associadas, integrando-as em análises sistémicas.
- Formulação dos objectivos que se pretendem alcançar – estes deverão ser hierarquizados de acordo com a sua generalidade ou especificidade, de acordo com

as respectivas áreas de decisão, e estabelecidos os níveis de prioridade local e regional pelos políticos e/ou técnicos. É a partir dos objectivos políticos de carácter geral que se estabelecem os objectivos operacionais.

- Definição de diferentes alternativas (políticas, medidas, decisões, acções e instrumentos que as suportam, sua formulação e avaliação, e processos de tomada de decisões), e selecção da melhor ou melhores de entre elas. A avaliação assenta na comparação de cenários previsíveis - destacando o cenário tendencial (que constitui a situação de referência, e que corresponde a uma atitude passiva e de não intervenção), o cenário implícito (que é o resultado da execução de planos e projectos sem questionar a sua validade), cenários contrastados (isto é, cenários que são não tendenciais, desenvolvidos nas suas linhas gerais, implicando a identificação de sinergias e/ou incompatibilidades entre os objectivos que lhes estão subjacentes) - elaboração, para cada cenário, de uma ou múltiplas estratégias (envolvendo a formulação de políticas, medidas e acções que as detalhem, avaliação de sinergias, e compatibilidades entre medidas e acções num âmbito técnico e político), e avaliação do alcance esperado dos objectivos sectoriais e globais de cada estratégia relativamente ao cenário perseguido (a avaliação das alternativas é feita em termos de custo-benefício, a partir da comparação do cenário tendencial com cada um dos cenários contrastados).
- Mobilização de meios e programação do seu uso, nomeadamente através da identificação dos agentes a envolver, da delimitação dos âmbitos de actuação das suas iniciativas, e respectiva compatibilização.
- Auscultação, participação, negociação e monitoriação.

As metodologias de planeamento mais recentes (Lobo et. al, 1990) abordam os problemas de forma sistémica, no âmbito das suas relações inter-sectoriais. São as seguintes as três etapas seguidas: formulação de objectivos e identificação dos caminhos que permitem alcançá-los, avaliação de alternativas e identificação da opção a seguir e dos meios a mobilizar, divulgação das soluções e das regras, e negociação

com os agentes não públicos no que se refere à sua participação nos processos de decisão. Desta forma assumem particular relevância os seguintes aspectos (Lobo et. al, 1990):

- Organização da informação (recolha, tratamento, actualização, estruturação), bem como identificação dos indicadores que são necessários aos processos de monitorização e gestão, respectiva flexibilização e rápida e fácil disponibilização aos seus possíveis utilizadores.
- Processos de permanente avaliação e selecção – favorecendo em termos operacionais a resposta a todas as questões mais importantes, reduzindo a margem de incerteza e risco, e evitando compromissos rígidos antes do momento adequado para tal.
- Monitorização, que consiste na avaliação do processo de planeamento de um modo crítico, identificando o nível de atingimento dos objectivos estabelecidos previamente, e implementando as estratégias seleccionadas, salvaguardando a existência de informação para decisões diferidas.
- Implementação de decisões de carácter colegial, permitindo incorporar nos planos uma pluralidade de interesses, e contribuições nas formas de implementação, sem atrasos nos processos de tomada de decisões. Garantia da coordenação, de forma a assegurar coerência e articulação nas medidas e acções tomadas pelos diferentes sectores e níveis hierárquicos, assegurando a eficácia do processo de planeamento.
- Comunicação e divulgação das análises, das propostas e das opções à população em geral, por forma a mantê-la esclarecida, empenhada e participativa na tomada de decisões, bem como na implementação do(s) plano(s).

Os Sistemas de Informação Geográfica permitem apoiar a definição, a implementação, o acompanhamento e o controle dos seguintes tipos de actividades de planeamento e de gestão territoriais (Alves, 2002):

- Elaboração de Planos de ordenamento do território e de uso do solo.
- Estudo de características localizadas espacialmente, a nível da população, dos usos do solo, da localização das actividades económicas e dos recursos.
- Avaliação de Planos, e respectivo acompanhamento e monitorização.
- Modelação de fenómenos que ocorrem espacialmente e com elevado significado e incidência espacial.
- Simulação de políticas de intervenção alternativas nos âmbitos do ordenamento, do planeamento e da gestão

1.3. AS POLÍTICAS URBANAS

Os principais objectivos das políticas urbanas são, entre outros (MPAT, 1991):

- Modernização do sistema urbano, baseado no desenvolvimento do espaço nacional de uma forma ordenada, através da estruturação e/ou contenção do crescimento/decrescimento das áreas metropolitanas, reforço dos centros urbanos de dimensão média, e melhoria articulada das comunicações no sistema urbano.
- Melhoria da eficiência e da qualidade urbana, através da garantia dos níveis adequados de infraestruturas básicas, reequipamento urbano (sobretudo nos domínios da saúde, educação, desporto e cultura), reordenamento das áreas degradadas em coordenação com as formas e os “timings” associados à expansão/consolidação urbana, melhoria da acessibilidade, comunicação e circulação, valorização do espaço urbano, e garantia de elevados níveis de eficiência e de eficácia nos processos de planeamento e gestão territoriais.
- Integração e compatibilização do sistema urbano na envolvente europeia, evitando as características nacionais periféricas, através da aposta no desenvolvimento de um “perfil” europeu em algumas cidades, tirando partido da localização estratégica intercontinental do país, e promovendo a implantação de equipamentos públicos de carácter internacional em alguns centros urbanos, e através da redução das assimetrias com o país vizinho.

Em termos estratégicos (MPAT, 1991), o atingimento destes objectivos de política urbana passa pelo empenhamento dos parceiros económicos e sociais, da administração local e da população. Os instrumentos que permitem a sua implementação, por seu turno, podem ser directos ou indirectos (MPAT, 1991):

- Os instrumentos directos são específicos das políticas urbanas, e são controlados (ou com a possibilidade de serem controlados) pela Administração, responsável

pela sua concretização na prática. Estes instrumentos implicam uma parceria entre os níveis da administração central e local, e a existência de planos municipais de ordenamento do território, através dos quais se possam exprimir as medidas da política urbana nacional, nomeadamente no que se refere à definição de perímetros urbanos. Isto é, deverá ser ao nível municipal, que se devem articular as estratégias urbanas definidas a nível nacional com as estratégias mais específicas a nível municipal. Os instrumentos ligados às políticas de solos e à habitação assumem uma importância fundamental no prosseguimento das políticas urbanas. É não só necessário garantir a disponibilização dos níveis adequados de solo e de habitação, como ainda assegurá-los nas áreas para as quais se pretende orientar o crescimento, a expansão e/ou a reabilitação urbana.

- Os instrumentos indirectos são aqueles que, embora tenham sido criados com objectivos diferentes, se vão reflectir sobre as políticas urbanas. Estes instrumentos são especialmente importantes no contexto destas políticas, uma vez que elas assumem características claramente integradas e multisectoriais, o que implica a institucionalização de mecanismos eficazes de coordenação. A sua aplicabilidade e o seu sucesso residem na coordenação intersectorial e espacial dos investimentos públicos (por exemplo através do estabelecimento de contratos-programa plurisectoriais de desenvolvimento urbano resultantes da cooperação entre a administração central e local), bem como na disponibilização e actualização das redes de infraestruturas e dos equipamentos de longo prazo (sobretudo infraestruturas de comunicação, que desempenham um papel fundamental na estruturação do espaço), e no investimento em equipamentos de hierarquia superior (nomeadamente nas áreas da educação, saúde, justiça, ciência e tecnologia, etc.).

Para implementar as estratégias, é também importante motivar e mobilizar a participação da iniciativa privada nas diferentes actividades, serviços, infra-estruturas e equipamentos urbanos. Estes incentivos devem articular-se com as estratégias urbanas definidas a nível nacional (MPAT, 1991). A importância económica dos investimentos deve reforçar a sua representatividade espacial, canalizando-os para as melhores localizações.

Não podem, ainda, esquecer-se os instrumentos de fiscalidade nacional e municipal, em articulação com as políticas urbanas.

No que se refere às políticas de qualificação do espaço urbano (MPAT, 1991), os instrumentos centram-se, essencialmente, ao nível das áreas urbanas degradadas, e consistem na revitalização de núcleos históricos, no desenho de espaços públicos (verdes e de lazer), e na provisão dos meios de transporte e de circulação das áreas urbanas.

As áreas metropolitanas (MPAT, 1991), atendendo ao elevado número e complexidade de inter-relações existentes, requerem a definição de estratégias integradas e equilibradas baseadas na concertação e coerência a nível territorial, sectorial e institucional. Assim, conjuntamente com o reforço dos núcleos, é necessário uma identificação clara da quantidade e da qualidade das funções a descentralizar e a diversificar, a concentrar e a desconcentrar. Desta forma a principal aposta consiste em reforçar os centros de decisão, as redes de serviços e de equipamentos, reforçando as funções urbanas, económicas, políticas e culturais.

Para além disso, a implementação de políticas urbanas coerentes em áreas metropolitanas pressupõe a coordenação e articulação *“das várias políticas, a convergência de estratégias e o prevalecimento de opções supramunicipais em detrimento de visões mais individualistas e menos eficazes”* (MPAT, 1991, p. 47), o que se traduz na institucionalização do modelo administrativo para as áreas metropolitanas (Lei nº 10/2003), constituído pela Assembleia Metropolitana (órgão deliberativo), pela Junta Metropolitana (órgão executivo) e pelo Conselho Metropolitano (órgão consultivo). Este nível decisório, abrangente de todos os municípios de cada área metropolitana, possibilita o delineamento de soluções alargadas para o conjunto dos municípios, definidas no âmbito de uma estratégia de desenvolvimento territorial, sendo as seguintes as suas competências (Lei nº 10/2003, de 13 de Maio):

- Articular os investimentos municipais com interesse supramunicipal
- Coordenar as iniciativas e actuações entre os serviços da administração central e os

municípios em questões sectoriais como sejam a saúde, a educação, a segurança e a protecção civil, as infra-estruturas de saneamento básico e de abastecimento público, os equipamento de uso colectivo, o ambiente, conservação da natureza e recursos naturais, a acessibilidade e os transportes, a promoção do turismo e da cultura, e o apoio ao desporto, à juventude e às actividades de lazer.

- Planear e gerir a nível estratégico, social e económico.
- Gerir o território integrante da respectiva área metropolitana.

1.4. AS FORMAS DE EXERCÍCIO DO PODER

A importância da hierarquia urbana é realçada nas escolhas de localização territorial das actividades económicas (Bennet e Graham, 1998). De facto, os processos de globalização têm levado as empresas a concentrarem-se nos maiores centros urbanos de cada região, o que realça a importância das economias externas – medidas como economias de urbanização e de localização – na determinação da respectiva localização (Hodgkinson et al., 2001, Coughin e Segev, 2000; Feser e Bergman, 2000; Maurer e Walz, 2000; Westhead e Wright, 1999). A própria organização das áreas metropolitanas corresponde a um modelo urbano hierárquico (Bennet e Graham, 1998; Fingleton, 2000; Henneberry, 1999; Jones, 1995; Plummer e Taylor, 2001a, 2001b; Sunley, 1999). As redes de informação, bem como as teorias e práticas de localização das empresas com actividades inovadoras, desempenham um papel importante na sua própria capacidade de inovação e no seu sucesso, o que é reforçado pelas estratégias recentes de desenvolvimento regional baseado em redes (Roper, 2001): as áreas urbanas mais ricas em recursos são as mais propícias à inovação de produtos e serviços, enquanto que as áreas rurais são mais susceptíveis de nelas se processarem as adaptações aos processos de mudança.

As escolhas de localização das empresas dependem, por sua vez, de uma multiplicidade de factores, tais como:

- A produtividade espacial, que depende do modo como a densidade de capital (relação capital/solo) e de trabalho (relação trabalho/solo) se distribuem no espaço (Fogarty e Garofalo, 1988; Thrall, 1991).
- As variações na procura decorrentes de condições de incerteza dos preços dos “inputs” e de incerteza tecnológica (Tan e Hsu, 2001; Tellier e Pinsonnault, 1998).
- A influência exercida pelo volume de negócios, a acessibilidade e os comportamentos de localização das outras empresas, de acordo com as respectivas áreas de actividade (Hall, 2000).

- A especialização, a liderança tecnológica, os recursos humanos, e a integração local das empresas (Plummer e Taylor, 2001b).
- O acesso à informação, ao apoio institucional, e a negócios inter-regionais (Plummer e Taylor, 2001b).
- O progresso técnico, associado ao crescimento endógeno (Fingleton, 2001).
- As restrições regulamentares referentes à envolvente na formação do capital das empresas (Garofalo e Malhotra, 1995).
- A diversificação dos investimentos internacionais (Adair et al., 1997).
- As ligações entre os rendimentos produtivos e/ou imobiliários, o Produto Interno Bruto, e as características do emprego (Adair et al., 1997).

As consequências territoriais das políticas que têm correntemente vindo a ser adoptadas nas áreas urbanas e metropolitanas revelam, frequentemente, algumas fraquezas, que são evidentes nas tendências de localização de empresas cada vez mais descentralizadas e especializadas – frequentemente dificilmente compatíveis com as restrições administrativas e os seus correspondentes atributos de planeamento e gestão –, e na proliferação de associações representativas da sociedade civil com características competitivas e diferentes incompatibilidades. Frequentemente assiste-se à inexistência de um plano estratégico geral, coerente e integrador de todos os diferentes interesses envolvidos.

Por essa razão é tão importante reflectir sobre as formas de exercício do poder e de participação pública na gestão e orientação dos processos urbanos, como meio de assegurar que as tendências de globalização não se vão sobrepôr irremediavelmente às realidades e necessidades locais.

Nas modernas sociedades, a par da globalização, tem-se vindo a assistir a uma

diversificação e individualização crescente, o que é exemplarmente realçado por Oliveira (2001):

“Há muitos aspectos das sociedades do nosso tempo que tendem para a uniformização. [...]. A verdade, porém, é que no interior de cada sociedade há muito mais diversidade do que já houve. O direito à diferença conquistou foros de cidade. Os diferentes grupos que compõem uma sociedade adquiriram voz, independentemente do seu poder económico, da sua etnia, da sua religião, das suas opções políticas... Assistimos a uma diferenciação, especialização e individualização crescentes. Esta diversidade acaba por se transformar em maior complexidade. Convém não esquecer que a diversidade respeita não somente aos elementos do sistema, como também aos tipos de inter-relacionamento entre eles. O efeito conjunto de maior complexidade, dinâmica e diversidade tem repercussões óbvias sobre a governabilidade dos sistemas e, naturalmente, a sua governância.”

A governância consiste na forma de organização das actividades de governo dos agentes políticos, administrativos e sociais (Oliveira, 2001), e a governabilidade na capacidade de geração de estratégias capazes de aproveitar as oportunidades e dar resposta aos problemas concretos (Kooiman, 1993).

Tem-se assistido à sucessiva passagem de estruturas de governação muito hierarquizadas para formas de exercício da autoridade e desempenho de funções colectivas baseadas em redes variadas e multifacetadas de organizações representativas da sociedade civil. São redes de trabalho muitas vezes informais, através das quais estes diferentes grupos interagem entre si e com a administração pública com vista à gestão colaborativa das diferentes facetas de interesses colectivos (Healey, 1997). Estas redes de interacção são frequentemente designadas na literatura por capital social, dotação institucional ou capital institucional. O conceito de capital social que tem vindo a ser sucessivamente incorporado na teoria e na prática do desenvolvimento comunitário é o conceito de Putman (1993a, 1993b, 1995, 1996, 1998, 2000), em que o termo se combina com noções referentes à sociedade civil, e se assume como sendo o principal motor do crescimento económico e da governação demo-

crática (DeFilippis, 2001). Para Bourdieu (1985), o capital social, ao ser constituído por redes de relações sociais, não se isola da noção geral de capital, que comporta, simultaneamente, relações económicas e de poder, e que constitui uma verdade nos domínios de interacção social normalmente não entendidos especificamente em termos económicos (DeFilippis, 2001). O capital social é, pois, um conjunto de entidades com duas características comuns: todas elas assentam em algum aspecto das estruturas sociais, por um lado, e facilitam determinadas acções dos agentes dentro das estruturas, por outro (Coleman, 1988). Tal como outras formas de capital, o capital social é produtivo, e torna possível o atingimento de determinados objectivos, o que seria impossível na sua ausência.

Os processos de internacionalização e de globalização reforçam a componente social da governância e da governabilidade (Oliveira, 2001), bem como, conseqüentemente, as preocupações pelos aspectos de pendor eminentemente social. Quanto maior fôr o número de instituições em que assenta o poder de uma sociedade em todos os domínios, acrescidas serão as suas possibilidades de governação e de desenvolvimento económico com vista à sua integração sustentada numa “sociedade global”.

Embora a globalização e a internacionalização gerem uma plataforma comum de raciocínio (uma base de referência e uma “linguagem” comum), o papel a desempenhar pelos agentes de decisão política e económica é cada vez mais importante, no sentido de identificar e dar resposta adequada às necessidades específicas associadas às pessoas e aos locais.

O planeamento municipal deve augurar-se como garante dos princípios fundamentais do Direito, designadamente o princípio da justiça (que pode, por sua vez, decompôr-se nos princípios da igualdade e da equidade (Amaral, 1993; Correia, 1993). Há que apostar na criação de condições que potenciem um papel mais actuante, efectivo e eficaz da Administração Pública no planeamento, uso e transformação do território, garantindo maior justiça, assegurando uma mais forte sustentabilidade regional e urbana, e garantindo melhores condições de vida.

Numa economia de mercado, as decisões de planeamento exercem um impacto crescente na definição, orientação e controle da evolução da envolvente construída, e das condições de vida quotidiana, do trabalho, educação e divertimento que nela se desenrolam (Adams, 1994). Para gerir a complexidade económica e social crescente é fundamental a adopção de estratégias concretas de promoção do desenvolvimento local de forma sustentada e em direcção ao desenvolvimento global, e de promoção da melhoria da qualidade de vida da população, incentivando a sua participação na definição e implementação de políticas.

1.5. OS IMIGRANTES E AS MINORIAS ÉTNICAS

Este estudo insere-se nas recentes pesquisas sobre sustentabilidade urbana de imigrantes e de minorias étnicas no que se refere à sua importância para os sistemas políticos e de planeamento (Garbaye, 2002; Myers, 1999; Larner, 1998; Ellis, 2001), às relações entre os imigrantes e as minorias étnicas e as condições de emprego (Pecoud, 2002; Stoll et al., 2002; Fieldhouse, 1999), e às formas de posse, características habitacionais e das vizinhanças dos alojamentos dos imigrantes e das minorias étnicas (Wyly et al., 2001; Rosebaum et al., 1999; Peach, 1998; Li, 1998; Cameron, 2000).

A integração sociológica e a participação das minorias baseia-se num conjunto complexo de inter-relações entre os poderes central e local de cada país, os partidos políticos locais, bem como os estilos de governação específicos de cada cidade (Garbaye, 2002). Estes três elementos combinam-se de diversas formas em diferentes países, o que conduz a envolventes políticas específicas nas quais a definição e a implementação de políticas referentes aos imigrantes e às minorias étnicas são (ou devem ser) aplicadas.

A integração social e económica dos imigrantes e das minorias étnicas é actualmente encarada como um valor orientador do planeamento regional e urbano. As necessidades destes grupos populacionais têm sido harmonizadas de diferentes formas pelos sistemas de planeamento, dentro de enquadramentos políticos e institucionais distintos (Myers, 1999), e de acordo com as condições contingenciais a cada cidade. A diversidade racial dos cidadãos é incorporada pelos diferentes níveis de planeamento através da definição de metodologias que consideram as diferenças na raça, na etnia e na língua, do estabelecimento da forma como os poderes políticos e os seus órgãos executores lidam com os imigrantes, e da implementação de procedimentos referentes à promoção do envolvimento destes na implementação de políticas (Qadeer, 1997). As cidades são, de facto e cada vez mais, centros multiculturais em que diferentes grupos populacionais desenvolvem as suas actividades e exprimem os seus traços culturais específicos. O multiculturalismo alarga, progressivamente, a esfera de acção do pluralismo no âmbito do planeamento.

Os imigrantes e as minorias étnicas requerem frequentemente um conjunto específico de serviços comunitários, facilidades de emprego e de alojamento, e determinadas características de vizinhanças (Myers, 1999). Neste sentido, as políticas e as intervenções de planeamento regional e urbano podem ser analisadas no que se refere à sua contribuição para a integração económica, social, cultural e religiosa dos imigrantes e das minorias étnicas, favorecendo o desenvolvimento de comunidades multiraciais (Qadeer, M, 1997; Gans, 1961).

Há duas formas distintas de articular comunidades com culturas diversificadas num dado espaço urbano (Pinto, 2004):

- O modelo da segregação, cujo limite de “*performance*” foi atingido no modelo do “*apartheid*”, na África do Sul, mas que actualmente não é praticado institucionalmente em nenhum país, e não tem defensores oficiais.
- O modelo da assimilação de imigrantes, que foi adoptado pelas comunidades em que a sociabilidade com outros povos sempre foi uma tarefa difícil. De acordo com esta perspectiva, os imigrantes deverão adoptar todas as características culturais específicas do país/região para onde vão residir.
- O modelo do multiculturalismo (Ellis, 2001), tradicionalmente adoptado nos Estados Unidos da América, no Brasil e em Portugal, baseado numa forte herança histórica de convivência com povos diversos, com diferentes ambientes e contextos culturais. Este modelo foi estabelecido com base na convicção de que os direitos fundamentais são os mesmos para toda a gente, acredita na legitimidade e nos resultados positivos decorrentes da sociabilidade entre diferentes povos, e aposta na diversidade – que é entendida não como uma ameaça, mas sim como uma complementaridade positiva. O princípio da igualdade está, consequentemente, estabelecido na lei: todas as pessoas nestes países têm os mesmos direitos, sejam nativas ou imigrantes.

O conceito de imigração tem, de facto, implícito o entendimento de que existem

direitos e obrigações, quer do Estado quer dos imigrantes (estrangeiros, como são actualmente designados), que não só implicam um respeito mútuo como ainda a aceitação dos seguintes princípios básicos:

- Os imigrantes devem respeitar as pessoas, os símbolos e as instituições dos países onde residem, os princípios de igualdade entre homens e mulheres, bem como os direitos humanos. Estes são os aspectos básicos que devem ser aceites por quem quer que queira viver fora do seu país de origem.
- Por outro lado, o Estado (entendido no seu sentido lato), deve respeitar as diferenças entre os povos, e aceitar activamente quer a língua quer todas as manifestações culturais, bem como os direitos humanos dos imigrantes, incluindo o direito de livre expressão e o direito de associação.

Apesar das acções e das iniciativas dos poderes locais serem importantes no sentido do reforço dos processos de identificação e de conciliação entre as culturas nativas e as regras políticas, procedimentos e valores dos locais onde os imigrantes vivem (Allardt, 1981), existem algumas dimensões que não têm merecido a atenção suficiente por parte da teoria e das políticas urbanas, como sejam as características demográficas, a progressão na carreira, o desenvolvimento ao longo do tempo de sistemas de bem-estar social, os fluxos geográficos, e a variação dos tempos de permanência nos alojamentos (Myers, 1999). Uma das possíveis explicações assenta nas preocupações políticas tradicionalmente focalizadas ou nas cidades (condições de habitação, locais de trabalho, etc.) ou nas pessoas, tornando-se necessária uma abordagem integrada que relacione as características específicas de cada segmento populacional com as condições de vida gerais na cidade, de forma a fomentar não só o reconhecimento da igualdade política como ainda a promover a integração social, económica, cultural e religiosa dos imigrantes e das minorias étnicas. Por esta razão assume tão grande importância a análise do dinamismo demográfico (Myers, 1999), profissional e habitacional. Esta análise pode centrar-se, nomeadamente, no estatuto, idade, progressão na carreira profissional ao longo do tempo, e mobilidade geográfica, atendendo à composição geral da população, constituída por diversos grupos raciais.

A questão económica assume, neste contexto, particular relevância, porque as tendências de globalização orientam não só uma mudança nos objectivos e nas características dos sistemas económicos de produção (dirigindo o investimento estrangeiro), como também potenciam o reforço da sociabilidade inter-comunitária, através da introdução de mudanças fundamentais no imaginário espacial (Gans, 1961).

O multinacionalismo económico global está a diversificar cada vez mais as formas construtivas, e as funções urbanas das cidades contemporâneas (Qadeer, 1997).

Mesmo ao nível económico local, a integração dos imigrantes não pode ser encarada em si mesma como sendo negativa (Pecoud, 2002). De facto, ela depende dos empregos que os imigrantes têm ou que estão à procura, bem como dos comportamentos de oferta e de procura de trabalho e das respectivas elasticidades (Borjas, 1994) dos nativos e dos diferentes grupos étnicos: os imigrantes podem ser particularmente aptos para o desempenho de certo tipo de tarefas, o que pode reforçar o equilíbrio económico geral de uma dada economia.

Recentemente, têm sido desenvolvidos muitos estudos teóricos e empíricos referentes aos impactos exercidos pelos imigrantes sobre as características e o funcionamento dos mercados de trabalho locais (Stoll et al., 2002; Bean e Lowell, 1988; Card, 1990; Altonji e Card, 1991; LaLonde e Topel, 1991; Borjas e Freeman, 1996; Reimers, 1998), nomeadamente estudos de regressão, que permitem testar o impacto do papel activo desempenhado pelos imigrantes na procura de trabalho, sobre os salários e as condições de emprego da população nativa (Stoll et al., 2002), e a explicação dos diferenciais de desemprego entre os nativos e os imigrantes (Fieldhouse, 1999).

1.6. A HABITAÇÃO E AS VIZINHANÇAS

O ambiente em que as pessoas vivem é essencial para o seu desempenho pessoal e profissional. As redes de comunicação fundadas nos espaços de residência e de vivência potenciam uma progressiva integração de diferentes comunidades étnicas (Kleit, 2001; Goering et al., 1995; Wellman, 1988; Gould e Turner, 1997), e a inserção dos indivíduos num todo urbano mais vasto (Wellman, 1988), sendo, em parte, responsáveis pelas oportunidades económicas e sociais com que estes se deparam (Kleit, 2001; Goering et al., 1995).

A geografia de oportunidades varia espacialmente, e de acordo com os diferentes conceitos espaciais (Galster e Killen, 1995), e o estatuto social, o sucesso profissional e a escala atingida no mercado de trabalho (Alba e Logan, 1992) (o “*social attainment*” e o “*professional attainment*”) estão fortemente inter-relacionados com a localização habitacional, e com as características das vizinhanças (Ellen e Turner, 1997; Rosebaum, 1991). As ligações sociais, que se traduzem no estabelecimento de redes a nível da localização dos alojamentos bem como das características da envolvente residencial, permitem aos indivíduos a sua inserção num todo urbano mais vasto (Wellman, 1988), e influenciam os seus valores e preferências (Galster e Killen, 1995), ajudando a traduzir as percepções que conduzem ao aproveitamento das oportunidades sociais e económicas emergentes (Kleit, 2001; Goering et al., 1995; Briggs, 1998). São as ligações sociais que influenciam as escolhas, as atitudes, os comportamentos e as realizações dos indivíduos (Briggs, 1998), e é ao nível das economias urbanas locais que se constituem as oportunidades para os imigrantes e para as minorias étnicas.

Kleit (2001) apresenta um modelo heurístico bastante interessante das relações entre as características das vizinhanças e os atributos individuais na formação das redes sociais, e o impacto inter-relacionado que esses factores exercem conjuntamente sobre as oportunidades económicas (Granovetter, 1973; Burt, 1983; Campbell et al., 1986; Marsden, 1987; Wellman e Potter, 1999), bem como dos efeitos que, reciprocamente, estas oportunidades exercem sobre as redes sociais.

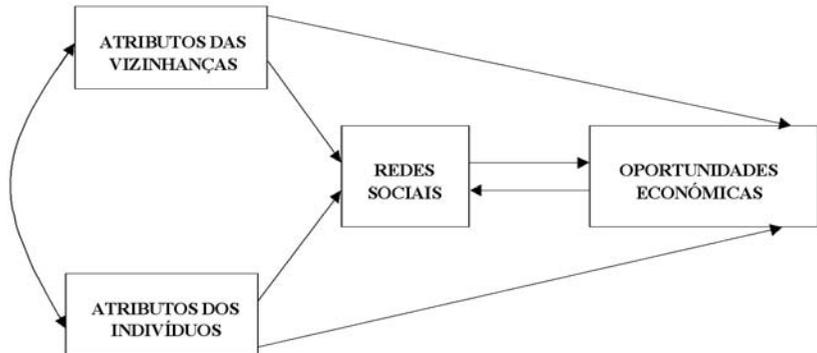


Figura 2. Modelo heurístico das relações entre as redes sociais e as oportunidades económicas (Fonte: Kleit, 2001)

Segundo Kleit (2001), o estatuto de trabalho e o local onde este se desenvolve influenciam a diversidade e a fragilidade das ligações estabelecidas dentro da rede de relações sociais de determinado indivíduo. Do mesmo modo, quanto maior for a diversidade e menor a proximidade na sua rede de relações sociais, maior é o seu acesso às oportunidades (Kleit, 2001).

No que se refere à escolha da localização habitacional das famílias, Johnson (2001) aponta um conjunto de indicadores objectivos:

- Disponibilidade de fácil acesso a empregos de elevada qualidade.
- Disponibilidade de habitação para aquisição ou arrendamento a preços acessíveis.
- Fácil acessibilidade a empregos públicos e privados.
- Apoio de equipamentos e serviços.
- Qualidade da educação.
- Segurança pública.
- Amenidades locais e características demográficas.

– Qualidade de vida

Telles (2001, pág. 90) aponta sete princípios urbanos elementares que deverão ser considerados no planeamento e gestão urbanas (em termos gerais), e dos alojamentos (em particular):

- O indivíduo, como núcleo central de preocupações.
- O “*continuum naturale*”, que consiste no sistema contínuo que permite e suporta o funcionamento e o desenvolvimento equilibrado dos ecossistemas naturais.
- O “*continuum aedificandi*”, que é constituído pelo sistema contínuo de espaços construídos e de espaços não construídos e de equipamentos, que conjuntamente definem a vizinhança (“*habita*”) dos alojamentos familiares.
- O “*genius loci*” – que incorpora não apenas as características físicas do espaço como ainda aspectos simbólicos, históricos e telúricos referentes à envolvente, assumindo um valor humano intrínseco, e que é tradicionalmente mantido ao longo das gerações.
- A liberdade de troca (embora dentro de certos limites), e a diversidade expressa através da polivalência do espaço, que não só suporta a envolvente, como ainda promove diferentes actividades de produção e de entretenimento.
- A promoção biológica, que consiste no conjunto de mudanças naturais e culturais, e na sua capacidade de auto-regulação e regeneração.
- A “*homeostasis*”, que significa a estabilidade, expressa através dos equilíbrios dinâmicos estabelecidos durante os processos biológicos.

Ao nível sociológico, as características das vizinhanças e as suas transformações (Galster, 1987), podem influenciar as expectativas relativas ao futuro da comunidade,

bem como à mobilidade individual e familiar (Ellen et. al., 2001). Podem, inclusivamente, exercer efeitos de discriminação entre diferentes grupos de indivíduos ou famílias (Galster, 1990; Ondrich et al., 1998, 1999, 2001; Page, 1995; Roychoudhury e Goodman, 1996; Yinger, 1986, 1991, 1995).

De facto, o espaço urbano proporciona e deve ser entendido como compreendendo uma rede complexa de inter-relações e vivências (Rebello, 2003): cada espaço, para além da sua localização geográfica específica – espaço absoluto (que se refere a determinada parcela de terreno e às estruturas nele existentes) - exhibe características de espaço relativo (associado aos movimentos espaço-temporais e às características dos movimentos das pessoas, serviços e bens), e de espaço relacional (que envolve toda a rede de relações estabelecidas no dia-a-dia pelos indivíduos no seu relacionamento com o ambiente que os rodeia, no contexto temporal passado, presente e através das expectativas que se delineiam em relação ao futuro, e que se traduz numa enorme complexidade de relações entre as pessoas, os bairros, os locais de residência, trabalho, distração e passeio) (Harvey, 1992).

Por outro lado, os espaços de produção, reprodução e circulação assumem elevada importância na estruturação, funcionamento e qualidade do ambiente urbano (Scott, 1980). Assim, enquanto que o espaço de produção se traduz na utilização do solo pelos diferentes tipos de actividades, existe uma relação directa muito forte entre as qualidades físicas da envolvente urbana e a eficácia funcional da força de trabalho, que reflecte a importância do espaço de reprodução. Os atributos físicos da envolvente urbana são apreendidos e apropriados pelos indivíduos, num contexto de vizinhança residencial específica e socialmente uniforme, influenciando fortemente a formação da força de trabalho. As vizinhanças urbanas funcionam, pois, como um núcleo de socialização e reprodução, em três sentidos: em primeiro lugar contribuem para o processo de socialização e de integração funcional das crianças; em segundo lugar facilitam o desenvolvimento de redes activas de relações sociais e ideológicas entre grupos de indivíduos com experiências de vida e expectativas semelhantes; e, por último, assinalam e, parcialmente, determinam, um certo “*status*” social. A cidade moderna caracteriza-se por estes dois tipos de espaços distintos mas com-

plementares (espaço de produção e espaço de reprodução) exibindo as suas próprias características e relações funcionais, consolidados como um todo geográfico coerente através do espaço de circulação, que é controlado pelas autoridades, (através dos processos de planeamento), sendo a maioria dos transportes e equipamentos urbanos financiados por fundos públicos. A principal função do sistema de transportes urbanos consiste em ligar os espaços de produção e de reprodução, exercendo poderosos impactos diferenciais sobre os vários interesses sociais na cidade.

O debate sobre habitação, por seu turno, envolve uma rede inter-relacionada, interdisciplinar e multidimensional de questões (Ascher, 1995). Existem, assim, diferentes perspectivas na análise habitacional: social, urbana, económica, ideológica, sociológica, e cultural. Estas facetas teóricas estão relacionadas com o modo como a habitação pode ser gerida: como um produto, uma necessidade básica, um local de consumo, um local em que ocorre a estruturação de um conjunto de relações sociais, um activo de investimento e patrimonial, e por vezes um local de trabalho (Cardoso, 1983). A perspectiva urbana integra todas estas facetas, assegurando-lhes coerência interna.

Ao nível económico, a habitação é um produto e um local em que ocorrem processos de consumo, podendo ela própria ser encarada como um bem de investimento. A perspectiva económica da habitação traduz-se directamente na sua escala de preços, que dependem dos seguintes factores (Aydalot, 1985):

- Necessidades quantitativas de mercado.
- Taxa de esforço (parte do rendimento afectado pelos compradores à aquisição ou arrendamento habitacional).
- Política de crédito das instituições financeiras (quanto maior fôr o prazo de pagamento, mais fácil é, para uma determinada taxa de esforço, viabilizar níveis de preços habitacionais mais elevados).

Aos níveis social e sociológico, as condições de alojamento reflectem necessidades

sociais e emocionais básicas, e exprimem-se como um local em que se desenvolve um conjunto de relações sociais.

Mas o alojamento pode também ser encarado como uma resposta a mudanças culturais (Zukin, 1988): o comportamento dos agentes envolvidos no mercado habitacional deve traduzir a expressão das representações culturais no espaço e no tempo, através de diferentes formas urbanas (Zukin, 1998). O estudo das relações entre o capital e a cultura (Guy e Henneberry, 2000) permite entender melhor os processos de desenvolvimento, que também incluem o significado simbólico dos espaços e das experiências (Lefebvre, 1974; Hastings, 1999). A criação, partilha, negociação ou imposição destes significados é intrínseca aos processos de reprodução, contestação e mudança social e está activamente envolvida nas características económicas da sociedade (Hastings, 1999). A habitação exprime, assim, necessidades de nível mais elevado (as que se relacionam com capacidades e competências, estatuto, liberdade, conhecimento), bem como a satisfação (auto-actualização, cultura, artes), e traduz uma herança cultural ou patrimonial.

Estes raciocínios são especialmente relevantes quando se analisam os processos de inserção económica e social dos imigrantes, através da relação entre as localizações e as características dos seus alojamentos, e os níveis de sucesso profissional e de posição na carreira que eles conseguem atingir. Assim, quanto maior for a diversidade da rede de relações sociais de um indivíduo, maior é o acesso às oportunidades (Kleit, 2001), e se a possibilidade de residir em envolventes possuindo recursos, infraestruturas e equipamentos de alta qualidade estiver igualmente distribuída entre diferentes grupos populacionais – como é o caso dos imigrantes e das minorias étnicas – então a sua capacidade de progredir profissional, económica e socialmente poderá ser substancialmente melhorada (Massey, 1990, 1993), e orientada no sentido da igualdade de oportunidades e de perspectivas de sucesso de todos os cidadãos (Kleit, 2001; Wilson, 1986, 1996).

Os níveis de atingimento profissional (“*work attainment*” ou “*professional attainment*”) atingidos pelos imigrantes estão fortemente dependentes das tipologias dos alojamentos, e das características das respectivas vizinhanças (incluindo o padrão

geral de comportamento das pessoas nativas que vivem nas áreas para onde se deslocam os grupos populacionais estrangeiros) (Rosebaum et al., 1999), e do tipo de morfologia urbana ("*layout urbano*") – concentrado ou disperso - que caracteriza as respectivas localizações. Neste sentido, o modelo do "*ethnoburb*" – "*clusters*" étnicos suburbanos em áreas residenciais e "*central business districts*" em grandes áreas metropolitanas (Li, 1998) -, permite entender a estratificação social e económica dos imigrantes e das minorias étnicas, de acordo com as características dos seus alojamentos e das respectivas vizinhanças, dos seus locais de trabalho e profissões, e das inter-relações estabelecidas entre eles.

Não existe consenso sobre o conceito de dispersão urbana (Burchell et al., 1998). No entanto, alguns estudos tentaram operacionalizar esta dispersão, quantificando-a, o que permite a realização de comparações entre diferentes áreas urbanas (Galster et al., 2001). Estes autores, apresentam o conceito de dispersão urbana baseado em oito dimensões distintas relativamente aos padrões de ocupação do solo:

- Densidade – é dada pelo número médio de unidades residenciais por m² de solo urbanizável numa dada unidade territorial em análise.
- Continuidade – indica o grau com que o solo urbanizável tem sido edificado de uma forma fisicamente contínua.
- Concentração – mostra de que forma a urbanização/construção se junta proporcionada ou desproporcionadamente numa área relativamente reduzida do espaço urbano em análise, em vez de nele se distribuir de uma forma uniforme.
- Agrupamento – representa o grau com que a urbanização/construção está agrupada de forma a minimizar o montante por m² de solo urbanizável ocupado com usos residenciais e não residenciais.
- Centralidade – é uma medida da proximidade ao "*central business district*" da construção residencial ou não residencial (ou de ambas) na área urbana em análise.

- Nuclearidade – é a extensão em que uma área urbana se caracteriza por um padrão mononucleado por oposição a um padrão polinucleado de edificação/construção.
- Usos mistos – representa os tipos de usos (residencial, comércio, serviços, misto, etc.) da área estudada.
- Proximidade – é a medida em que os diferentes usos do solo estão ou não próximos uns dos outros numa dada área urbana.

Trata-se de uma abordagem muito útil sob o ponto de vista do planeamento e da gestão urbanas, já que permite investigar de um modo mais fundamentado as causas e as consequências da dispersão urbana, definida como uma condição de uso do solo, e representada por baixos valores de uma ou de mais do que uma destas dimensões (Galster et al. 2001).

Assim, as características das vizinhanças, traduzidas pelas diferentes tipologias de alojamentos e pelos “*layouts*” urbanos específicos – concentrados ou dispersos – alargam ou restringem o acesso às oportunidades sociais e profissionais, nomeadamente através da influência que exercem sobre os processos de formação de redes sociais de comunicação (Kleit, 2001). São estas redes, fundadas nos locais de residência (e também nos locais de trabalho), que permitem uma progressiva integração social, económica, cultural e religiosa de diferentes comunidades étnicas (Kleit, 2001; Wellman, 1988; Goering et al., 1995).

O conceito de provisão habitacional, por outro lado, refere-se ao conjunto de processos prévios que conduzem ao uso habitacional: a concepção e o projecto imobiliário, a mobilização dos recursos financeiros, a aquisição de parcelas de terreno, a obtenção das licenças de urbanização e construção, o processo construtivo, e o uso final dos alojamentos. Portanto, a provisão habitacional inclui não apenas os agentes envolvidos (promotores), os mecanismos de financiamento, e as características físicas dos alojamentos produzidos, mas também as próprias condições de uso (a quem se dirigem, bem como as relações de propriedade)(Conceição, 2004).

Existe uma multiplicidade de formas de provisão habitacional. Cada uma delas envolve um conjunto inter-relacionado de questões tais como o modo como a habitação é concebida, o papel dos processos tecnológicos e a respectiva evolução, as estruturas de mercado e as relações entre os diferentes fornecedores de habitação, o impacto das condições fundiárias na definição da renda urbana e os seus efeitos sobre os preços imobiliários (Cardoso e Short, 1983). A estrutura de provisão habitacional é um conceito dinâmico e móvel, e a sua essência consiste naquilo que permanece de sucessivas mudanças, mantendo determinadas ligações (Cardoso, 1996)

A estrutura do mercado fundiário, por seu turno, e as regulamentações a ela referentes, exercem, também, uma influência importante sobre a estratégia competitiva das empresas. As inter-relações entre o Estado, por um lado, e os agentes de mercado, por outro, definem uma estrutura de mercado particular para cada caso, e fundamentam o raciocínio competitivo dos agentes envolvidos (Barlow, 1993, Barlow e King, 1992).

Na maioria dos países europeus, o enquadramento habitacional baseia-se em sistemas dualistas de provisão habitacional: a competição privada, e a provisão pelo Estado ou municipal (que se baseia nos mecanismos do planeamento, sem fins lucrativos, e dirigida aos estratos sociais mais desfavorecidos, visando a sua inserção social) (Kemeny, 1995; Giddens, 1994). Mas existem inter-relações profundas entre estas duas diferentes estruturas de mercado (Barlow e Duncan, 1992; Doling, 1999): os mercados dependem do apoio do Estado e este, por seu turno, também precisa da distribuição de mercado para sobreviver (Kemeny, 1998; Conceição, 2004).

Embora a nível teórico muitos autores realcem a dicotomia entre o Estado e o mercado (Giddens, 1994), não existem apenas estas duas posições extremas, o sector público e o sector privado, mas eles podem ser articulados conjuntamente criando aquilo que se designa como um “mercado social”, capaz de conciliar as características dos mercados públicos e privados (Kemeny, 1998; Maclennan e More, 1997) e estabelecer o enquadramento para muitas políticas habitacionais, situadas no “*continuum*” entre os dois extremos referidos (Maclennan e More, 1997).

O principal objectivo das políticas sociais consiste em promover o acesso aos bens e serviços independentemente do poder de mercado das pessoas e das famílias, e apenas como a expressão de um direito (Esping-Andersen, 1995; Conceição, 2004)

Considerando a complementaridade crescente entre as organizações e o planeamento territorial estruturado, por um lado, e os processos de economia urbana e de gestão urbanística, por outro, as políticas habitacionais urbanas devem equilibrar dois objectivos diferentes e opostos, o económico e o social. Devem, para além disso, basear-se na reestruturação metropolitana, e envolver diferentes escalas e tipologias (Rebello, 2001a).

Actualmente o capital é livre de se deslocar entre diferentes formas de investimento, e neste processo a valorização da propriedade urbana é uma peça importante (Haila, 1988, 1991; Harvey, 1985; Coakley, 1994; Ball, 1985; Scott, 1980)

No entanto, o modelo puro de mercado é uma fonte de tensões e desigualdades, uma vez que beneficia a eficiência selectiva de determinados locais e agentes nas áreas metropolitanas, conduzindo muitas vezes a uma reorganização física, social e funcional do espaço que acelera a decadência urbana, que frequentemente resulta na exclusão social de determinados grupos. A própria rede constituída entre as diferentes componentes urbanas e a sua envolvente é enfraquecida pela natureza deste urbanismo competitivo.

Na verdade, diferentes contextos habitacionais adaptam-se a diversas condições económicas e sociais, uma vez que a habitação é um bem de consumo que depende fortemente do rendimento das famílias. Deste modo, a concentração dos mais pobres em certas zonas nas áreas metropolitanas pode exercer efeitos negativos sobre a produção e a reprodução de determinados problemas sociais (Pimenta et al., 2001). As pessoas que vivem nestes quarteirões degradados sentem fortemente este estigma social porque internalizam esta imagem pública socialmente depreciada (Guerra, 1994).

A valorização urbana está inter-relacionada com muitas estratégias e práticas sociais representacionais, cuja articulação ocorre no espaço urbano. Os espaços dominantes

numa sociedade (traduzidos nas localizações urbanas planeadas e racionais, e na arquitectura de determinados projectos), estão associados com os espaços representacionais (espaços pensados e vividos pelos utilizadores nas suas rotinas diárias), e com as práticas espaciais (que dão forma aos espaços sociais, e que vão desde as pequenas deslocações diárias até sofisticados meios de comunicação usando redes globais) (Lefebvre, 1974; Allen e Pricke, 1994).

Mesmo no estabelecimento dos sistemas produtivos locais, que assentam na articulação dinâmica de agentes sociais, económicos e culturais específicos, (com diferentes estratégias produtivas), as diferentes formas de trabalho e enquadramentos de referência que sobrevivem na vida urbana são factores potenciais de valorização do espaço urbano (Negri, 1995; Marotel, 1995; Di Benedetto, 1995).

Para além disso, o marketing cria representações simbólicas de complexos imobiliários, com uma arquitectura, envolvente e equipamentos individuais dirigidos a determinados estratos populacionais e sociais, o que reforça fortemente sentimentos urbanos de envolvimento pessoal e social (Kratke, 1992).

1.7. AS ECONOMIAS LOCAIS E AS POLÍTICAS DE REQUALIFICAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

As cidades tornam-se progressivamente centros multiculturais em que diferentes grupos populacionais desenvolvem as suas actividades e exprimem os seus traços culturais específicos. Estas redes de comunicação fundadas nos espaços de residência e de vivência potenciam uma progressiva integração social, económica, cultural e religiosa de diferentes comunidades étnicas (Kleit, 2001; Goering et al., 1995; Wellman, 1988).

No sentido de gerir a complexidade crescente aos níveis económico, social, cultural e religioso, é fundamental a adopção pelos poderes municipais de estratégias específicas destinadas a promover a sustentabilidade local, orientadas no sentido do desenvolvimento global multifacetado, e da promoção das condições de vida da população, nomeadamente através do estímulo à sua participação na definição e na implementação de medidas políticas (Rebelo, 2004).

Os diversos tipos de políticas de desenvolvimento regional e urbano correspondem aos seguintes vectores de actuação, sistematizados por Figueiredo (2002):

- Políticas de incentivo à mobilidade dos factores de produção. Estas políticas concretizam-se, nomeadamente, através da infra-estruturação de certas zonas, bem como através do estabelecimento de estímulos à mobilidade.
- Políticas de promoção do bem-estar nos territórios. Estas políticas consubstanciam-se na dotação de equipamentos de determinadas zonas, bem como em investimentos em benefício das respectivas populações.
- Políticas de mobilização e valorização do potencial endógeno. Normalmente, estas políticas concretizam-se na valorização dos recursos naturais endógenos, podendo, no entanto, aplicar-se ao mais variado conjunto de recursos, e correspondendo a uma concepção integrada do desenvolvimento endógeno.

- Políticas de promoção e valorização de externalidades da competitividade empresarial. Corresponde à implementação de uma concepção de território competitivo (Figueiredo, 2002, pg. 487): “*Território competitivo é aquele que, mediante combinações pertinentes de recursos, incluindo o conhecimento e a organização, adquire um estatuto de inimitabilidade face a outros territórios durante um período suficientemente longo para sustentar uma estratégia de desenvolvimento*”.
- Políticas de promoção da competitividade empresarial. Estas políticas estão estritamente dependentes dos diferentes modos de articulação entre as empresas e os territórios (sendo alguns dos exemplos concretos da sua aplicação as tecnópolis, os parques de ciência e tecnologia e os parques logísticos).
- Políticas de reforço das estruturas institucionais. Visam descentralizar/desconcentrar poderes para as estruturas administrativas regionais e locais, conferindo-lhes competências e criando as condições para o atingimento de níveis de eficiência elevados.

As cidades e as áreas metropolitanas podem ser entendidas como ecossistemas (Rueda, 1994), e a diversidade funcional torna-se fundamental para o sucesso na envolvente competitiva (Wang, 1996). Esta realidade global sobreposta aos sistemas de funcionamento urbano pode criar novos desequilíbrios, existindo, portanto, um risco acrescido de desenvolvimento de processos de desintegração social, económica e cultural. Portanto, o espaço urbano necessita de desempenhar novos papéis, na construção das expectativas sociais (Breda-Vázquez et al., 1997; Rebelo, 2001a). Os objectivos globais e locais deverão ser balanceados de uma forma cuidadosa, e as novas dependências multi-territoriais devem ser reforçadas de forma a suportar diversas expressões culturais, e diferentes formas de vida nos locais em que decorrem. As mudanças urbanas económicas, sociais, políticas e do espaço físico, implementadas através das políticas urbanas, podem ser avaliadas através das consequências que vão exercer sobre as condições de vida e de bem-estar dos cidadãos.

A qualidade de vida envolve, de uma forma integrada, diferentes âmbitos de análise: confrontação entre as condições de vida objectivas e subjectivas (Allardt, 1981), aná-

lise comparada das necessidades e dos desejos (Gough, 1982), e análise integrada de aspectos materiais colectivos, características familiares e pessoais dos indivíduos, características comunitárias não materiais, características imateriais individuais (como a inserção em grupos sociais), e ambiente geral em que os indivíduos se inserem e se inter-relacionam (Santos e Martins, 2002). As necessidades individuais estão fortemente ligadas aos contextos políticos, sociais, económicos e culturais dos ambientes em que as pessoas vivem e trabalham (Santos e Martins, 2002), bem como às relações sociais em rede que se estabelecem nesses ambientes de vivências urbanas. Por outro lado, há que atender não apenas à disponibilidade de diferentes bens e serviços como também, e sobretudo, à capacidade dos indivíduos lhes acederem e poderem usufruir das vantagens inerentes à sua utilização.

Atendendo às tendências de globalização da sociedade e à crescente expansão do sector terciário da economia, são as cidades que captam mais investimentos e mão de obra qualificada e que, conseqüentemente, lideram os processos de desenvolvimento económico e social (resolução CM 26/2000), que assentam e justificam elevados níveis de qualidade de vida.

São dez os domínios fundamentais em que pode ser avaliada a qualidade de vida urbana (EU, 1999): população, rendimentos e riqueza, condições de saúde, habitação, disponibilidade de serviços, crime e problemas sociais, emprego e condições de trabalho, ambiente (tráfego, poluição e clima), relações interpessoais, e participação cívica. Para além destes torna-se importante considerar todos os aspectos relacionados com a expansão das novas tecnologias informacionais, e com a cada vez maior abertura a novas culturas e a novas oportunidades de expressão social, económica e paisagística.

Os conceitos e estratégias de regeneração urbana desenvolvem-se a partir de uma definição lata de degradação urbana, e traduzem-se em processos complexos de atingimento, promoção e implementação da qualidade de vida urbana. Existem três domínios urbanos fundamentais que estão sujeitos à degradação (Vázquez et al., 2000):

- Questões espaciais e funcionais, referentes à configuração espacial e às mudanças na morfologia urbana, e que resultam de políticas públicas destinadas a promover a competitividade urbana (o que, por vezes, perturba os equilíbrios sociais).
- Questões demográficas, tais como pobreza dissimulada e marginalidade
- Questões económicas, tais como o desemprego e desequilíbrios salariais.

Ao nível teórico, muitos autores realçam os dois conceitos distintos de regeneração urbana:

- O conceito de recuperação e reabilitação de edifícios adapta-se bem aos centros históricos e a zonas com elevadas densidades populacionais e habitacionais (Gambino, 1993; Venuti, 1990; London e Palen, 1994; Vázquez, 1996). As políticas de intervenção urbana adoptadas consistem na limitação da degradação física e social dos edifícios e dos espaços urbanos (que traduz desequilíbrios nos processos de desenvolvimento urbano).
- A implementação de estratégias e políticas destinadas a suportar uma competitividade urbana e metropolitana sustentada (Wallner et al., 1996; Pires, 1998; Banai, 1998; Hull e Vigar, 1998; Cooper et al., 2001). As estratégias de qualificação e regeneração urbanas consistem na prossecução de objectivos de alto nível dirigidos à preservação de áreas urbanas específicas, bem como à promoção do desenvolvimento económico urbano integrado (Leichenko et al., 2001; Listokin et al., 1998; Slaughter, 1997; Wojno, 1991). O estabelecimento destas políticas baseia-se na análise dos pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças urbanas e metropolitanas, e destina-se a reforçar as suas vantagens competitivas (Venuti, 1990; Innocenti, 1994; Talia, 1990; Corade, 1994).

É com base na ideia de aproximação entre os mercados produtivo e financeiro que a legislação (que é da responsabilidade pública), por um lado, e o marketing (que cabe,

geralmente, à iniciativa privada), por outro, podem promover a valorização de certas áreas urbanas, permitindo que nelas se desenvolva um importante significado simbólico (Rebello, 2001). As políticas de qualificação e de regeneração urbanas podem desempenhar um papel central de modo a atrair estratégias económicas e a promover vantagens competitivas (Innocenti et al., 1990; Morandi, 1994; Guiduci, 1993; Talia, 1990; Venuti, 1990; Corade, 1994). Estas iniciativas podem incluir os transportes metropolitanos e a melhoria da mobilidade, construção de infraestruturas (em especial as mais fortemente relacionadas com a qualidade da envolvente urbana), estratégias de reutilização de espaços, novas tecnologias de investigação e desenvolvimento, gestão de áreas urbanas degradadas, e recuperação de património edificado.

Isto significa que as estratégias e as políticas destinadas a reforçar a competitividade metropolitana e urbana devem assentar numa aposta da promoção da *“performance”* e da competitividade das economias locais, protecção da qualidade global da envolvente urbana, incentivo ao emprego, educação e cuidados de saúde, recuperação e construção de novos edifícios, e apoio às minorias sociais e às minorias étnicas.

As políticas urbanas devem dar resposta às expectativas de desenvolvimento de longo prazo, o que realça os padrões de valorização da cidade em geral. Recentemente, as tendências das áreas urbanas e metropolitanas têm-se orientado no sentido da degradação de recursos escassos, em especial no que se refere ao solo urbano e ao património construído. Esta situação está bem documentada na dispersão das periferias e no declínio dos centros urbanos, baseada na perda de valor de importantes recursos patrimoniais, sociais e culturais, na ausência de articulações bem definidas entre as diferentes aptidões para gerir as cidades, as pessoas e a mobilidade dos produtos, os mercados fundiários e imobiliários, e os diversos processos de desenvolvimento urbano (Breda-Vázquez et al., 1997).

Por outro lado, é importante a articulação destas políticas com preocupações de desenvolvimento económico e social, baseadas em objectivos de reestruturação urbana e na necessidade de tornar lucrativos (em termos económicos mas também, e sobretudo, de bem-estar social) os recursos naturais e a energia, equipamentos e

infraestruturas urbanas, sendo igualmente importante a definição de enquadramentos normativos que promovam a integração do desenvolvimento sustentável a longo prazo dentro do sistema de planeamento urbano e territorial.

CAPÍTULO 2. MODELO INTEGRADO E INTERACTIVO DE APOIO À GESTÃO MUNICIPAL NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

2.1. NOTA INTRODUTÓRIA

No desenvolvimento do estudo de caso referente à Área Metropolitana do Porto foram utilizados os seguintes pressupostos:

- Usou-se indistintamente a designação de imigrante e de estrangeiro (esta última correspondente à denominação usada mais recentemente), tendo-se adoptado na classificação o conceito de naturalidade que, segundo o Instituto Nacional de Estatística, representa o país de nascimento de cada indivíduo. Assim, foram considerados imigrantes ou estrangeiros todos os residentes em território nacional nascidos noutros países, pelo que esta classificação exclui os filhos de imigrantes que nasceram em Portugal.
- Apesar de terem sido consultadas várias fontes de informação, optou-se por utilizar exclusivamente os dados dos recenseamentos gerais da população e da habitação realizados pelo Instituto Nacional de Estatística em 1991 e 2001. Deste modo, foram excluídos da análise os dados referentes a outras fontes, nomeadamente os fornecidos pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, por dificuldades de compatibilização e articulação com os dados dos censos.
- Devido ao facto de terem sido usados os dados dos censos, não se consideraram como membros da União Europeia os países que a integraram mais recentemente. Do mesmo modo, consideraram-se como integrantes da Área Metropolitana do Porto os municípios que dela faziam parte na data do último censo: Espinho, Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto, Póvoa de Varzim, Valongo, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia.
- Foi utilizada a totalidade da informação fornecida pelo Instituto Nacional de Estatística, tendo no entanto sido omitidos os registos em que a resposta para uma ou mais variáveis não se incluía nas categorias previstas para essa(s) variável(eis). Deste modo, os valores percentuais foram calculados relativamente ao total de respostas válidas.

- No tratamento estatístico utilizaram-se os valores médios referentes a cada categoria de cada variável estudada e a cada freguesia e/ou concelho de acordo com o país ou com o grupo de países de origem dos indivíduos (estrangeiros ou portugueses)

2.2. RECOLHA E TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

Atendendo à importância da quantidade e da qualidade da informação obtida para a consecução dos objectivos deste estudo, foram consultadas diversas entidades (directamente e/ou telefonicamente e/ou através dos respectivos “*sites*” na internet) tais como o Instituto Nacional de Estatística, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (do Ministério da Administração Interna), o Ministério da Segurança Social e do Trabalho, o Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, o Centro Nacional de Apoio ao Imigrante, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, bem como algumas empresas. Foram também contactadas instituições de carácter social, como Associações de Imigrantes, Centros de Apoio Social e Paróquias, e ainda o Centro Cultural Islâmico do Porto. Através de conversas informais foi possível aprofundar o conhecimento sobre os imigrantes e as minorias étnicas na Área Metropolitana do Porto. No entanto, e considerando a importância de informação completa, fidedigna e normalizada (cobrindo de forma exaustiva toda a população e todos os alojamentos da Área Metropolitana do Porto), foi determinante para o desenvolvimento deste estudo o acesso à informação disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estatística, nomeadamente no que se refere aos dados dos XIII e XIV Recenseamentos Gerais da População e III e IV Recenseamentos Gerais da Habitação (a nível de freguesia) e a cruzamentos de informação destes mesmos censos.

Na fase seguinte, efectuou-se a sistematização da informação, que foi armazenada por freguesia e por país de naturalidade, para cada uma das categorias das variáveis estudadas. Estas tabelas, devidamente articuladas e juntamente com a respectiva representação cartográfica em sistema de informação geográfica permitiram a construção de um sistema de informação de gestão urbanística para a Área Metropolitana do Porto.

2.3. MODELO INTEGRADO E INTERACTIVO E SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE GESTÃO URBANÍSTICA

O sistema de informação de gestão urbanística referente aos portugueses e aos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto foi concebido, definido e construído com o objectivo de sistematizar um conjunto de indicadores relativos às condições demográficas, profissionais e de emprego, e habitacionais dos residentes na Área Metropolitana do Porto, bem como às localizações dos seus alojamentos e postos de trabalho, e à respectiva evolução, por naturalidade e por freguesia.

Complementarmente, procedeu-se à representação cartográfica desta informação, recorrendo ao sistema de informação geográfica – ArcGis 9.0. Esta visualização permite uma análise mais eficiente e objectiva das variáveis em estudo. Nos mapas foi utilizada a representação de densidade pontual, isto é, cada côm representa um grupo de imigrantes, e um ponto representa uma determinada quantidade de indivíduos, quantidade essa que pode variar de mapa para mapa e que se encontra referenciada na respectiva legenda [Anexo 1].

Este sistema de informação de gestão urbanística, para além de permitir a sistematização dos valores de cada uma das variáveis para cada grupo populacional e por freguesia, possibilita ainda a construção de “*tableaux de bord*” nos quais, através de processos de acompanhamento e monitorização, se podem detectar “*gaps de performance*”, que indicam necessidades pontuais de intervenção dos poderes públicos.

A constituição destas bases de dados e cartográficas permitiu, posteriormente, o desenvolvimento de um Modelo Integrado e Interactivo de apoio aos processos de gestão urbanística (constituído por vários instrumentos de suporte à decisão), usando as metodologias da Regressão, Testes de Hipóteses, Árvores de Decisão e Redes Neurais, com componentes de tratamento estatístico, e com interface cartográfico. Estes modelos parciais incorporam a actualização da informação, possibilitando a sua readaptação constante e flexível à evolução sócio-económica e às novas realida-

des com que se depara a população da Área Metropolitana do Porto, em geral, e os imigrantes que nela residem e trabalham, em particular.

O modelo integrado e interactivo possibilita, ainda, a realização de simulações como resultado da “manipulação” de algumas das componentes dos modelos matemáticos que foram desenvolvidos. O interface cartográfico, para além de permitir a visualização da situação de cada indicador individual ou conjuntamente com outro ou outros indicadores, bem como das respectivas evoluções, permite ainda uma análise dos possíveis impactos e consequências sobre a distribuição espacial dos locais de residência e/ou de trabalho dos diferentes grupos populacionais, resultantes destas simulações matemáticas.

Tal permite fundamentar e justificar a opção por determinados vectores ou prioridades de actuação de políticas urbanas sociais, económicas, culturais, religiosas, jurídicas, etc, gerais ou específicas para determinados grupos populacionais.

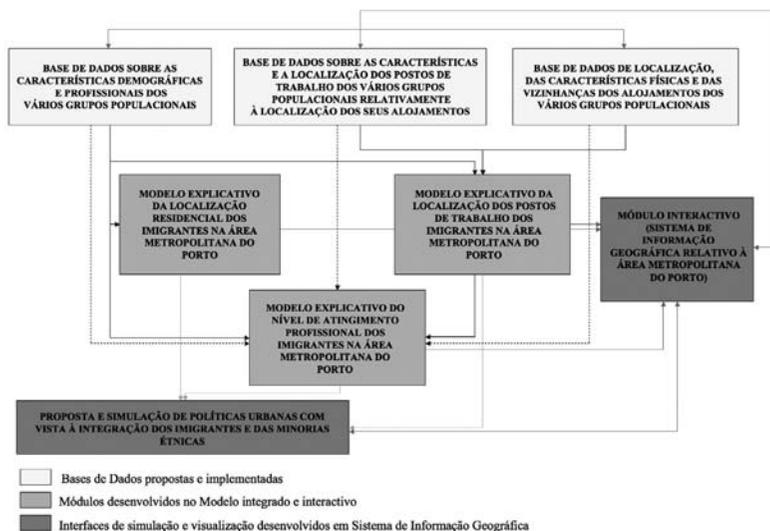


Figura 3. Sistema de Informação de Gestão Urbanística desenvolvido e implementado, e respectiva articulação com o Modelo Integrado e Interactivo

O sistema de informação de gestão desenvolvido é constituído por diversas bases de dados, que se referem às características gerais da população, à localização e características dos alojamentos e dos edifícios em que estes se situam, bem como às respectivas vizinhanças, às características profissionais e às localizações dos postos de trabalho.

As variáveis (cujos valores se referem a 2001), foram sistematizadas, a nível das freguesias da Área Metropolitana do Porto [Anexo 1], para os portugueses e para os estrangeiros, de acordo com o país de naturalidade. No entanto e para efeitos de análise, atendendo ao número muito elevado de tabelas que traduzem uma discretização pormenorizada dos dados (por freguesia e por país de origem), a informação foi agrupada por principais grupos de imigrantes (considerados mais significativos):

- Imigrantes de países da União Europeia (excluindo Portugal, que foi tratado separadamente, e os novos países aderentes, uma vez que os dados analisados se referem a 2001).
- Brasil
- Países africanos de língua oficial portuguesa (PALOPS)
- Países de Leste
- Restantes países estrangeiros

As bases de dados contêm a seguinte informação (as tabelas e os mapas correspondentes constam em anexo):

1. Base de Dados de caracterização geral da população:

- Distribuição da população por países de origem, sexo e grupos etários [Anexo 2]

- Caracterização dos níveis de escolaridade e das habilitações académicas.
- Localização das habitações [Anexo 2].

2. Base de Dados referente às características profissionais e à localização dos postos de trabalho (de acordo com a notação do Instituto Nacional de Estatística):

- Localização dos postos de trabalho [Anexo 3].
- Localização dos postos de trabalho, tomando como referência a freguesia de residência (na freguesia de residência, noutra freguesia do concelho de residência, noutro concelho distinto do de residência; no estrangeiro) [Anexo 3].
- Situação perante a actividade económica (com actividade económica - empregado; com actividade económica - desempregado) [Anexo 4].
- Grupo profissional por naturalidade e por freguesia de residência (forças armadas; quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores das empresas; especialistas das profissões intelectuais e científicas; técnicos e profissionais de nível intermédio; pessoal administrativo e similares; pessoal dos serviços e vendedores; agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas; operários, artífices e trabalhadores similares; operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem; trabalhadores não qualificados) [Anexo 5].
- Situação profissional por naturalidade e por freguesia (patrão/empregador; trabalhador por conta própria; trabalhador por conta de outrem; outra situação)[Anexo 6].
- Ramo de actividade económica (A - agricultura, produção animal, caça e silvicultura; B - pesca; C - indústrias extractivas; D - indústrias transformadoras; E - produção e distribuição de electricidade, de gás e de água; F - construção; G - comércio por grosso e a retalho, reparação de veículos

automóveis, motociclos e bens de uso pessoal e doméstico; H – alojamento e restauração; I – transportes, armazenagem e comunicações; J – actividades financeiras; K – actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas; L – administração pública, defesa e segurança social obrigatória; M – educação; N – saúde e acção social; O – outras actividades e serviços colectivos, sociais e pessoais; P – famílias com empregados domésticos; Q – organismos internacionais e outras instituições extra-territoriais [Anexo 7].

3. Base de dados referentes à localização e às características dos alojamentos e dos edifícios, bem como das respectivas vizinhanças:

- Características dos alojamentos (de acordo com a notação do Instituto Nacional de Estatística):
 - Tipo de edifício onde se localizam os alojamentos (edifício clássico; outro tipo de construção) [Anexo 8].
 - Tipo de ocupação dos edifícios onde se localizam os alojamentos (edifício exclusivamente residencial (100%); edifício principalmente residencial (50 a 99%); edifício principalmente não residencial (até 49%) [Anexo 9].
 - Tipo de alojamento (clássico; não clássico (barraca; rudimentar; móvel; improvisado; noutra local)) [Anexo 10].
 - Forma de ocupação (proprietário; locatário; sub-locatário; outros) [Anexo 11].
 - Existência ou não de água canalizada (rede pública de abastecimento de água; rede privada de abastecimento de água; existência de água canalizada fora do alojamento mas no edifício; não existência de água canalizada (água proveniente de fontanário ou bica; água proveniente de poço ou furo particular; outra forma)) [Anexo 12].

- Existência ou não de rede de electricidade (com electricidade; sem electricidade) [Anexo 13].
- Existência ou não de aquecimento (aquecimento central; aquecimento não central (lareira; aparelhos fixos - na parede, fogões, etc.-, aparelhos móveis - eléctricos, a gás, etc.); sem aquecimento) [Anexo 14].
- Existência ou não de instalações sanitárias (com retrete no alojamento com dispositivo de descarga; com retrete no alojamento sem dispositivo de descarga; com retrete fora do alojamento mas no edifício; sem retrete) [Anexo 15].
- Existência ou não de banho ou duche (existência de instalação de banho ou duche; inexistência de instalação de banho ou duche) [Anexo 16].
- Existência ou não de cozinha (existência de cozinha com 4 m² ou mais; existência de cozinha com menos de 4 m²; existência de kitchenette; não existência de cozinha) [Anexo 17].
- Existência ou não de encargos com a aquisição do alojamento (com encargos; sem encargos) [Anexo 18]
- Escalão de encargos com a aquisição do alojamento (menos de 59.86 euros; de 59.86 a 99.75 euros; de 99.76 a 149.63 euros; de 149.64 a 199.51 euros; de 199.52 a 249.39 euros; de 249.40 a 299.27 euros; de 299.28 a 399.03 euros; de 399.04 a 498.79 euros; de 498.80 a 598.55 euros; 598.56 e mais euros) [Anexo 18].
- Escalão de arrendamento (menos de 14.96 euros; de 14.96 a 24.93 euros; de 24.94 a 34.91 euros; de 34.92 a 59.85 euros; de 59.86 a 99.75 euros; de 99.76 a 149.63 euros; de 149.64 a 199.51 euros; de 199.52 a 249.39 euros; de 249.40 a 299.27 euros; de 299.28 a 399.03 euros; de 399.04 a 498.79 euros; 498.8 euros ou mais) [Anexo 19].

- Características das vizinhanças – os indicadores de concentração/dispersão urbana que foram operacionalizados ao nível da freguesia para cada um dos grupos populacionais de acordo com a naturalidade foram [Anexo 20]:
 - Densidade populacional (dado pelo número de habitantes por área de freguesia e expresso em habitantes/Km²).
 - Densidade habitacional (dado pelo número de alojamentos por área de freguesia e expresso em alojamentos/Km²).
 - Medida de continuidade (percentagem de edifícios não isolados relativamente ao total de edifícios na freguesia).
 - Medida de concentração (dada pela relação entre o número total de edifícios e a área urbanizada e urbanizável da respectiva freguesia, expressa em número de edifícios/Km²).
 - Medida de agrupamento (dada pela relação entre o número total de pavimentos e a área urbanizada e urbanizável da respectiva freguesia, expressa em número de pavimentos/km²).
 - Medida de usos mistos (dada pela relação entre o número de edifícios principalmente não residenciais e o número de edifícios principalmente residenciais (expresso em percentagem).

CAPÍTULO 3. CARACTERIZAÇÃO E EVOLUÇÃO DEMOGRÁFICA, PROFISSIONAL E HABITACIONAL DA IMIGRAÇÃO NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

3.1. CARACTERIZAÇÃO GERAL DA IMIGRAÇÃO EM PORTUGAL

A população residente em Portugal, de acordo com os censos de 2001 (Instituto Nacional de Estatística, 2001), é constituída por 10 356 117 indivíduos, sendo 9 704 645 portugueses e 651 472 originários de países estrangeiros (aproximadamente 6.3% da população total).

A repartição da população estrangeira, de acordo com a naturalidade, consiste em 50.5% proveniente de países africanos de expressão oficial portuguesa (Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné Bissau e S. Tomé e Príncipe), 24.2% de países da União Europeia, 7.7% do Brasil, 5.4% de outros países europeus (estando aqui incluídos os países de leste) e 12.1% de outros países estrangeiros:

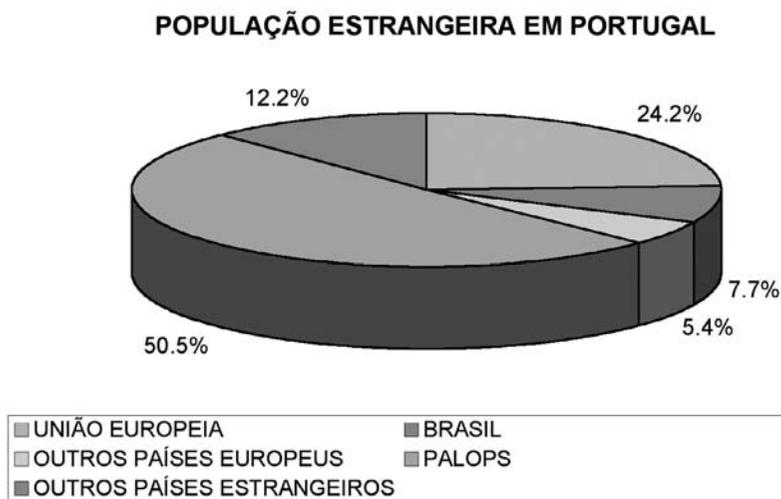


Figura 4. Repartição da população estrangeira residente em Portugal, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.2. CARACTERIZAÇÃO DEMOGRÁFICA E PROFISSIONAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

Na Área Metropolitana do Porto residem 1 208 026 portugueses e 52 654 estrangeiros (que representam uma percentagem de cerca de 4,2% da população total).

A repartição da população estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com os grandes grupos de países de origem considerados, é substancialmente diferente da correspondente repartição a nível nacional. Assim, os indivíduos provenientes dos países africanos de expressão oficial portuguesa representam 45.3% dos imigrantes (sendo 50.5% a nível nacional), os dos países da União Europeia são 23.4% (sendo de 24.2% a nível nacional), os do Brasil e dos outros países europeus e estrangeiros têm aqui uma maior representatividade (12.4% são brasileiros e 18.9% de outros países estrangeiros, sendo os valores homólogos a nível nacional de 7.7% e 17.6%, respectivamente):

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

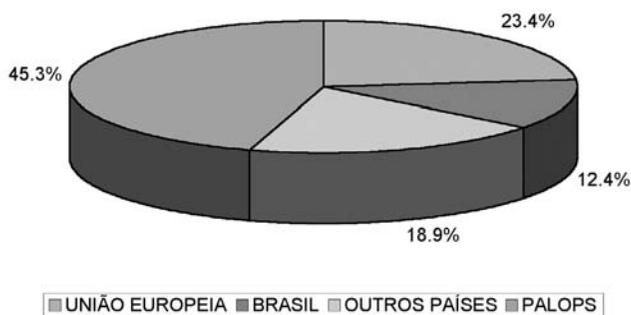


Figura 5. Repartição da população estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Considerando especificamente os cinco grupos de estrangeiros em estudo (residentes na Área Metropolitana do Porto), a sua composição percentual é a seguinte:

UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS P. ESTRANGEIROS (%)
23.4	12.4	1.6	45.3	17.3

Tabela 1. Repartição da população estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, por naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A população estrangeira reparte-se do seguinte modo entre os diversos concelhos da Área Metropolitana do Porto [Anexo 2]:

POPULAÇÃO ESTRANGEIRA RESIDENTE NA AMP, POR CONCELHOS

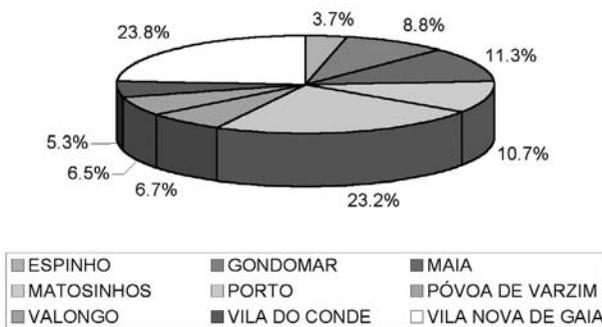


Figura 6. Repartição da população estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, por concelhos (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Os imigrantes localizam-se preferencialmente nos concelhos de Vila Nova de Gaia (23.8%) e do Porto (23.2%), seguindo-se (embora com uma menor ordem de grandeza) os concelhos da Maia (11.3%), Matosinhos (10.7%) Gondomar (8.8%), Póvoa de Varzim (6.7%), Valongo (6.5%), Vila do Conde (5.3%) e Espinho (3.7%).

A repartição por concelhos dos grandes grupos de imigrantes é patente no seguinte gráfico comparativo:

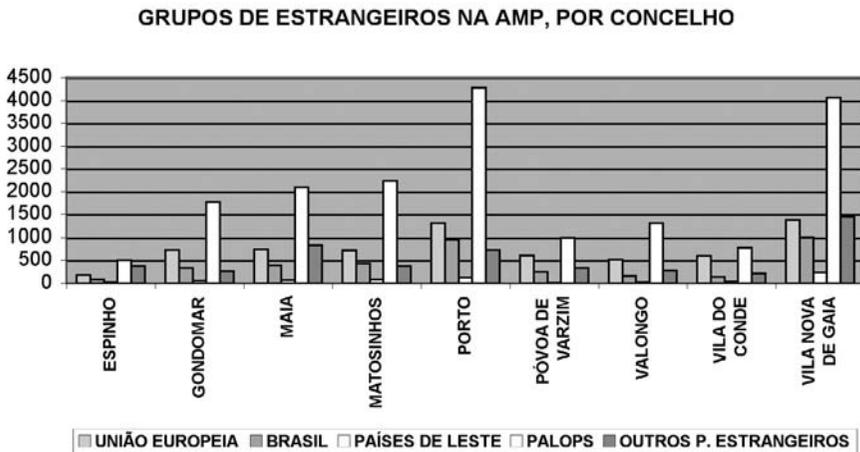


Figura 7. Repartição dos grandes grupos de estrangeiros, residentes na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.2.1 CARACTERIZAÇÃO DOS IMIGRANTES NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO POR SEXO E GRUPO ETÁRIO

Dos 1 208 026 portugueses residentes na Área Metropolitana do Porto 579 215 são homens (47,9%) e 628 811 são mulheres (52,1%), sendo a distribuição homóloga de estrangeiros de 24 770 homens (47%) e de 27 884 mulheres (53%).

A repartição da população na Área Metropolitana do Porto por sexos, para os grandes grupos de estrangeiros residentes considerados é a seguinte:

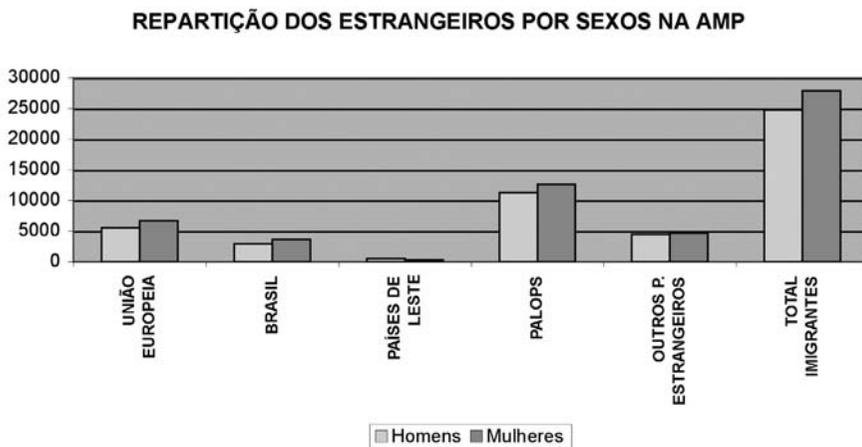


Figura 8. Repartição dos grandes grupos de estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por sexo (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Relativamente à distribuição por grupos etários da população imigrante comparativamente com a população portuguesa, são patentes os seguintes valores por escalões de idades, evidenciando que a população estrangeira é predominante nos grupos etários que constituem a população activa:

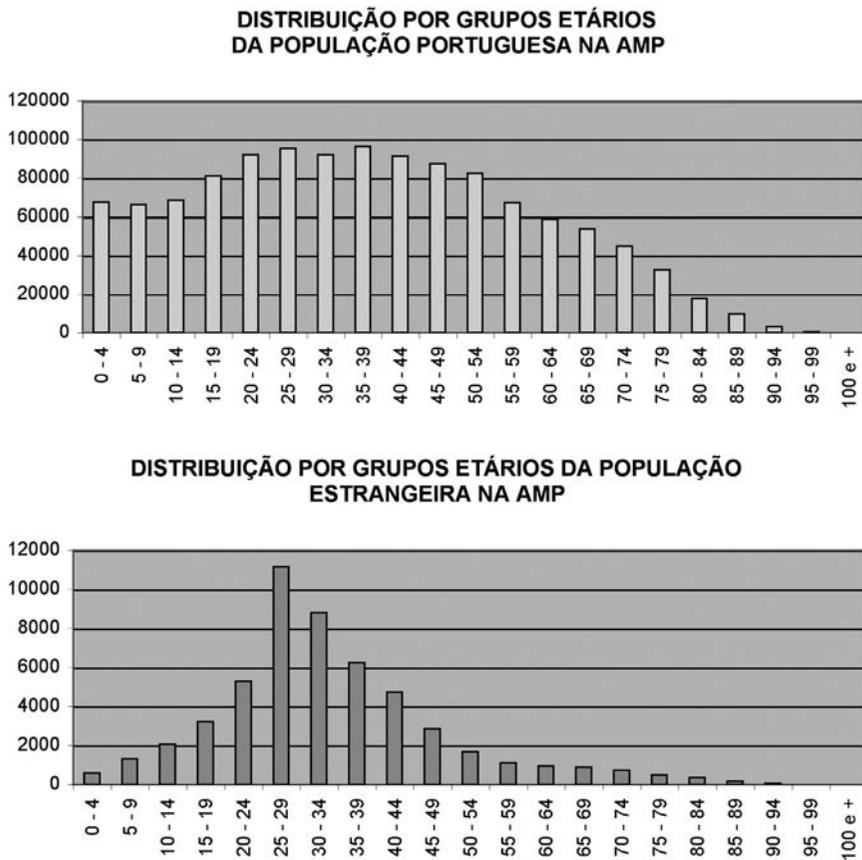


Figura 9. Distribuição da população portuguesa e da população estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto por grupos etários (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

São patentes, no entanto, algumas variações dentro dos próprios grupos de imigrantes. Assim, de entre os estrangeiros provenientes dos países da União Europeia, são mais numerosos os que têm até 39 anos de idade, o que traduz a deslocação relativamente recente destes núcleos familiares para a Área Metropolitana do Porto.

A população proveniente dos países africanos de expressão oficial portuguesa, que assume igualmente elevada representatividade entre os 20 e os 59 anos, exhibe, no entanto, uma certa simetria no que se refere aos grupos etários mais jovens (até aos 20 anos) e mais velhos (a partir dos 60 anos).

Na população brasileira constata-se que, sendo bastante representativos os estratos populacionais em idade activa, também assumem valores elevados os mais jovens e os idosos, não sendo tão desigual como a nível dos outros imigrantes o peso destes dois grupos relativamente aos activos.

Constatação semelhante se faz relativamente aos imigrantes de outros países estrangeiros, embora neste caso seja baixa a percentagem de pessoas de estratos etários superiores aos 60 anos sendo, ainda, os jovens em número proporcionalmente elevado em relação aos indivíduos situados entre os 20 e os 59 anos de idade:

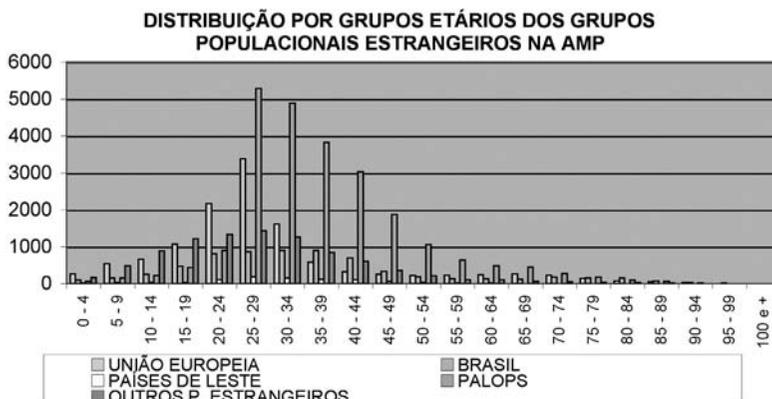


Figura 10. Distribuição dos grandes grupos de estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto por grupos etários (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.2.2. CARACTERIZAÇÃO DOS NÍVEIS DE ESCOLARIDADE NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

Para efeitos de análise das habilitações académicas, agruparam-se os valores correspondentes aos indivíduos que se encontravam a frequentar, os que completaram e os que não concluíram um determinado nível de ensino. Assim, os grupos de habilitações considerados (e de acordo com os dados dos censos de 2001) foram: sem habilitações académicas, 1º ciclo, 2º ciclo e 3º ciclo do ensino básico, ensino secundário, ensino médio, bacharelato, licenciatura, mestrado e doutoramento.

As habilitações literárias da população activa empregada distribuem-se da seguinte forma entre portugueses e estrangeiros:

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS	POPULAÇÃO TOTAL
NENHUM GRAU DE ENSINO	5270	203	5473
ENSINO BÁSICO	322876	9336	332212
ENSINO SECUNDÁRIO	126048	10810	136858
ENSINO MÉDIO OU SUPERIOR	107373	13613	120986
TOTAL	561567	33962	595529

Tabela 2. Habilitações literárias da população activa empregada portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Os níveis mais elevados de ensino estão representados de uma forma muito reforçada pelos imigrantes (considerando os valores médios de toda a população residente na Área Metropolitana do Porto). Deste modo, do total de indivíduos detentores do ensino médio ou superior (completo, incompleto ou a frequentar), 11.3% são estrangeiros, sendo de 7.9% a percentagem de imigrantes que possuem o ensino secundário (o valor médio dos estrangeiros activos empregados independentemente do nível de ensino, é de apenas 5.7%):

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS
NENHUM GRAU DE ENSINO (%)	96.3	3.7
ENSINO BÁSICO (%)	97.2	2.8
ENSINO SECUNDÁRIO (%)	92.1	7.9
ENSINO MÉDIO OU SUPERIOR (%)	88.7	11.3
TOTAL (%)	94.3	5.7

Tabela 3. Repartição percentual dos níveis de habilitações literárias da população activa empregada portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A estrutura de habilitações literárias é substancialmente diferente entre portugueses e estrangeiros. Assim, verifica-se que mais de metade dos portugueses activos empregados é apenas detentor do ensino básico ou menos (58.5%), 22.4% do ensino secundário e 19.1% do ensino médio ou superior.

HABILITAÇÕES DOS PORTUGUESES NA AMP

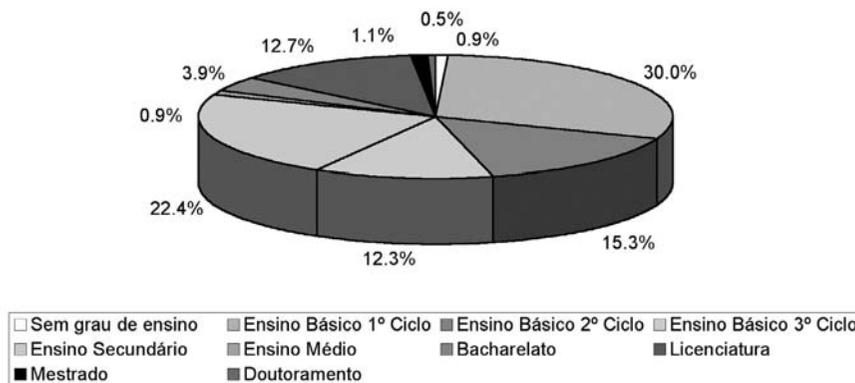


Figura 11. Repartição das habilitações académicas dos portugueses activos empregados residentes na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A situação dos estrangeiros no que se refere à repartição de acordo com o respectivo nível de instrução é substancialmente diferente, uma vez que é predominante a formação média e superior, que ascende a 40.1% da população estrangeira total,

segundo-se-lhe 31.8% com o ensino secundário, e somente 28.1% são detentores apenas do ensino básico ou nem isso:

HABILITAÇÕES DOS ESTRANGEIROS NA AMP

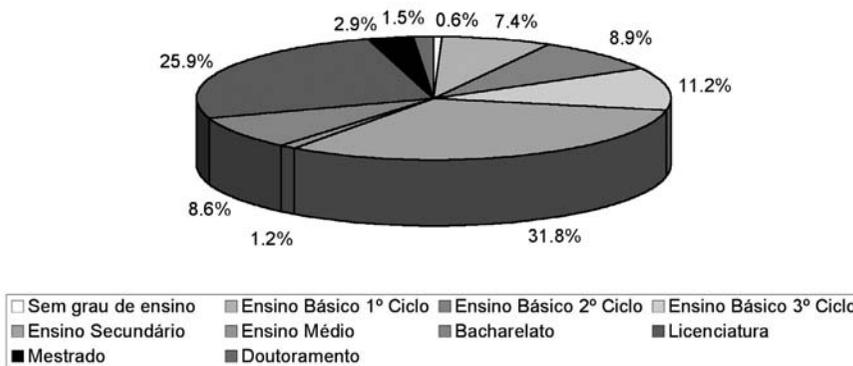


Figura 12. Repartição das habilitações académicas dos estrangeiros activos empregados residentes na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Os valores correspondentes à caracterização dos estrangeiros activos empregados por níveis de ensino, de acordo com os grandes grupos de países de origem em estudo, são apresentados na seguinte tabela:

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS	TOTAL ESTRANGEIROS
N E N H U M GRAU DE ENSINO	17	10	8	93	75	203
E N S I N O BÁSICO	1903	959	173	4946	1355	9336
E N S I N O SECUNDÁRIO	2109	1199	221	5697	1584	10810
ENSINO MÉDIO OU SUPERIOR	2729	1570	247	7250	1817	13613
TOTAL	6758	3738	649	17986	4831	33962

Tabela 4. HABILITAÇÕES literárias da população estrangeira activa empregada residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a nacionalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

De entre os imigrantes que não detêm nenhum grau de ensino, 45.8% são de países africanos de expressão oficial portuguesa, 37% de outros países estrangeiros e os restantes 17.2% de países de leste, Brasil e da União Europeia (respectivamente 3.9%, 4.9% e 8.4%).

Já no que se refere aos graus de ensino básico, secundário e médio ou superior, para os diversos grupos de imigrantes, as repartições são muito próximas entre si: os países africanos representam 53%, 52.7% e 53.3%, respectivamente, dos respectivos níveis de ensino, sendo 14.5%, 14.7% e 13.3% os valores homólogos correspondentes a outros países estrangeiros, e de 20.4%, 19.5% e 20% as percentagens representativas de imigrantes da União Europeia:

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS
NENHUM GRAU DE ENSINO (%)	8.4	4.9	3.9	45.8	37.0
ENSINO BÁSICO (%)	20.4	10.3	1.8	53.0	14.5
ENSINO SECUNDÁRIO (%)	19.5	11.1	2.0	52.7	14.7
ENSINO MÉDIO OU SUPERIOR (%)	20.0	11.6	1.8	53.3	13.3
TOTAL (%)	19.9	11.0	1.9	53.0	14.2

Tabela 5. Repartição percentual dos níveis de habilitações literárias da população activa empregada estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Entre os próprios grupos de imigrantes, as diferenças em termos de habilitações académicas não são muito significativas. São os brasileiros os que têm uma mais elevada percentagem de detentores de ensino médio ou superior (42%), seguidos dos imigrantes dos países da União Europeia, dos países africanos de língua portuguesa, dos países de leste e de outros países estrangeiros (em que 40.4%, 40.3%, 38.1% e 37.6%, respectivamente, destes grupos populacionais detêm este grau).

HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	PORTUGUESES (%)	UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS P. ESTRANGEIROS (%)	TOTAL ESTRANGEIROS (%)
NENHUM GRAU DE ENSINO	0.9	0.2	0.3	1.2	0.5	1.6	0.6
ENSINO BÁSICO	57.5	28.2	25.7	26.7	27.5	28.0	27.5
ENSINO SECUNDÁRIO	22.5	31.2	32.0	34.0	31.7	32.8	31.8
ENSINO MÉDIO OU SUPERIOR	19.1	40.4	42.0	38.1	40.3	37.6	40.1

Tabela 6. Repartição percentual da população activa empregada portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por habilitações literárias (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

REPARTIÇÃO PERCENTUAL DOS GRUPOS POPULACIONAIS NA AMP, POR GRAU DE ENSINO

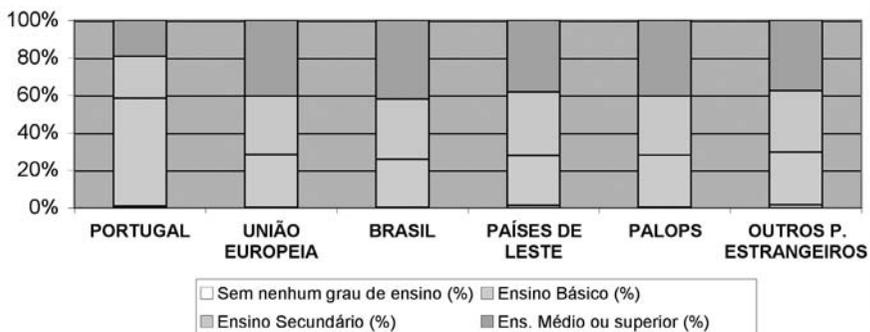


Figura 13. Repartição dos grupos populacionais de indivíduos activos empregados residentes na Área Metropolitana do Porto por graus de ensino (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Outro aspecto que importa realçar tem a ver com a distribuição da população de imigrantes de acordo com as habilitações académicas pelos diferentes concelhos da Área Metropolitana do Porto, que mostra que é no concelho do Porto que a percentagem de estrangeiros detentor de ensino médio ou superior é mais elevada, seguido dos concelhos de Matosinhos e da Maia:

REPARTIÇÃO DOS ESTRANGEIROS NA AMP POR GRAUS DE ENSINO, POR CONCELHOS

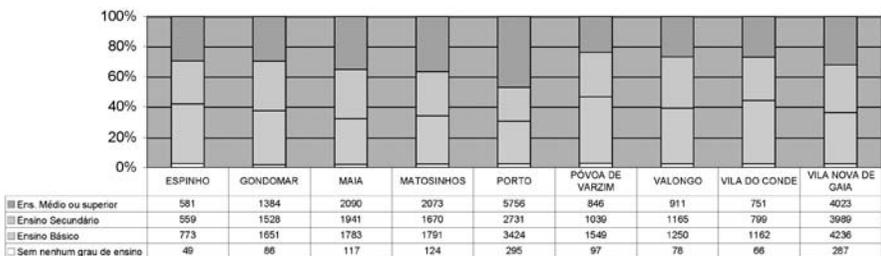


Figura 14. Repartição dos estrangeiros activos residentes na Área Metropolitana do Porto por concelhos, de acordo com os graus de ensino (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.2.3. CARACTERIZAÇÃO DOS LOCAIS DE RESIDÊNCIA E DE TRABALHO NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

A análise comparativa dos locais de trabalho relativamente aos locais de residência de portugueses e de imigrantes activos empregados na Área Metropolitana do Porto evidencia os seguintes resultados:

LOCAL DE TRABALHO RELATIVAMENTE AO DE RESIDÊNCIA	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS	POPULAÇÃO TOTAL
NA FREGUESIA ONDE RESIDE	163118	8267	171385
NOUTRA FREGUESIA DO CONCELHO ONDE RESIDE	182850	10364	193214
NOUTRO CONCELHO	208434	14852	223286
NO ESTRANGEIRO	7165	456	7621
TOTAL	561567	33939	595506

Tabela 7. Local de trabalho da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Embora em termos médios, 94.3% dos trabalhadores residentes na Área Metropolitana do Porto sejam portugueses e 5.7% estrangeiros, no conjunto de trabalhadores cujo local de trabalho se situa na freguesia de residência, e noutra freguesia do mesmo concelho, as percentagens de portugueses são, em termos comparativos, ligeiramente superiores às de estrangeiros (95.2% e 94.6% respectivamente, para portugueses, e 4.8% e 5.4%, respectivamente, para estrangeiros).

LOCAL DE TRABALHO RELATIVAMENTE AO DE RESIDÊNCIA	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS
NA FREGUESIA ONDE RESIDE (%)	95.2	4.8
NOUTRA FREGUESIA DO CONCELHO ONDE RESIDE (%)	94.6	5.4
NOUTRO CONCELHO (%)	93.3	6.7
NO ESTRANGEIRO (%)	94.0	6.0
TOTAL (%)	94.3	5.7

Tabela 8. Repartição percentual dos locais de trabalho relativamente aos de residência da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Os valores referentes à localização do trabalho relativamente à residência para a totalidade de estrangeiros activos a exercer uma profissão que habitam na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a origem são os seguintes [Anexo 3]:

LOCAL DE TRABALHO RELATIVAMENTE AO DE RESIDÊNCIA	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS	TOTAL ESTRANGEIROS
NA FREGUESIA ONDE RESIDE	1700	1017	272	3936	1342	8267
NOUTRA FREGUESIA DO CONCELHO ONDE RESIDE	2100	1169	172	5450	1473	10364
NOUTRO CONCELHO	2815	1504	204	8367	1962	14852
NO ESTRANGEIRO	119	48	2	233	54	456
TOTAL	6734	3738	650	17986	4831	33939

Tabela 9. Local de trabalho relativamente ao de residência da população activa empregada estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Dos imigrantes que trabalham na freguesia onde residem, 47.6% são de países africanos de expressão portuguesa, 20.6% de países da União Europeia, 16.2% de outros países estrangeiros, 12.3% do Brasil, e os restantes 3.3% de países de leste. Dos estrangeiros que trabalham noutra freguesia mas no mesmo concelho onde residem, 52.6% são africanos, 20.2% da União Europeia, 14.2% de outros países estrangeiros, 11.3% do Brasil, e apenas 1.7% de países de leste. Relativamente aos estrangeiros que trabalham noutro concelho, 56.3% são africanos, 19% da União Europeia, 13.2% de outros países estrangeiros, 10.1% brasileiros e 1.4% de países de leste. Os que trabalham no estrangeiro exibem uma repartição de 51.1%, 26.1%, 11.8%, 10.5% e 0.5% respectivamente para os imigrantes dos países africanos de língua portuguesa, da União Europeia, de outros países estrangeiros, do Brasil e de países de leste.

LOCAL DE TRABALHO RELATIVAMENTE AO DE RESIDÊNCIA	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS
NA FREGUESIA ONDE RESIDE (%)	20.6	12.3	3.3	47.6	16.2
NOUTRA FREGUESIA DO CONCELHO ONDE RESIDE (%)	20.2	11.3	1.7	52.6	14.2
NOUTRO CONCELHO (%)	19.0	10.1	1.4	56.3	13.2
NO ESTRANGEIRO (%)	26.1	10.5	0.5	51.1	11.8
TOTAL (%)	19.9	11.0	1.9	53.0	14.2

Tabela 10. Repartição percentual por locais de trabalho relativamente aos de residência da população activa empregada estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

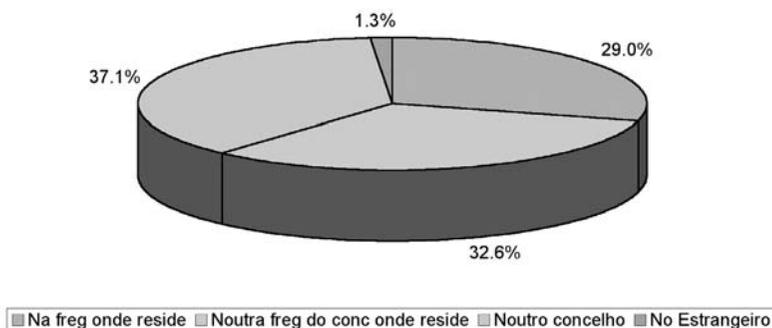
O estudo comparativo do local de trabalho com o local de residência para os grandes grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto mostra que, em termos médios, 28.8% dos trabalhadores exercem a sua actividade na freguesia onde residem, 32.4% trabalham noutra freguesia desse mesmo concelho, 37.5% noutra concelho e os restantes 1.3% no estrangeiro. É, no entanto, menor a percentagem de estrangeiros que trabalha na freguesia de residência e noutra freguesia, (respectivamente 24.4% e 30.5% para os estrangeiros e 29% e 32.6% para os portugueses), ao passo que relativamente aos trabalhadores noutra concelho o conjunto dos imigrantes tem um peso superior (43.8%, sendo 37.1% o respectivo peso no grupo dos portugueses):

LOCAL DE TRABALHO RELATIVAMENTE AO DE RESIDÊNCIA	PORTUGUESES (%)	UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS P. ESTRANGEIROS (%)	TOTAL ESTRANGEIROS (%)
NA FREGUESIA ONDE RESIDE	29.0	25.2	27.2	41.8	21.9	27.8	24.4

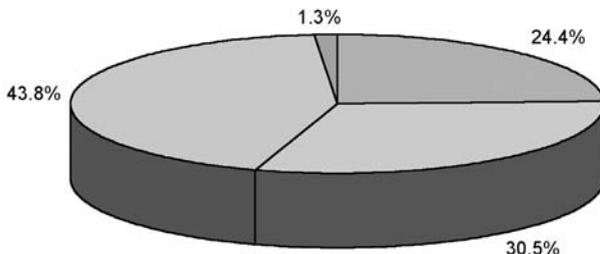
LOCAL DE TRABALHO RELATIVAMENTE AO DE RESIDÊNCIA	PORTUGUESES (%)	UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS P. ESTRANGEIROS (%)	TOTAL ESTRANGEIROS (%)
NOUTRA FREGUESIA DO CONCELHO ONDE RESIDE	32.6	31.2	31.3	26.5	30.3	30.5	30.5
NOUTRO CONCELHO	37.1	41.8	40.2	31.4	46.5	40.6	43.8
NO ESTRANGEIRO	1.3	1.8	1.3	0.3	1.3	1.1	1.3

Tabela 11. Repartição percentual da população activa empregada portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por locais de trabalho relativamente aos de residência (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

REPARTIÇÃO DOS LOCAIS DE TRABALHO DOS PORTUGUESES RESIDENTES NA AMP



REPARTIÇÃO DOS LOCAIS DE TRABALHO DOS ESTRANGEIROS RESIDENTES NA AMP



■ Na freg onde reside ■ Noutra freg do conc onde reside ■ Noutro concelho ■ No Estrangeiro

Figura 15. Repartição dos locais de trabalho dos portugueses e dos estrangeiros activos empregados residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o local de residência (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

São os imigrantes dos países de leste aqueles que exibem uma maior percentagem de postos de trabalho na freguesia de residência (41.8%). Também 27.8% do total de imigrantes de outros países estrangeiros e 27.2% do total de brasileiros trabalham na freguesia onde residem. É de notar, ainda, que 46.5% dos trabalhadores africanos de língua portuguesa trabalham noutro concelho sendo, proporcionalmente, o grupo com a maior percentagem de população activa a trabalhar num concelho distinto do da residência.

REPARTIÇÃO DOS LOCAIS DE TRABALHO DOS GRUPOS POPULACIONAIS RESIDENTES NA AMP

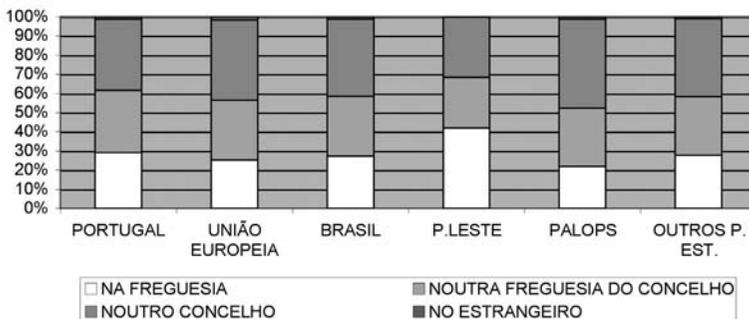
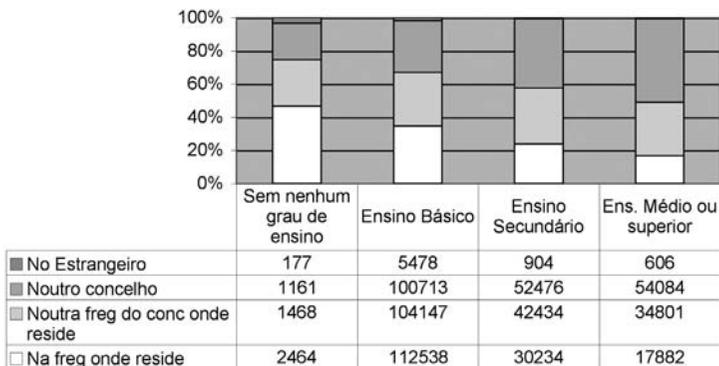


Figura 16. Repartição dos locais de trabalho dos grupos populacionais de indivíduos activos empregados residentes na Área Metropolitana do Porto relativamente ao local de residência (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.2.4. CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DE TRABALHO NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO DE ACORDO COM AS HABILITAÇÕES ACADÉMICAS

A repartição dos locais de trabalho comparativamente com os locais de residência, de acordo com as habilitações académicas mostra que são superiores as percentagens de estrangeiros com o ensino secundário e com o ensino médio ou superior que trabalham num concelho distinto do da residência, ligeiramente maiores as percentagens de portugueses sem nenhum grau de ensino e apenas com o ensino básico que trabalham na freguesia onde residem, e maiores as percentagens de portugueses detentores do ensino secundário e do ensino médio ou superior que trabalham noutra freguesia do concelho de residência:

LOCAIS DE TRABALHO DE PORTUGUESES NA AMP, POR NÍVEL DE ENSINO



LOCAIS DE TRABALHO DE ESTRANGEIROS NA AMP, POR NÍVEL DE ENSINO

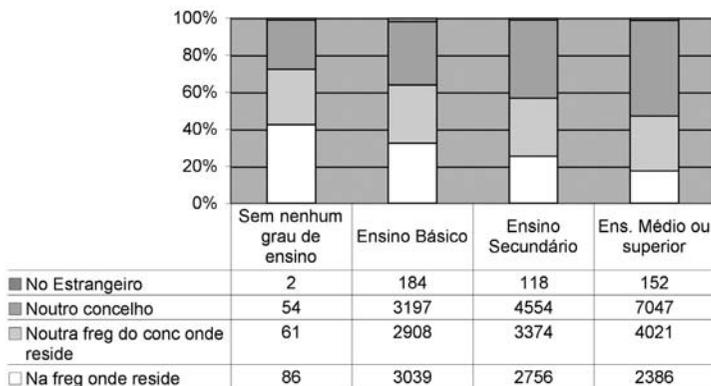
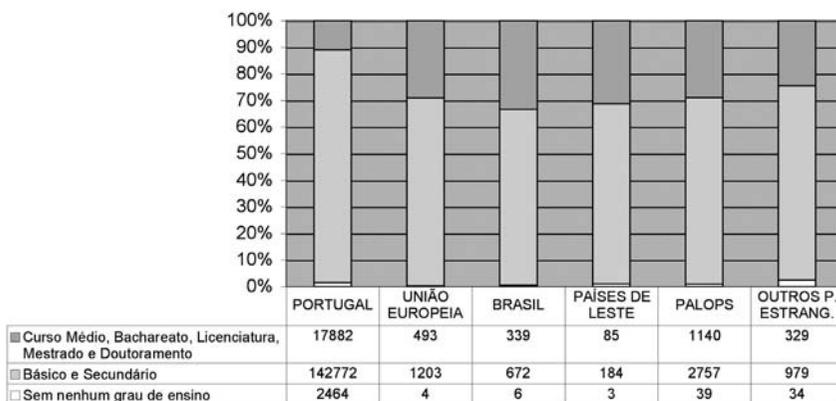


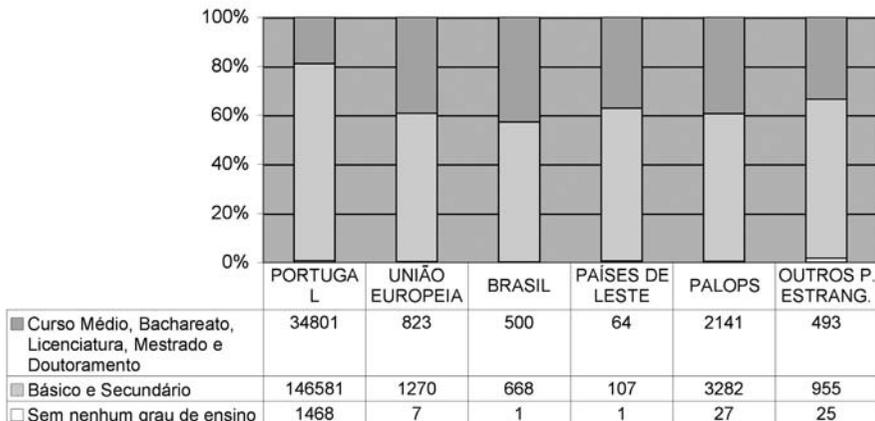
Figura 17. Repartição dos locais de trabalho de portugueses e de estrangeiros activos empregados residentes na Área Metropolitana do Porto segundo o nível de ensino, de acordo com o local de residência (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Entre os vários grupos de estrangeiros, por seu turno, não se verificam diferenças significativas no que respeita à repartição de acordo com as habilitações académicas dos que trabalham na freguesia de residência, noutra freguesia do concelho de residência, ou noutro concelho que não o de residência:

REPARTIÇÃO DOS GRUPOS POPULACIONAIS QUE TRABALHAM NA FREGUESIA DE RESIDÊNCIA, POR GRAUS DE ENSINO



REPARTIÇÃO DOS GRUPOS POPULACIONAIS QUE TRABALHAM NOUTRA FREGUESIA DO CONCELHO DE RESIDÊNCIA, POR GRAUS DE ENSINO



REPARTIÇÃO DOS GRUPOS POPULACIONAIS QUE TRABALHAM NUM CONCELHO DISTINTO DO DE RESIDÊNCIA, POR GRAUS DE DE

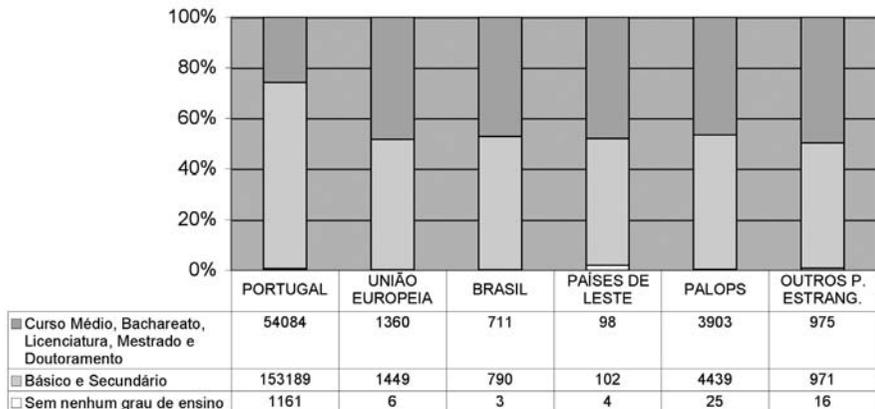


Figura 18. Repartição por graus de ensino de portugueses e estrangeiros activos empregados residentes na Área Metropolitana do Porto que trabalham, respectivamente, na freguesia de residência, noutra freguesia do concelho de residência e noutro concelho distinto do da residência (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.2.5. CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO PERANTE O EMPREGO NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

Os valores absolutos referentes à totalidade dos portugueses e dos estrangeiros activos residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a sua situação perante o emprego mostram que 93.2% da população portuguesa e 94,1% da população estrangeira com actividade económica está empregada, estando os restantes 6.8% de portugueses e 5,9% de estrangeiros desempregados:

SITUAÇÃO PERANTE O EMPREGO	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS	POPULAÇÃO TOTAL
EMPREGADOS	561044	33960	595004
DESEMPREGADOS	40641	2130	42771
TOTAL	601685	36090	637775

Tabela 12. Situação perante o emprego da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

No conjunto da população activa residente na Área Metropolitana do Porto, o grupo dos empregados é constituído por 94.3% de portugueses e 5.7% de estrangeiros (sendo, em termos comparativos, a percentagem de portugueses desempregados ligeiramente superior à dos estrangeiros):

SITUAÇÃO PERANTE O EMPREGO	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS
EMPREGADOS (%)	94.3	5.7
DESEMPREGADOS (%)	95.0	5.0
TOTAL (%)	94.3	5.7

Tabela 13. Repartição percentual da população activa empregada e desempregada portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A distribuição da população estrangeira empregada e desempregada entre os diferentes grupos étnicos é a seguinte [Anexo 4]:

SITUAÇÃO PERANTE O EMPREGO	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS	TOTAL ESTRANGEIROS
EMPREGADOS	6758	3738	647	17986	4831	33960
DESEMPREGADOS	433	262	32	1138	265	2130
TOTAL	7191	4000	679	19124	5096	36090

Tabela 14. Situação perante o emprego da população activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a nacionalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Não há grandes discrepâncias na composição percentual da população activa estrangeira empregada e desempregada, de acordo com a origem:

SITUAÇÃO PERANTE O EMPREGO	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS
EMPREGADOS (%)	19.9	11.0	1.9	53.0	14.2
DESEMPREGADOS (%)	20.3	12.3	1.5	53.4	12.5

Tabela 15. Repartição percentual por situação perante o emprego da população activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a nacionalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

No que se refere à estrutura da situação perante o emprego, não existem diferenças significativas entre os diversos grupos populacionais, embora sejam os imigrantes do Brasil, dos países da União Europeia e dos países africanos de expressão oficial portuguesa aqueles em que o desemprego atinge valores mais elevados (6.6% no primeiro caso e 6% no segundo e terceiro casos) sendo, mesmo assim, inferiores aos valores médios do desemprego dos portugueses (6.8%). É ainda de realçar que são os imigrantes dos países de leste aqueles que menos são atingidos pelo desemprego (a respectiva taxa é de apenas 4.7%):

SITUAÇÃO PERANTE O EMPREGO	PORTUGUESES (%)	UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS P. ESTRANGEIROS (%)	TOTAL ESTRANGEIROS (%)
EMPREGADOS	93.2	94.0	93.4	95.3	94.0	94.8	94.1
DESEMPREGADOS	6.8	6.0	6.6	4.7	6.0	5.2	5.9

Tabela 16. Repartição percentual da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto de acordo com a naturalidade, por situação perante o emprego (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

SITUAÇÃO PERANTE O EMPREGO DOS GRUPOS POPULACIONAIS NA AMP

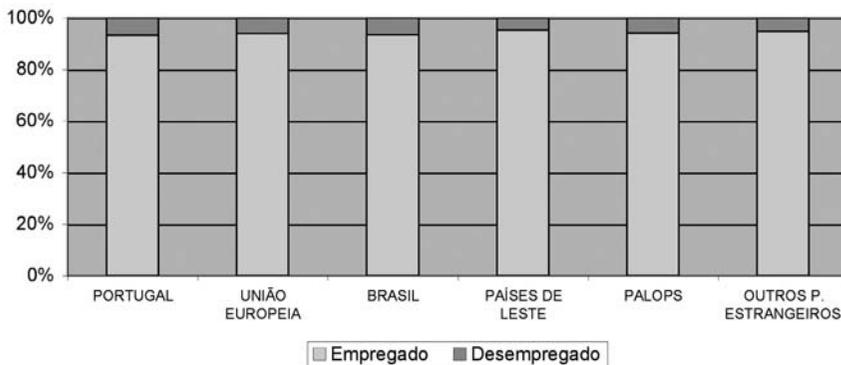
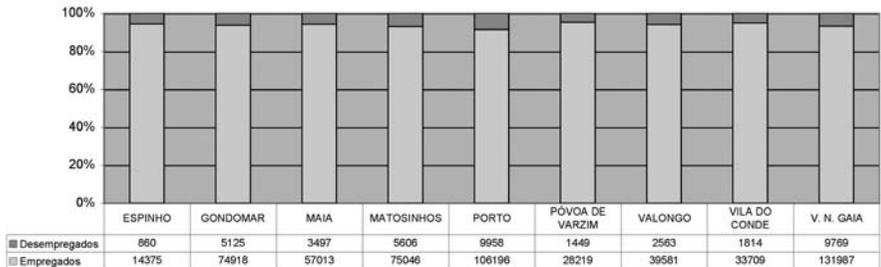


Figura 19. Situação perante o emprego dos grupos populacionais residentes na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

O desemprego reparte-se de uma forma muito semelhante entre os diversos concelhos da Área Metropolitana do Porto, quer na população portuguesa quer na população estrangeira:

SITUAÇÃO PERANTE O EMPREGO DOS PORTUGUESES NA AMP



SITUAÇÃO PERANTE O EMPREGO DOS ESTRANGEIROS NA AMP

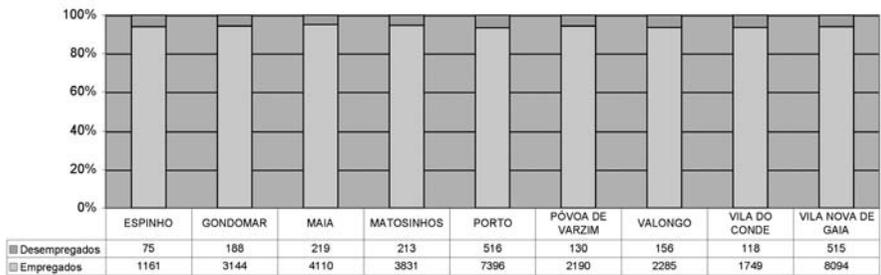


Figura 20. Situação perante o emprego de portugueses e estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.2.6. REPARTIÇÃO POR SECTOR DE ACTIVIDADE ECONÓMICA NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

A distribuição da população activa portuguesa e estrangeira na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o sector de actividade económica é tabelada seguidamente:

SECTOR DE ACTIVIDADE ECONÓMICA	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS	POPULAÇÃO TOTAL
SECTOR PRIMÁRIO	10586	216	10802
SECTOR SECUNDÁRIO	217871	9463	227334
SECTOR TERCIÁRIO	373228	26365	399593
TOTAL	601685	36044	637729

Tabela 17. Sector de actividade económica da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A repartição da população activa por sectores de actividade económica revela que o peso relativo dos estrangeiros (por comparação com os valores médios referentes à população activa total) é mais elevado no sector terciário (6.6% são estrangeiros, enquanto que a população activa estrangeira representa 5.7% do total):

SECTOR DE ACTIVIDADE ECONÓMICA	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS
SECTOR PRIMÁRIO (%)	98.0	2.0
SECTOR SECUNDÁRIO (%)	95.8	4.2
SECTOR TERCIÁRIO (%)	93.4	6.6
TOTAL (%)	94.3	5.7

Tabela 18. Repartição percentual da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, por sector de actividade económica (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A população activa estrangeira, por sua vez, reparte-se da seguinte forma entre os três sectores de actividade económica, de acordo com a naturalidade [Anexo 7]:

SECTOR DE ACTIVIDADE ECONÓMICA	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS	TOTAL ESTRANGEIROS
SECTOR PRIMÁRIO	75	0	7	36	98	216
SECTOR SECUNDÁRIO	2285	628	440	3818	2292	9463
SECTOR TERCIÁRIO	4824	3163	241	14573	3564	26365
TOTAL	7184	3791	688	18427	5954	36044

Tabela 19. Sector de actividade económica da população activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

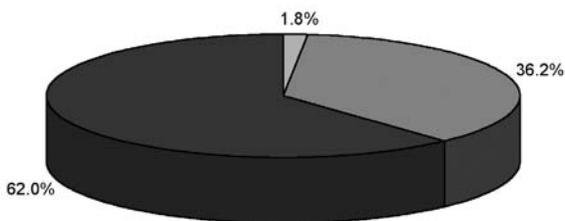
Entre os imigrantes, no sector primário trabalham principalmente os de outros países estrangeiros (45.4%) e de países da União Europeia (34.7%), enquanto que no sector secundário predominam os trabalhadores africanos de língua portuguesa (40.4%), de outros países estrangeiros (24.2%) e de países da União Europeia (24.1%), e no sector terciário estão empregados, predominantemente, imigrantes africanos de expressão portuguesa (55.3%), seguindo-se os da União Europeia (18.3%):

SECTOR DE ACTIVIDADE ECONÓMICA	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS
SECTOR PRIMÁRIO (%)	34.7	0.0	3.2	16.7	45.4
SECTOR SECUNDÁRIO (%)	24.1	6.6	4.7	40.4	24.2
SECTOR TERCIÁRIO (%)	18.3	12.0	0.9	55.3	13.5
TOTAL (%)	20.0	10.5	1.9	51.1	16.5

Tabela 20. Repartição percentual por sector de actividade económica da população activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

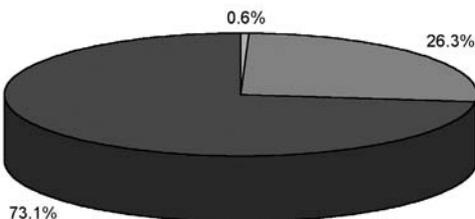
A estrutura percentual de cada grupo populacional mostra que a presença dos estrangeiros é predominante no sector terciário da economia da Área Metropolitana do Porto (na qual trabalham 73.1% dos estrangeiros e 62% dos portugueses), e é inferior nos sectores secundário (26.3% e 36.2% e respectivamente) e primário (1.8% dos portugueses trabalham neste sector embora apenas 0.6% dos estrangeiros o façam):

SECTORES DE ACTIVIDADE ECONÓMICA DA POPULAÇÃO PORTUGUESA NA AMP



■ SECTOR PRIMÁRIO ■ SECTOR SECUNDÁRIO ■ SECTOR TERCIÁRIO

SECTORES DE ACTIVIDADE ECONÓMICA DA POPULAÇÃO ESTRANGEIRA NA AMP



■ SECTOR PRIMÁRIO ■ SECTOR SECUNDÁRIO ■ SECTOR TERCIÁRIO

Figura 21. Repartição por sectores de actividade económica da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Os brasileiros são o grupo em que uma maior percentagem de indivíduos trabalha no sector terciário da economia (83.4%), seguindo-se os africanos de língua portuguesa (79.1%), e os imigrantes da União Europeia (67.2%). Quanto ao sector secundário, 64% dos imigrantes de leste, e 38.5% dos imigrantes de outros países estrangeiros trabalham neste sector de actividade económica.

SECTOR DE ACTIVIDADE ECONÓMICA	PORTUGUESES (%)	UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS P. ESTRANGEIROS (%)	TOTAL ESTRANGEIROS (%)
SECTOR PRIMÁRIO	1.8	1.0	0.0	1.0	0.2	1.6	0.6
SECTOR SECUNDÁRIO	36.2	31.8	16.6	64.0	20.7	38.5	26.3
SECTOR TERCIÁRIO	62.0	67.2	83.4	35.0	79.1	59.9	73.1

Tabela 21. Repartição percentual da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por sector de actividade económica (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

GRUPOS POPULACIONAIS NA AMP, POR SECTOR DE ACTIVIDADE ECONÓMICA

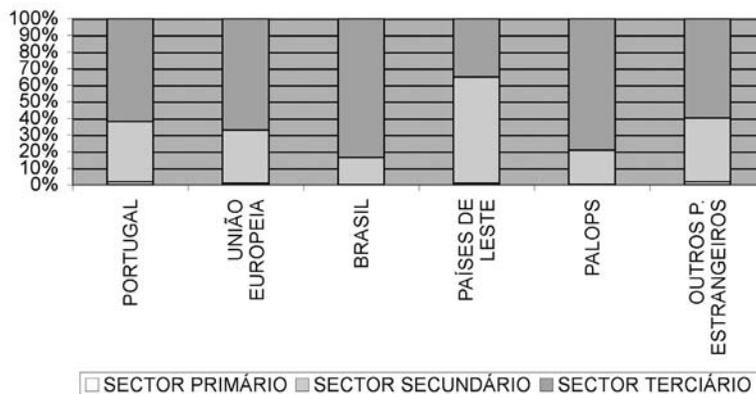


Figura 22. Repartição dos grupos populacionais residentes na Área Metropolitana do Porto de acordo com o sector de actividade económica (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Esta predominância dos estrangeiros no sector terciário da economia é patente em todos os concelhos da Área Metropolitana do Porto [Anexo 7]:

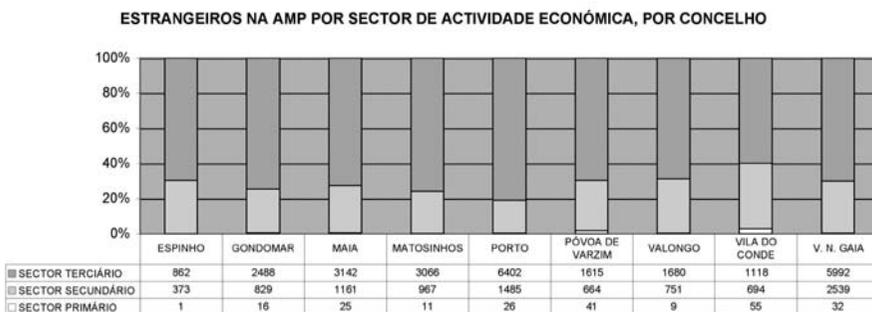
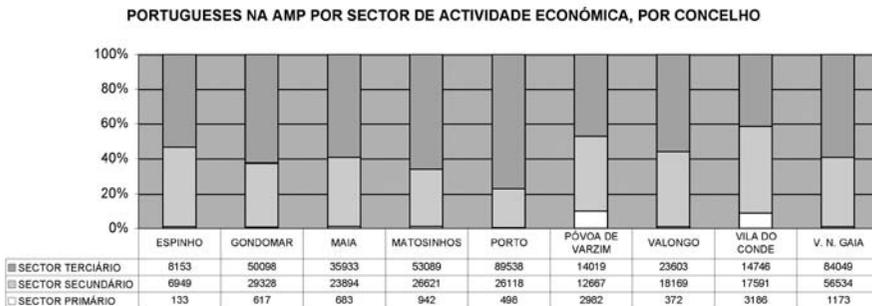


Figura 23. Repartição da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto de acordo com o sector de actividade económica, por concelho (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.2.7. REPARTIÇÃO POR GRUPOS PROFISSIONAIS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

A distribuição da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com os grupos profissionais, é a seguinte:

GRUPO PROFISSIONAL	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS	POPULAÇÃO TOTAL
FORÇAS ARMADAS	1540	120	1660
QUADROS SUPERIORES	44406	3370	47776
ESPECIALISTAS	57082	7019	64101
TÉC. INTERMÉDIOS	64858	5873	70731
ADMINISTRATIVOS	74998	5172	80170
VENDEDORES	86267	5485	91752
AGRICULTORES	8923	148	9071
OPERÁRIOS	128314	3964	132278
OPER. MÁQUINAS	50411	1591	52002
TRAB. NÃO QUALIFICADOS	84886	3351	88237
TOTAL	601685	36093	637778

Tabela 22. População activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o grupo profissional (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

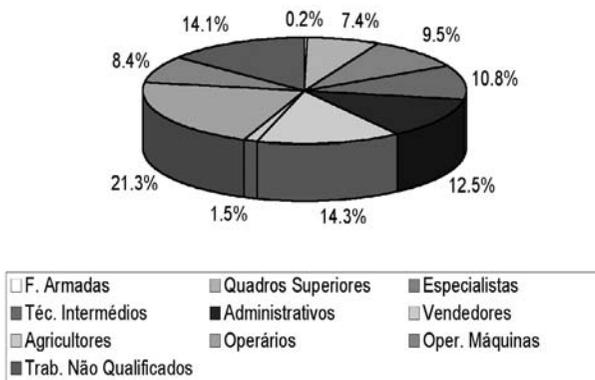
Embora em termos médios os portugueses ocupem 94.3% dos postos de trabalho e os estrangeiros os restantes 5.7% há, no entanto, determinados grupos profissionais em que a participação dos estrangeiros é superior a este valor médio. É o caso dos especialistas das profissões intelectuais e científicas (10.9%), dos técnicos e profissionais de nível intermédio (8.3%), das forças armadas (7.2%), dos quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas (7.1%), do pessoal administrativo e similares (6.5%), e dos vendedores (6%). As restantes categorias profissionais, correspondentes a níveis mais baixos de habilitações literárias e de qualificações, estão menos representadas a nível dos imigrantes.

GRUPO PROFISSIONAL	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS
FORÇAS ARMADAS (%)	92.8	7.2
QUADROS SUPERIORES (%)	92.9	7.1
ESPECIALISTAS (%)	89.1	10.9
TÉC. INTERMÉDIOS (%)	91.7	8.3
ADMINISTRATIVOS (%)	93.5	6.5
VENDEDORES (%)	94.0	6.0
AGRICULTORES (%)	98.4	1.6
OPERÁRIOS (%)	97.0	3.0
OPER. MÁQUINAS (%)	96.9	3.1
TRAB. NÃO QUALIFICADOS (%)	96.2	3.8
TOTAL (%)	94.3	5.7

Tabela 23. Repartição percentual da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o grupo profissional (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Na Área Metropolitana do Porto, a distribuição de portugueses e de estrangeiros de acordo com o grupo profissional é patente seguidamente [Anexo 5]:

REPARTIÇÃO POR GRUPOS PROFISSIONAIS DOS PORTUGUESES NA AMP



REPARTIÇÃO POR GRUPOS PROFISSIONAIS DOS ESTRANGEIROS NA AMP

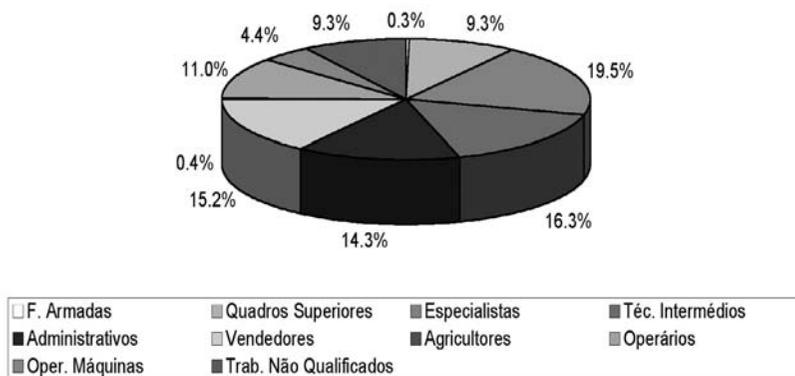


Figura 24. Repartição da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto por grupos profissionais (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A análise comparativa destes valores permite de imediato detectar que a percentagem de estrangeiros em grupos profissionais de “*status*” mais elevado (quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores das empresas; especialistas das profissões intelectuais e científicas; e técnicos e profissionais de nível intermédio) é comparativamente mais elevada nos estrangeiros (na sua totalidade perfaz os 45.1%) do que nos portugueses (em que ascende apenas a 27.7%). De facto, estão melhor representados proporcionalmente a nível da população activa estrangeira os quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas (9.3% dos estrangeiros e 7.4% dos portugueses), os especialistas das profissões intelectuais e científicas (que representam 19.5% dos imigrantes mas apenas 9.5% dos portugueses), os técnicos e profissionais de nível intermédio (16.3% dos estrangeiros mas apenas 10.8% dos portugueses), o pessoal administrativo e similares (14.3% dos imigrantes e 12.5% dos portugueses), e o pessoal dos serviços e vendedores (15.2% dos imigrantes e 14.3% dos portugueses), estando os outros grupos profissionais (de “*status*” mais baixo) pior representados pelos estrangeiros do que pelos portugueses. É, assim, visível entre os portugueses uma

maior percentagem de operários (21.3%, sendo apenas de 11% nos estrangeiros), de operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem (que representam 8.4% dos portugueses mas apenas 4.4% dos estrangeiros), e de trabalhadores não qualificados (que ascendem a 14.1% dos portugueses, ficando pelos 9.3% dos estrangeiros).

A distribuição dos estrangeiros por grupo profissional, por naturalidade, é a seguinte [Anexo 5]:

SITUAÇÃO PROFISSIONAL	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS	TOTAL ESTRANGEIROS
FORÇAS ARMADAS	31	3	0	72	14	120
QUADROS SUPERIORES	654	525	18	1648	525	3370
ESPECIALISTAS	1341	768	87	3929	894	7019
TÉC. INTERMÉDIOS	1053	702	64	3265	789	5873
ADMINISTRATIVOS	927	418	18	3139	670	5172
VENDEDORES	1100	801	45	2669	869	5484
AGRICULTORES	51	9	3	60	25	148
OPERÁRIOS	1026	326	244	1758	610	3964
OPER. MÁQUINAS	412	104	42	783	250	1591
TRAB. NÃO QUALIFICADOS	596	344	160	1801	450	3351
TOTAL	7191	4000	681	19124	5096	36092

Tabela 24. População activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, por grupo profissional, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Há determinados grupos profissionais em que algumas das minorias étnicas assumem um peso superior ao valor médio do conjunto dos imigrantes. Inserem-se nesta situação os agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas (em que 34.5% dos imigrantes neste grupo provêm de países da União Europeia), e os membros das forças armadas (25.8% dos estrangeiros neste grupo também é de

países da União Europeia). Por outro lado, 15.6% dos quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores das empresas estrangeiros são brasileiros, sendo também brasileiros 14.6% do pessoal dos serviços e vendedores estrangeiros, e 12% dos técnicos e profissionais de nível intermédio não portugueses. No que se refere aos imigrantes de países africanos de expressão oficial portuguesa, a sua presença dentro do total de imigrantes é especialmente reforçada a nível do pessoal administrativo e similares (60.7%), forças armadas (60%), especialistas das profissões intelectuais e científicas (56%), e técnicos e profissionais de nível intermédio (55.6%). Já os imigrantes de países de leste representam percentualmente uma fatia significativa dos operários, artífices e trabalhadores similares (6.2%), dos trabalhadores não qualificados (4.8%), e dos operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem (2.6%). No que se refere aos imigrantes de outros países estrangeiros, é de realçar o seu peso proporcionalmente mais elevado na agricultura (16.9%), a nível dos vendedores (15.8%), dos operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem (15.7%), e também dos quadros superiores públicos e privados (15.6%).

GRUPO PROFSSIONAL	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS
FORÇAS ARMADAS (%)	25.8	2.5	0.0	60.0	11.7
QUADROS SUPERIORES (%)	19.4	15.6	0.5	48.9	15.6
ESPECIALISTAS (%)	19.1	11.0	1.2	56.0	12.7
TÉC. INTERMÉDIOS (%)	17.9	12.0	1.1	55.6	13.4
ADMINISTRATIVOS (%)	17.9	8.1	0.3	60.7	13.0
VENDEDORES (%)	20.1	14.6	0.8	48.7	15.8
AGRICULTORES (%)	34.5	6.1	2.0	40.5	16.9
OPERÁRIOS (%)	25.9	8.2	6.2	44.3	15.4

GRUPO PROFISSIONAL	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS
OPER. MÁQUINAS (%)	25.9	6.6	2.6	49.2	15.7
TRAB. NÃO QUALIFICADOS (%)	17.8	10.3	4.8	53.7	13.4
TOTAL (%)	19.9	11.1	1.9	53.0	14.1

Tabela 25. Repartição percentual por grupo profissional da população activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a nacionalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A composição por grupos profissionais dos imigrantes dos países de leste é completamente distinta da dos restantes grupos de imigrantes. Assim, a principal fatia (35.8%) corresponde a operários, artífices e trabalhadores similares, seguindo-se os trabalhadores não qualificados (que representam 23.5% dos imigrantes de leste). É ainda de referir que 12.8% destes imigrantes são especialistas das profissões intelectuais e científicas, que 9.4% representam técnicos e profissionais de nível intermédio, e 6.6% pessoal dos serviços e vendedores.

SITUAÇÃO PROFISSIONAL	PORTUGUESES (%)	UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS P. ESTRANGEIROS (%)	TOTAL ESTRANGEIROS (%)
FORÇAS ARMADAS	0.3	0.4	0.1	0.0	0.4	0.3	0.3
QUADROS SUPERIORES	7.4	9.1	13.1	2.6	8.6	10.3	9.3
ESPECIALISTAS	9.5	18.7	19.2	12.8	20.5	17.5	19.5
TÉC. INTERMÉDIOS	10.8	14.6	17.6	9.4	17.1	15.5	16.3
ADMINISTRATIVOS	12.5	12.9	10.4	2.7	16.4	13.1	14.3
VENDEDORES	14.3	15.3	20.0	6.6	14.0	17.1	15.2
AGRICULTORES	1.4	0.7	0.2	0.4	0.3	0.5	0.4
OPERÁRIOS	21.3	14.3	8.2	35.8	9.2	12.0	11.0
OPER. MÁQUINAS	8.4	5.7	2.6	6.2	4.1	4.9	4.4
TRAB. NÃO QUALIFICADOS	14.1	8.3	8.6	23.5	9.4	8.8	9.3

Tabela 26. Repartição percentual da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a nacionalidade, por grupo profissional (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Em relação aos imigrantes da União Europeia, 18.7% são especialistas intelectuais e científicos, 15.3% são vendedores e trabalhadores de serviços, 14.6% são técnicos intermédios, e 14.3% operários, artífices e trabalhadores similares.

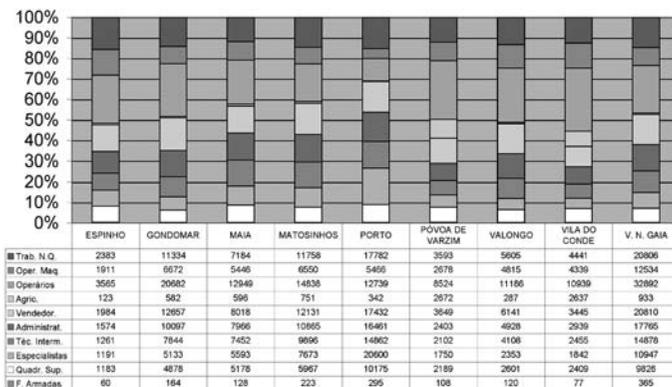
Quanto aos brasileiros, eles são, de entre os estrangeiros, aqueles que ocupam grupos profissionais de estatuto mais elevado: especialistas das profissões intelectuais e científicas (19.2%), técnicos e profissionais de nível intermédio (17.6%), e quadros superiores (13.1%) (o que perfaz cerca de 50% deste grupo populacional). É ainda de realçar que 20% deste grupo desempenha funções de vendedor e trabalhador dos serviços, e que 10.4% corresponde a pessoal administrativo e similar.

Dos imigrantes dos países africanos de língua portuguesa, 20.5% são especialistas de profissões intelectuais e científicas, 17.1% são técnicos e profissionais de nível intermédio, 16.4% corresponde a pessoal administrativo e similar, e 14% são trabalhadores de serviços e vendedores.

A repartição dos imigrantes dos outros países estrangeiros por grupos profissionais efectua-se entre os especialistas das profissões intelectuais e científicas (17.5%), os trabalhadores de serviços e vendedores (17.1%), os técnicos intermédios (15.5%), e o pessoal administrativo e similar (13.1%)

A análise dos grupos profissionais da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o concelho é a seguinte:

PORTUGUESES NA AMP POR GRUPO PROFISSIONAL, POR CONCELHO



ESTRANGEIROS NA AMP POR GRUPO PROFISSIONAL, POR CONCELHO

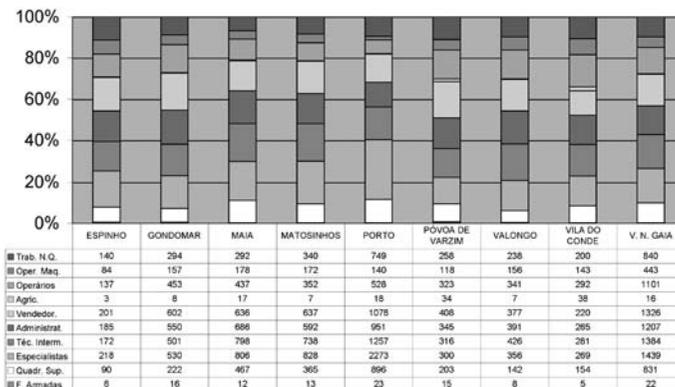


Figura 25. Repartição da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto por grupos profissionais, por concelho (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Os grupos profissionais mais representativos no concelho do Porto são os especialistas das profissões intelectuais e científicas (17.7% dos portugueses e 28.7% dos

estrangeiros), o pessoal administrativo e similares (14.2% dos portugueses e 12% dos estrangeiros) e os técnicos e profissionais de nível intermédio (12.8% dos portugueses e 15.9% dos estrangeiros).

Nos concelhos de Matosinhos e da Maia, entre os portugueses são predominantes os técnicos e profissionais de nível intermédio (12.3% em ambos os casos), e o pessoal administrativo e similares (respectivamente 13.5% e 13.2%). No entanto, 20.5% da população estrangeira activa em Matosinhos e 18.6% da população homóloga da Maia corresponde a especialistas das profissões intelectuais e científicas, sendo 18.2% e 18.4% os valores respectivos de técnicos e profissionais de nível intermédio, e 9% e 10.8% de quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores das empresas.

Em Gondomar predomina o grupo profissional dos vendedores e pessoal dos serviços, com uma representatividade de 15.8% a nível dos portugueses e de 18.1% dos estrangeiros.

Os operários, artífices e trabalhadores similares portugueses, por seu turno, são predominantes nos concelhos de Vila do Conde (30.8%), Póvoa de Varzim (28.7%), Valongo (26.5%) e Vila Nova de Gaia (23.2%), sendo também numerosos nos concelhos da Póvoa de Varzim e de Vila do Conde os agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas, que representam, respectivamente, 9% e 7.4% destes trabalhadores. Entre os estrangeiros, a maior concentração daquele grupo profissional ocorre em Vila do Conde, onde ascendem a 15.6%.

Enquanto que em termos médios para toda a Área Metropolitana do Porto, o grupo profissional predominante entre os portugueses é o dos operários, artífices e trabalhadores similares (21.3%) já em relação ao conjunto dos estrangeiros residentes, o grupo profissional mais representativo é o dos especialistas das profissões intelectuais e científicas (19.5%).

A análise da repartição dos diferentes grupos populacionais residentes na Área

Metropolitana do Porto, de acordo com os respectivos grupos profissionais permite concluir que, de entre os estrangeiros, são os imigrantes de leste aqueles que apresentam um perfil profissional mais diferenciado dos restantes, representando os operários, artífices e trabalhadores similares 35.8% do total destes estrangeiros, e sendo 23.5% trabalhadores não qualificados. Os restantes grupos estrangeiros (da União Europeia, do Brasil, de países africanos de expressão oficial portuguesa, e de outros países estrangeiros) apresentam elevadas percentagens de quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas (respectivamente 9.1%, 13.1%, 8.6% e 10.3%), especialistas das profissões intelectuais e científicas (respectivamente 18.7%, 19.2%, 20.5% e 17.5%), técnicos e profissionais de nível intermédio (respectivamente 14.6%, 17.6%, 17.1% e 15.5%), e pessoal administrativo e similares (respectivamente 12.9%, 10.4%, 16.4% e 13.1%):

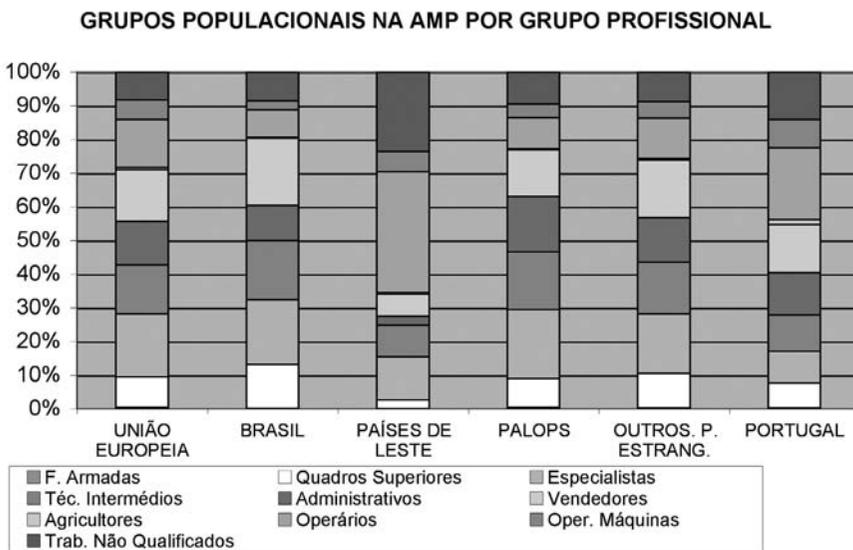


Figura 26. Repartição dos grupos populacionais residentes na Área Metropolitana do Porto por grupos profissionais (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.2.8. REPARTIÇÃO DE ACORDO COM A SITUAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

A situação profissional da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto é evidenciada na seguinte tabela:

SITUAÇÃO PROFISSIONAL	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS	POPULAÇÃO TOTAL
PATRÃO/EMPREGADOR	55406	3650	59056
TRABALHADOR POR CONTA PRÓPRIA	28463	1465	29928
TRABALHADOR POR CONTA DE OUTRÉM	509199	30393	539592
OUTRA SITUAÇÃO	8617	718	9335
TOTAL	601685	36226	637911

Tabela 27. Situação profissional da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Comparando as diferentes situações profissionais em termos percentuais, verifica-se que é nas outras situações, seguido-se os patrões/empregadores que a fatia a cargo dos estrangeiros (por comparação com o seu valor médio de 5.7%) é mais significativa (7.7% no primeiro caso e 6.2% neste último):

SITUAÇÃO PROFISSIONAL	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS
PATRÃO/EMPREGADOR (%)	93.8	6.2
TRABALHADOR POR CONTA PRÓPRIA (%)	95.1	4.9
TRABALHADOR POR CONTA DE OUTRÉM (%)	94.4	5.6
OUTRA SITUAÇÃO (%)	92.3	7.7
TOTAL (%)	94.3	5.7

Tabela 28. Repartição percentual da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a situação profissional (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A distribuição dos grupos de trabalhadores estrangeiros pelas diferentes situações profissionais é patenteada na tabela seguinte [Anexo 6]:

SITUAÇÃO PROFISSIONAL	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS	TOTAL ESTRANGEIROS
PATRÃO/EMPREGADOR	664	634	26	1670	656	3650
TRABALHADOR POR CONTA PRÓPRIA	292	189	7	652	325	1465
TRABALHADOR POR CONTA DE OUTRÉM	6108	3106	633	16500	4046	30393
OUTRA SITUAÇÃO	164	95	15	335	109	718
TOTAL	7228	4024	681	19157	5136	36226

Tabela 29. Situação profissional da população activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a nacionalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

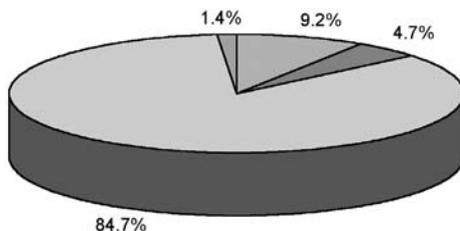
A análise comparativa da repartição de cada situação profissional a nível dos imigrantes, revela a maior representatividade dos países africanos de língua portuguesa no conjunto dos trabalhadores por conta de outrém estrangeiros (54.3%):

SITUAÇÃO PROFISSIONAL	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS
PATRÃO/EMPREGADOR (%)	18.2	17.4	0.7	45.7	18.0
TRABALHADOR POR CONTA PRÓPRIA (%)	19.9	12.9	0.5	44.5	22.2
TRABALHADOR POR CONTA DE OUTRÉM (%)	20.1	10.2	2.1	54.3	13.3
OUTRA SITUAÇÃO (%)	22.8	13.2	2.1	46.7	15.2
TOTAL (%)	20.0	11.1	1.8	52.9	14.2

Tabela 30. Repartição percentual por situação profissional da população activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a nacionalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Enquanto que 84.7% dos portugueses residentes na AMP são trabalhadores por conta de outrém, 9.2% são patrões e 4.7% são trabalhadores por conta própria, entre os estrangeiros constata-se que 83.9% são trabalhadores por conta de outrém, 10.1% são patrões e 4% são trabalhadores por conta própria. [Anexo 6]:

REPARTIÇÃO DA SITUAÇÃO PROFISSIONAL DOS PORTUGUESES NA AMP



REPARTIÇÃO DA SITUAÇÃO PROFISSIONAL DOS ESTRANGEIROS NA AMP

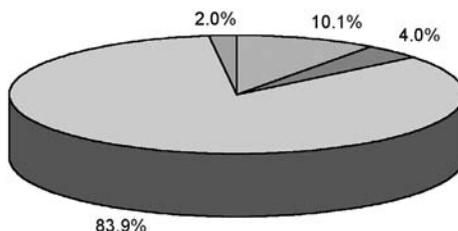


Figura 27. Repartição da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto de acordo com a situação profissional (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Entre os imigrantes é o grupo dos brasileiros aquele que apresenta uma mais forte componente de patrões/empregadores (15.7%) e uma mais baixa percentagem de trabalhadores por conta de outrém (77.2%). A menor percentagem de patrões/empregadores, por seu turno, ocorre para o grupo dos países de leste (3.8%) sendo proporcionalmente os que apresentam uma mais elevada percentagem de trabalhadores por conta de outrém (93%). O grupo de imigrantes em que estão proporcionalmente melhor representados os trabalhadores por conta própria corresponde aos dos restantes países estrangeiros (6.3%), seguindo-se o Brasil (4.7%) e a União Europeia (4%). É ainda de referir a grande proximidade entre os estrangeiros dos países da União Europeia e os portugueses, no que se refere à repartição entre as diferentes situações profissionais.

SITUAÇÃO PROFISSIONAL	PORTUGUESES (%)	UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS P. ESTRANGEIROS (%)	TOTAL ESTRANGEIROS (%)
PATRÃO/ EMPREGADOR	9.2	9.2	15.7	3.8	8.7	12.8	10.1
TRABALHADOR POR CONTA PRÓPRIA	4.7	4.0	4.7	1.0	3.4	6.3	4.0
TRABALHADOR POR CONTA DE OUTRÉM	84.7	84.5	77.2	93.0	86.1	78.8	83.9
OUTRA SITUAÇÃO	1.4	2.3	2.4	2.2	1.8	2.1	2.0

Tabela 31. Repartição percentual da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a nacionalidade, por sector de actividade económica (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

GRUPOS POPULACIONAIS NA AMP DE ACORDO COM A SITUAÇÃO PROFISSIONAL

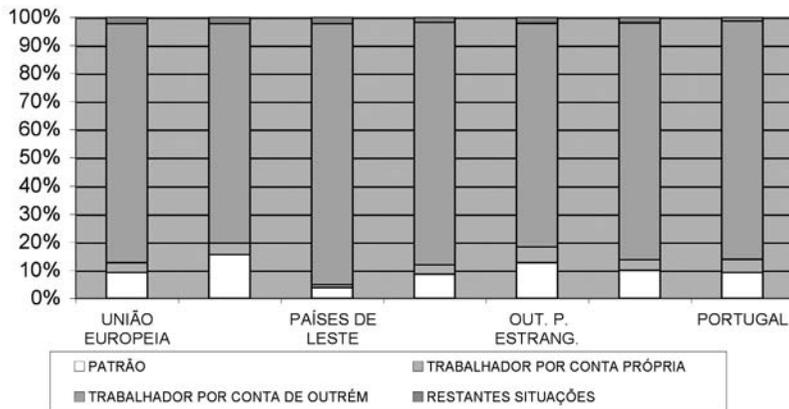
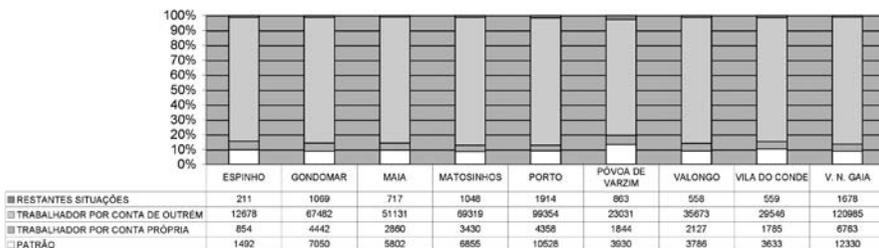


Figura 28. Repartição dos grupos populacionais residentes na Área Metropolitana do Porto de acordo com a situação profissional (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

No que se refere à repartição da população activa de acordo com a situação profissional entre os diversos concelhos, constata-se que não existem grandes diferenças entre eles relativamente aos valores médios percentuais para toda a Área Metropolitana, nem para portugueses nem para estrangeiros:

SITUAÇÃO PROFISSIONAL DOS PORTUGUESES NA AMP, POR CONCELHO



SITUAÇÃO PROFISSIONAL DOS ESTRANGEIROS NA AMP, POR CONCELHO

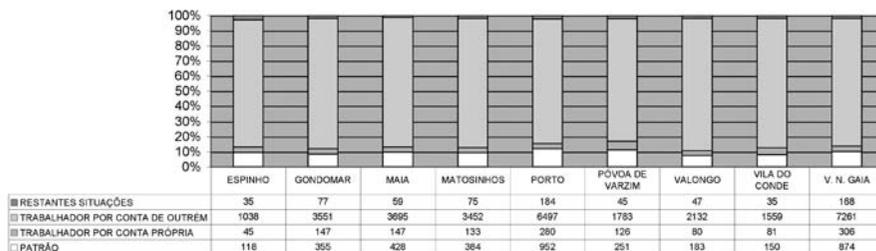


Figura 29. Repartição da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto de acordo com a situação profissional, por concelho (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.2.9. CARACTERIZAÇÃO ESPECÍFICA DO EMPREGO NA REGIÃO NORTE

Com o objectivo de estudar de um modo mais pormenorizado as características dos postos de trabalho dos estrangeiros por comparação com as dos portugueses, recorreu-se ao Inquérito ao Emprego (INE, 2000). Atendendo à necessidade de compatibilização de dados com os provenientes dos censos 2001 (cujos resultados foram apresentados anteriormente), efectuou-se a análise dos inquéritos referentes ao quarto trimestre de 2000.

A amostra do inquérito (que foi efectuado pelo Instituto Nacional de Estatística) era composta por um total de 43 340 portugueses e 1 440 estrangeiros. De entre estes, aqueles que residiam na Região Norte eram 6 327 portugueses e 217 estrangeiros. Embora a repartição de estrangeiros por grandes grupos de países de origem obtida para a Região Norte – 35.3% dos imigrantes são da União Europeia, 44.2% de países africanos de expressão oficial portuguesa, 9.3% brasileiros, 0.5% de países de leste, e 10.7% dos restantes países - difira da obtida para a Área Metropolitana do Porto - os valores homólogos são de 23.4%, 45.3% e 12.4%, 1.6%, e 17.3% - no entanto, e dada a importância desta análise, optou-se por tratar os dados a partir da Unidade Territorial NUT III em que eles foram disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estatística. Atendendo à significância da amostra, os resultados percentuais vão ser generalizados a toda a população (portuguesa e estrangeira) residente na Região Norte. Nesta análise não foram considerados os imigrantes de países de leste, uma vez que apenas um indivíduo desta nacionalidade foi inquirido.

Foram, deste modo, seleccionadas as questões consideradas mais relevantes para se poder efectuar a análise comparativa entre portugueses e estrangeiros, e entre os vários grupos étnicos, e os resultados, bem como as conclusões obtidas, são apresentados seguidamente.

Assim, 67% dos imigrantes residiam no nosso país há mais de 15 anos, enquanto que 33% residiam há 15 anos ou menos. São os imigrantes africanos de língua portuguesa aqueles que predominantemente vieram para Portugal há mais tempo,

(sobretudo na altura da descolonização) sendo de notar que o movimento migratório de países da União Europeia é mais recente:

GRUPOS DE ESTRANGEIROS NA AMP, POR TEMPO DE PERMANÊNCIA EM PORTUGAL

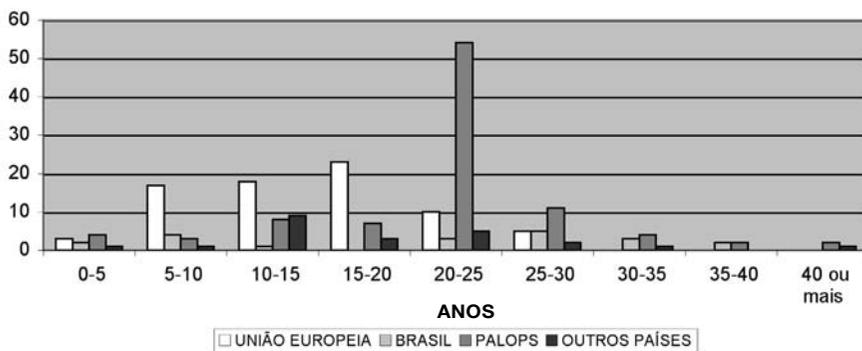


Figura 30. Repartição dos imigrantes na Região Norte, por naturalidade, de acordo com o número de anos de permanência em Portugal (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Os valores percentuais correspondentes à repartição por tipo de empresa ou organismo de trabalho, de acordo com o regime jurídico, de portugueses e de imigrantes, respectivamente, revela que 77.5% dos estrangeiros e 72.2% dos portugueses trabalham em empresas de capital maioritariamente privado, enquanto que 3.3% e 2.6% respectivamente de cada um dos grupos trabalha em empresas de capital maioritariamente público, 11.7% dos estrangeiros e apenas 7% dos portugueses exercem funções na administração pública central, local ou regional, 2.8% dos estrangeiros e 1.7% dos portugueses desenvolvem a sua actividade em organismos da administração pública com autonomia financeira, e 0.5% dos estrangeiros em instituições sem fins lucrativos (sendo 0.7% a correspondente percentagem de portugueses), estando 15.8% dos portugueses e 4.2% dos estrangeiros em outros tipos de locais de trabalho. Percentualmente, são os imigrantes de outros países os que exibem uma maior percentagem de participação no sector privado (86.2%), e os brasileiros os que têm uma maior fatia populacional a trabalhar na administração pública central, local ou regional (20%):

TIPO DE EMPRESA OU ORGANISMO DE TRABALHO DOS GRUPOS POPULACIONAIS NA AMP

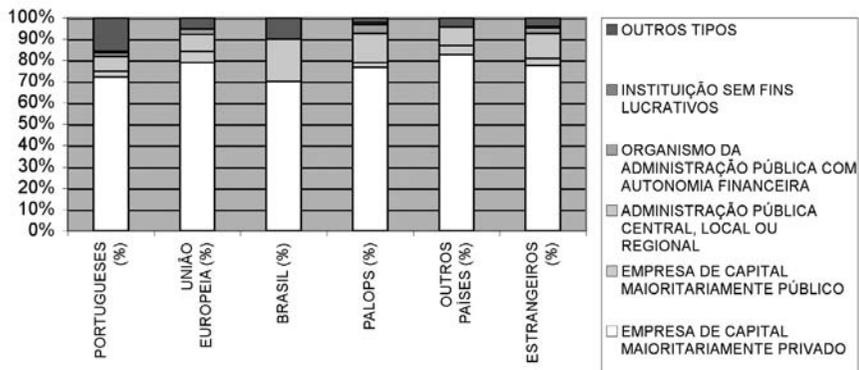


Figura 31. Composição percentual do tipo de empresa ou organismo em que trabalham os portugueses e os estrangeiros (por naturalidade) residentes na Região Norte (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

No que se refere à situação na profissão principal, os resultados obtidos permitem concluir que na região Norte é mais elevada a percentagem de estrangeiros do que de portugueses que trabalham por conta de outrém (82.2% e 69.1%, respectivamente), maior a percentagem de portugueses que trabalha por conta própria como isolado (14.9%, sendo de 6.1% a correspondente percentagem de estrangeiros), 6.2% dos portugueses e 4.7% dos estrangeiros são patrões ou empregadores, e 4.9% dos portugueses e 2.8% dos estrangeiros trabalham para uma pessoa de família sem receberem remuneração. Estes valores, referentes à Região Norte, mostram que aqui há uma menor percentagem de trabalhadores por conta de outrém (sobretudo a nível dos portugueses), sendo igualmente mais baixas as percentagens de patrões e mais elevadas as percentagens de trabalhadores por conta própria relativamente àquilo que ocorre na Área Metropolitana do Porto. Entre os estrangeiros, são os brasileiros os que comparativamente exibem uma menor percentagem de trabalhadores por conta de outrém (65%) e uma maior percentagem de trabalhadores por conta própria (10% como trabalhadores individuais e 5% como patrões):

SITUAÇÃO NA PROFISSÃO PRINCIPAL DOS GRUPOS POPULACIONAIS NA AMP

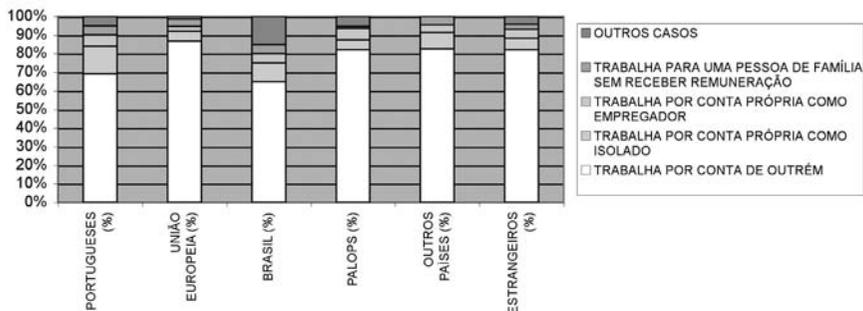


Figura 32. Composição percentual da situação na profissão principal de portugueses e estrangeiros (por nacionalidade) residentes na Região Norte (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Uma questão que se reveste de particular importância e actualidade tem a ver com o tipo de contrato de trabalho. O regime de contrato colectivo de trabalho é o que vigora para 19.2% dos portugueses e para 18.2% dos estrangeiros, estando abrangidos por contrato individual de trabalho sem termo 65.5% dos portugueses e 58.5% dos estrangeiros. Por outro lado, 11.1% dos portugueses e 18.8% dos estrangeiros trabalham em regime de contrato a prazo, e apenas 0.6% dos portugueses e 1.7% dos estrangeiros em regime de contrato de prestação de serviços. Os restantes 3.6% de portugueses e 2.8% de estrangeiros correspondem a trabalho sazonal sem contrato escrito e situações de trabalho pontuais e ocasionais. São os brasileiros os que exibem uma maior percentagem de contratos individuais de trabalho sem termo (69.2%), e os imigrantes da União Europeia os que percentualmente têm mais contratos de trabalho com termo (22.7%):

TIPO DE CONTRATO DE TRABALHO DOS GRUPOS POPULACIONAIS NA AMP

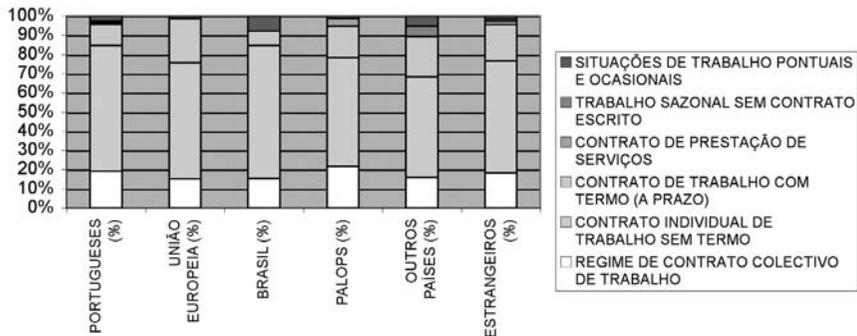


Figura 33. Composição percentual do tipo de contrato de trabalho de portugueses e estrangeiros (por nacionalidade) residentes na Região Norte (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Como resposta à questão sobre se o contrato estava ou não de acordo com as necessidades de trabalho dos inquiridos, 84.3% dos portugueses manifestaram-se satisfeitos relativamente ao contrato, mas entre os estrangeiros a percentagem foi de 75%, isto é, 25% acharam que o contrato não satisfazia as suas necessidades de trabalho. O grupo que se manifestou mais descontente foi o de outros países estrangeiros (36.8%):

SATISFAÇÃO PERANTE O TIPO DE CONTRATO DE TRABALHO DOS GRUPOS POPULACIONAIS NA AMP

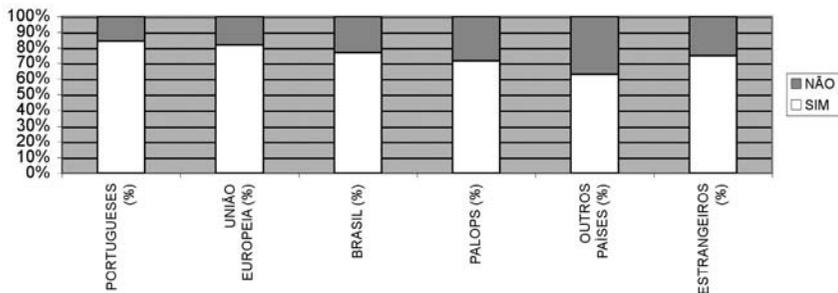


Figura 34. Composição percentual da satisfação perante o tipo de contrato de trabalho de portugueses e estrangeiros (por nacionalidade) residentes na Região Norte (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

As razões justificativas do tipo de contrato, apresentadas por portugueses e estrangeiros, mostram as seguintes repartições percentuais: 10.2% dos portugueses e 14.3% dos estrangeiros são estagiários ou aprendizes em formação, 10.8% dos portugueses e 14.3% dos estrangeiros estavam à experiência, 3.3% dos portugueses mas nenhum estrangeiro exerce um trabalho temporário ou sazonal, e 61.1% dos portugueses e 52.4% dos estrangeiros argumentaram que as respectivas empresas só tinham lugar com este tipo de contrato, correspondendo os restantes 14.6% e 19%, respectivamente, de cada grupo populacional a outros casos. É de realçar a percentagem muito elevada de africanos de língua portuguesa que aceitaram estes contratos por só haver lugar com eles (88.2%), e de brasileiros que “estão à experiência” (50%):

RAZÕES DO TIPO DE CONTRATO DE TRABALHO DOS GRUPOS POPULACIONAIS NA AMP

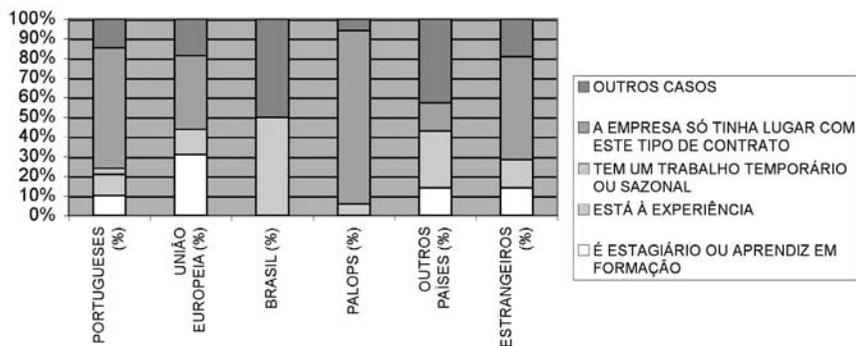


Figura 35. Composição percentual das razões justificativas do tipo de contrato de trabalho de portugueses e estrangeiros (por naturalidade) residentes na Região Norte (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Os contratos apresentam durações variadas, embora sejam predominantes os contratos de 6, 12, 24 e 90 meses. A este nível a situação parece ser mais favorável aos estrangeiros, uma vez que detêm contratos de durações mais elevadas: 66.7% dos respectivos contratos são a mais de 60 meses, enquanto que a correspondente percentagem para os portugueses é de 52.5%. Os contratos de trabalho até 6 meses (inclusivé) são detidos por 15.4% dos portugueses e 11.9% dos estrangeiros, de 6 a 12 meses (inclusivé) por 22.9% dos portugueses e 19% dos estrangeiros, e de 12 a 24 meses (inclusivé) por 5.1% dos portugueses e 2.4% dos estrangeiros:

DURAÇÕES DO CONTRATO DE TRABALHO DOS GRUPOS POPULACIONAIS NA AMP

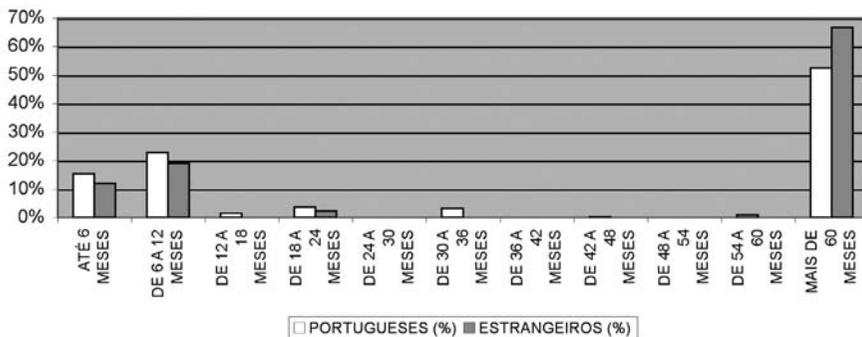


Figura 36. Composição percentual das durações do contrato de trabalho de portugueses e estrangeiros (por nacionalidade) residentes na Região Norte (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Não há diferenças significativas no que se refere à inscrição na Segurança Social dos estrangeiros relativamente aos portugueses, sendo os brasileiros o grupo em que é mais elevada a percentagem dos que não estão inscritos nesta instituição (25%):

INSCRIÇÃO NA SEGURANÇA SOCIAL DOS GRUPOS POPULACIONAIS RESIDENTES NA AMP

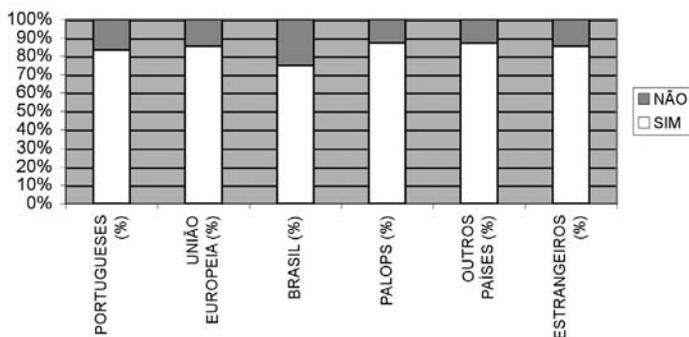


Figura 37. Composição percentual da inscrição na segurança social de portugueses e estrangeiros (por nacionalidade) residentes na Região Norte (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Na resposta à pergunta sobre se os inquiridos percepcionavam que as suas habilitações escolares e/ou profissionais eram superiores às necessárias para executar o seu trabalho, 3.3% dos estrangeiros foram de opinião que sim, mas apenas 0.6% dos portugueses se queixou de tal situação.

É muito próxima a distribuição percentual das durações semanais de trabalho para portugueses e para estrangeiros:

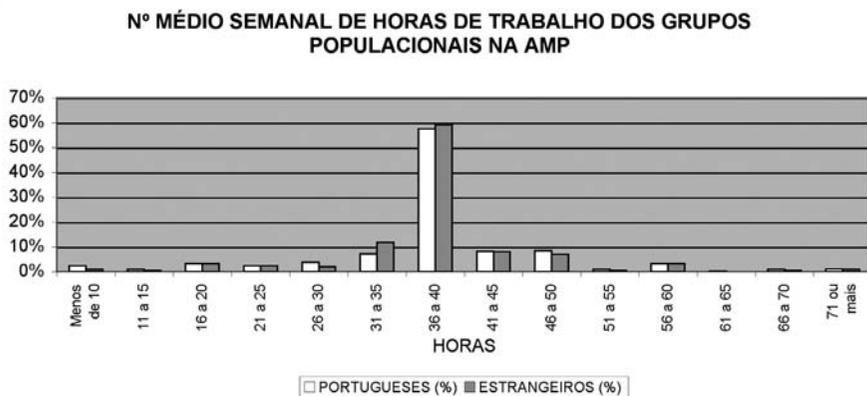


Figura 38. Composição percentual do número médio semanal de horas de trabalho de portugueses e de estrangeiros residentes na Região Norte (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

No que se refere a situações específicas de horário de trabalho é, também, muito semelhante a respectiva repartição entre portugueses e estrangeiros: 4.5% dos portugueses e 5.1% dos estrangeiros exercem o trabalho por turnos, 5.8% dos portugueses e 8.9% dos estrangeiros trabalham à noite, 23.1% dos portugueses e 20.1% dos estrangeiros trabalha ao sábado, 0.2% dos portugueses e 0.9% dos estrangeiros trabalha ao domingo, e 66.4% dos portugueses e 65% dos estrangeiros exercem trabalho sem nenhuma destas situações específicas. São os imigrantes africanos de língua portuguesa aqueles em que é mais elevada a existência de situações especiais de trabalho, sobretudo no que se refere ao trabalho ao sábado (25.3%) e à noite (9.5%):

SITUAÇÕES ESPECÍFICAS DE HORÁRIO DE TRABALHO DOS GRUPOS POPULACIONAIS NA AMP

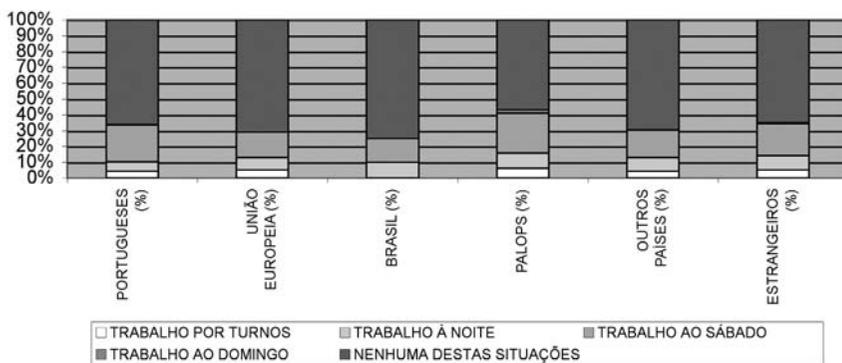


Figura 39. Composição percentual de situações específicas referentes ao horário de trabalho de portugueses e estrangeiros (por naturalidade) residentes na Região Norte (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Quanto ao local de realização do trabalho, é maior a percentagem de estrangeiros que trabalha só na empresa (79.9% contra 69.2% de portugueses), 22.9% dos portugueses e 15.4% dos estrangeiros não tem local de trabalho fixo, 3.7% dos portugueses mas apenas 1.4% dos estrangeiros trabalha só em casa, 0.7% dos portugueses e nenhum estrangeiro exerce a sua actividade profissional em casa a maior parte do tempo, e 3.5% dos portugueses e 3.3% dos estrangeiros trabalha a maior parte do tempo na empresa:

LOCAL DE REALIZAÇÃO DA ACTIVIDADE PROFISSIONAL DOS GRUPOS POPULACIONAIS NA AMP

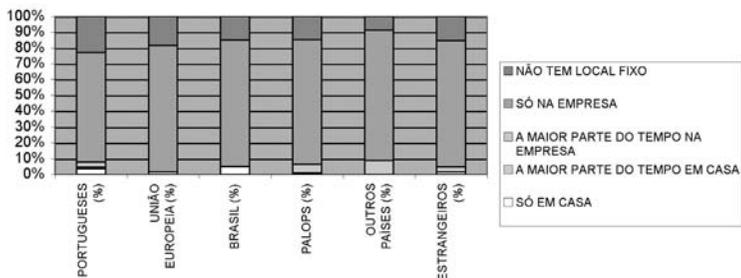


Figura 40. Composição percentual do local de realização da actividade profissional de portugueses e estrangeiros (por naturalidade) residentes na Região Norte (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

À pergunta sobre se os inquiridos trabalhavam um número de horas diferente do normal para a sua profissão no seu local de trabalho, 6.3% dos portugueses acharam que sim, embora apenas 3.3% dos estrangeiros tivessem manifestado a mesma opinião.

Sobre se o actual emprego era o primeiro ou se antes já tinham trabalhado, nem que tivesse sido ocasionalmente ou um trabalho não remunerado para uma pessoa de família, constatou-se que 68.4% dos portugueses já tinha trabalhado anteriormente, enquanto que a nível dos estrangeiros 62.3% já tinham tido experiências profissionais.

Relativamente às habilitações académicas dos inquiridos, nenhum estrangeiro era analfabeto, embora 3.9% dos portugueses não soubesse ler nem escrever. A distribuição, para a população portuguesa e estrangeira inquirida, do nível de ensino mais elevado completado, mostrou os seguintes resultados percentuais: 10.8% dos portugueses e 0.5% dos estrangeiros não detinham nenhum grau de ensino, 74.6% dos portugueses tinham terminado o ensino básico como o nível mais elevado de ensino que detinham, sendo a correspondente percentagem de estrangeiros de apenas 53.5%, 8.5% dos portugueses mas 26.9% dos estrangeiros detinham o ensino secundário, e os restantes 6.1% de portugueses e 19.1% de estrangeiros tinham completado graus superiores de ensino. Verifica-se, pois, que a formação académica dos estrangeiros é substancialmente melhor que a dos portugueses (conforme já tinha sido analisado anteriormente):

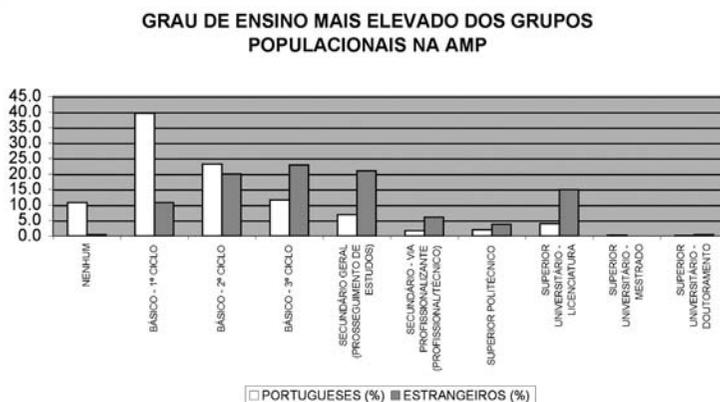


Figura 41. Composição percentual do grau de ensino mais elevado completado por portugueses e estrangeiros (por naturalidade) residentes na Região Norte (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Finalmente, e passando à análise da questão dos rendimentos, a remuneração é recebida mensalmente em 97.6% dos casos de portugueses e em 98.3% dos casos de estrangeiros.

Em relação ao montante total de rendimentos auferidos, verifica-se que os estrangeiros estão melhor posicionados que os portugueses (na tabela seguinte estão indicados os valores médios apurados a partir dos dados, expressos em euros):

RENDIMENTOS (EUROS)	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS
Montante mensal líquido dos ganhos salariais na actividade principal	494.0	585.0
Montante líquido de outros rendimentos do trabalho (actividade principal de periodicidade superior à mensal recebidos no último ano)	971.0	1104.5
Estimativa do rendimento líquido mensal proveniente da actividade independente como actividade principal	406.0	534.5
Montante mensal líquido de subsídio de desemprego	310.0	-
Montante mensal líquido das pensões	248.5	249.0

Tabela 32. Rendimentos auferidos por portugueses e estrangeiros residentes na Região Norte (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Assim, verifica-se que o valor mensal líquido das pensões é equivalente para os dois grupos populacionais, embora o montante mensal líquido de ganhos salariais, o montante líquido de outros rendimentos do trabalho de periodicidade superior à mensal, e o rendimento líquido mensal proveniente da actividade independente como actividade principal sejam mais elevados para os estrangeiros do que para os portugueses. Assim, em termos médios e em valor líquido equivalente mensal, os portugueses auferiram 574.9 euros e os estrangeiros 677 euros (considerando o montante líquido mensal de ganhos salariais na actividade principal, e 1/12 do montante líquido de outros rendimentos do trabalho recebidos anualmente), o que significa que, em média, em termos líquidos e na região Norte, os estrangeiros ganharam aproximadamente mais 17.8% do que os portugueses.

Embora apenas 145 dos inquiridos estrangeiros tenham respondido à questão referente ao montante mensal líquido de ganhos salariais, os valores médios obtidos, expressos em euros, por grandes grupos de países de origem mostram que os salários líquidos mais elevados são os dos imigrantes brasileiros (um valor médio de 735.3 euros), seguindo-se os de países africanos de expressão oficial portuguesa (585.5 euros, em média), de outros países estrangeiros (563.1 euros em média), e da União Europeia (499.2 euros em valores médios):

GRUPO DE PAÍSES DE ORIGEM	MONTANTE MENSAL LÍQUIDO DOS GANHOS SALARIAIS NA ACTIVIDADE PRINCIPAL (€)
UNIÃO EUROPEIA	499.2
PALOPS	585.5
BRASIL	735.3
OUTROS PAÍSES ESTRANGEIROS	563.1

Tabela 33. Salário mensal líquido auferido por estrangeiros (por naturalidade) residentes na Região Norte (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.3 CARACTERIZAÇÃO DA SITUAÇÃO HABITACIONAL DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

3.3.1. CARACTERIZAÇÃO DOS EDIFÍCIOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO QUANTO AO TIPO DE CONSTRUÇÃO

Os edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros são do tipo clássico praticamente na sua totalidade (sendo quase nula a percentagem correspondente a outro tipo de construção), o que se verifica quer a nível da Área Metropolitana como um todo, quer a nível de cada um dos seus concelhos [Anexo 8]:

TIPO DE EDIFÍCIO	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS	POPULAÇÃO TOTAL
CLÁSSICO	405054	17848	422902
OUTRO	1813	46	1859
TOTAL	406867	17894	424761

Tabela 34. Tipo de edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Nos edifícios clássicos residem 95.8% de portugueses e 4.2% de estrangeiros, e nos outros tipos de construção moram, em termos percentuais, ligeiramente mais portugueses (97.5%) e ligeiramente menos estrangeiros (2.5%).

TIPO DE EDIFÍCIO	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS
CLÁSSICO (%)	95.8	4.2
OUTRO (%)	97.5	2.5
TOTAL (%)	95.8	4.2

Tabela 35. Repartição percentual do tipo de edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Os valores referentes aos edifícios onde se localizam os alojamentos dos imigrantes na Área Metropolitana do Porto, por seu turno, são os seguintes [Anexo 8]:

TIPO DE EDIFÍCIO	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS	TOTAL ESTRANGEIROS
CLÁSSICO	3500	2294	241	9816	1997	17848
OUTRO	8	1	6	28	3	46
TOTAL	3508	2295	247	9844	2000	17894

Tabela 36. Tipo de edifícios onde se localizam os alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a nacionalidade do titular do alojamento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A nível dos diferentes grupos de imigrantes destaca-se a elevada representatividade dos provenientes de países de leste nos edifícios não clássicos (13% do total), considerando a reduzida percentagem de edifícios em que se situam os alojamentos destes imigrantes relativamente ao total (1.4%):

TIPO DE EDIFÍCIO	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS
CLÁSSICO (%)	19.6	12.8	1.4	55.0	11.2
OUTRO (%)	17.4	2.2	13.0	60.9	6.5
TOTAL (%)	19.6	12.8	1.4	55.0	11.2

Tabela 37. Repartição percentual do tipo de edifícios onde se localizam os alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a nacionalidade do titular do alojamento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Não existem diferenças significativas no tipo de edifícios onde se localizam os alojamentos dos diversos grupos populacionais em estudo, conforme se pode ver pela tabela seguinte:

TIPO DE EDIFÍCIO	PORTUGUESES (%)	UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS P. ESTRANGEIROS (%)	TOTAL ESTRANGEIROS (%)
CLÁSSICO	99.6	99.8	100.0	97.6	99.7	99.8	99.7
OUTRO	0.4	0.2	0.0	2.4	0.3	0.2	0.3

Tabela 38. Repartição percentual dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a nacionalidade do titular do alojamento, por tipo (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.3.2. CARACTERIZAÇÃO DOS EDIFÍCIOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO QUANTO AO TIPO DE UTILIZAÇÃO

Os alojamentos na Área Metropolitana do Porto localizam-se predominantemente em edifícios exclusivamente residenciais (84.1% dos portugueses e 74.7% dos estrangeiros) e em edifícios principalmente residenciais (15.6% dos portugueses e 24.8% dos estrangeiros) [Anexo 9]¹:

TIPO DE OCUPAÇÃO DO EDIFÍCIO	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS	POPULAÇÃO TOTAL
EXCLUSIVAMENTE RESIDENCIAL	340685	13252	353937
PRINCIPALMENTE RESIDENCIAL	63052	4404	67456
PRINCIPALMENTE NÃO RESIDENCIAL	1317	79	1396
TOTAL	405054	17735	422789

Tabela 39. Tipo de ocupação dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

É de notar que os edifícios principalmente residenciais (de 50 a 99% de ocupação com o uso habitacional) e os edifícios principalmente não residenciais (com uma ocupação residencial até 49%) estão proporcionalmente melhor representados a nível dos imigrantes do que dos portugueses, por referência à repartição média dos alojamentos entre portugueses e estrangeiros. Assim, respectivamente 6.5% e 5.7% dos edifícios de cada tipo são ocupados por estrangeiros (mas o número de alojamentos de estrangeiros apenas representa 4.2% do total).

1 De acordo com o Instituto Nacional de Estatística, um edifício exclusivamente residencial é um “edifício em que toda a área útil está, no momento censitário, afecta à habitação humana”, um edifício principalmente residencial é aquele “em que metade ou a maior parte da sua área útil está, no momento censitário, afecta à habitação humana”, e um edifício principalmente não residencial é aquele “em que a maior parte da área útil está, no momento censitário, afecta a outros fins, que não os da habitação humana”.

TIPO DE OCUPAÇÃO DO EDIFÍCIO	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS
EXCLUSIVAMENTE RESIDENCIAL (%)	96.3	3.7
PRINCIPALMENTE RESIDENCIAL (%)	93.5	6.5
PRINCIPALMENTE NÃO RESIDENCIAL (%)	94.3	5.7
TOTAL (%)	95.8	4.2

Tabela 40. Tipo de ocupação dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Uma análise centrada apenas nos edifícios onde se localizam os alojamentos dos diferentes grupos de imigrantes mostra os seguintes valores [Anexo 9]:

TIPO DE OCUPAÇÃO DO EDIFÍCIO	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS	TOTAL ESTRANGEIROS
EXCLUSIVAMENTE RESIDENCIAL	2569	1669	213	7190	1611	13252
PRINCIPALMENTE RESIDENCIAL	831	629	79	2334	531	4404
PRINCIPALMENTE NÃO RESIDENCIAL	23	9	1	36	10	79
TOTAL	3423	2307	293	9560	2152	17735

Tabela 41. Tipo de ocupação dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a nacionalidade do titular do alojamento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Não há diferenças significativas nos modos de ocupação dos edifícios pelos diferentes grupos de imigrantes, embora nos edifícios principalmente não residenciais seja substancialmente mais forte em termos proporcionais a presença dos provenientes de países da União Europeia (29.1% neste tipo de edifícios, por comparação com 19.4% nos edifícios exclusivamente residenciais e 18.9% nos edifícios principalmente residenciais) e proporcionalmente mais fraca a presença de imigrantes de países africanos de expressão portuguesa (45.6%, por comparação com 54.3% nos edifícios exclusivamente residenciais e 53% nos edifícios principalmente residenciais):

TIPO DE OCUPAÇÃO DO EDIFÍCIO	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS
RESIDENCIAL (%)	19.4	12.5	1.6	54.3	12.2
PRINCIPALMENTE RESIDENCIAL (%)	18.9	14.3	1.8	53.0	12.0
PRINCIPALMENTE NÃO RESIDENCIAL (%)	29.1	11.4	1.3	45.6	12.6
TOTAL (%)	19.3	13.0	1.7	53.9	12.1

Tabela 42. Repartição percentual por tipo de ocupação dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a nacionalidade do titular do alojamento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Os edifícios ocupados por estrangeiros e por portugueses na Área Metropolitana do Porto são, sobretudo, edifícios exclusivamente residenciais (74.7% e 84.1%, respectivamente) e principalmente residenciais (15.6% dos portugueses e 24.8% dos estrangeiros), sendo muito mais reduzida a percentagem de ocupação de edifícios não residenciais por cada grupo (0.3% dos portugueses e 0.5% dos estrangeiros).

TIPO DE OCUPAÇÃO DO EDIFÍCIO	PORTUGUESES (%)	UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS P. ESTRANGEIROS (%)	TOTAL ESTRANGEIROS (%)
EXCLUSIVAMENTE RESIDENCIAL	84.1	75.1	72.3	72.7	75.2	74.9	74.7
PRINCIPALMENTE RESIDENCIAL	15.6	24.3	27.3	27.0	24.4	24.6	24.8
PRINCIPALMENTE NÃO RESIDENCIAL	0.3	0.6	0.4	0.3	0.4	0.5	0.5

Tabela 43. Repartição percentual dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a nacionalidade do titular do alojamento, por tipo de ocupação dos edifícios (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A análise do tipo de utilização dos edifícios onde se situam os alojamentos de cada grupo populacional mostra, conforme se pode verificar pelo gráfico, que não há grandes diferenças entre os diversos países, sendo apenas ligeiramente superior a utilização de edifícios principalmente residenciais pelos imigrantes brasileiros e dos países de leste (27.3% e 27%, respectivamente), e ligeiramente inferiores os correspondentes valores de utilização de edifícios exclusivamente residenciais (respectivamente 72.3% e 72.7%):

UTILIZAÇÃO DOS EDIFÍCIOS PELOS GRUPOS POPULACIONAIS NA AMP

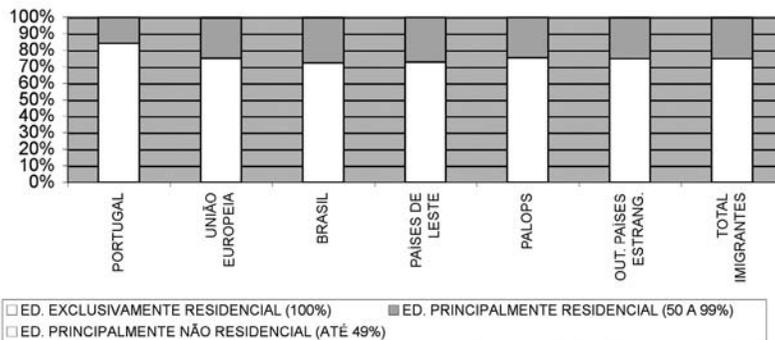
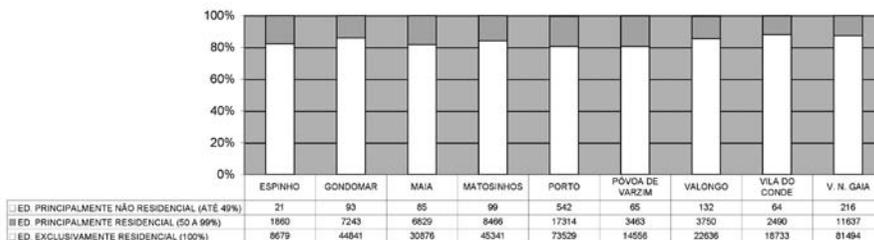


Figura 42. Repartição dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o tipo de utilização (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

É de notar que é nos concelhos da Póvoa de Varzim, Maia, Porto e Espinho que são mais elevadas as percentagens de alojamentos de estrangeiros em edifícios principalmente residenciais (respectivamente 32.5% 32.2%, 27.7%, e 26.8%):

TIPO DE UTILIZAÇÃO DOS EDIFÍCIOS DE ALOJAMENTOS DE PORTUGUESES NA AMP, POR CONCELHO



TIPO DE UTILIZAÇÃO DOS EDIFÍCIOS DE ALOJAMENTOS DE ESTRANGEIROS NA AMP, POR CONCELHO

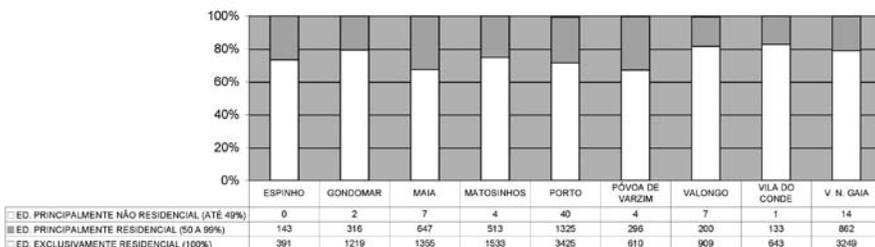
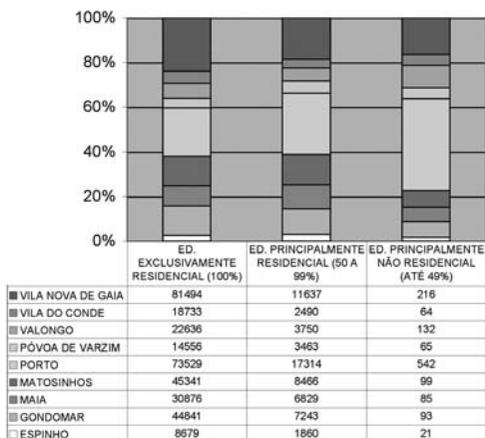


Figura 43. Repartição dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com o tipo de utilização (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Existe proporcionalmente uma maior utilização dos edifícios principalmente residenciais e dos edifícios principalmente não residenciais nos concelhos do Porto e de Vila Nova de Gaia por estrangeiros do que por nativos (respectivamente, 27% dos edifícios principalmente residenciais de portugueses e 29.9% de estrangeiros localizam-se no concelho do Porto e 18.5% de portugueses e 19.4% de estrangeiros localizam-se no concelho de Vila Nova de Gaia, e 41.2% dos edifícios principalmente não residenciais de portugueses e 50.6% de estrangeiros localizam-se no Porto, e 16.4% de portugueses e 17.7% de estrangeiros em Vila Nova de Gaia):

EDIFÍCIOS DE ALOJAMENTOS DOS PORTUGUESES NA AMP, POR TIPO DE UTILIZAÇÃO, POR CONCELHO



**EDIFÍCIOS DE ALOJAMENTOS DOS ESTRANGEIROS NA AMP,
POR TIPO DE UTILIZAÇÃO, POR CONCELHO**

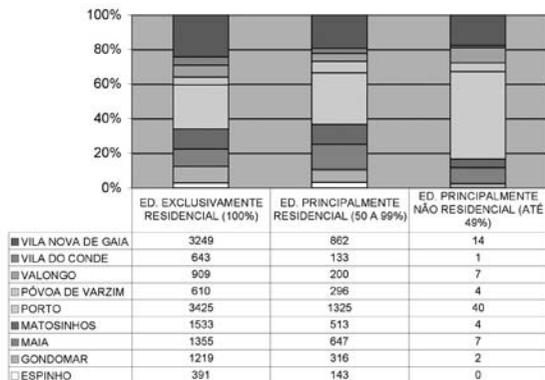


Figura 44. Repartição dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o tipo de utilização, por concelho (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.3.3. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO QUANTO AO TIPO DE ALOJAMENTOS

Os alojamentos quer de portugueses quer de estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto são praticamente na sua totalidade do tipo clássico apresentando uma expressão muito reduzida os alojamentos de outro tipo (barraca, rudimentar, móvel, improvisado ou noutro local) [Anexo 10]:

TIPO DE ALOJAMENTO	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS	POPULAÇÃO TOTAL
CLÁSSICO	403618	17808	421426
BARRACA	880	19	899
RUDIMENTAR	345	6	351
MÓVEL	72	6	78
IMPROVISADO	1436	40	1476
NOUTRO LOCAL	516	16	532
TOTAL	406867	17895	424762

Tabela 44. Tipo de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Os alojamentos clássicos são ocupados 95.8% por portugueses e 4.2% por estrangeiros. Em relação aos alojamentos não clássicos os portugueses apresentam uma representatividade percentual superior ao respectivo valor médio para todas as categorias deste tipo de alojamento, à excepção dos alojamentos móveis, em que é mais forte em termos relativos a representatividade dos estrangeiros (7.7%, sendo de 4.2% a percentagem total de alojamentos estrangeiros):

TIPO DE ALOJAMENTO	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS
CLÁSSICO (%)	95.8	4.2
BARRACA (%)	97.9	2.1
RUDIMENTAR (%)	98.3	1.7
MÓVEL (%)	92.3	7.7
IMPROVISADO (%)	97.3	2.7
NOUTRO LOCAL (%)	97.0	3.0
TOTAL (%)	95.8	4.2

Tabela 45. Repartição percentual do tipo de alojamento dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

São os seguintes os valores referentes à distribuição dos alojamentos dos estrangeiros, de acordo com o tipo, entre os diversos grupos étnicos [Anexo 10]:

TIPO DE ALOJAMENTO	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS	TOTAL ESTRANGEIROS
CLÁSSICO	3496	2291	235	9795	1991	17808
BARRACA	3	0	2	13	1	19
RUDIMENTAR	1	0	0	4	1	6
MÓVEL	0	1	3	2	0	6
IMPROVISADO	4	3	6	21	6	40
NOUTRO LOCAL	4	0	1	9	2	16
TOTAL	3508	2295	247	9844	2001	17895

Tabela 46. Tipo de alojamento dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a nacionalidade do respectivo titular (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Dos alojamentos clássicos, 55% são de africanos de língua portuguesa, 19.6% de imigrantes da União Europeia, 12.9% de brasileiros, 11.2% de imigrantes de outros países

estrangeiros, e 1.3% de imigrantes de países de leste. É de referir, ainda, as elevadas percentagens destes últimos relativamente ao total nos alojamentos móveis (50%), barracas (10.5%), improvisados (15%), e noutra local (6.3%), comparativamente com o seu peso de 1.4% no total de alojamentos. Também são de realçar as percentagens a cargo de brasileiros nos alojamentos móveis (16.7% do total) e nos alojamentos improvisados (7.5%):

TIPO DE ALOJAMENTO	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS
CLÁSSICO (%)	19.6	12.9	1.3	55.0	11.2
BARRACA (%)	15.8	0.0	10.5	68.4	5.3
RUDIMENTAR (%)	16.7	0.0	0.0	66.7	16.6
MÓVEL (%)	0.0	16.7	50.0	33.3	0.0
IMPROVISADO (%)	10.0	7.5	15.0	52.5	15.0
NOUTRO LOCAL (%)	25.0	0.0	6.3	56.2	12.5
TOTAL (%)	19.6	12.8	1.4	55.0	11.2

Tabela 47. Repartição percentual por tipo de alojamento dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a nacionalidade do titular do alojamento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Não há diferenças significativas na repartição dos alojamentos dos diversos grupos populacionais residentes na Área Metropolitana do Porto, entre clássicos e outro tipo de construção. De facto, praticamente toda a população reside em alojamentos clássicos (99.2% dos portugueses e 99.5% dos estrangeiros), sendo ainda de referir que 0.4% dos portugueses e 0.2% dos estrangeiros vivem em alojamentos improvisados.

TIPO DE ALOJAMENTO	PORTUGUESES (%)	UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS P. ESTRANGEIROS (%)	TOTAL ESTRANGEIROS (%)
CLÁSSICO	99.2	99.7	99.8	95.2	99.5	99.5	99.5
BARRACA	0.2	0.1	0.0	0.8	0.1	0.0	0.1
RUDIMENTAR	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
MÓVEL	0.0	0.0	0.0	1.2	0.0	0.0	0.0
IMPROVISADO	0.4	0.1	0.2	2.4	0.2	0.3	0.2
NOUTRO LOCAL	0.1	0.1	0.0	0.4	0.1	0.1	0.1

Tabela 48. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a nacionalidade do respectivo titular, por tipo de alojamento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A distribuição do tipo de alojamento entre os diferentes grupos populacionais residentes na área Metropolitana do Porto mostra que os mais desfavorecidos são os imigrantes dos países de leste (95.2% reside em alojamentos clássicos ao passo que 99.5% ou mais dos restantes grupos de imigrantes vivem neste tipo de alojamento, e 4.8% reside noutra tipo de alojamentos, sendo as correspondentes percentagens para os restantes grupos iguais ou inferiores a 0.4%):

ALOJAMENTOS DOS GRUPOS POPULACIONAIS NA AMP, DE ACORDO COM O TIPO

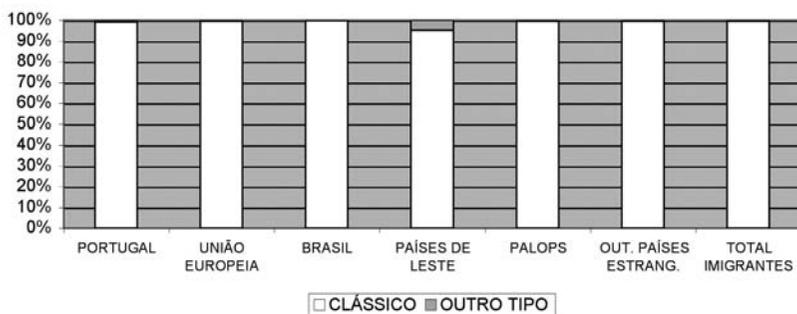
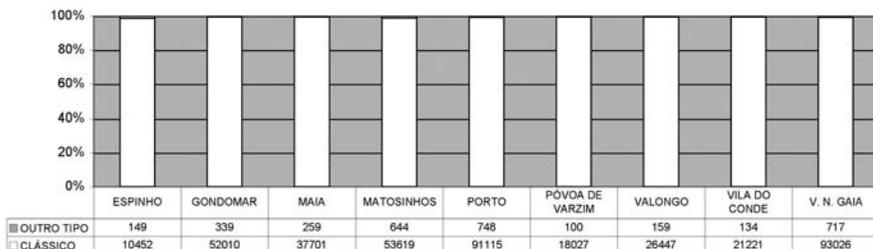


Figura 45. Repartição dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o tipo (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Para além de não haver diferenças significativas no tipo de alojamento entre portugueses e estrangeiros, também não se registam diferenças a nível da própria distribuição espacial por concelhos:

ALOJAMENTOS DOS PORTUGUESES NA AMP, POR TIPO E POR CONCELHO



ALOJAMENTOS DOS ESTRANGEIROS NA AMP, POR TIPO E POR CONCELHO

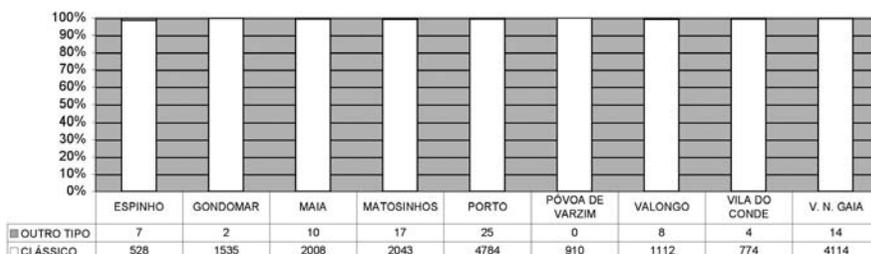


Figura 46. Repartição dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto de acordo com o tipo, por concelho (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.3.4. CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO QUANTO À FORMA DE OCUPAÇÃO DOS ALOJAMENTOS

É a seguinte a forma de ocupação dos alojamentos por portugueses e por estrangeiros na Área Metropolitana do Porto:

FORMA DE OCUPAÇÃO	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS	POPULAÇÃO TOTAL
PROPRIETÁRIO	265058	12111	277169
LOCATÁRIO	122375	4698	127073
SUB-LOCATÁRIO	2793	125	2918
OUTROS	13392	874	14266
TOTAL	403618	17808	421426

Tabela 49. Forma de ocupação dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A partir da análise comparativa da repartição das várias formas de ocupação entre portugueses e estrangeiros relativamente aos valores médios totais para todas as formas de ocupação (95.8% de portugueses e 4.2% de estrangeiros) constata-se que os portugueses têm um peso relativo ligeiramente maior como locatários (96.3%), e que os estrangeiros exibem um peso relativo ligeiramente superior no que se refere às outras formas de ocupação (6.1%), proprietário (4,4%) e sublocatário (4,3):

FORMA DE OCUPAÇÃO	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS
PROPRIETÁRIO (%)	95.6	4.4
LOCATÁRIO (%)	96.3	3.7
SUB-LOCATÁRIO (%)	95.7	4.3
OUTROS (%)	93.9	6.1
TOTAL (%)	95.8	4.2

Tabela 50. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por forma de ocupação (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

As formas de ocupação dos alojamentos de estrangeiros, de acordo com os grupos étnicos considerados, são as seguintes [Anexo 11]:

FORMA DE OCUPAÇÃO	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS	TOTAL ESTRANGEIROS
PROPRIETÁRIO	2220	1377	67	7033	1414	12111
LOCATÁRIO	962	794	140	2359	443	4698
SUB-LOCATÁRIO	33	17	6	55	14	125
OUTROS	281	103	22	348	120	874
TOTAL	3496	2291	235	9795	1991	17808

Tabela 51. Forma de ocupação dos alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a nacionalidade do titular do alojamento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A representatividade, relativamente ao total da respectiva forma de ocupação, dos alojamentos dos imigrantes de países da União Europeia é crescente e a representatividade dos imigrantes africanos de expressão portuguesa é decrescente quando se passa de proprietário para locatário, e para sub-locatário. Em relação aos imigrantes de leste, eles representam 4.8% dos sub-locatários estrangeiros, 3% dos locatários, e 2.5% do total de estrangeiros que ocupam o alojamento de outras formas:

FORMA DE OCUPAÇÃO	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS
PROPRIETÁRIO (%)	18.3	11.4	0.5	58.1	11.7
LOCATÁRIO (%)	20.5	16.9	3.0	50.2	9.4
SUB-LOCATÁRIO (%)	26.4	13.6	4.8	44.0	11.2
OUTROS (%)	32.2	11.8	2.5	39.8	13.7
TOTAL (%)	19.6	12.9	1.3	55.0	11.2

Tabela 52. Repartição percentual por forma de ocupação dos alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a nacionalidade do titular do alojamento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Quer a nível dos portugueses quer a nível dos estrangeiros, a forma de ocupação predominante é, claramente, a posse do alojamento. Assim, 65.7% dos portugueses e 68% dos estrangeiros são proprietários do seu alojamento, sendo locatários 30.3% dos portugueses e 26.4% dos estrangeiros. Nas outras formas de ocupação os estrangeiros assumem um peso de 4.9% no grupo respectivo e o valor homólogo dos portugueses é de 3.3% [Anexo 11]:

FORMA DE OCUPAÇÃO	PORTUGUESES (%)	UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS P. ESTRANGEIROS (%)	TOTAL ESTRANGEIROS (%)
PROPRIETÁRIO	65.7	63.5	60.1	28.5	71.8	71.0	68.0
LOCATÁRIO	30.3	27.5	34.7	59.6	24.1	22.3	26.4
SUB-LOCATÁRIO	0.7	0.9	0.7	2.5	0.6	0.7	0.7
OUTROS	3.3	8.1	4.5	9.4	3.5	6.0	4.9

Tabela 53. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a nacionalidade do titular do alojamento, por forma de ocupação (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Percentualmente, a repartição entre as diferentes formas de ocupação dos alojamentos pelos diversos grupos populacionais revela que são os dos imigrantes dos países africanos de língua oficial portuguesa aqueles em que é mais elevada a percentagem de proprietários (71.8%), imediatamente seguidos dos imigrantes de outros países estrangeiros (71%). Em todos os grupos de estrangeiros a repartição entre as diversas formas de ocupação traduz uma maior percentagem de proprietários, seguida da de

locatários, de outras situações e de sub-locatários, à excepção dos imigrantes de leste em que a percentagem de locatários (59.6%) é muito superior à de proprietários (apenas 28.5%):

ALOJAMENTOS DOS GRUPOS POPULACIONAIS NA AMP, POR FORMA DE OCUPAÇÃO

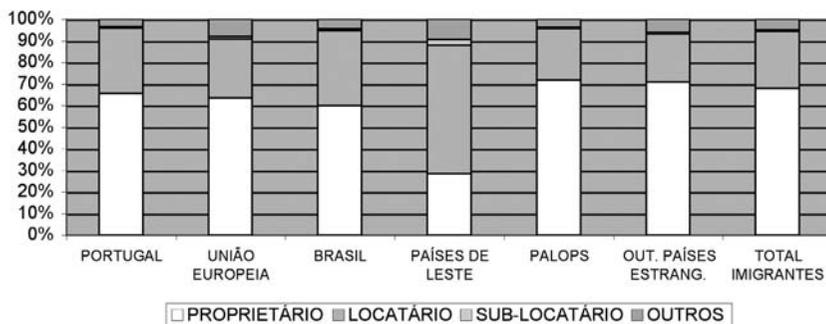
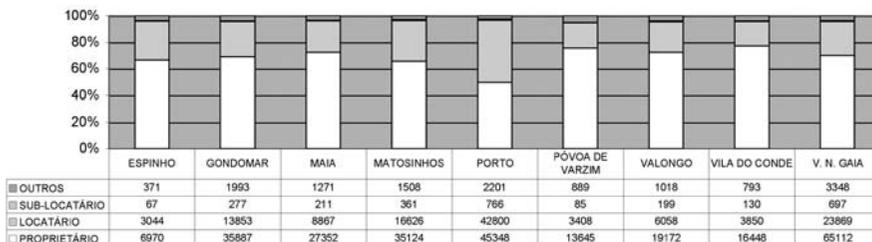


Figura 47. Repartição dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a respectiva forma de ocupação (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A repartição entre as diferentes formas de ocupação dos alojamentos para os vários concelhos é basicamente semelhante entre portugueses e estrangeiros, sendo para os portugueses o concelho do Porto aquele em que é mais reduzida a percentagem de proprietários (49.8%), o mesmo acontecendo a nível dos estrangeiros para os concelhos do Porto (53.6%), Espinho (58%) e Póvoa de Varzim (59.6%):

ALOJAMENTOS DOS PORTUGUESES NA AMP, POR FORMA DE OCUPAÇÃO, POR CONCELHO



ALOJAMENTOS DOS ESTRANGEIROS NA AMP, POR FORMA DE OCUPAÇÃO, POR CONCELHO

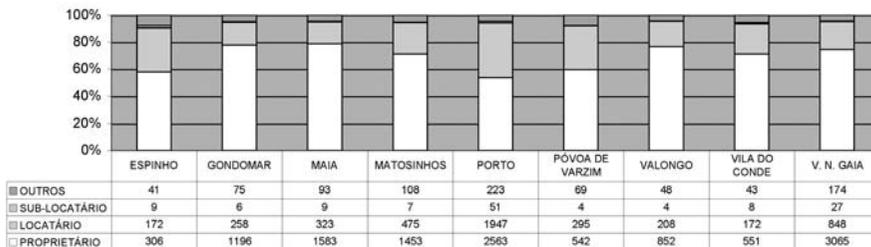
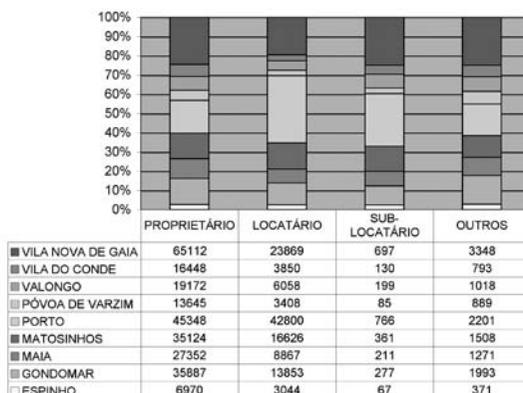


Figura 48. Repartição dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a forma de ocupação (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A repartição entre as diversas formas de ocupação pelos diferentes concelhos, para além de ser bastante semelhante entre portugueses e estrangeiros, mostra que é no concelho do Porto que predominam as categorias de locatário e de sub-locatário (relativamente aos alojamentos arrendados, no concelho do Porto localizam-se 35% dos alojamentos de portugueses e 41.5% dos alojamentos de estrangeiros com esta forma de ocupação, e no que se refere aos alojamentos sub-arrendados, no concelho do Porto eles representam 27.4% dos alojamentos dos portugueses e 40.8% dos alojamentos dos estrangeiros com esta forma de ocupação):

ALOJAMENTOS DOS PORTUGUESES NA AMP, POR FORMA DE OCUPAÇÃO, POR CONCELHO



**ALOJAMENTOS DOS ESTRANGEIROS NA AMP, POR
FORMA DE OCUPAÇÃO, POR CONCELHO**

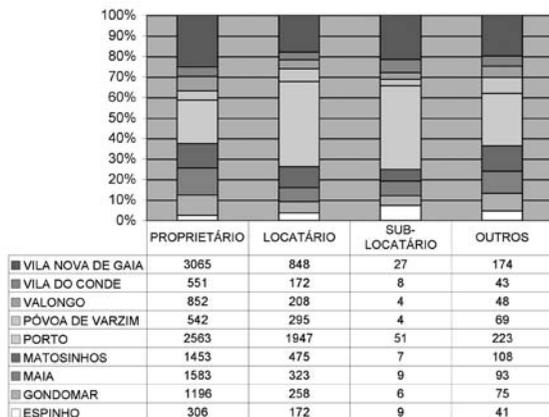


Figura 49. Repartição dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a respectiva forma de ocupação, por concelho (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.3.5. CARACTERIZAÇÃO DOS ALOJAMENTOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO QUANTO AO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

Os valores referentes aos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o sistema de abastecimento de água, são os seguintes:

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS	POPULAÇÃO TOTAL
REDE PÚBLICA	351380	16869	368249
REDE PARTICULAR	50870	971	51841
NO EDIFÍCIO	1951	19	1970
FONTANÁRIO	835	7	842
POÇO PARTICULAR	1228	8	1236
OUTRA FORMA	603	21	624
TOTAL	406867	17895	424762

Tabela 54. Sistema de abastecimento de água dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Em termos comparativos com a repartição média de todos os alojamentos (qualquer que seja o tipo de sistema de abastecimento de água) entre portugueses e estrangeiros (95.8% e 4.2%, respectivamente), verifica-se que os alojamentos portugueses servidos pela rede pública estão em ligeira desvantagem em relação aos alojamentos estrangeiros também servidos com esta infraestrutura:

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS
REDE PÚBLICA (%)	95.4	4.6
REDE PARTICULAR (%)	98.1	1.9
NO EDIFÍCIO (%)	99.0	1.0
FONTANÁRIO (%)	99.2	0.8
POÇO PARTICULAR (%)	99.4	0.6
OUTRA FORMA (%)	96.6	3.4
TOTAL (%)	95.8	4.2

Tabela 55. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o sistema de abastecimento de água (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A distribuição dos alojamentos estrangeiros de acordo com o tipo de abastecimento de água entre os diferentes grupos étnicos, revela os seguintes valores [Anexo 12]:

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS	TOTAL ESTRANGEIROS
REDE PÚBLICA	3214	2187	204	9427	1837	16869
REDE PARTICULAR	279	105	39	387	161	971
NO EDIFÍCIO	7	0	2	9	1	19
FONTANÁRIO	1	1	0	4	1	7
POÇO PARTICULAR	4	0	0	4	0	8
OUTRA FORMA	3	2	2	13	1	21
TOTAL	3508	2295	247	9844	2001	17895

Tabela 56. Sistema de abastecimento de água dos alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a nacionalidade do titular do alojamento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Os alojamentos dos imigrantes com acesso à rede pública de abastecimento de água distribuem-se percentualmente da seguinte forma: 55.9% são de africanos de

expressão portuguesa, 19% são de estrangeiros de países da União Europeia, 13% de brasileiros, 10.9% de outros países estrangeiros e 1.2% de imigrantes de países de leste. Também é de referir que são proporcionalmente elevadas as percentagens de alojamentos de imigrantes de países de leste que se abastecem de água de outra forma (9.5%), no edifício, embora fora do alojamento (são responsáveis por 10.5% deste modo de abastecimento), e em rede particular (representam 4% deste tipo de abastecimento de água). Por outro lado, 50% dos abastecimentos em poço ou furo particular, 36.8% dos abastecimentos no edifício mas fora do alojamento, e 28.7% do abastecimento de água em rede particular ou privada dos alojamentos de estrangeiros cabem a imigrantes de países da União Europeia:

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS
REDE PÚBLICA (%)	19.0	13.0	1.2	55.9	10.9
REDE PARTICULAR (%)	28.7	10.8	4.0	39.9	16.6
NO EDIFÍCIO (%)	36.8	0.0	10.5	47.4	5.3
FONTANÁRIO (%)	14.3	14.3	0.0	57.1	14.3
POÇO PARTICULAR (%)	50.0	0.0	0.0	50.0	0.0
OUTRA FORMA (%)	14.3	9.5	9.5	61.9	4.8
TOTAL (%)	19.6	12.8	1.4	55.0	11.2

Tabela 57. Repartição percentual por sistema de abastecimento de água dos alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade do titular do alojamento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Os alojamentos dos imigrantes estão melhor servidos que os dos portugueses em termos de acesso às redes de abastecimento de água (94.3% por rede pública e 5.5% por rede particular). Dos alojamentos de portugueses, 86.4% têm acesso à rede pública, 12.5% à rede particular e os restantes 1.1% a outras formas de abastecimento de água. É muito reduzida a percentagem do total de alojamentos não servidos por água canalizada [Anexo 12]:

SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	PORTUGUESES (%)	UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS P. ESTRANGEIROS (%)	TOTAL ESTRANGEIROS (%)
REDE PÚBLICA	86.4	91.6	95.3	82.6	95.8	91.8	94.3
REDE PARTICULAR	12.5	8.0	4.6	15.8	4.0	8.1	5.5
NO EDIFÍCIO	0.5	0.2	0.0	0.8	0.1	0.1	0.1
FONTANÁRIO	0.2	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
POÇO PARTICULAR	0.3	0.1	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
OUTRA FORMA	0.1	0.1	0.1	0.8	0.1	0.0	0.1

Tabela 58. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a nacionalidade do titular do alojamento, por sistema de abastecimento de água (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

De entre os imigrantes, é de referir que o grupo populacional que evidencia piores condições de acesso a esta infraestrutura são os provenientes de países de leste, já que apenas 82.6% dos seus alojamentos acede a rede pública (contra um valor médio de 94.3% correspondente à totalidade dos estrangeiros). Para além disso, 15.8% dos imigrantes de países de leste abastece-se em rede particular e os restantes 1.6% no edifício ou através de outras formas.

ALOJAMENTOS DOS GRUPOS POPULACIONAIS NA AMP, POR SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

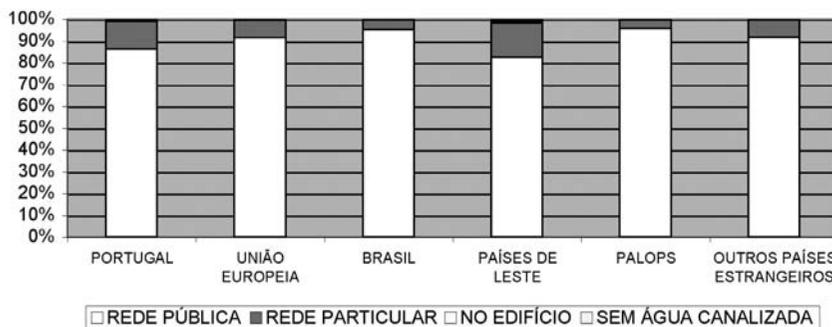


Figura 50. Repartição dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e o sistema de abastecimento de água (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A comparação dos sistemas de abastecimento de água dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros mostra que existem maiores variações inter-concelhias entre os portugueses do que entre os estrangeiros sendo, em qualquer dos casos, o concelho de Vila do Conde aquele que apresenta a pior situação em termos de acesso a água canalizada. Verifica-se ainda que, em cada concelho, é mais elevada a percentagem de alojamentos de estrangeiros com acesso à rede pública de abastecimento de água do que aquilo que acontece com os alojamentos dos portugueses:

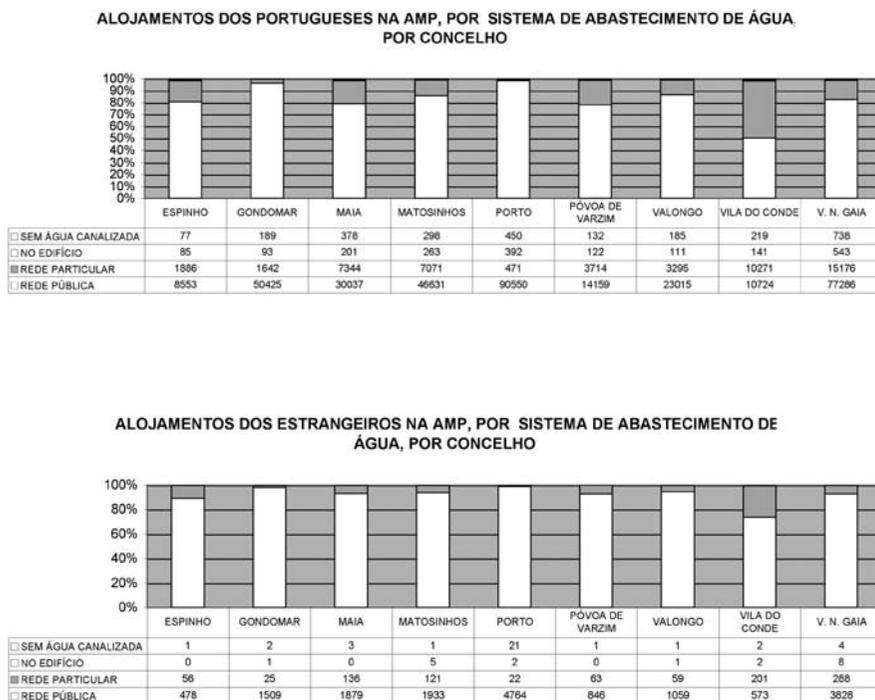


Figura 51. Repartição dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e o sistema de abastecimento de água, por concelho (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.3.6. CARACTERIZAÇÃO DOS ALOJAMENTOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO QUANTO À EXISTÊNCIA DE ELECTRICIDADE

Praticamente todos os alojamentos da Área Metropolitana do Porto, quer titulados por portugueses quer por estrangeiros, dispõem de electricidade, estando todos os concelhos igualmente bem servidos por este tipo de infraestrutura [Anexo 13].

EXISTÊNCIA DE ELECTRICIDADE	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS	POPULAÇÃO TOTAL
COM ELECTRICIDADE	406266	17875	424141
SEM ELECTRICIDADE	601	20	621
TOTAL	406867	17895	424762

Tabela 59. Alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência de electricidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Do total dos alojamentos com electricidade, 95.8% são de portugueses e 4.2% são de estrangeiros, e dos alojamentos sem electricidade 96.8% são de portugueses e os restantes 3.2% de estrangeiros:

EXISTÊNCIA DE ELECTRICIDADE	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS
COM ELECTRICIDADE (%)	95.8	4.2
SEM ELECTRICIDADE (%)	96.8	3.2
TOTAL (%)	95.8	4.2

Tabela 60. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência de electricidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A distribuição dos alojamentos com electricidade mostra que, em termos percentuais, não existem diferenças significativas entre os diversos grupos populacionais, sendo muito reduzido o número dos que não dispõem desta infraestrutura [Anexo 13]:

EXISTÊNCIA DE ELECTRICIDADE	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS	TOTAL ESTRANGEIROS
COM ELECTRICIDADE	3503	2294	246	9832	2000	17875
SEM ELECTRICIDADE	5	1	1	12	1	20
TOTAL	3508	2295	247	9844	2001	17895

Tabela 61. Alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a nacionalidade do titular do alojamento, por existência de electricidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Dos alojamentos de estrangeiros com electricidade verifica-se que 55% são de africanos, 19.6% de imigrantes da União Europeia, 12.8% de brasileiros, 11.2% de outros países estrangeiros e 1.4% de países de leste. Já no que se refere aos alojamentos de estrangeiros sem electricidade, é de realçar que os países de leste assumem um peso de 5% no total, substancialmente superior à respectiva percentagem nos alojamentos com electricidade. É também de referir que a percentagem de brasileiros e de imigrantes de outros países estrangeiros em alojamentos sem electricidade é substancialmente inferior aos respectivos valores médios (5% em ambos os casos contra 12.8% e 11.2%, respectivamente, do total de alojamentos estrangeiros), e que a percentagem de africanos é também um pouco superior (60% do total) nos alojamentos sem electricidade:

EXISTÊNCIA DE ELECTRICIDADE	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS
COM ELECTRICIDADE (%)	19.6	12.8	1.4	55.0	11.2
SEM ELECTRICIDADE (%)	25.0	5.0	5.0	60.0	5.0
TOTAL (%)	19.6	12.8	1.4	55.0	11.2

Tabela 62. Repartição percentual por existência de electricidade nos alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a nacionalidade do titular do alojamento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Embora seja muito reduzida a percentagem dos alojamentos sem electricidade, a análise específica para os diversos grupos de imigrantes mostra que ela é substancialmente superior a nível dos países de leste (0.4%), comparativamente com os outros grupos de imigrantes (cujos valores são, no máximo, de 0.1%):

EXISTÊNCIA DE ELECTRICIDADE	PORTUGUESES (%)	UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS P. ESTRANGEIROS (%)	TOTAL ESTRANGEIROS (%)
COM ELECTRICIDADE	99.9	99.9	100.0	99.6	99.9	100.0	99.9
SEM ELECTRICIDADE	0.1	0.1	0.0	0.4	0.1	0.0	0.1

Tabela 63. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a nacionalidade do titular do alojamento, por existência de electricidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.3.7. CARACTERIZAÇÃO DOS ALOJAMENTOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO QUANTO À EXISTÊNCIA DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS

No sentido de se estudar a existência ou não de instalações sanitárias nos alojamentos ou nos edifícios, consideraram-se os seguintes tipos de situações (de acordo com os censos de 2001): existência de retrete no alojamento com dispositivo de descarga, existência de retrete no alojamento sem dispositivo de descarga, existência de retrete fora do alojamento mas no edifício, e inexistência de retrete. Efectuaram-se, do mesmo modo, estudos comparativos entre os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, para os diversos grupos de imigrantes, bem como a nível concelhio e a nível de freguesia.

São os seguintes os valores referentes ao total de alojamentos de portugueses e de estrangeiros existentes na Área Metropolitana do Porto, quanto à existência e tipo de instalações sanitárias:

EXISTÊNCIA E TIPO DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS	POPULAÇÃO TOTAL
COM RETRETE NO ALOJAMENTO COM AUTOCLISMO	380343	17452	397795
COM RETRETE NO ALOJAMENTO SEM AUTOCLISMO	9081	115	9196
RETRETE FORA DO ALOJAMENTO MAS NO EDIFÍCIO	13553	279	13832
SEM RETRETE	3890	49	3939
TOTAL	406867	17895	424762

Tabela 64. Alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de instalações sanitárias (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Constata-se que são de portugueses 95.6% dos alojamentos com retrete com dispositivo de descarga, 98.7% dos que dispõem de retrete sem dispositivo de descarga, 98% dos que têm de retrete no edifício mas não no alojamento, e 98.8% dos que não possuem retrete, pelo que, através da comparação com o número de alojamentos deste grupo populacional (que representa 95.8% do total), se pode concluir que, em termos relativos, os alojamentos dos portugueses estão pior servidos que os dos estrangeiros por instalações sanitárias:

EXISTÊNCIA E TIPO DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS
COM RETRETE NO ALOJAMENTO COM AUTOCLISMO (%)	95.6	4.4
COM RETRETE NO ALOJAMENTO SEM AUTOCLISMO (%)	98.7	1.3
RETRETE FORA DO ALOJAMENTO MAS NO EDIFÍCIO (%)	98.0	2.0
SEM RETRETE (%)	98.8	1.2
TOTAL (%)	95.8	4.2

Tabela 65. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de instalações sanitárias (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A distribuição do tipo de instalações sanitárias dos alojamentos dos estrangeiros, de acordo com a naturalidade do respectivo titular, é a indicada seguidamente [Anexo 15]:

EXISTÊNCIA E TIPO DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS	TOTAL ESTRANGEIROS
COM RETRETE NO ALOJAMENTO COM AUTOCLISMO	3408	2236	224	9617	1967	17452
COM RETRETE NO ALOJAMENTO SEM AUTOCLISMO	29	17	6	56	7	115
RETRETE FORA DO ALOJAMENTO MAS NO EDIFÍCIO	59	39	12	145	24	279
SEM RETRETE	12	3	5	26	3	49
TOTAL	3508	2295	247	9844	2001	17895

Tabela 66. Alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade do titular do alojamento, por existência e tipo de instalações sanitárias (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Em termos percentuais, para cada tipo de instalações sanitárias, é a seguinte a repartição para os vários grupos populacionais estrangeiros, que mostra não haver desequilíbrios entre eles no que se refere à existência de retrete com dispositivo de descarga (relativamente aos valores correspondentes à totalidade dos alojamentos com cada tipo de instalações sanitárias):

EXISTÊNCIA E TIPO DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS
COM RETRETE NO ALOJAMENTO COM AUTOCLISMO (%)	19.5	12.8	1.3	55.1	11.3
COM RETRETE NO ALOJAMENTO SEM AUTOCLISMO (%)	25.2	14.8	5.2	48.7	6.1
RETRETE FORA DO ALOJAMENTO MAS NO EDIFÍCIO (%)	21.1	14.0	4.3	52.0	8.6
SEM RETRETE (%)	24.5	6.1	10.2	53.1	6.1
TOTAL (%)	19.6	12.8	1.4	55.0	11.2

Tabela 67. Repartição percentual por existência e tipo de instalações sanitárias dos alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade do titular do alojamento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Conforme se pode ver na tabela seguinte, 97.5% dos alojamentos dos estrangeiros dispõem de retrete com dispositivo de descarga, sendo de 93.5% o valor homólogo dos alojamentos dos portugueses. Dos alojamentos dos portugueses existem ainda 3.3% que não dispõem de retrete no alojamento, embora ela exista no edifício, 2.2% com retrete no alojamento mas sem dispositivo de descarga e 1% não dispõem de retrete. Dos alojamentos dos estrangeiros apenas 0.3% não têm retrete, 1.6% têm retrete no edifício mas fora do alojamento, e 0.6% têm retrete mas sem autoclismo [Anexo 15]:

EXISTÊNCIA E TIPO DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	PORTUGUESES (%)	UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS P. ESTRANGEIROS (%)	TOTAL ESTRANGEIROS (%)
COM RETRETE NO ALOJAMENTO COM AUTOCLISMO	93.5	97.2	97.5	90.7	97.7	98.3	97.5
COM RETRETE NO ALOJAMENTO SEM AUTOCLISMO	2.2	0.8	0.7	2.4	0.6	0.4	0.6
RETRETE FORA DO ALOJAMENTO MAS NO EDIFÍCIO	3.3	1.7	1.7	4.9	1.4	1.2	1.6
SEM RETRETE	1.0	0.3	0.1	2.0	0.3	0.1	0.3

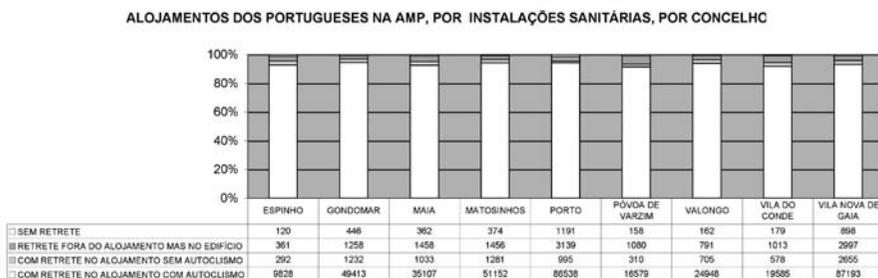
Tabela 68. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por existência e tipo de instalações sanitárias (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A nível dos diversos grupos mais representativos dos estrangeiros, constata-se que são os alojamentos dos imigrantes provenientes dos países de leste os pior servidos em termos de instalações sanitárias (só 90.7% dispõe de retrete com dispositivo de descarga, ascendendo a 2.4% os que dispõem de retrete sem dispositivo de descarga, a 4.9% os que têm retrete no edifício mas fora do alojamento, e a 2% os que não dispõem de retrete):



Figura 52. Repartição dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de instalações sanitárias (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Todos os alojamentos estão bastante bem servidos em termos de existência e tipo de instalações sanitárias nos diversos concelhos da Área Metropolitana do Porto, sendo de realçar que, em todos eles, são os alojamentos dos imigrantes aqueles em que é mais elevada a percentagem de existência de retrete com autoclismo:



ALOJAMENTOS DOS ESTRANGEIROS NA AMP, POR INSTALAÇÕES SANITÁRIAS, POR CONCELHO

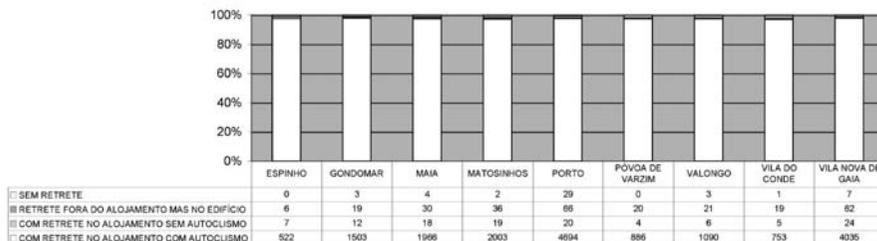


Figura 53. Repartição dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de instalações sanitárias, por concelho (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.3.8. CARACTERIZAÇÃO DOS ALOJAMENTOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO QUANTO À EXISTÊNCIA DE BANHO OU DUCHE

A distribuição de alojamentos entre portugueses e estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto de acordo com a existência de instalação de banho ou duche é a seguinte:

EXISTÊNCIA DE INSTALAÇÕES DE BANHO OU DUCHE	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS	POPULAÇÃO TOTAL
COM INSTALAÇÃO DE BANHO OU DUCHE	382421	17658	400079
SEM INSTALAÇÃO DE BANHO OU DUCHE	24446	237	24683
TOTAL	406867	17895	424762

Tabela 69. Alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência de instalações de banho ou duche (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Da repartição de alojamentos entre portugueses e estrangeiros, e por comparação com os valores médios referentes à totalidade dos alojamentos (95.8% de portugueses e 4.2% de estrangeiros), verifica-se que o peso relativo dos estrangeiros é ligeiramente superior no que se refere à existência de banho ou duche.

EXISTÊNCIA DE INSTALAÇÕES DE BANHO OU DUCHE	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS
COM INSTALAÇÃO DE BANHO OU DUCHE (%)	95,6	4,4
SEM INSTALAÇÃO DE BANHO OU DUCHE (%)	99,0	1,0
TOTAL (%)	95,8	4,2

Tabela 70. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência de instalações de banho ou duche (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A distribuição dos alojamentos de estrangeiros, por naturalidade do respectivo titular, de acordo com a existência de instalações de banho ou duche é a seguinte [Anexo 16]:

EXISTÊNCIA DE INSTALAÇÕES DE BANHO OU DUCHE	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS	TOTAL ESTRANGEIROS
COM INSTALAÇÃO DE BANHO OU DUCHE	3453	2254	229	9733	1989	17658
SEM INSTALAÇÃO DE BANHO OU DUCHE	55	41	18	111	12	237
TOTAL	3508	2295	247	9844	2001	17895

Tabela 71. Alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade do titular do alojamento, por existência de instalações de banho ou duche (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

De entre os alojamentos de estrangeiros que dispõem de instalações de banho ou duche, 55.1% são de africanos de expressão portuguesa, 19.5% de imigrantes da União Europeia, 12.8% de brasileiros, 11.3% de imigrantes de outros países estrangeiros e 1.3% de imigrantes de leste. No entanto, no conjunto dos alojamentos de estrangeiros que não dispõem de banho ou duche, é bastante superior a percentagem relativa de imigrantes de países de leste (7.6%), sendo também maior o peso dos imigrantes da União Europeia (23.2%) e do Brasil (17.3%) e inferiores as percentagens correspondentes aos imigrantes africanos e de outros países estrangeiros (respectivamente 46.8% e 5.1%):

EXISTÊNCIA DE INSTALAÇÕES DE BANHO OU DUCHE	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS
COM INSTALAÇÃO DE BANHO OU DUCHE (%)	19.5	12.8	1.3	55.1	11.3
SEM INSTALAÇÃO DE BANHO OU DUCHE (%)	23.2	17.3	7.6	46.8	5.1
TOTAL (%)	19.6	12.8	1.4	55.0	11.2

Tabela 72. Repartição percentual por existência de instalações de banho ou duche dos alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a nacionalidade do titular do alojamento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Verifica-se que 94% dos alojamentos dos portugueses e 98.7% dos alojamentos dos estrangeiros dispõem de instalações de banho ou duche. De entre os vários grupos de imigrantes, os que estão pior servidos em termos de existência de instalações de banho ou duche são os dos países de leste, já que 7.3% dos seus alojamentos não têm este tipo de equipamento. Os restantes grupos populacionais estrangeiros têm valores percentuais de existência de banho ou duche bastante elevados e próximos uns dos outros.

EXISTÊNCIA DE INSTALAÇÕES DE BANHO OU DUCHE	PORTUGUESES (%)	UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS P. ESTRANGEIROS (%)	TOTAL ESTRANGEIROS (%)
COM INSTALAÇÃO DE BANHO OU DUCHE	94.0	98.4	98.2	92.7	98.9	99.4	98.7

EXISTÊNCIA DE INSTALAÇÕES DE BANHO OU DUCHE	PORTUGUESES (%)	UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS P. ESTRANGEIROS (%)	TOTAL ESTRANGEIROS (%)
SEM INSTALAÇÃO DE BANHO OU DUCHE	6.0	1.6	1.8	7.3	1.1	0.6	1.3

Tabela 73. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a nacionalidade do titular do alojamento, por existência de instalações de banho ou duche (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

REPARTIÇÃO DOS ALOJAMENTOS DOS GRUPOS POPULACIONAIS NA AMP, POR EXISTÊNCIA DE BANHO OU DUCHE

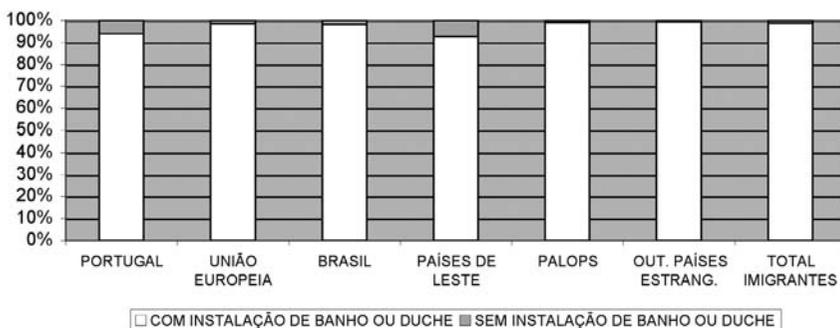
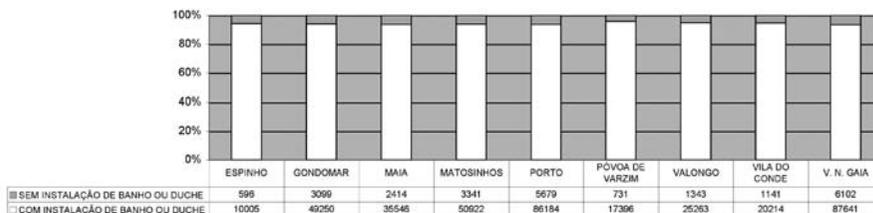


Figura 54. Repartição dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência de instalações de banho ou duche (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A repartição da existência de instalações de banho ou duche nos alojamentos a nível dos diferentes concelhos da Área Metropolitana do Porto mostra que não existem discrepâncias significativas quer nos alojamentos dos portugueses quer nos alojamentos dos estrangeiros entre concelhos sendo, no entanto, de realçar que os alojamentos dos imigrantes estão percentualmente melhor servidos em termos de existência deste tipo de equipamento:

ALOJAMENTOS DOS PORTUGUESES NA AMP, POR EXISTÊNCIA DE BANHO OU DUCHE, POR CONCELHO



ALOJAMENTOS DOS ESTRANGEIROS NA AMP, POR EXISTÊNCIA DE BANHO OU DUCHE, POR CONCELHO

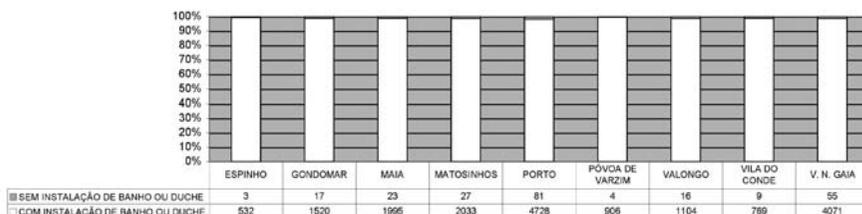


Figura 55. Repartição dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência de instalações de banho ou duche, por concelho (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.3.9. CARACTERIZAÇÃO DOS ALOJAMENTOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO QUANTO À EXISTÊNCIA E TIPO DE COZINHA

A existência e o tipo de cozinha nos alojamentos da Área Metropolitana do Porto, de portugueses e de estrangeiros, apresenta a seguinte distribuição em valores absolutos :

EXISTÊNCIA E TIPO DE COZINHA	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS	POPULAÇÃO TOTAL
COZINHA COM MENOS DE 4M ²	100164	2969	103133
COZINHA COM MAIS DE 4M ²	295656	14292	309948
COM KITCHENETTE	6877	501	7378
SEM COZINHA	1221	38	1259
TOTAL	403918	17800	421718

Tabela 74. Alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de cozinha (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Há uma maior representatividade, relativamente aos valores médios, dos alojamentos com kitchenette ou com cozinhas de área igual ou superior a 4 m² entre os estrangeiros (respectivamente 6.8% e 4.6%, por comparação com o valor médio total de 4.2% de alojamentos de imigrantes):

EXISTÊNCIA E TIPO DE COZINHA	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS
COZINHA COM MENOS DE 4M ² (%)	97.1	2.9
COZINHA COM MAIS DE 4M ² (%)	95.4	4.6
COM KITCHENETTE (%)	93.2	6.8
SEM COZINHA (%)	97.0	3.0
TOTAL (%)	95.8	4.2

Tabela 75. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de cozinha (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A caracterização dos alojamentos dos imigrantes, de acordo com a existência e tipo de cozinha é, para cada grupo étnico, a seguinte [Anexo 17]:

EXISTÊNCIA E TIPO DE COZINHA	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS	TOTAL ESTRANGEIROS
COZINHA COM MENOS DE 4M ²	545	448	62	1616	298	2969
COZINHA COM MAIS DE 4M ²	2807	1763	161	7909	1652	14292
COM KITCHENETTE	135	72	9	245	40	501
SEM COZINHA	5	6	8	19	0	38
TOTAL	3492	2289	240	9789	1990	17800

Tabela 76. Alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a nacionalidade do titular do alojamento, por existência e tipo de cozinha (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Conforme se pode claramente verificar a partir da repartição percentual de acordo com a existência e o tipo de cozinha pelos diversos grupos de estrangeiros, os mais desfavorecidos são os de países de leste, já que 21% do total dos alojamentos sem cozinha são deste grupo (que representa apenas 1.3% dos alojamentos de estrangeiros da Área Metropolitana do Porto). De entre os alojamentos servidos com kitchenette, por outro lado, 48.9% são de imigrantes de países africanos de língua oficial

portuguesa, 26.9% de imigrantes da União Europeia, 14.4% do Brasil, e 8% de outros países estrangeiros. Já no que se refere à existência de cozinha do tipo convencional, verifica-se que não existem grandes diferenças, para cada tipo de áreas consideradas, a nível dos diversos grupos populacionais de estrangeiros:

EXISTÊNCIA E TIPO DE COZINHA	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS
COZINHA COM MENOS DE 4M ² (%)	18.4	15.1	2.1	54.4	10.0
COZINHA COM MAIS DE 4M ² (%)	19.6	12.3	1.1	55.4	11.6
COM KITCHENETTE (%)	26.9	14.4	1.8	48.9	8.0
SEM COZINHA (%)	13.2	15.8	21.0	50.0	0.0
TOTAL (%)	19.6	12.9	1.3	55.0	11.2

Tabela 77. Repartição percentual por existência e tipo de cozinha dos alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

O estudo da existência e tipo de cozinha nos alojamentos dos diferentes grupos populacionais evidencia que praticamente todos os alojamentos, quer de titulares portugueses quer de imigrantes, dispõem de cozinha (98% dos portugueses – 24.8% com menos de 4m² e 73.2% com 4m² ou mais - e 97% dos estrangeiros – 16.7% com menos de 4m² e 80.3% com 4 m² ou mais) ou kitchenette (1.7% dos portugueses e 2.8% dos estrangeiros) [Anexo 17].

EXISTÊNCIA E TIPO DE COZINHA	PORTUGUESES (%)	UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS P. ESTRANGEIROS (%)	TOTAL ESTRANGEIROS (%)
COZINHA COM MENOS DE 4M ²	24.8	15.6	19.6	25.8	16.5	15.0	16.7
COZINHA COM MAIS DE 4M ²	73.2	80.4	77.0	67.1	80.8	83.0	80.3
COM KITCHENETTE	1.7	3.9	3.1	3.8	2.5	2.0	2.8
SEM COZINHA	0.3	0.1	0.3	3.3	0.2	0.0	0.2

Tabela 78. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, por existência e tipo de cozinha (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Verifica-se também a este nível, e mais uma vez, que são os alojamentos de estrangeiros provenientes dos países de leste os mais desfavorecidos em termos da existência (3.3% não a têm) e do tipo de cozinha (25.8% tem menos de 4 m² e 67.1% tem 4 m² ou mais). Os alojamentos dos imigrantes de outros países estrangeiros, dos países africanos de expressão oficial portuguesa e da União Europeia são aqueles que dispõem de maior percentagem de cozinhas mais espaçosas (respectivamente 83%, 80.8% e 80.4% dos respectivos grupos populacionais).

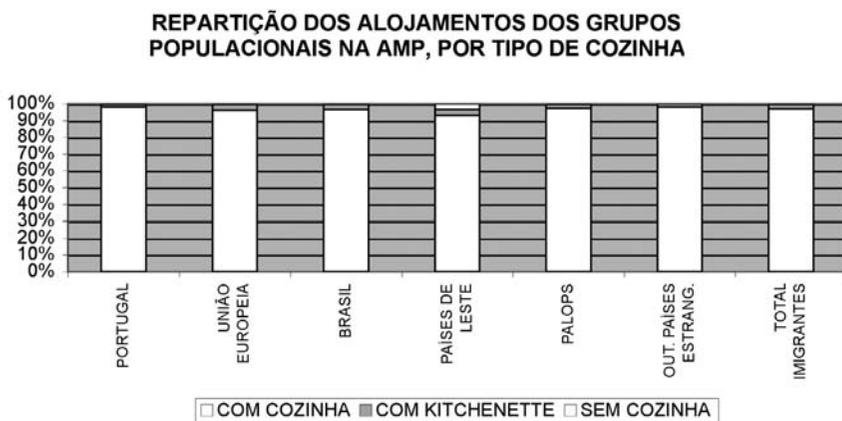
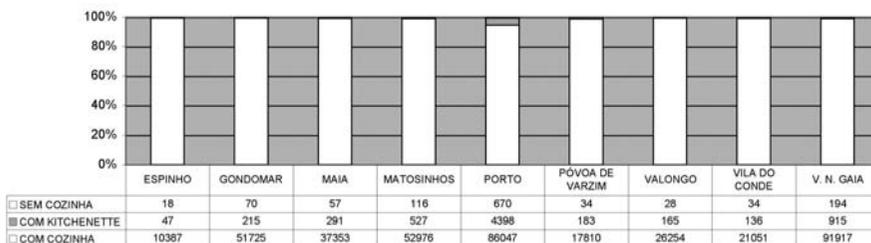


Figura 56. Repartição dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de cozinha (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Em termos comparativos, em todos os concelhos da Área Metropolitana do Porto são mais elevadas as percentagens de alojamentos de estrangeiros que dispõem de cozinhas com áreas superiores a 4 m² do que de portugueses. É ainda de referir que é no concelho do Porto que existe uma percentagem comparativamente mais elevada de alojamentos com kitchenette, mais marcada percentualmente a nível dos alojamentos dos estrangeiros:

ALOJAMENTOS DOS PORTUGUESES NA AMP, POR TIPO DE COZINHA, POR CONCELHO



ALOJAMENTOS DOS ESTRANGEIROS NA AMP, POR TIPO DE COZINHA, POR CONCELHO

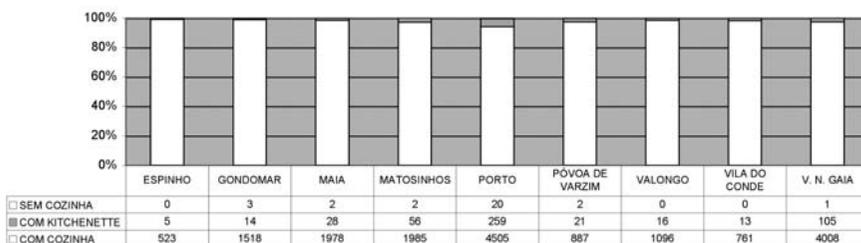


Figura 57. Repartição dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de cozinha, por concelho (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.3.10. CARACTERIZAÇÃO DOS ALOJAMENTOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO QUANTO À EXISTÊNCIA E AO TIPO DE AQUECIMENTO

A caracterização dos alojamentos de acordo com a existência e tipo de aquecimento, comparativamente entre portugueses e imigrantes é a seguinte:

EXISTÊNCIA E TIPO DE AQUECIMENTO	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS	POPULAÇÃO TOTAL
AQUECIMENTO CENTRAL	27227	2567	29794
LAREIRA	61989	2966	64955
APARELHOS FIXOS	20836	841	21677
APARELOS MÓVEIS	175575	8343	183918
SEM AQUECIMENTO	121240	3178	124418
TOTAL	406867	17895	424762

Tabela 79. Alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de aquecimento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Embora em termos médios, 95.8% dos alojamentos sejam titulados por portugueses e os restantes 4.2% por estrangeiros, há proporcionalmente melhores condições de aquecimento central e de existência de lareira entre os estrangeiros, como é evidenciado pela maior fatia que lhes cabe nestes tipos de aquecimento por comparação com o valor médio, respectivamente 8.6% para o aquecimento central e 4.6% para a lareira. Verifica-se que a não existência de qualquer tipo de aquecimento é bastante mais desfavorável para os portugueses, cabendo-lhes no total dos alojamentos sem este equipamento, uma percentagem de 97.4% , sendo a dos estrangeiros de apenas 2.6%:

EXISTÊNCIA E TIPO DE AQUECIMENTO	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS
AQUECIMENTO CENTRAL (%)	91.4	8.6
LAREIRA (%)	95.4	4.6
APARELHOS FIXOS (%)	96.1	3.9
APARELOS MÓVEIS (%)	95.5	4.5
SEM AQUECIMENTO (%)	97.4	2.6
TOTAL (%)	95.8	4.2

Tabela 80. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de aquecimento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A repartição dos alojamentos dos estrangeiros por tipo de aquecimento, e para cada um dos seus grupos populacionais, é a seguinte [Anexo 14]:

EXISTÊNCIA E TIPO DE AQUECIMENTO	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS	TOTAL ESTRANGEIROS
AQUECIMENTO CENTRAL	507	314	21	1385	340	2567
LAREIRA	609	334	19	1631	373	2966
APARELHOS FIXOS	167	128	10	444	92	841
APARELOS MÓVEIS	1626	1103	101	4661	852	8343
SEM AQUECIMENTO	599	416	96	1723	344	3178
TOTAL	3508	2295	247	9844	2001	17895

Tabela 81. Alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a nacionalidade do titular do alojamento, por existência e tipo de aquecimento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A tabela seguinte evidencia um grande equilíbrio entre o peso a nível de cada grupo populacional de cada forma de aquecimento dos alojamentos e o respectivo peso no total de alojamentos de estrangeiros, à excepção dos imigrantes de leste, cujo peso nos alojamentos sem qualquer tipo de aquecimento é proporcionalmente muito elevado:

EXISTÊNCIA E TIPO DE AQUECIMENTO	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS
AQUECIMENTO CENTRAL (%)	19.8	12.2	0.8	54.0	13.2
LAREIRA (%)	20.5	11.3	0.6	55.0	12.6
APARELHOS FIXOS (%)	19.9	15.2	1.2	52.8	10.9
APARELOS MÓVEIS (%)	19.5	13.2	1.2	55.9	10.2
SEM AQUECIMENTO (%)	18.9	13.1	3.0	54.2	10.8
TOTAL (%)	19.6	12.8	1.4	55.0	11.2

Tabela 82. Repartição percentual por existência e tipo de aquecimento dos alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

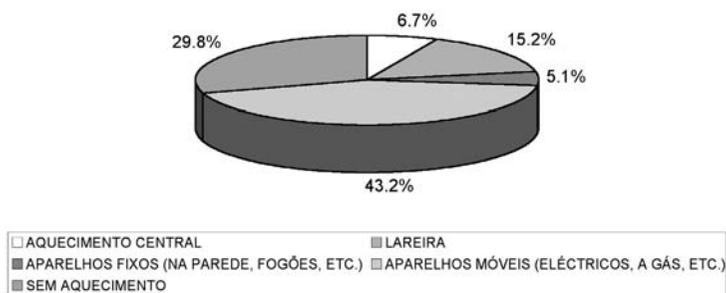
Verifica-se que é a nível do aquecimento central e da lareira que os alojamentos dos imigrantes estão melhor equipados: 14.3% destes alojamentos dispõem de aquecimento central, embora apenas 6.7% dos portugueses dele disponham, e 16.6% dos alojamentos dos estrangeiros têm lareira, sendo a percentagem correspondente de 15.2% entre os portugueses. Da totalidade dos alojamentos de portugueses, 29.8% não dispõem de qualquer tipo de aquecimento, ao passo que entre os estrangeiros esta percentagem é de apenas 17.8% [Anexo 14]:

EXISTÊNCIA E TIPO DE AQUECIMENTO	PORTUGUESES (%)	UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS P. ESTRANGEIROS (%)	TOTAL ESTRANGEIROS (%)
AQUECIMENTO CENTRAL	6.7	14.4	13.7	8.5	14.1	17.0	14.3
LAREIRA	15.2	17.4	14.5	7.7	16.6	18.6	16.6

EXISTÊNCIA E TIPO DE AQUECIMENTO	PORTUGUESES (%)	UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS P. ESTRANGEIROS (%)	TOTAL ESTRANGEIROS (%)
APARELHOS FIXOS	5.1	4.8	5.6	4.0	4.5	4.6	4.7
APARELOS MÓVEIS	43.2	46.3	48.1	40.9	47.3	42.6	46.6
SEM AQUECIMENTO	29.8	17.1	18.1	38.9	17.5	17.2	17.8

Tabela 83. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a nacionalidade, por existência e tipo de aquecimento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

REPARTIÇÃO DOS ALOJAMENTOS PORTUGUESES NA AMP, POR EXISTÊNCIA E TIPO DE AQUECIMENTO



REPARTIÇÃO DOS ALOJAMENTOS ESTRANGEIROS NA AMP, POR EXISTÊNCIA E TIPO DE AQUECIMENTO

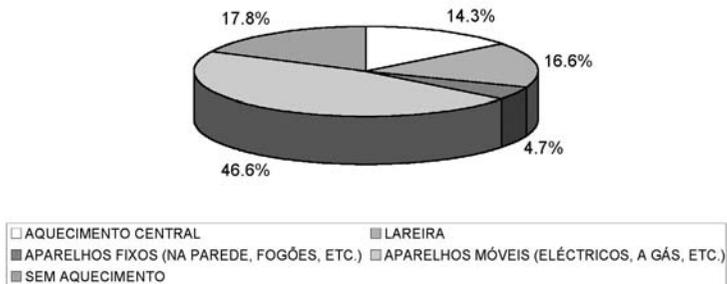


Figura 58. Repartição dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de aquecimento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Relativamente à distribuição dos tipos de aquecimento dos alojamentos de acordo com os grupos populacionais, constata-se que é muito semelhante a existência e o tipo de aquecimento entre os alojamentos dos vários grupos de imigrantes, e que são, mais uma vez, os de países de leste que revelam piores condições no aquecimento dos seus alojamentos, já que apenas 8.5% dispõem de aquecimento central, e 38.9% não têm qualquer tipo de aquecimento (esta última percentagem correspondendo a mais do dobro do que acontece com os restantes grupos de estrangeiros). Os imigrantes com melhor acesso a aquecimento central, por seu turno, são os provenientes de outros países estrangeiros (17% do total deste grupo).

REPARTIÇÃO DOS ALOJAMENTOS DOS GRUPOS POPULACIONAIS NA AMP, POR TIPO DE AQUECIMENTO

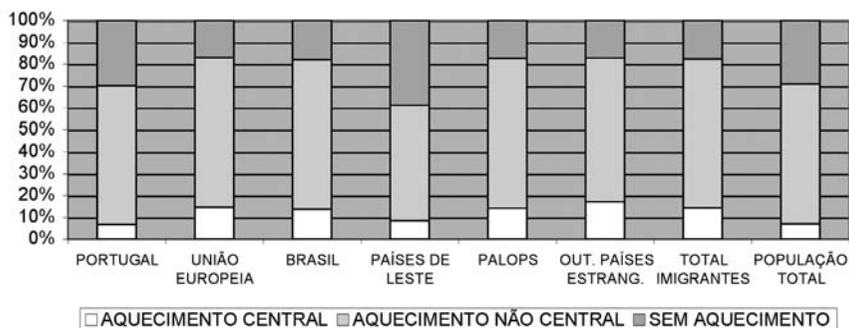
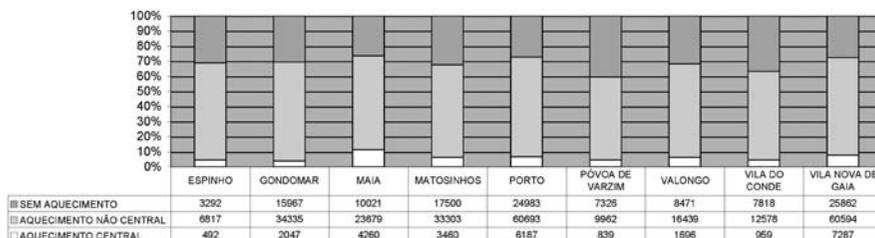


Figura 59. Repartição dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de aquecimento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Em todos os concelhos da Área Metropolitana do Porto os alojamentos dos imigrantes revelam superioridade em termos de aquecimento (quer central quer não central). O concelho em que existem mais alojamentos sem aquecimento (de portugueses e de estrangeiros, embora percentualmente mais de portugueses) é o da Póvoa de Varzim:

ALOJAMENTOS DE PORTUGUESES NA AMP, POR TIPO DE AQUECIMENTO, POR CONCELHO,



ALOJAMENTOS DE ESTRANGEIROS NA AMP, POR TIPO DE AQUECIMENTO, POR CONCELHO

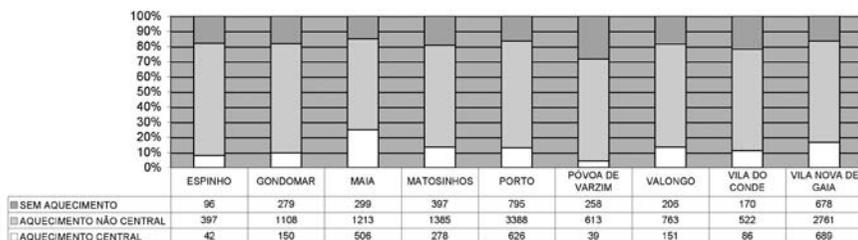


Figura 60. Repartição dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de aquecimento, por concelho (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.3.11. CARACTERIZAÇÃO DOS ALOJAMENTOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO QUANTO À EXISTÊNCIA E ESCALÕES DE ENCARGOS COM A RESPECTIVA AQUISIÇÃO

Os valores referentes à existência e aos escalões de encargos com a aquisição de alojamento de portugueses e de estrangeiros são os seguintes:

EXISTÊNCIA E ESCALÕES DE ENCARGOS COM A AQUISIÇÃO	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS	POPULAÇÃO TOTAL
SEM ENCARGOS	145856	4296	150152
MENOS DE 59,86 €	7096	224	7320
DE 59,86 A 99,75 €	6389	294	6683
DE 99,76 A 149,63 €	7012	251	7263
DE 149,64 A 199,51 €	9269	404	9673
DE 199,52 A 249,39 €	11729	643	12372
DE 249,40 A 299,27 €	14383	914	15297
DE 299,28 A 399,03 €	27919	1885	29804
DE 399,04 A 498,79 €	16519	1355	17874
DE 498,80 A 598,55 €	8134	737	8871
598,56 E MAIS €	10752	1108	11860
TOTAL	265058	12111	277169

Tabela 84. Existência e escalões de encargos com a aquisição de alojamento dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Os alojamentos em relação aos quais existem encargos distribuem-se entre portugueses e estrangeiros (com um peso relativo de 95.6% e 4.4%, respectivamente). No entanto, e em termos comparativos, a fatia que cabe aos portugueses por comparação com os estrangeiros vai diminuindo à medida que aumenta o montante dos escalões de encargos, isto é, a partir do escalão de 199.52 euros, o esforço dos estrangeiros é superior ao dos portugueses, sendo essa percentagem de 5.2% para o escalão de 199.52 a 249.39 euros, de 6% no escalão de 249.4 a 299.27 euros, de 6.3% no escalão de 299.28 a 399.03 euros, de 7.6% no escalão de 399.04 a 498.79 euros, de 8.3% no escalão de 498.8 a 598.55 euros, e de 9.3% para valores de encargos iguais ou superiores a 598.56 euros:

EXISTÊNCIA E ESCALÕES DE ENCARGOS COM A AQUISIÇÃO	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS
SEM ENCARGOS (%)	97.1	2.9
MENOS DE 59,86 € (%)	96.9	3.1
DE 59,86 A 99,75 € (%)	95.6	4.4
DE 99,76 A 149,63 € (%)	96.5	3.5

EXISTÊNCIA E ESCALÕES DE ENCARGOS COM A AQUISIÇÃO	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS
DE 149,64 A 199,51 € (%)	95.8	4.2
DE 199,52 A 249,39 € (%)	94.8	5.2
DE 249,40 A 299,27 € (%)	94.0	6.0
DE 299,28 A 399,03 € (%)	93.7	6.3
DE 399,04 A 498,79 € (%)	92.4	7.6
DE 498,80 A 598,55 € (%)	91.7	8.3
598,56 E MAIS € (%)	90.7	9.3
TOTAL (%)	95.6	4.4

Tabela 85. Repartição percentual da existência e escalões de encargos com a aquisição de alojamentos por portugueses e estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Considerando exclusivamente os alojamentos de estrangeiros, a respectiva repartição entre os que não têm encargos e os diversos escalões de encargos para cada grupo étnico é a seguinte [Anexo 18]:

EXISTÊNCIA E ESCALÕES DE ENCARGOS COM A AQUISIÇÃO	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS	TOTAL ESTRANGEIROS
SEM ENCARGOS	1108	588	33	1931	636	4296
MENOS DE 59,86 €	33	20	0	147	24	224
DE 59,86 A 99,75 €	36	35	0	188	35	294
DE 99,76 A 149,63 €	25	28	0	179	19	251
DE 149,64 A 199,51 €	49	53	0	271	31	404
DE 199,52 A 249,39 €	84	58	0	441	60	643
DE 249,40 A 299,27 €	137	86	4	597	90	914
DE 299,28 A 399,03 €	305	182	6	1207	185	1885
DE 399,04 A 498,79 €	197	136	7	885	130	1355
DE 498,80 A 598,55 €	104	76	4	485	68	737
598,56 E MAIS €	142	115	13	702	136	1108
TOTAL	2220	1377	67	7033	1414	12111

Tabela 86. Repartição percentual por existência e escalões de encargos com a aquisição de alojamentos de estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a nacionalidade do titular do alojamento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Relativamente ao total de alojamentos de estrangeiros que não suportam encargos com a aquisição, assume particular destaque a elevada percentagem que cabe a imigrantes da União Europeia (25.8%), e a baixa percentagem a cargo de imigrantes de países africanos de língua oficial portuguesa (44.9%), cabendo também aos brasileiros e aos outros países estrangeiros percentagens superiores às que assumem na totalidade dos escalões de encargos (13.7% aos brasileiros e 14.8% aos outros países estrangeiros). É ainda de realçar que no escalão de 99.76 a 149.63 euros os africanos dos países de expressão portuguesa assumem uma percentagem de 71.3%:

EXISTÊNCIA E ESCALÕES DE ENCARGOS COM A AQUISIÇÃO	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS
SEM ENCARGOS (%)	25.8	13.7	0.8	44.9	14.8
MENOS DE 59,86 € (%)	14.7	8.9	0.0	65.7	10.7
DE 59,86 A 99,75 € (%)	12.2	11.9	0.0	64.0	11.9
DE 99,76 A 149,63 € (%)	10.0	11.1	0.0	71.3	7.6
DE 149,64 A 199,51 € (%)	12.1	13.1	0.0	67.1	7.7
DE 199,52 A 249,39 € (%)	13.1	9.0	0.0	68.6	9.3
DE 249,40 A 299,27 € (%)	15.0	9.4	0.5	65.3	9.8
DE 299,28 A 399,03 € (%)	16.2	9.7	0.3	64.0	9.8
DE 399,04 A 498,79 € (%)	14.5	10.1	0.5	65.3	9.6
DE 498,80 A 598,55 € (%)	14.1	10.3	0.6	65.8	9.2
598,56 E MAIS € (%)	12.8	10.4	1.2	63.3	12.3
TOTAL (%)	18.3	11.4	0.5	58.1	11.7

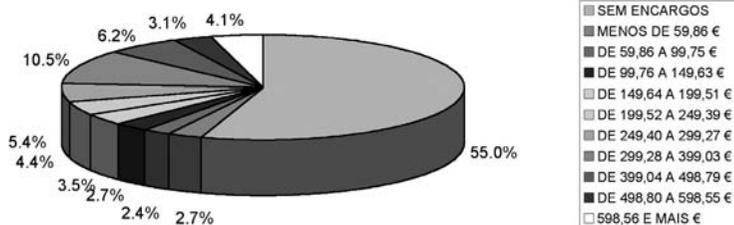
Tabela 87. Repartição percentual por existência e escalões de encargos com a aquisição de alojamentos de estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade do titular do alojamento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Existem diferenças significativas no que se refere aos encargos com a aquisição de habitação entre portugueses e estrangeiros. Assim, 55% dos portugueses não têm encargos com a aquisição da habitação, ao passo que o valor correspondente dos estrangeiros é de apenas 35.5%. Relativamente à distribuição pelos diferentes escalões de encargos, é de referir que maiores percentagens de estrangeiros do que de portugueses suportam encargos mais elevados (a partir de 199.52 euros mensais) [Anexo 18]:

EXISTÊNCIA E ESCALÕES DE ENCARGOS COM A AQUISIÇÃO	PORTUGUESES (%)	UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS P. ESTRANGEIROS (%)	TOTAL ESTRANGEIROS (%)
SEM ENCARGOS	55.0	49.9	42.7	49.2	27.5	45.0	35.5
MENOS DE 59,86 €	2.7	1.5	1.5	0.0	2.0	1.7	1.8
DE 59,86 A 99,75 €	2.4	1.6	2.5	0.0	2.7	2.5	2.4
DE 99,76 A 149,63 €	2.7	1.1	2.0	0.0	2.5	1.3	2.1
DE 149,64 A 199,51 €	3.5	2.2	3.9	0.0	3.8	2.2	3.3
DE 199,52 A 249,39 €	4.4	3.8	4.2	0.0	6.3	4.2	5.3
DE 249,40 A 299,27 €	5.4	6.2	6.2	6.0	8.5	6.4	7.6
DE 299,28 A 399,03 €	10.5	13.7	13.2	9.0	17.2	13.1	15.6
DE 399,04 A 498,79 €	6.2	8.9	9.9	10.4	12.6	9.2	11.2
DE 498,80 A 598,55 €	3.1	4.7	5.5	6.0	6.9	4.8	6.1
598,56 E MAIS €	4.1	6.4	8.4	19.4	10.0	9.6	9.1

Tabela 88. Repartição percentual dos alojamentos de portugueses e estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade do titular do alojamento, por existência e escalões de encargos com a aquisição (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

ALOJAMENTOS DOS PORTUGUESES NA AMP, POR ESCALÕES DE ENCARGOS COM A AQUISIÇÃO



ALOJAMENTOS DOS ESTRANGEIROS NA AMP, POR ESCALÕES DE ENCARGOS COM A AQUISIÇÃO

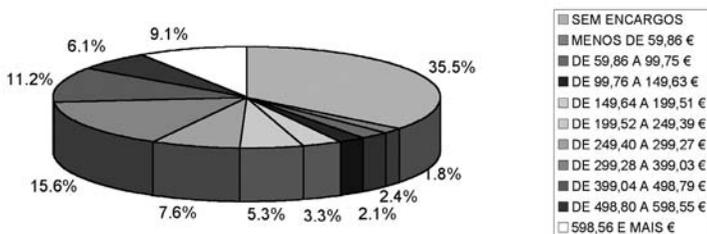


Figura 61. Repartição dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e escalões de encargos com a aquisição (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Embora se verifique que o escalão de 299.28 a 399.03 euros é o mais representativo na estrutura de encargos quer de portugueses (10.5%) quer de estrangeiros (15.6%), seguido do escalão de 399.04 a 498.79 euros (que assume um peso de 6.2% na estrutura de encargos dos portugueses e de 11.2% na dos estrangeiros), os escalões mais elevados assumem um maior peso para os estrangeiros do que para os portugueses (conforme já se tinha analisado).

Em termos percentuais dentro de cada grupo populacional na Área Metropolitana do Porto, pode constatar-se que são os imigrantes dos países de leste aqueles que, embora tenham uma elevada percentagem de ausência de encargos com a aquisição, detêm uma maior taxa de esforço para encargos de 598 ou mais euros mensais, e são estes estrangeiros e os de países africanos de expressão portuguesa os que têm maiores taxas de esforço nos escalões de 399,04 a 598,56 e mais euros:

O grupo dos imigrantes de países africanos de língua oficial portuguesa é aquele em que há maior percentagem de pessoas que suportam encargos com a aquisição de habitação (72.5% do total deste grupo), sendo os imigrantes da União Europeia e dos países de leste os grupos em que há mais gente sem encargos com a aquisição (respectivamente 49.9 e 49.2% dos respectivos grupos).

REPARTIÇÃO DOS ALOJAMENTOS DOS GRUPOS POPULACIONAIS NA AMP, POR EXISTÊNCIA E ESCALÕES DE ENCARGOS COM A AQUISIÇÃO

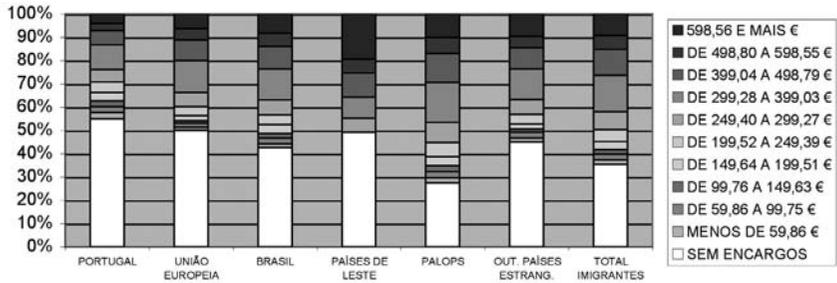
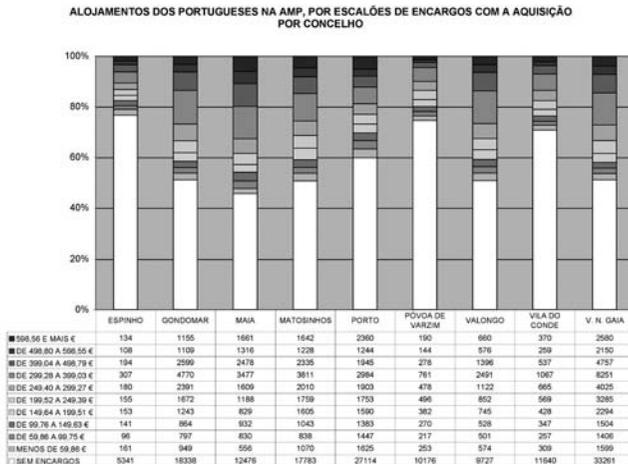


Figura 62. Repartição percentual dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e escalões de encargos com a aquisição (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A análise comparativa, entre os diversos concelhos constituintes da Área Metropolitana do Porto, da repartição dos encargos com a aquisição de alojamento permite reforçar, a nível concelhio, a constatação de que, para além do facto de haver uma maior percentagem de portugueses do que de estrangeiros sem encargos deste tipo, são os estrangeiros que detêm mais elevadas percentagens nos escalões de encargos mais altos:



ALOJAMENTOS DOS ESTRANGEIROS NA AMP, POR ESCALÕES DE ENCARGOS COM A AQUISIÇÃO, POR CONCELHO

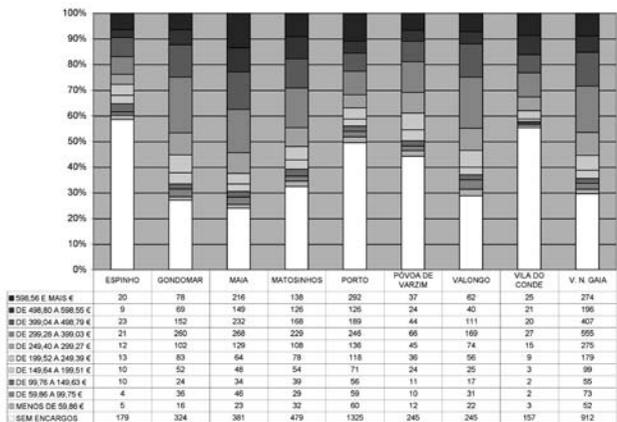


Figura 63. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e escalões de encargos com a aquisição, por concelho (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.3.12. CARACTERIZAÇÃO DOS ALOJAMENTOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO QUANTO À EXISTÊNCIA E ESCALÕES DE ARRENDAMENTO

Os valores referentes aos escalões de encargos com o arrendamento de alojamentos de portugueses e de estrangeiros são os que se mostram seguidamente (valores mensais expressos em euros):

ESCALÕES DE ENCARGOS COM O ARRENDAMENTO	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS	TOTAL DE ALOJAMENTOS
MENOS DE 14,96 €	23903	283	24186
DE 14,96 A 24,93 €	15919	249	16168
DE 24,94 A 34,91 €	15773	222	15995
DE 34,92 A 59,85 €	16839	297	17136
DE 59,86 A 99,75 €	12577	287	12864
DE 99,76 A 149,63 €	9484	353	9837
DE 149,64 A 199,51 €	7862	365	8227

ESCALÕES DE ENCARGOS COM O ARRENDAMENTO	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS	TOTAL DE ALOJAMENTOS
DE 199,52 A 249,39 €	6430	364	6794
DE 249,40 A 299,27 €	5678	618	6296
DE 299,28 A 399,03 €	7632	1098	8730
DE 399,04 A 498,79 €	1949	469	2418
498,80 E MAIS €	1122	430	1552
TOTAL	125168	5035	130203

Tabela 89. Escalões de encargos com o arrendamento de alojamentos de portugueses e de estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

As diferenças entre estrangeiros e portugueses a nível dos escalões de arrendamento são ainda mais significativas do que as próprias diferenças que já tinham sido detetadas nos encargos com a aquisição. Assim, e embora em termos médios para todos os escalões a repartição corresponda a 96.1% de portugueses e a 3.9% de estrangeiros, nos escalões de renda mais baixos (até 149.63 euros), os imigrantes estão proporcionalmente pior representados do que nos escalões de rendas superiores. Isto é, a partir de rendas da ordem dos 199.52 euros ou superiores e à medida que aumentam estes mesmos escalões assiste-se a um aumento progressivo das percentagens a cargo dos imigrantes: de 199.52 a 249.39 euros os estrangeiros representam 5.4% e nos escalões de 249.4 a 299.27 euros, de 299.28 a 399.03 euros, de 399.04 a 498.79 euros e de 498.8 euros e mais as percentagens que cabem aos estrangeiros são crescentes, respectivamente de 9.8%, 12.6%, 19.4%, e 27.7%:

ESCALÕES DE ENCARGOS COM O ARRENDAMENTO	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS
MENOS DE 14,96 € (%)	98.8	1.2
DE 14,96 A 24,93 € (%)	98.5	1.5
DE 24,94 A 34,91 € (%)	98.6	1.4
DE 34,92 A 59,85 € (%)	98.3	1.7
DE 59,86 A 99,75 € (%)	97.8	2.2
DE 99,76 A 149,63 € (%)	96.4	3.6
DE 149,64 A 199,51 € (%)	95.6	4.4

ESCALÕES DE ENCARGOS COM O ARRENDAMENTO	PORTUGUESES	ESTRANGEIROS
DE 199,52 A 249,39 € (%)	94.6	5.4
DE 249,40 A 299,27 € (%)	90.2	9.8
DE 299,28 A 399,03 € (%)	87.4	12.6
DE 399,04 A 498,79 € (%)	80.6	19.4
498,80 E MAIS € (%)	72.3	27.7
TOTAL (%)	96.1	3.9

Tabela 90. Repartição percentual dos escalões de encargos com o arrendamento de alojamentos de portugueses e de estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A análise centrada exclusivamente nos alojamentos arrendados de estrangeiros mostra a seguinte repartição dos escalões de arrendamento entre os diversos grupos [Anexo 19]:

ESCALÕES DE ENCARGOS COM O ARRENDAMENTO	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS	TOTAL ESTRANGEIROS
MENOS DE 14,96 €	86	38	14	140	5	283
DE 14,96 A 24,93 €	92	30	27	94	6	249
DE 24,94 A 34,91 €	27	36	0	143	16	222
DE 34,92 A 59,85 €	51	50	3	168	25	297
DE 59,86 A 99,75 €	39	34	2	198	14	287
DE 99,76 A 149,63 €	65	44	25	193	26	353
DE 149,64 A 199,51 €	54	47	17	215	32	365
DE 199,52 A 249,39 €	53	58	18	196	39	364
DE 249,40 A 299,27 €	82	106	16	314	100	618
DE 299,28 A 399,03 €	241	199	27	508	123	1098
DE 399,04 A 498,79 €	135	97	18	161	58	469

ESCALÕES DE ENCARGOS COM O ARRENDAMENTO	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS	TOTAL ESTRANGEIROS
498,80 E MAIS €	205	72	18	84	51	430
TOTAL	1130	811	185	2414	495	5035

Tabela 91. Escalões de encargos com o arrendamento de alojamentos de estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade do titular do alojamento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

É interessante constatar que, embora para os dois primeiros escalões de arrendamento (menos de 14.96 euros e de 14.96 a 24.93 euros) a representatividade dos imigrantes da União Europeia seja elevada (respectivamente 30.4% e 37%), a partir desse montante o seu peso percentual reduz-se, e volta a aumentar nos dois escalões mais elevados (de 399.04 a 498.79 euros, e de 498.8 e mais euros). Este último facto é também visível a nível dos imigrantes de outros países estrangeiros, que apresentam tendência de reforço da sua representatividade à medida que aumentam os escalões de arrendamento. Já nos escalões intermédios de renda assiste-se a um aumento da percentagem a cargo dos imigrantes de países africanos de expressão oficial portuguesa, que neles estão mais fortemente representados. O peso relativo dos brasileiros também aumenta, embora pouco, com o aumento dos escalões de renda (sendo mais notório nos escalões de 299.28 a 399.03 euros, e de 399.04 a 498.79 euros).

ESCALÕES DE ENCARGOS COM O ARRENDAMENTO	UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS P. ESTRANGEIROS
MENOS DE 14,96 € (%)	30.4	13.4	4.9	49.5	1.8
DE 14,96 A 24,93 € (%)	37.0	12.0	10.8	37.8	2.4
DE 24,94 A 34,91 € (%)	12.2	16.2	0.0	64.4	7.2
DE 34,92 A 59,85 € (%)	17.2	16.8	1.0	56.6	8.4
DE 59,86 A 99,75 € (%)	13.6	11.8	0.7	69.0	4.9
DE 99,76 A 149,63 € (%)	18.4	12.4	7.1	54.7	7.4
DE 149,64 A 199,51 € (%)	14.8	12.9	4.6	58.9	8.8
DE 199,52 A 249,39 € (%)	14.6	15.9	5.0	53.8	10.7
DE 249,40 A 299,27 € (%)	13.3	17.1	2.6	50.8	16.2
DE 299,28 A 399,03 € (%)	21.9	18.1	2.5	46.3	11.2

DE 399,04 A 498,79 € (%)	28.8	20.7	3.8	34.3	12.4
498,80 E MAIS € (%)	47.7	16.7	4.2	19.5	11.9
TOTAL (%)	22.5	16.1	3.7	47.9	9.8

Tabela 92. Repartição percentual por escalões de encargos com o arrendamento de alojamentos de estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade do respectivo titular (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

São elevadas as percentagens dos imigrantes que suportam escalões de arrendamento de montantes elevados, contrariamente ao que, em média, acontece com os portugueses:

ESCALÕES DE ENCARGOS COM O ARRENDAMENTO	PORTUGUESES (%)	UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS P. ESTRANGEIROS (%)	TOTAL ESTRANGEIROS (%)
MENOS DE 14,96 €	19.1	7.6	4.7	7.6	5.8	1.0	5.6
DE 14,96 A 24,93 €	12.7	8.1	3.7	14.6	3.9	1.2	5.0
DE 24,94 A 34,91 €	12.6	2.4	4.4	0.0	5.9	3.2	4.4
DE 34,92 A 59,85 €	13.5	4.5	6.2	1.6	7.0	5.1	5.9
DE 59,86 A 99,75 €	10.0	3.5	4.2	1.1	8.2	2.8	5.7
DE 99,76 A 149,63 €	7.6	5.8	5.4	13.5	8.0	5.3	7.0
DE 149,64 A 199,51 €	6.3	4.8	5.8	9.2	8.9	6.5	7.3
DE 199,52 A 249,39 €	5.1	4.7	7.1	9.7	8.1	7.9	7.2
DE 249,40 A 299,27 €	4.5	7.3	13.1	8.7	13.0	20.2	12.3
DE 299,28 A 399,03 €	6.1	21.3	24.5	14.6	21.0	24.8	21.8
DE 399,04 A 498,79 €	1.6	11.9	12.0	9.7	6.7	11.7	9.3
498,80 E MAIS €	0.9	18.1	8.9	9.7	3.5	10.3	8.5

Tabela 93. Repartição percentual dos alojamentos de portugueses e estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade do titular do alojamento, por escalões de encargos com o arrendamento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Assim, a maior percentagem de estrangeiros com encargos com o arrendamento ocorre para o escalão dos 299.28 a 399.03 euros (21.8% dos estrangeiros e 6.1% dos portugueses) seguido do escalão dos 249.4 aos 299.27 euros, (12.3% dos estrangeiros mas apenas 4.5% dos portugueses), do escalão dos 399.04 aos 498.79 euros (9.3% dos estrangeiros mas apenas 1.6% dos portugueses) e 498.8 euros e mais (que representa uma fatia de 8.5% dos estrangeiros mas apenas 0.9% dos portugueses):

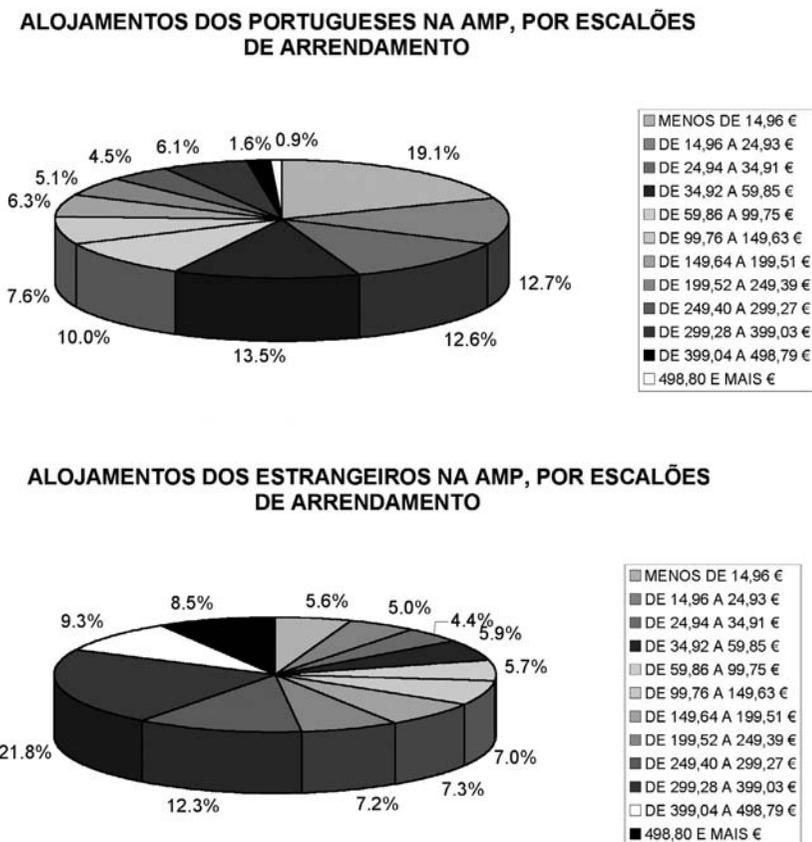


Figura 64. Repartição dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com os escalões de arrendamento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Para além da constatação de que a repartição pelos diferentes escalões de arrendamento da população portuguesa é completamente distinta da dos imigrantes, é de destacar o peso muito elevado que o escalão de renda dos 299.28 aos 399.03 assume em cada um dos grupos de imigrantes (24.8% no dos outros países estrangeiros, 24.5% no do Brasil, 21.3% no da União Europeia, 21% no dos países africanos de língua portuguesa, e 14.6% no dos países de leste).

São os imigrantes da União Europeia, de outros países estrangeiros e do Brasil aqueles que suportam rendas mais elevadas (nos três escalões mais altos), e os de países de leste aqueles em que os escalões mais baixos de arrendamento têm uma mais forte representatividade (menos de 15 euros e entre 15 e 25 euros – a soma destes escalões representa 22.2% do total relativamente a este grupo de imigrantes). [Anexo 19]:

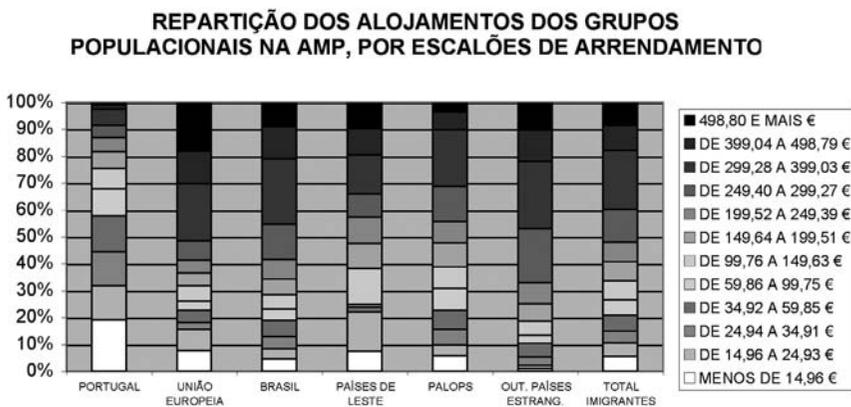
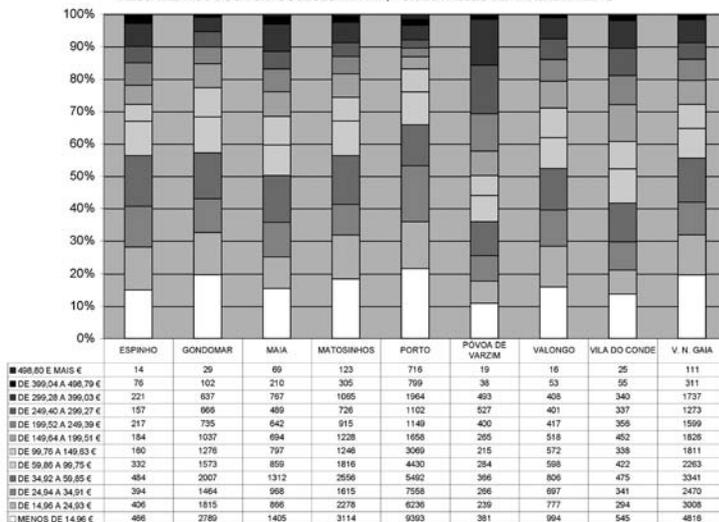


Figura 65. Repartição percentual dos alojamentos dos grupos populacionais na Área Metropolitana do Porto, de acordo com os escalões de arrendamento (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A confirmação de que os estrangeiros suportam níveis mais elevados de rendas é claramente reforçada, a nível concelhio, através da análise dos seguintes gráficos comparativos:

ALOJAMENTOS DOS PORTUGUESES NA AMP, POR ESCALÕES DE ARRENDAMENTO



ALOJAMENTOS DOS ESTRANGEIROS NA AMP, POR ESCALÕES DE ARRENDAMENTO

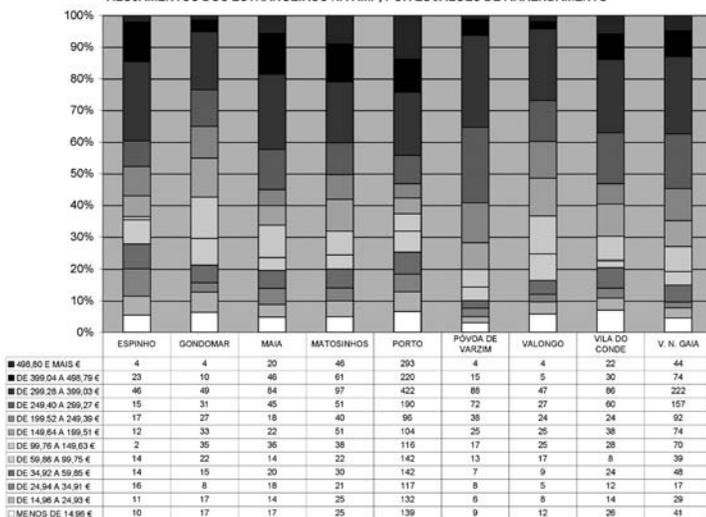


Figura 66. Repartição dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com os escalões de arrendamento, por concelho (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.4. CARACTERIZAÇÃO DA EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA E PROFISSIONAL NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

3.4.1. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE EM PORTUGAL

De acordo com os dados dos Censos de 1991 e de 2001 (Instituto Nacional de Estatística, 1991, 2001) em Portugal em 1991 havia um total de 9 710 542 indivíduos portugueses, e 106 565 indivíduos estrangeiros. Em 2001 o número de portugueses baixou ligeiramente, para 9 704 645 e o de estrangeiros subiu substancialmente, para 651 472. Isto é, verificou-se um acréscimo de 511.3% da população estrangeira numa década, tendo a população portuguesa decrescido cerca de 0.1%.

A variação percentual da população de países da União Europeia, do Brasil, de outros países da Europa, de países africanos de expressão oficial portuguesa, e de outros países estrangeiros, e da população portuguesa, é a que consta da tabela seguinte:

GRUPOS POPULACIONAIS	1991	2001	VARIAÇÃO PERCENTUAL (ENTRE 1991 E 2001)
UNIÃO EUROPEIA	35213	157456	347.2
BRASIL	13508	49891	269.3
OUTROS PAÍSES EUROPEUS	2261	35347	1463.3
PALOPS	33437	329116	884.3
OUTROS PAÍSES ESTRANGEIROS	22146	79662	259.7
TOTAL IMIGRANTES	106565	651472	511.3
PORTUGAL	9710542	9704645	-0.1
POPULAÇÃO TOTAL	9867147	10356117	5.0

Tabela 94. Valores absolutos e variação percentual dos grupos populacionais residentes em Portugal, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Constata-se que a maior variação ocorreu para os imigrantes de outros países europeus (englobando-se aqui os países de leste), com 1463.3% de crescimento, seguindo-se os dos países africanos de expressão oficial portuguesa (que registaram um aumento de 884.3%),

e os países da União Europeia (cujo aumento verificado foi de 347.2%)².

Assim, a evolução absoluta para os grupos de imigrantes em estudo é a seguinte:

TOTAL DE ESTRANGEIROS RESIDENTES EM PORTUGAL, EM 1991 E EM 2001

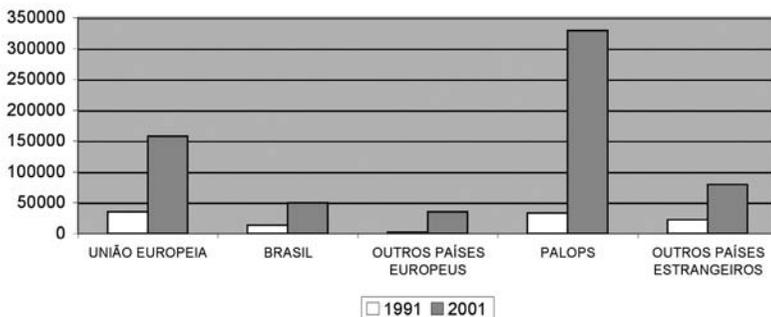


Figura 67. Número total de imigrantes residentes em Portugal em 1991 e em 2001, de acordo com a nacionalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Esta evolução traduziu-se numa alteração da composição da população estrangeira residente em Portugal entre 1991 e 2001 que, de acordo com os grandes grupos populacionais considerados é patente no seguinte gráfico:

REPARTIÇÃO DE ESTRANGEIROS RESIDENTES EM PORTUGAL, EM 1991 E EM 2001

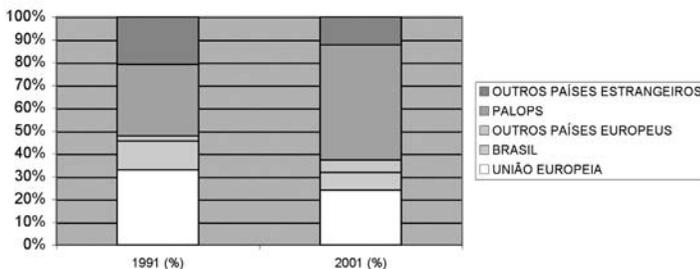


Figura 68. Repartição percentual da população estrangeira residente em Portugal em 1991 e em 2001, por nacionalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

² Não foi possível discriminar para os países de leste devido ao agrupamento de dados considerado nos censos de 1991, disponibilizados "on-line" pelo Instituto Nacional de Estatística.

Os imigrantes provenientes dos países africanos de língua oficial portuguesa, que em 1991 constituíam 31.4% da população imigrante em Portugal, uma década mais tarde passam a representar 50.5% dessa população, tendo-se registado uma redução do peso percentual dos outros conjuntos de nacionalidades relativamente ao total de imigrantes, à excepção dos estrangeiros de outros países europeus (onde se incluem os países de leste) que aumentaram o seu peso relativo de 2.1% para 5.4%.

3.4.2. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

Em 1991 residiam na Área Metropolitana do Porto um total de 1 167 800 habitantes, repartidos entre 1 129 511 portugueses e 38 289 estrangeiros, representando estes cerca de 3.3% da população total. Já em 2001 a população residente nesta mesma Área Metropolitana ascendia a 1 260 680 habitantes (acréscimo de cerca de 8%), dos quais 52 654 são imigrantes (representando cerca de 4.2% da população total). O crescimento verificado na população imigrante na década de 90 foi de cerca de 37.5%, tendo-se patenteado neste mesmo período um acréscimo de apenas 7% da população portuguesa.

Em termos absolutos, o número de imigrantes evoluiu da seguinte forma entre os anos de 1991 e de 2001:

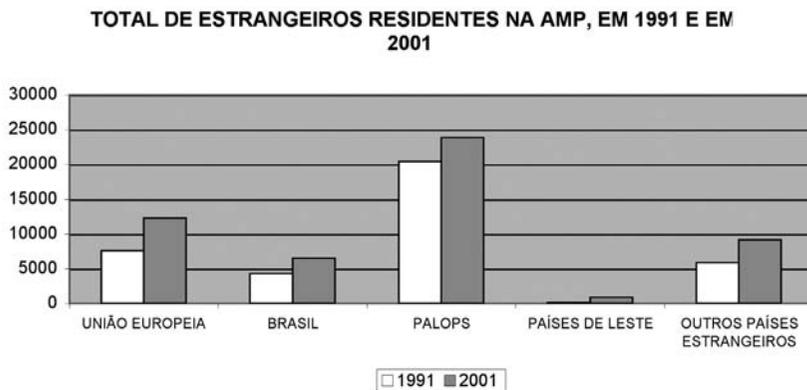


Figura 69. Número total de imigrantes residentes na Área Metropolitana do Porto em 1991 e em 2001, de acordo com a nacionalidade (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A evolução da repartição da população imigrante residente na Área Metropolitana do Porto entre 1991 e 2001 é visível no seguinte gráfico:

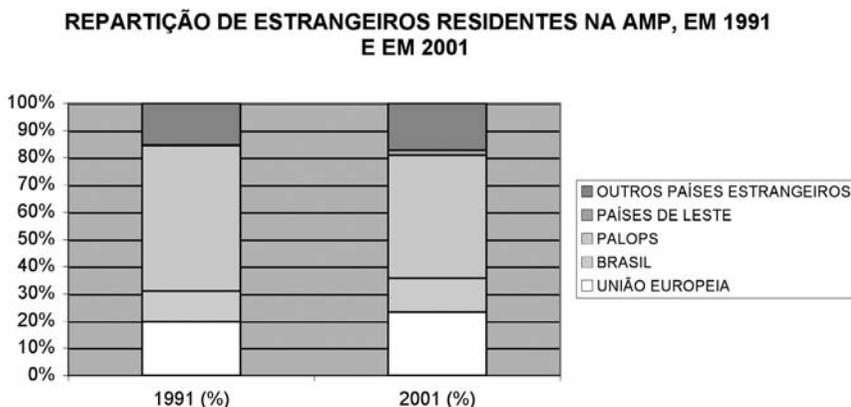


Figura 70. Repartição percentual da população estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

As alterações na composição da estrutura percentual de estrangeiros na Área Metropolitana do Porto verificadas entre 1991 e 2001 foram distintas das registadas a nível nacional. Assim, na Área Metropolitana do Porto os africanos de língua portuguesa baixaram o seu peso relativo (de 53.3% em 1991 para 45.3% em 2001), os imigrantes da União Europeia (que em 1991 representavam 19.8% da população estrangeira) aumentaram a sua representatividade para 23.4%, os brasileiros passaram de 11.3% para 12.4%, os estrangeiros de leste (que tinham uma expressão muito reduzida de 0.3% em 1991) passaram a representar uma fatia de 1.6%, e os imigrantes de outros países estrangeiros evidenciaram um aumento percentual de 15.3% para 17.3%.

A evolução da distribuição da população estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto entre os diversos concelhos foi a seguinte:

DISTRIBUIÇÃO DE ESTRANGEIROS RESIDENTES NA AMP, EM 1991 E EM 2001, POR CONCELHO

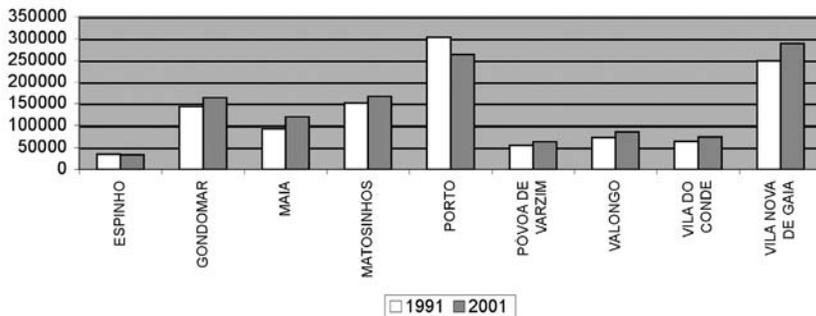


Figura 71. Distribuição por concelho dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Assiste-se, assim, a uma redução do número total de imigrantes residentes nos concelhos do Porto e de Espinho, e a um aumento dos residentes nos restantes concelhos. Em termos percentuais esta evolução traduz-se numa redução de 25.9% para 20.9% dos estrangeiros residentes no Porto e de 3% para 2.7% em Espinho, acompanhadas por ligeiros aumentos percentuais distribuídos pelos restantes concelhos (sendo de destacar Vila Nova de Gaia, em que a variação foi de 21.3% para 22.9% e a Maia, com um aumento de 8% para 9.5%):

REPARTIÇÃO DE ESTRANGEIROS RESIDENTES NA AMP, EM 1991 E EM 2001, POR CONCELHO

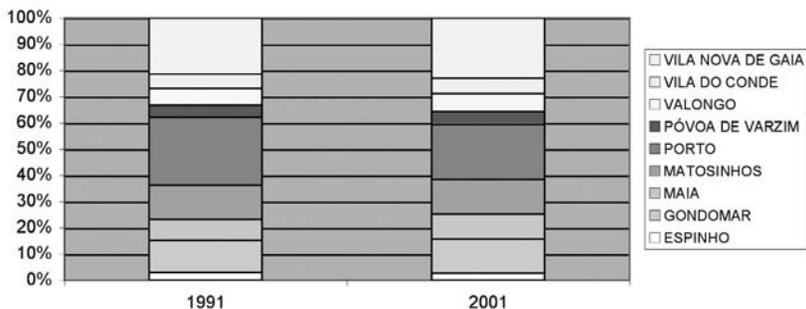


Figura 72. Repartição percentual da população estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto de acordo com o concelho de residência, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Estas mesmas tendências de evolução verificadas entre 1991 e 2001 para cada um dos concelhos da Área Metropolitana do Porto e considerando os grandes grupos de imigrantes mais representativos podem ser visualizadas através da comparação dos gráficos seguintes:

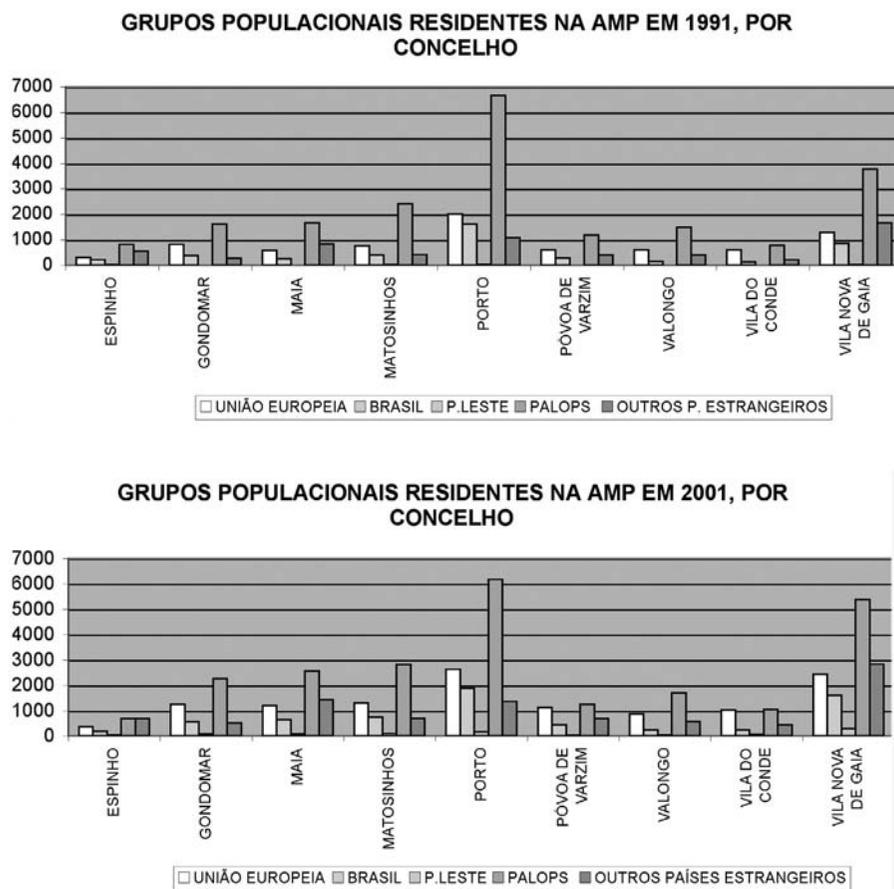


Figura 73. Distribuição dos imigrantes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o concelho de residência e com a nacionalidade, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.4.3. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO POR SEXO E POR GRUPO ETÁRIO

Embora durante a década de 90 tenha ocorrido um acréscimo de cerca de 37,5% da população estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, a respectiva repartição percentual por sexos permanece aproximadamente a mesma – cerca de 47% de homens e 53% de mulheres.

Os valores referentes à evolução do número total de imigrantes residentes nesta Área Metropolitana entre 1991 e 2001, por sexo, estão sistematizados no gráfico seguinte:

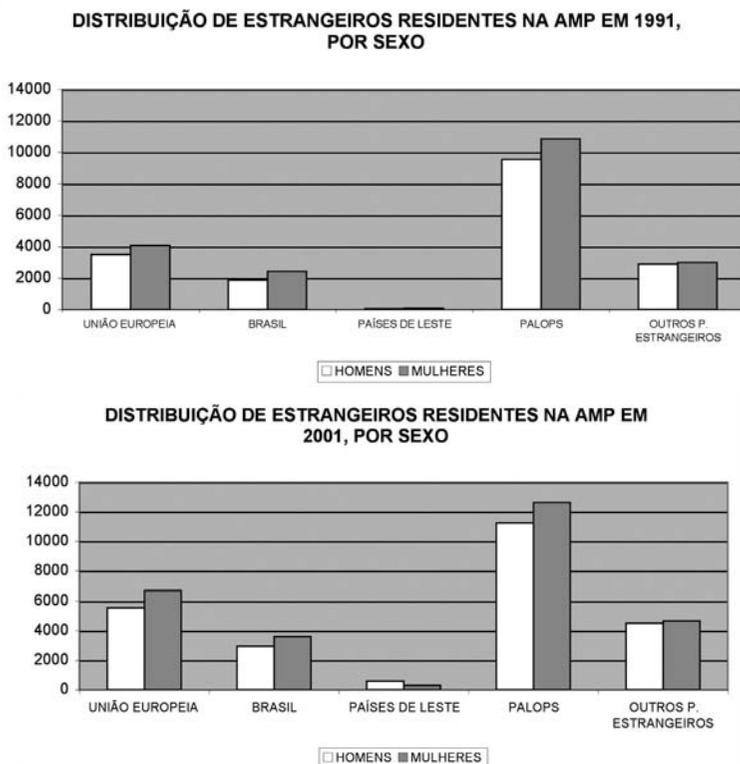
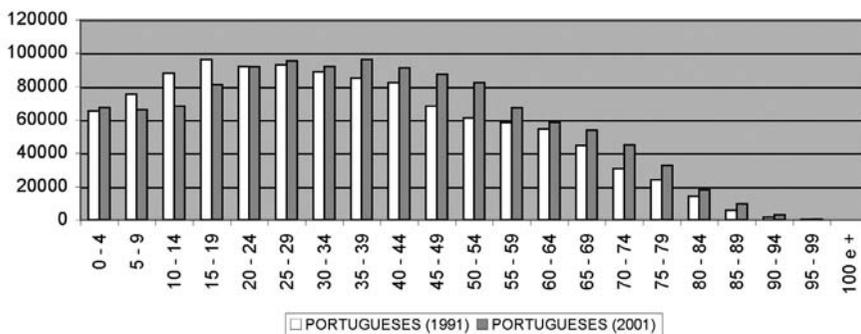


Figura 74. Repartição por sexo dos imigrantes residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a nacionalidade em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A evolução da distribuição da população portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto por grupos etários entre 1991 e 2001 permite detectar, em termos médios, uma redução quer de portugueses quer de estrangeiros até aos 24 anos, e um aumento dos seus efectivos nos escalões etários mais elevados (a partir dos 25 anos). É, no entanto, de referir o forte reforço da população estrangeira em idade activa e o processo de envelhecimento da população portuguesa (Rosa et al., 2004):

EVOLUÇÃO DOS PORTUGUESES RESIDENTES NA AMP ENTRE 1991 E 2001, POR ESCALÃO ETÁRIO



EVOLUÇÃO DOS ESTRANGEIROS RESIDENTES NA AMP ENTRE 1991 E 2001, POR ESCALÃO ETÁRIO

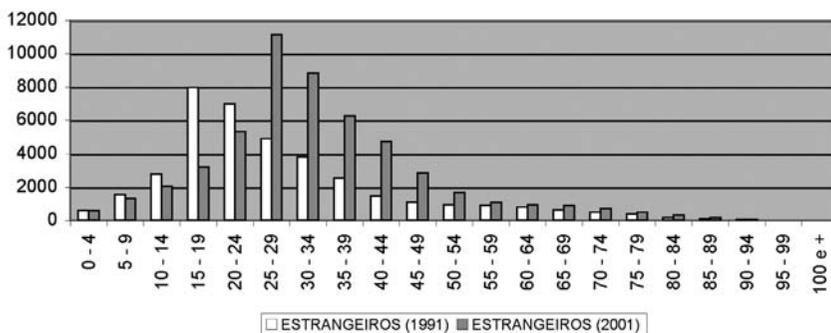
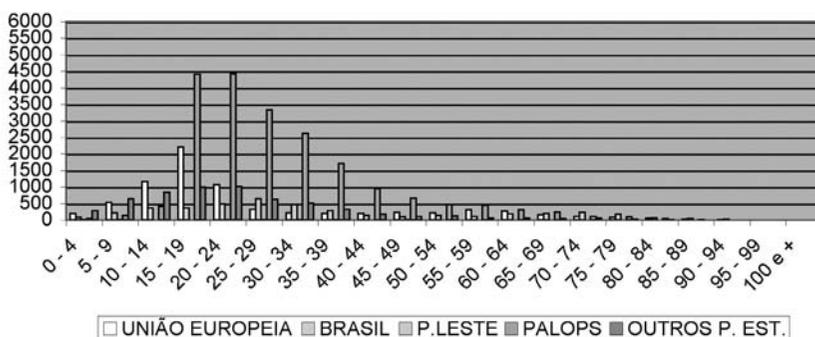


Figura 75. Evolução, de acordo com os escalões etários, dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Este crescimento significativo da população imigrante entre 1991 e 2001 é visível em todos os grupos populacionais estrangeiros. É de realçar que se assiste a um aumento significativo do número total de imigrantes dos países africanos de expressão oficial portuguesa nos escalões etários acima dos 25 anos, e a uma forte redução deste grupo populacional nos escalões etários entre os 15 e os 24 anos:

DISTRIBUIÇÃO DOS GRUPOS POPULACIONAIS ESTRANGEIROS RESIDENTES NA AMP EM 1991, POR ESCALÃO ETÁRIO



DISTRIBUIÇÃO DOS GRUPOS POPULACIONAIS ESTRANGEIROS RESIDENTES NA AMP EM 2001, POR ESCALÃO ETÁRIO

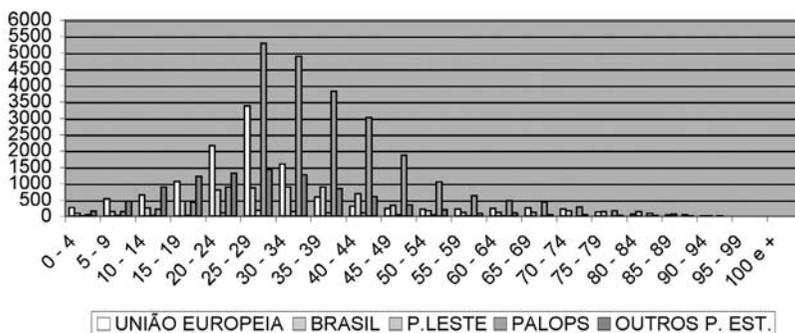


Figura 76. Distribuição etária dos grupos populacionais estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A constatação do reforço do escalão etário entre os 25 e os 29 anos nos imigrantes da União Europeia, de países africanos de língua portuguesa, e de outros países estrangeiros em 2001, por contraposição com a respectiva predominância dos dois escalões anteriores em 1991 é mostrada nos seguintes gráficos comparativos da evolução etária de cada um dos grupos de estrangeiros em análise:

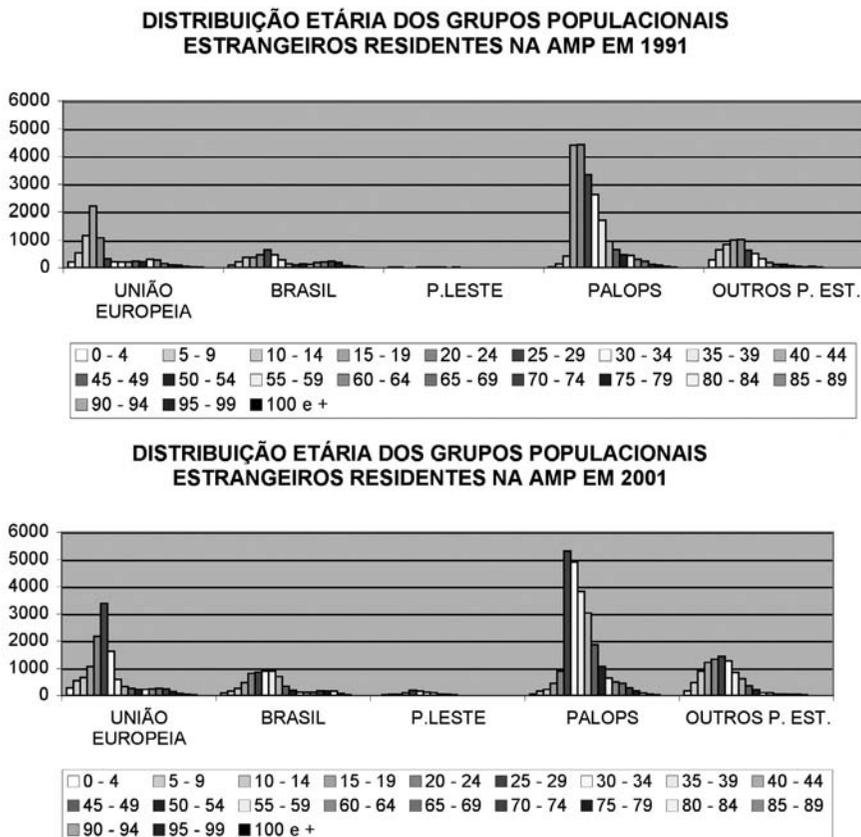
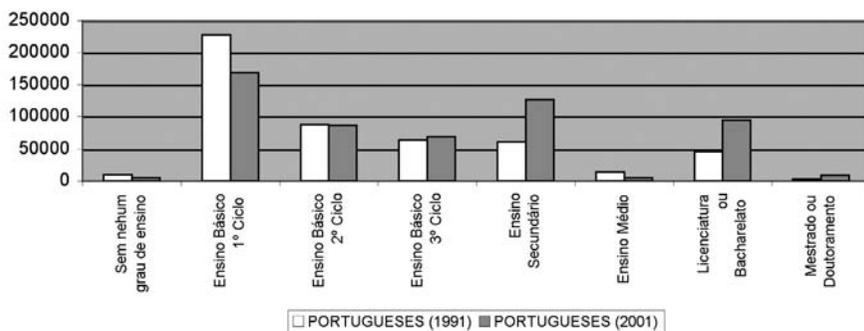


Figura 77. Distribuição etária dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a naturalidade, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.4.4. EVOLUÇÃO DOS NÍVEIS DE ESCOLARIDADE NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

Embora, em média, os portugueses tenham melhorado ao longo da década a sua situação no que se refere à escolaridade, as habilitações mais elevadas dos estrangeiros aumentaram de um modo muito substancial, o que significa que os detentores destes níveis educacionais foram atraídos pela imigração para a Área Metropolitana do Porto:

DISTRIBUIÇÃO DE PORTUGUESES RESIDENTES NA AMP, EM 1991 E EM 2001, POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE



DISTRIBUIÇÃO DE ESTRANGEIROS RESIDENTES NA AMP, EM 1991 E EM 2001, POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE

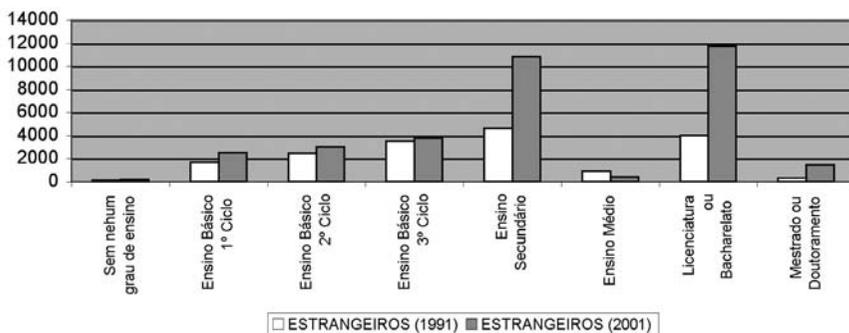


Figura 78. Evolução dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, entre 1991 e 2001, de acordo com as habilitações académicas (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A composição da população residente na Área Metropolitana do Porto é substancialmente diferente entre portugueses e estrangeiros em termos de habilitações académicas, e os respectivos processos evolutivos ao longo da década de 90 são também distintos. Assim, em 1991 e em 2001, respectivamente, a distribuição das habilitações escolares era a seguinte:

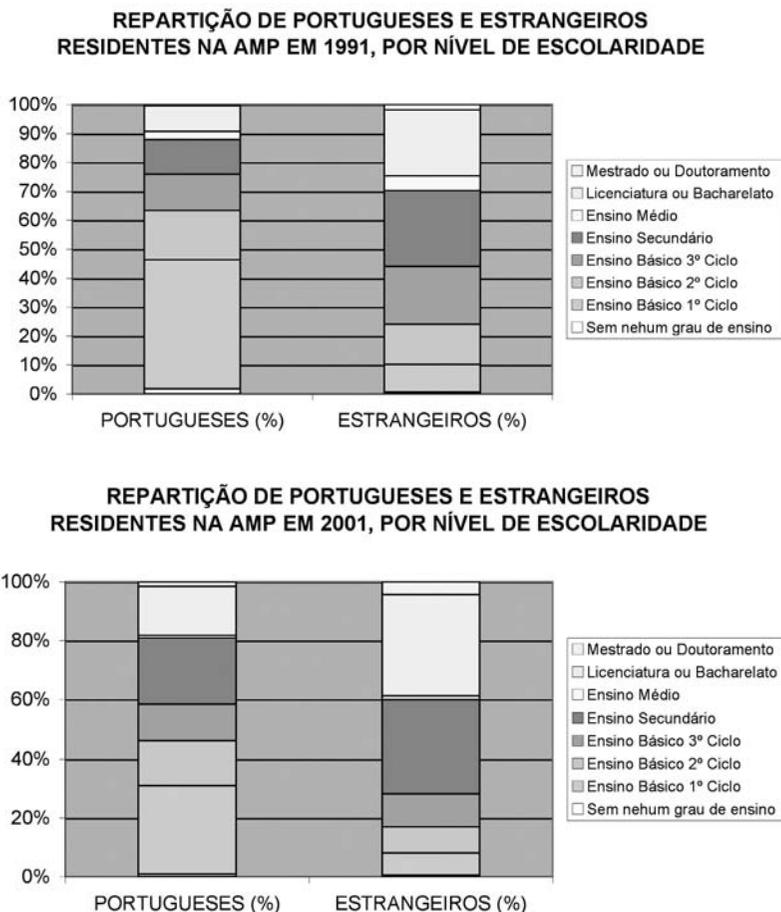
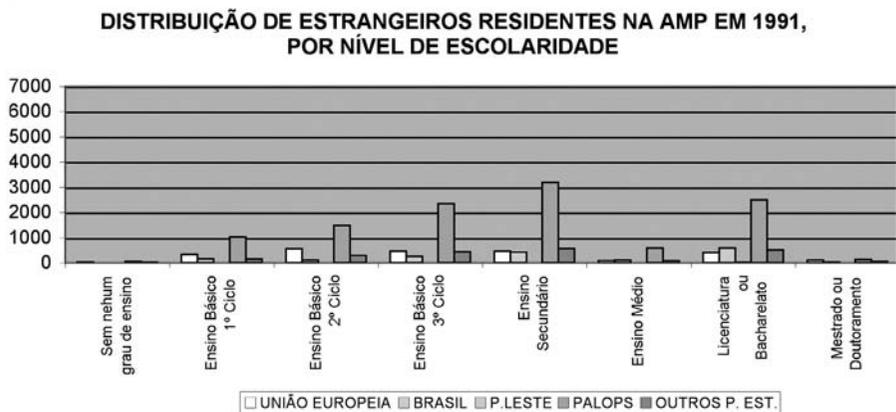


Figura 79. Repartição percentual da população portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto de acordo com as habilitações académicas, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Em 1991 havia uma forte discrepância entre as habilitações de portugueses e de estrangeiros. De facto, enquanto que 75.9% da população portuguesa não tinha nenhum grau de ensino ou detinha apenas o ensino básico, a correspondente percentagem de estrangeiros era de apenas 43.9%, e enquanto que 12.1% dos portugueses tinham um grau de ensino médio ou superior a percentagem homóloga de estrangeiros era de 29.7%.

Embora a população portuguesa tenha manifestado ao longo da última década uma tendência para reforçar as habilitações académicas (os detentores de ensino médio ou superior passam de 12.1% em 1991 para 19.1% em 2001), a nível dos estrangeiros assiste-se do mesmo modo a um reforço e consolidação dos seus níveis elevados de habilitações (em 1991 29.7% tinham graus de ensino médios ou superiores, tendo esse valor subido para 40% em 2001):

Verifica-se, ao longo da década, um claro reforço das habilitações a nível do ensino secundário, do ensino médio, dos bacharelatos, licenciaturas, mestrados e doutoramentos dos vários grupos de imigrantes, merecendo especial destaque o reforço dos níveis de habilitações académicas dos estrangeiros provenientes de países da União Europeia, de países africanos de língua oficial portuguesa, e de outros países estrangeiros:



DISTRIBUIÇÃO DE ESTRANGEIROS RESIDENTES NA AMP EM 2001, POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE

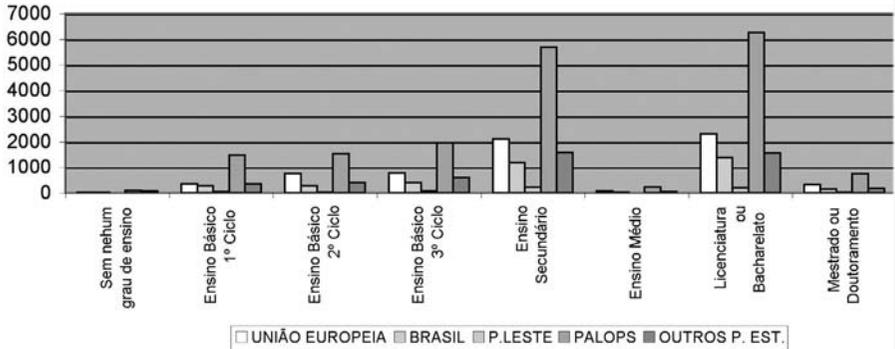
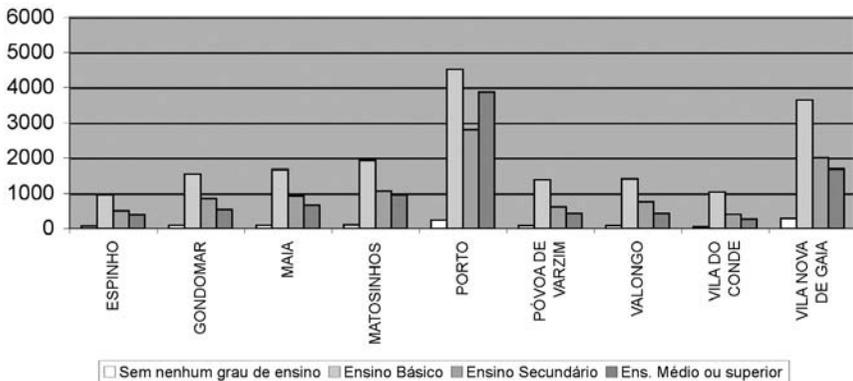


Figura 80. Distribuição dos imigrantes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com os níveis de habilitações escolares e com a nacionalidade, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Verifica-se que em todos os concelhos da Área Metropolitana do Porto ocorreu uma melhoria do nível das habilitações literárias, merecendo especial destaque o aumento de estrangeiros detentores do ensino médio ou superior nos concelhos do Porto e de Vila Nova de Gaia, conforme se pode ver nos gráficos seguintes:

DISTRIBUIÇÃO DE ESTRANGEIROS RESIDENTES NA AMP EM 1991, POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE, POR CONCELHO



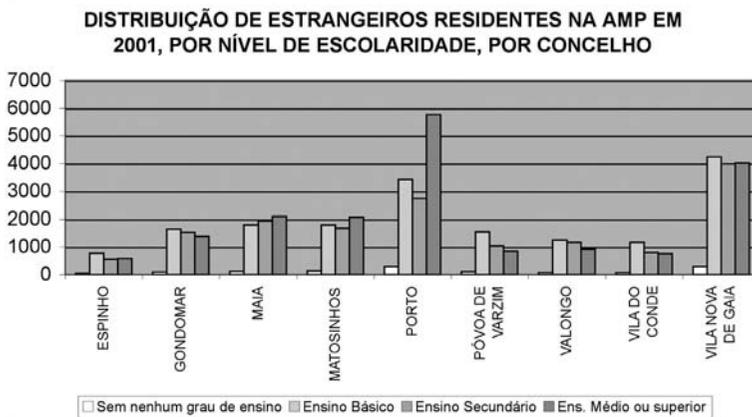
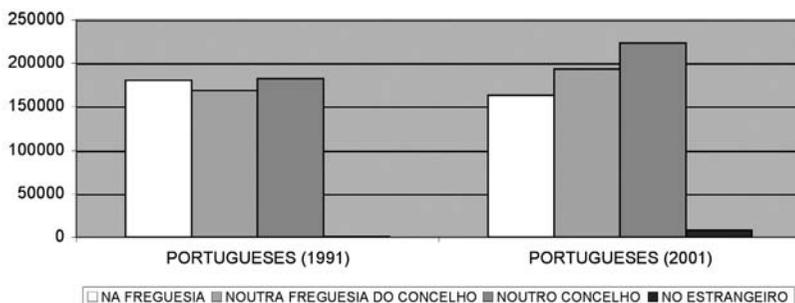


Figura 81. Distribuição dos imigrantes por concelho na Área Metropolitana do Porto, de acordo com os níveis de habilitações escolares, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.4.5. EVOLUÇÃO DOS LOCAIS DE RESIDÊNCIA E DE TRABALHO NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

Durante a década de 90 assiste-se na Área Metropolitana do Porto a uma redução do número total de portugueses que trabalham na freguesia de residência e a um aumento dos que trabalham noutra freguesia do concelho de residência ou noutra concelho. Por outro lado, como os imigrantes aumentaram, isso veio-se repercutir em todos os tipos de localização dos seus empregos por referência aos respectivos alojamentos, embora tenha sido mais notório o reforço das localizações do trabalho na própria freguesia de residência ou noutra freguesia do mesmo concelho:

DISTRIBUIÇÃO DE PORTUGUESES RESIDENTES NA AMP EM 1991 E EM 2001, POR LOCAL DE TRABALHO



DISTRIBUIÇÃO DE ESTRANGEIROS RESIDENTES NA AMP EM 1991 E EM 2001, POR LOCAL DE TRABALHO

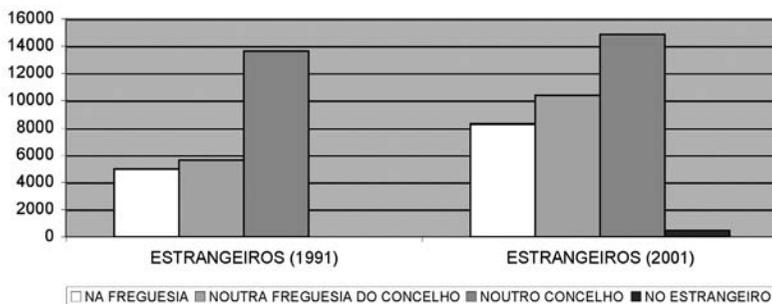
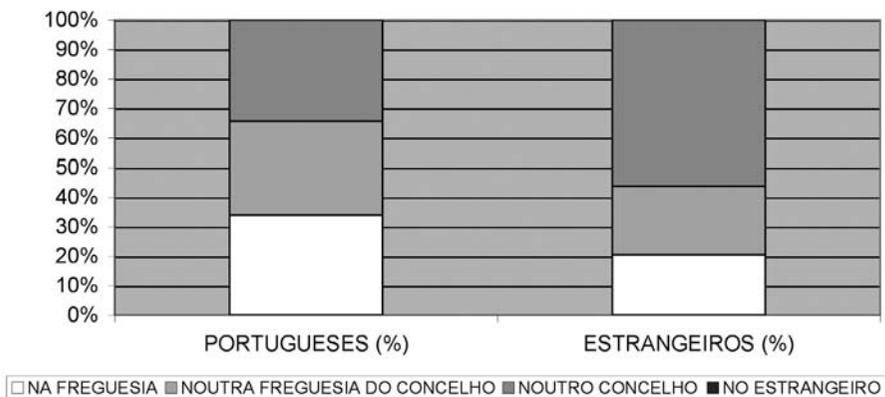


Figura 82. Distribuição do local de trabalho relativamente ao local de residência dos portugueses e estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, em 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Em termos percentuais, entre 1991 e 2001 verifica-se um aumento dos imigrantes que trabalham na mesma freguesia do concelho de residência (passam de 20.5% para 24.4%), e dos que trabalham noutra freguesia do concelho de residência (que passam de 23.3% para 30.5%), ocorrendo no mesmo período uma redução substancial daqueles que trabalham noutro concelho (passam de 56.2% para 43.8% do total de imigrantes). Quanto aos portugueses, a repartição percentual dos que trabalham noutra freguesia do concelho de residência subiu ligeiramente (de 31.7% para 32.9%), reduziu-se a percentagem dos que trabalham na freguesia onde residem (de 33.9% para 27.8%), e aumentou a percentagem dos que trabalham noutro concelho distinto do da residência (de 34.3% para 38%).

Verifica-se que em 2001 se reduziram as diferenças entre as estruturas percentuais de repartição da distribuição dos locais de trabalho em relação aos de residência de portugueses e de estrangeiros relativamente às correspondentes estruturas uma década antes.

REPARTIÇÃO DE PORTUGUESES E ESTRANGEIROS RESIDENTES NA AMP EM 1991, POR LOCAL DE TRABALHO



REPARTIÇÃO DE PORTUGUESES E ESTRANGEIROS RESIDENTES NA AMP EM 2001, POR LOCAL DE TRABALHO

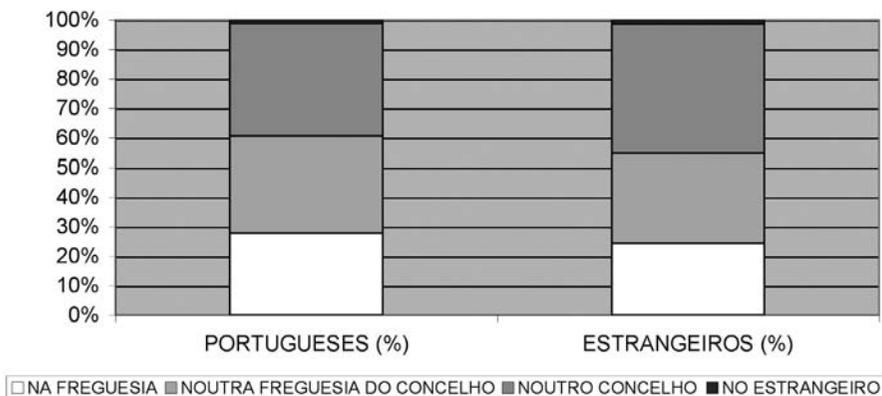
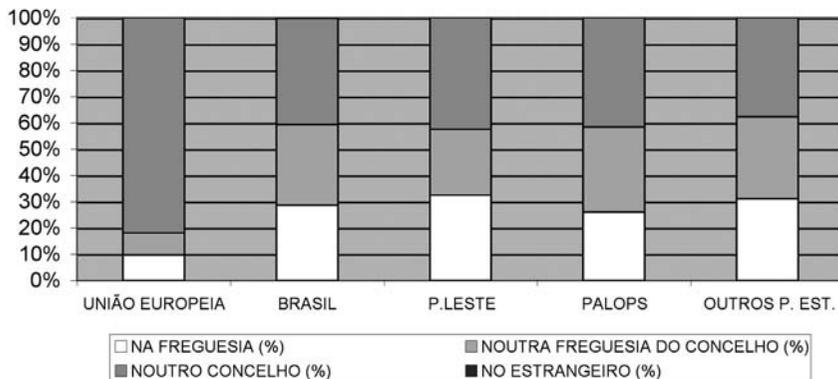


Figura 83. Repartição percentual da população portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto de acordo com o local de trabalho relativamente ao local de residência, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Quanto à evolução percentual da distribuição espacial dos locais de trabalho relativamente aos de residência para cada grupo de imigrantes, é de realçar que são os dos países de leste aqueles que predominantemente trabalham na freguesia de residência (tendo-se reforçado essa tendência, ao passarem de 32.5% do total deste grupo em 1991 para 41.8% em 2001), que os imigrantes de países africanos de expressão oficial portuguesa são aqueles que apresentam uma menor percentagem de trabalho na freguesia de residência (21.9%) e uma maior percentagem de trabalho noutra concelho (46.5%), e que foram os imigrantes de países da União Europeia aqueles que mais aumentaram percentualmente as localizações dos seus empregos na freguesia de residência (de 9.6% do total deste grupo em 1991 passaram para 25.2% em 2001), e dos que trabalham noutra freguesia do mesmo concelho (a evolução homóloga foi de 8.4% para 31.2%):

REPARTIÇÃO DE ESTRANGEIROS RESIDENTES NA AMP EM 1991 POR LOCAL DE TRABALHO



REPARTIÇÃO DE ESTRANGEIROS RESIDENTES NA AMP EM 2001 POR LOCAL DE TRABALHO

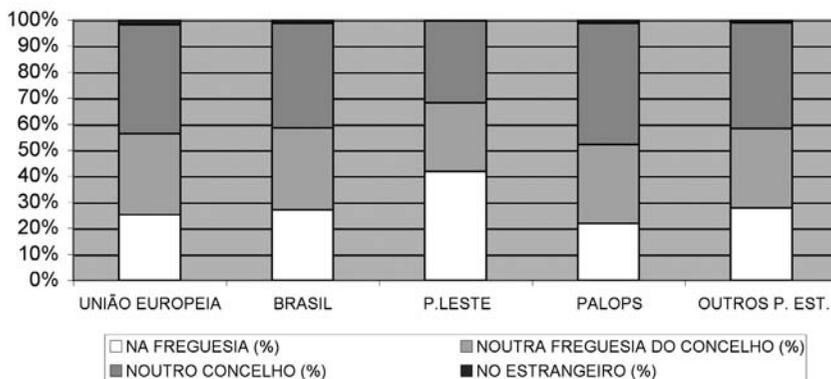


Figura 84. Repartição percentual dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por nacionalidade, e de acordo com o local de trabalho relativamente ao local de residência, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Relativamente à evolução da distribuição dos locais de trabalho em relação aos de residência por concelho, verifica-se que percentualmente, baixou o peso de estrangeiros que trabalham na mesma freguesia de residência em todos os concelhos, à excepção do de

Vila Nova de Gaia, tendo em todos eles aumentado a percentagem dos que trabalham noutra freguesia, à excepção de Matosinhos, de Valongo e de Vila Nova de Gaia. É ainda de referir a redução, para os imigrantes residentes no Porto, da percentagem dos que trabalham noutra freguesia do concelho de residência (que passou de 25.3% em 1991 para 23.8% em 2001), embora continue a ser o concelho onde residem mais estrangeiros que trabalham noutra freguesia distinta daquela em que moram:

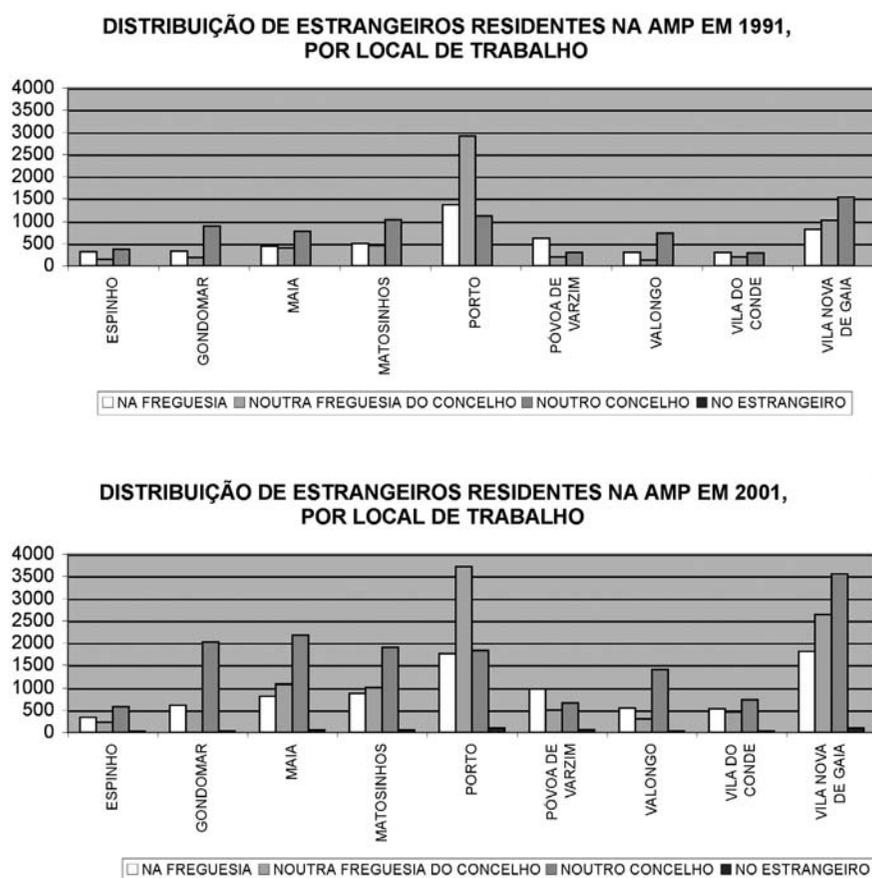


Figura 85. Distribuição dos imigrantes por concelho na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o local de trabalho relativamente ao de residência, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.4.6. EVOLUÇÃO DA LOCALIZAÇÃO DO TRABALHO NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO DE ACORDO COM AS HABILITAÇÕES LITERÁRIAS

Em termos absolutos entre 1991 e 2001 aumentou o total de portugueses que trabalham na freguesia de residência e que detêm o ensino secundário, médio ou superior, tendo, no entanto, sido ainda maior o aumento dos portugueses detentores destes níveis de habilitações que trabalham noutra freguesia do concelho de residência e noutra concelho:

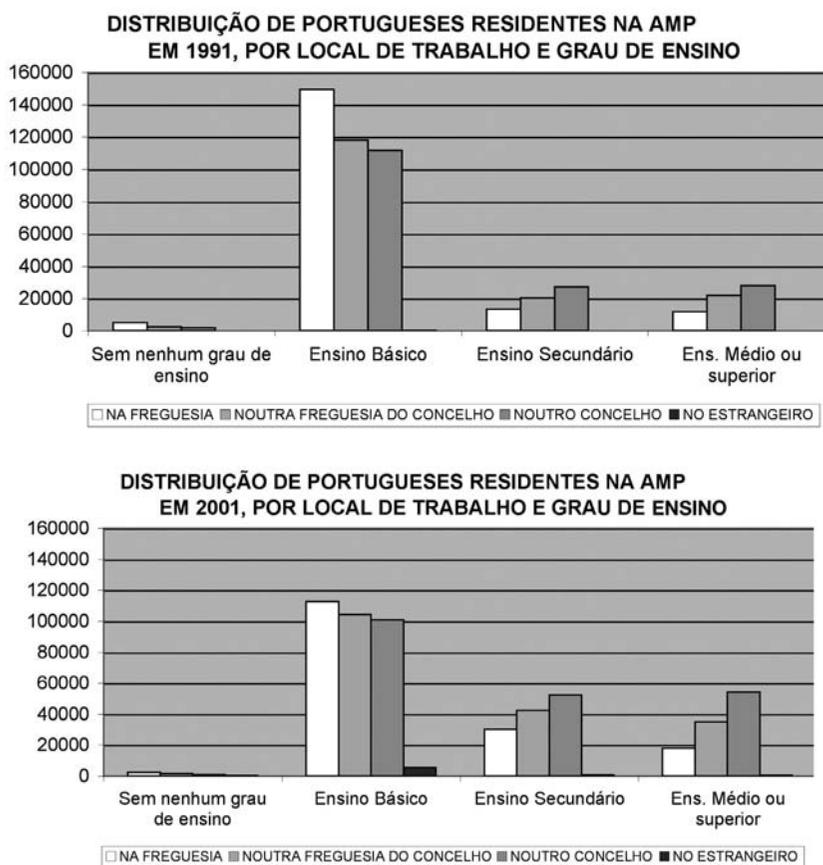


Figura 86. Distribuição dos portugueses na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o local de trabalho relativamente ao de residência e com o grau de ensino, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Relativamente aos imigrantes, verifica-se, do mesmo modo, um claro reforço do total de indivíduos com habilitações secundárias, médias ou superiores que trabalham na freguesia onde moram, noutra freguesia do concelho de residência ou noutra concelho:

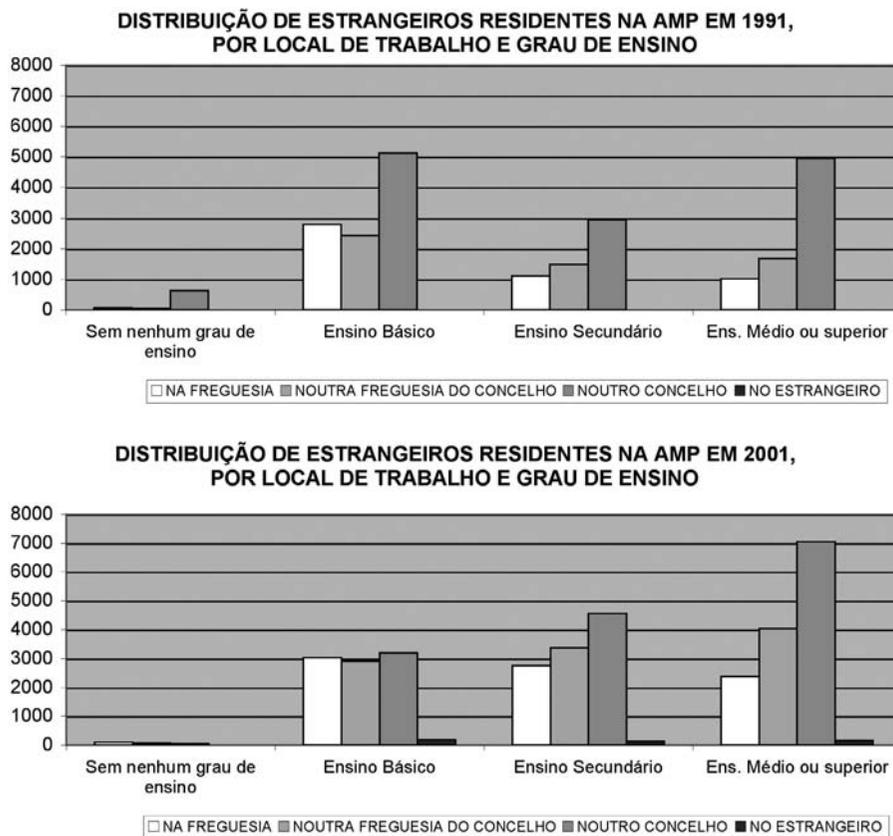


Figura 87. Distribuição dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o local de trabalho relativamente ao de residência e com o grau de ensino, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A evolução da estrutura de localização dos postos de trabalho de acordo com as habilitações literárias dos portugueses revela, fundamentalmente o facto já referido de, ao longo da década de 90, ter melhorado o nível geral de habilitações deste grupo populacional,

assistindo-se, em termos médios, a uma redução dos portugueses que trabalham na freguesia de residência e a um aumento daqueles que trabalham noutra freguesia do concelho de residência (à excepção dos que detêm o ensino médio ou superior) ou noutra concelho (à excepção dos que detêm o ensino secundário), (embora se mantenha o mesmo aspecto percentual correspondente à distribuição dos locais de trabalho relativamente aos de residência):

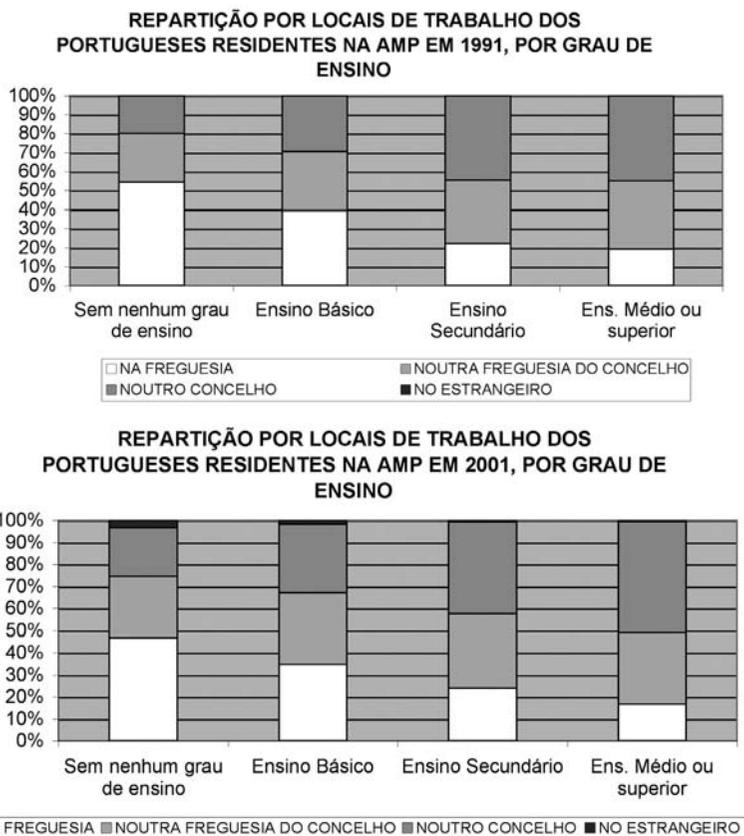
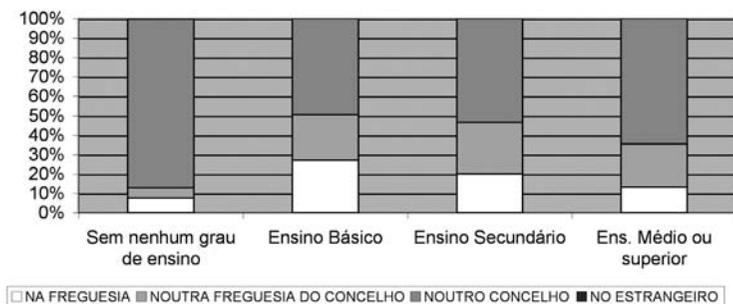


Figura 88. Repartição percentual dos locais de trabalho dos portugueses residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o grau de ensino, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Já no que se refere aos estrangeiros, a situação inicial é completamente distinta, uma

vez que eram mais elevadas, para todos os níveis de habilitações, as percentagens dos estrangeiros que trabalhavam noutro concelho (sobretudo no grupo dos que não detinham nenhum grau de ensino), em contraposição com aquilo que ocorria com os portugueses com habilitações correspondentes, que trabalhavam, essencialmente, na freguesia de residência. Esta situação de desigualdade, no entanto, evoluiu ao longo da década no sentido de uma maior aproximação da distribuição dos locais de trabalho de portugueses e de estrangeiros, de acordo com os níveis habilitacionais para cada um dos escalões de habilitações literárias em estudo (embora sejam ainda ligeiramente superiores as percentagens de portugueses que trabalham na freguesia de residência - à excepção do escalão de habilitações mais elevado - e as percentagens de estrangeiros que trabalham noutros concelhos):

REPARTIÇÃO POR LOCAIS DE TRABALHO DOS ESTRANGEIROS RESIDENTES NA AMP EM 1991, POR GRAU DE ENSINO



REPARTIÇÃO POR LOCAIS DE TRABALHO DOS ESTRANGEIROS RESIDENTES NA AMP EM 2001, POR GRAU DE ENSINO

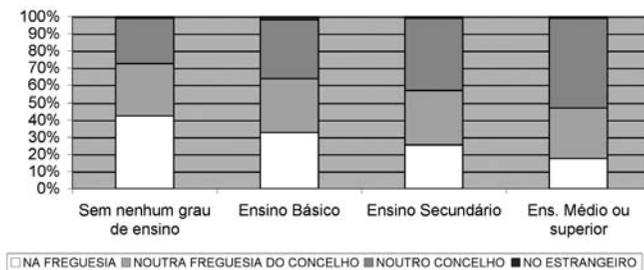
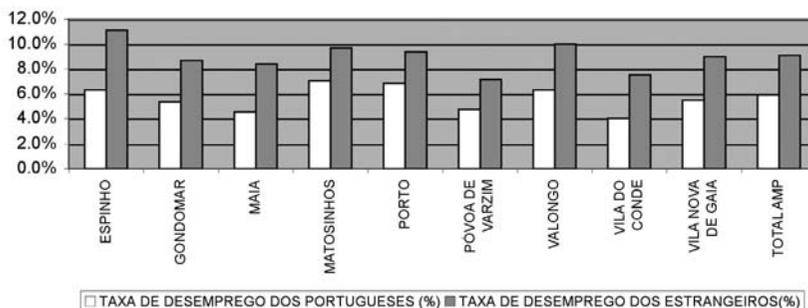


Figura 89. Repartição percentual dos locais de trabalho dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o grau de ensino, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.4.7. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO PERANTE O EMPREGO NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

A situação dos imigrantes face ao emprego melhorou substancialmente de 1991 para 2001 na Área Metropolitana do Porto. Embora em 1991 eles apresentassem um cenário claramente desfavorável em todos os concelhos desta Área Metropolitana, essa situação inverteu-se ao longo da década, já que em 2001 passaram a ter menores taxas de desemprego do que os portugueses nos concelhos de Gondomar, Maia, Matosinhos, Porto e Vila Nova de Gaia. Pelo contrário, a situação perante o emprego dos portugueses piorou de 1991 para 2001 em todos os concelhos, à excepção de Espinho e Valongo:

TAXA DE DESEMPREGO DA POPULAÇÃO ACTIVA PORTUGUESA E ESTRANGEIRA NA AMP EM 1991, POR CONCELHO



TAXA DE DESEMPREGO DA POPULAÇÃO ACTIVA PORTUGUESA E ESTRANGEIRA NA AMP EM 2001, POR CONCELHO

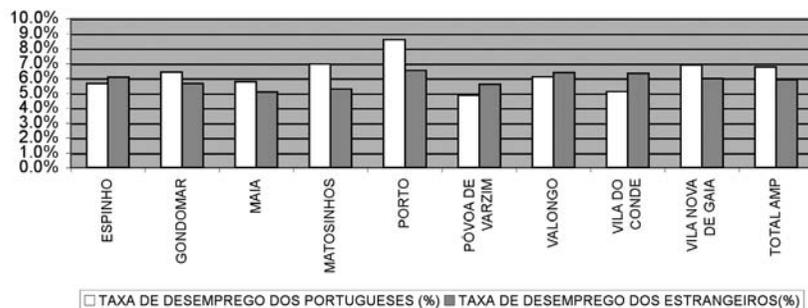
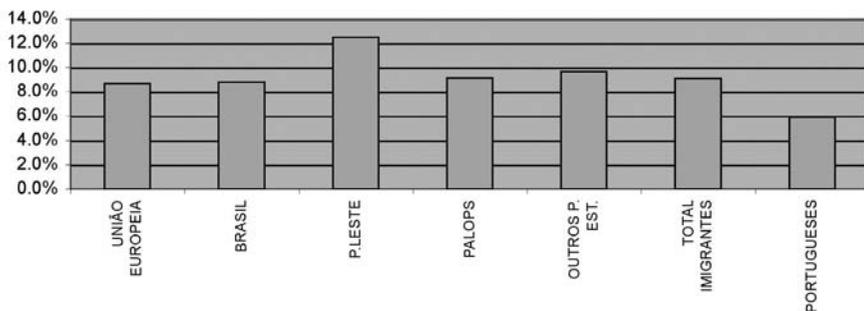


Figura 90. Taxas de desemprego da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, por concelho, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Enquanto que para os portugueses a taxa de desemprego aumentou de 5.9% em 1991 para 6.8% em 2001, a taxa de desemprego dos imigrantes baixou muito substancialmente, de 9.1% para 5.9%, sendo de realçar a descida do desemprego dos imigrantes de países de leste (que passou de 12.5% para 4.7%), dos outros países estrangeiros (que baixou de 9.6% para 5.2%), do Brasil (que baixou de 8.8% para 6.6%), e dos imigrantes da União Europeia (cuja taxa de desemprego baixou de 8.7% para 6%):

TAXA DE DESEMPREGO DOS GRUPOS POPULACIONAIS RESIDENTES NA AMP EM 1991



TAXA DE DESEMPREGO DOS GRUPOS POPULACIONAIS RESIDENTES NA AMP EM 2001

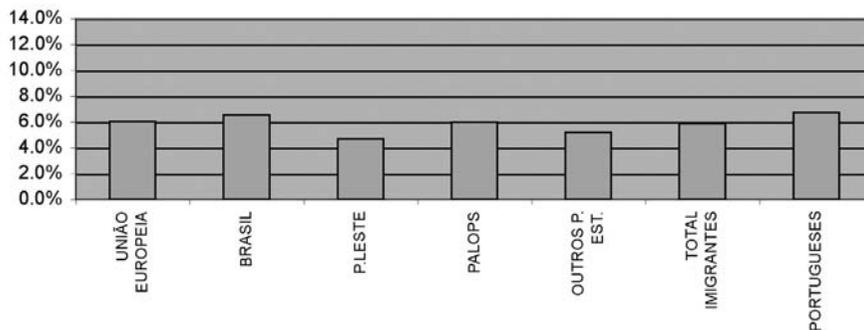
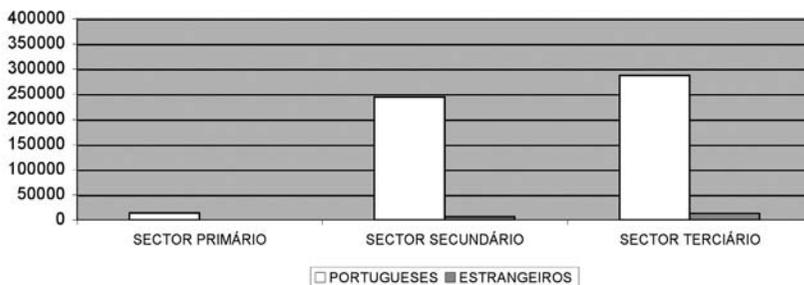


Figura 91. Taxas de desemprego da população activa residente na Área Metropolitana do Porto, por grupos populacionais, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.4.8. EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR SECTOR DE ACTIVIDADE ECONÓMICA NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

A evolução em termos absolutos do emprego total de portugueses e estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, entre 1991 e 2001, mostra que ocorreu um grande aumento do emprego no sector terciário, sendo de destacar o mais acentuado crescimento percentual de imigrantes do que de portugueses neste sector:

DISTRIBUIÇÃO DE PORTUGUESES E ESTRANGEIROS RESIDENTES NA AMP EM 1991 POR SECTOR DE ACTIVIDADE ECONÓMICA



DISTRIBUIÇÃO DE PORTUGUESES E ESTRANGEIROS RESIDENTES NA AMP EM 2001 POR SECTOR DE ACTIVIDADE ECONÓMICA

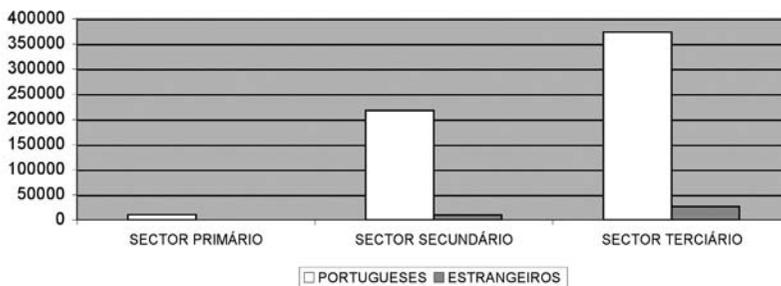


Figura 92. Distribuição da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto por sector de actividade económica, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A evolução ocorrida especificamente a nível da população activa estrangeira, de acordo com os grupos de países de origem evidencia o forte crescimento nos efectivos do sector terciário africanos de expressão oficial portuguesa, de estrangeiros da União Europeia, de outros países estrangeiros, e também do Brasil:

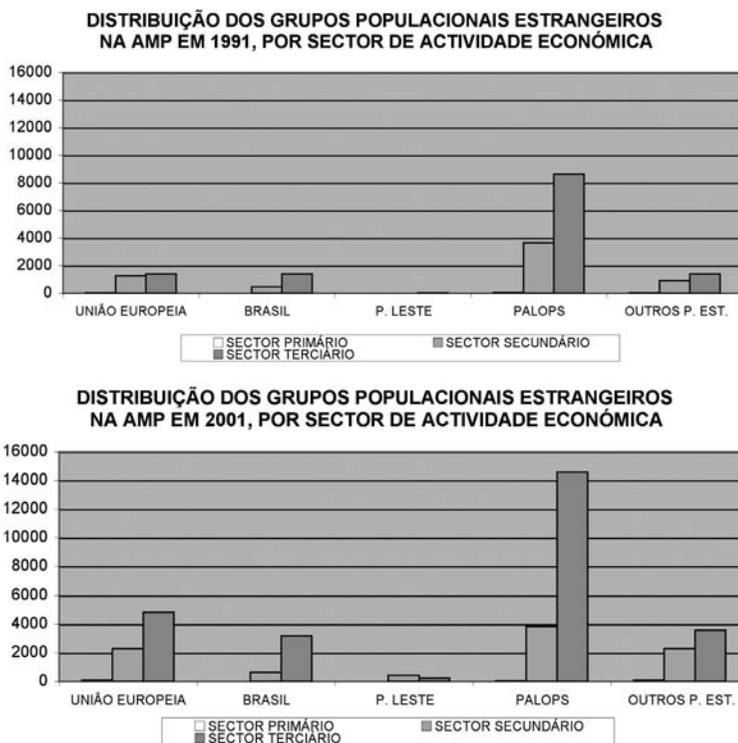
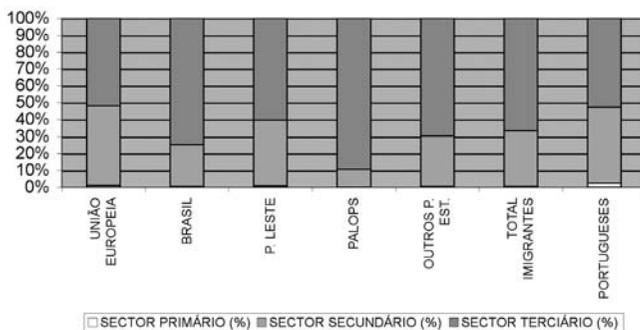


Figura 93. Distribuição da população activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, por sector de actividade económica, de acordo com a naturalidade, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Verifica-se, a partir da análise da evolução da repartição percentual do emprego entre os sectores de actividade económica, que em 2001, 73.1% dos imigrantes trabalhava no sector terciário, 26.3% no sector secundário e 0.6% no sector primário, ao passo que entre os portugueses as percentagens homólogas eram de 62%, 36.2% e 1.8%, respectivamente, correspondendo a um aumento da população activa total no sector terciário e a uma

redução nos sectores secundário e primário. Dos grupos de estrangeiros são os brasileiros aqueles em que é maior a percentagem que trabalha no sector terciário (83.4%), seguindo-se os imigrantes africanos de expressão portuguesa (79.1%), e os dos países da União Europeia (67.1%). Em todos os casos é patente um aumento da representatividade do sector terciário em 2001 relativamente a 1991, e uma redução do peso relativo do sector secundário, à excepção dos imigrantes dos países de leste, de outros países estrangeiros e dos países africanos de língua portuguesa, em que ocorre uma redução percentual do emprego no sector terciário e um aumento no secundário nesta década.

REPARTIÇÃO DOS GRUPOS POPULACIONAIS RESIDENTES NA AMP EM 1991, POR SECTOR DE ACTIVIDADE ECONÓMICA



REPARTIÇÃO DOS GRUPOS POPULACIONAIS RESIDENTES NA AMP EM 2001, POR SECTOR DE ACTIVIDADE ECONÓMICA

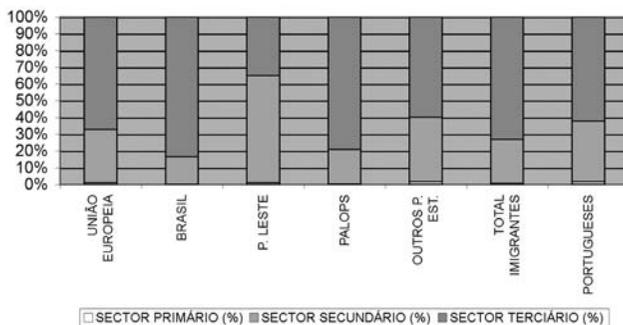


Figura 94. Repartição percentual dos grupos populacionais residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o sector de actividade económica, por naturalidade, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Na Área Metropolitana do Porto, ao longo da década de 90, ocorreu uma redução de 24.5% do emprego dos portugueses no sector primário, uma redução de 10.8% no sector secundário, e um aumento de 29.9% no sector terciário da economia. A evolução do emprego por sectores de actividade económica dos imigrantes foi completamente distinta, tendo-se registado aumentos do seu emprego nos sectores terciário (104.8%), primário (66.2%), e secundário (50.8%):

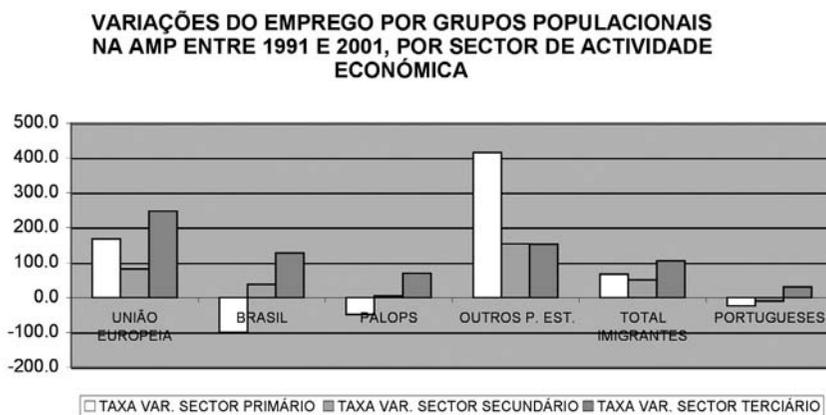


Figura 95. Variações percentuais do emprego dos grupos populacionais residentes na Área Metropolitana do Porto, por sector de actividade económica (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

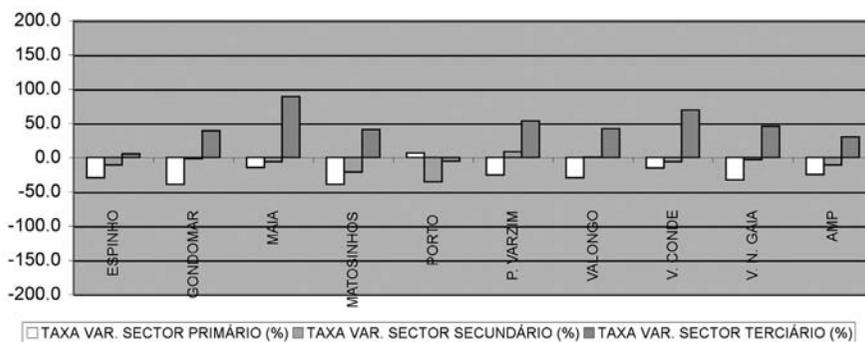
A par da redução de 24.5% do emprego português no sector primário da economia, é entre os brasileiros e os imigrantes dos países africanos de expressão portuguesa que se verifica uma mais forte redução neste sector (100% e 48.6%, respectivamente). Já no que se refere a imigrantes de outros países estrangeiros, o seu emprego no sector primário regista um fortíssimo aumento (415.8%), crescendo também neste sector o emprego dos estrangeiros de países da União Europeia (167.9%).

Embora o sector secundário tenha registado uma redução percentual durante a década a nível dos portugueses, o emprego neste sector aumentou entre os estrangeiros. Os responsáveis por este incremento são essencialmente os imigrantes provenientes de outros países estrangeiros (153.5%), da União Europeia (81.5%), e os brasileiros (37.4%).

O aumento de emprego no sector terciário regista-se, sobretudo, a nível dos imigrantes da União Europeia (247.3%), de outros países estrangeiros (152.6%), e do Brasil (127.4%)³.

As taxas de variação do emprego por sectores de actividade económica para os portugueses e para os estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto revelam que entre os portugueses houve uma redução dos efectivos empregados no sector primário da economia em todos os concelhos (à excepção do Porto), tendo também ocorrido uma variação negativa no sector secundário em todos os concelhos à excepção do da Póvoa de Varzim. Por outro lado, registaram-se aumentos de emprego no sector terciário de portugueses residentes em todos os concelhos, merecendo especial destaque a Maia (89.2%), Vila do Conde (69.5%), e Póvoa de Varzim (53.7%). Entre os estrangeiros ocorreu um substancial aumento do emprego em todos os sectores de actividade económica especialmente do sector terciário, sendo ainda de referir a redução do emprego no sector primário no concelho de Espinho (80%) e o aumento deste sector na Maia (733.3%) e em Gondomar (220%):

VARIAÇÃO DO EMPREGO DOS PORTUGUESES NA AMP ENTRE 1991 E 2001, POR SECTOR DE ACTIVIDADE ECONÓMICA



3 Na análise da evolução do emprego por sectores de actividade económica entre os vários grupos de imigrantes não se consideraram os países de leste devido ao facto de haver um número muito reduzido de imigrantes deste grupo populacional na Área Metropolitana do Porto em 1991.

VARIAÇÃO DO EMPREGO DOS ESTRANGEIROS NA AMP ENTRE 1991 E 2001, POR SECTOR DE ACTIVIDADE ECONÓMICA

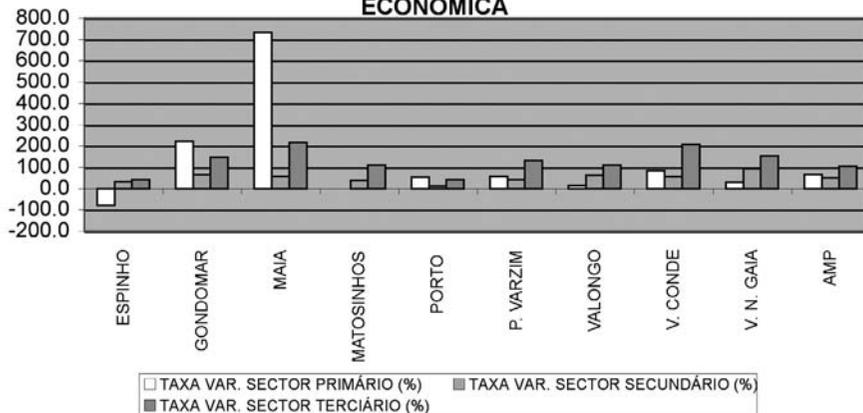
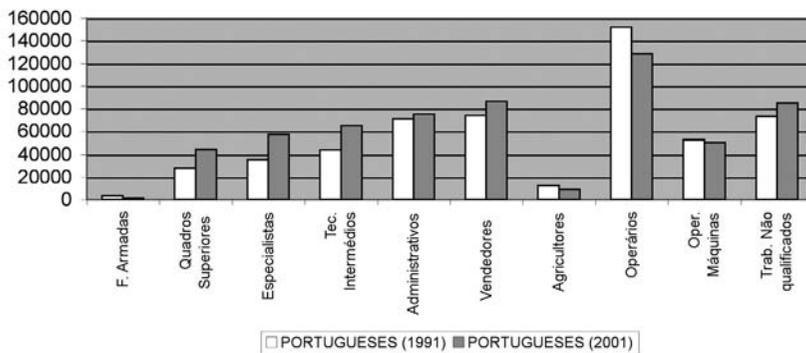


Figura 96. Variações percentuais do emprego dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por sector de actividade económica, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.4.9. EVOLUÇÃO DO EMPREGO POR GRUPOS PROFISSIONAIS DA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

Em termos absolutos, entre 1991 e 2001 houve um aumento do número de imigrantes em todos os grupos profissionais, e entre os portugueses assistiu-se a um crescimento dos grupos profissionais de nível superior (quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas, especialistas das profissões intelectuais e científicas, técnicos e profissionais de nível intermédio, pessoal administrativo e similares, e pessoal dos serviços e vendedores), e a uma redução dos grupos profissionais de nível mais baixo (agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas, operários, artífices e trabalhadores similares, e operadores de instalações e máquinas e trabalhadores de montagem), tendo no entanto aumentado o número de trabalhadores não qualificados:

DISTRIBUIÇÃO DOS PORTUGUESES RESIDENTES NA AMP EM 1991 E EM 2001, POR GRUPO PROFISSIONAL



DISTRIBUIÇÃO DOS ESTRANGEIROS RESIDENTES NA AMP EM 1991 E EM 2001, POR GRUPO PROFISSIONAL

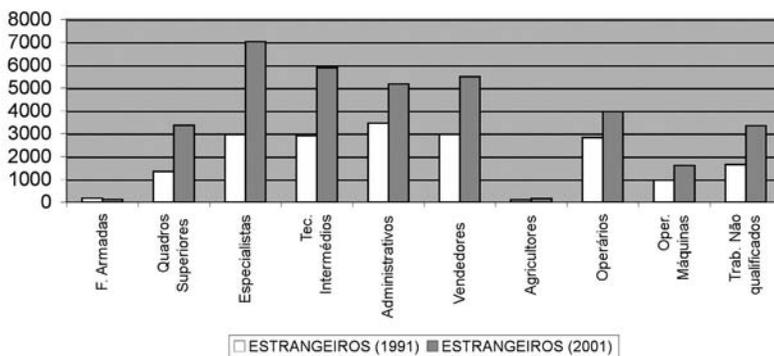
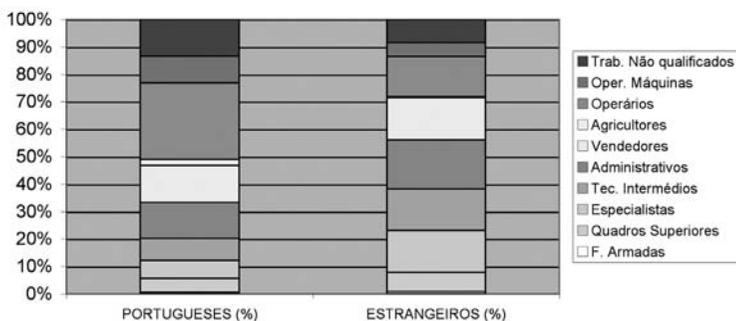


Figura 97. Distribuição da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com os grupos profissionais, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A análise da evolução percentual da composição da população activa portuguesa e estrangeira por grupos profissionais permite concluir que na Área Metropolitana do Porto os estrangeiros posicionam-se predominantemente nos grupos profissionais de estatuto mais elevado, o que já acontecia em 1991, mas que se reforçou ao longo da década. Quanto aos portugueses, ocorreu também uma melhoria no sentido de se

reforçar a representatividade dos quadros superiores, dos especialistas intelectuais e científicos, dos técnicos de nível intermédio, do pessoal administrativo, e do pessoal dos serviços e vendedores (que passaram de 46.2% da população activa portuguesa em 1991 para 54.5% em 2001). É ainda de referir que os operários portugueses viram a sua percentagem reduzida de 27.9% para 21.3%, e os operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem passaram de 9.6% para 8.4%:

REPARTIÇÃO DOS PORTUGUESES E ESTRANGEIROS RESIDENTES NA AMP EM 1991, POR GRUPO PROFISSIONAL



REPARTIÇÃO DOS PORTUGUESES E ESTRANGEIROS RESIDENTES NA AMP EM 2001, POR GRUPO PROFISSIONAL

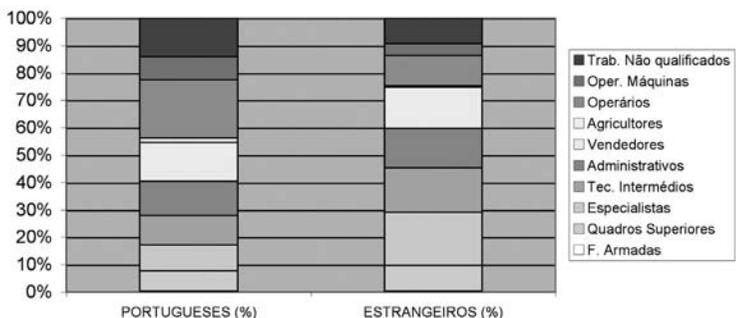


Figura 98. Repartição percentual de acordo com os grupos profissionais, da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A análise mais específica da evolução para os vários grupos de imigrantes mostra, para além de um reforço da totalidade de activos nos diversos grupos profissionais, um aumento substancial dos efectivos a exercerem profissões intelectuais e científicas, que passam a ser dominantes entre os africanos de língua portuguesa, imigrantes da União Europeia, e de outros países estrangeiros. A nível dos imigrantes de países de leste predominam os operários, artífices e trabalhadores similares, seguidos dos trabalhadores não qualificados. O grupo profissional mais representado entre os brasileiros são os vendedores e trabalhadores de serviços, os profissionais intelectuais e científicos, e os técnicos e profissionais de nível intermédio:

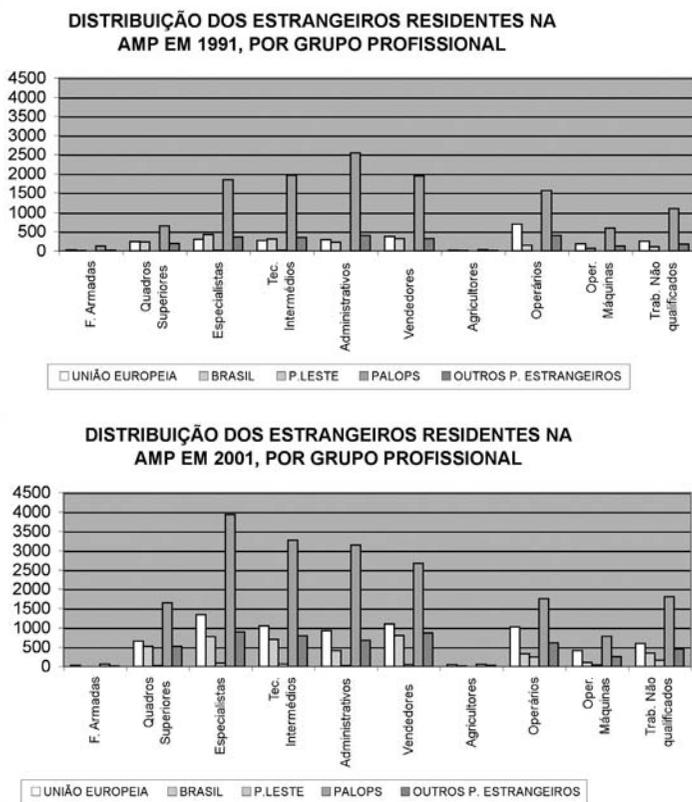
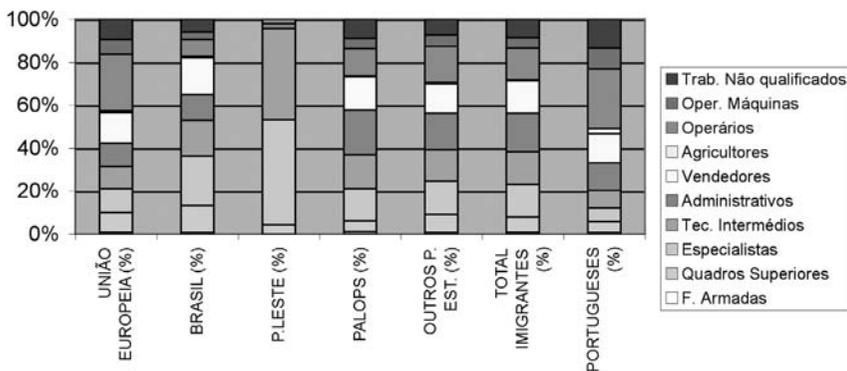


Figura 99. Distribuição da população activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com os grupos profissionais, por naturalidade, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A análise da evolução da composição percentual por grupos profissionais dos portugueses, dos imigrantes considerados globalmente e de cada um dos respectivos grupos, permite concluir que houve uma redução do estatuto profissional médio dos imigrantes de leste, e um reforço dos quadros superiores, das profissões intelectuais e científicas, e dos técnicos e profissionais de nível intermédio de todos os restantes grupos de estrangeiros. Ocorreu ainda uma redução da representatividade dos operários, artífices e trabalhadores similares em todos os grupos (à excepção dos brasileiros, em que se mantiveram, e dos imigrantes de leste, em que este grupo em 2001 passou a representar 35.8% do total, quando em 1991 apenas representava 2.1%). Houve ainda, e para todos os grupos populacionais, uma redução dos operadores de instalações e máquinas e trabalhadores de montagem (à excepção dos imigrantes de leste em que este grupo profissional passou a representar 6.2% em 2001), sendo de destacar os níveis muito elevados de ausência de qualificação entre estes mesmos imigrantes (23.5% do total em 2001):

REPARTIÇÃO DOS ESTRANGEIROS RESIDENTES NA AMP EM 1991, POR GRUPO PROFISSIONAL



REPARTIÇÃO DOS ESTRANGEIROS RESIDENTES NA AMP EM 2001, POR GRUPO PROFISSIONAL

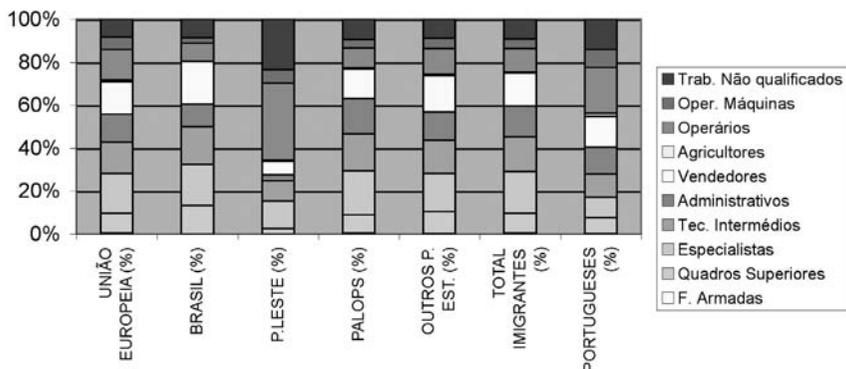
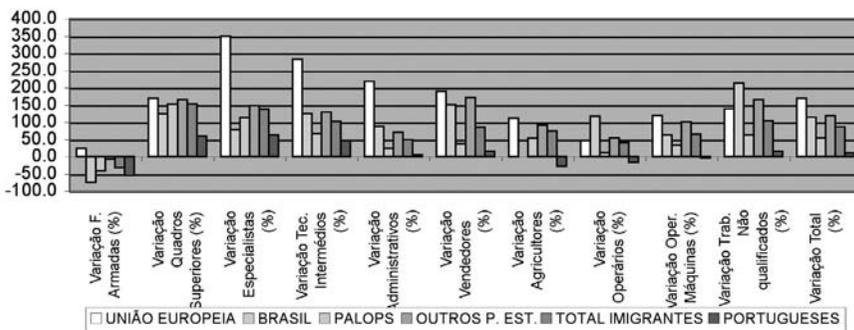


Figura 100. Repartição percentual, dos grupos profissionais, da população activa dos vários grupos populacionais residentes na Área Metropolitana do Porto, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

As variações ocorridas entre 1991 e 2001 nos grupos profissionais, comparativamente entre portugueses e os vários grupos de imigrantes, são patenteadas no seguinte gráfico⁴:

VARIAÇÃO DOS GRUPOS POPULACIONAIS RESIDENTES NA AMP ENTRE 1991 E 2001, POR GRUPO PROFISSIONAL



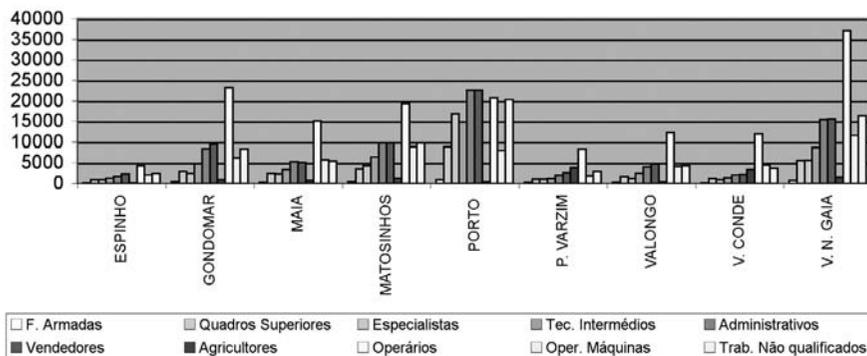
⁴ Excluíram-se os valores referentes aos países de leste pelo facto desta imigração ser praticamente inexistente em 1991

Figura 101. Variações percentuais dos grupos de população activa residentes na Área Metropolitana do Porto, por grupos profissionais, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

As maiores variações a nível dos quadros superiores, das profissões intelectuais e científicas, dos técnicos intermédios, dos trabalhadores administrativos, dos vendedores e trabalhadores de serviços, e dos agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas ocorreu para os imigrantes da União Europeia. Também se registaram elevadas variações nos diversos grupos profissionais para os brasileiros e imigrantes de outros países estrangeiros.

A evolução do número de activos portugueses e estrangeiros em cada grupo profissional por concelho na Área Metropolitana do Porto, entre 1991 e 2001 é patente nos seguintes gráficos em que é de destacar, em termos comparativos, a maior concentração de profissionais intelectuais e científicos, quer portugueses quer estrangeiros, no concelho do Porto:

PORTUGUESES RESIDENTES NA AMP EM 1991, POR CONCELHO E POR GRUPO PROFISSIONAL



PORTUGUESES RESIDENTES NA AMP EM 2001, POR CONCELHO E POR GRUPO PROFISSIONAL

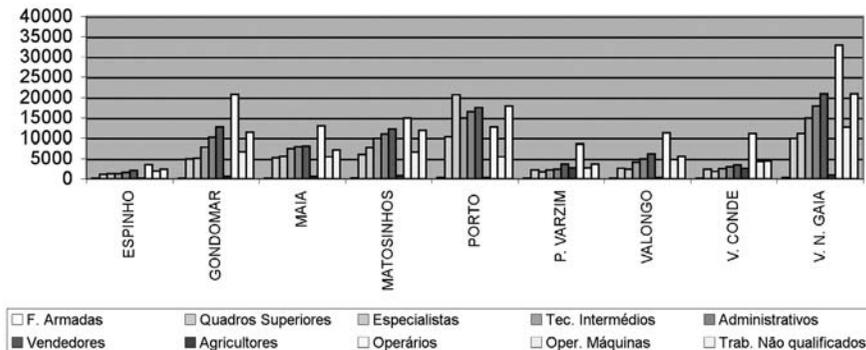
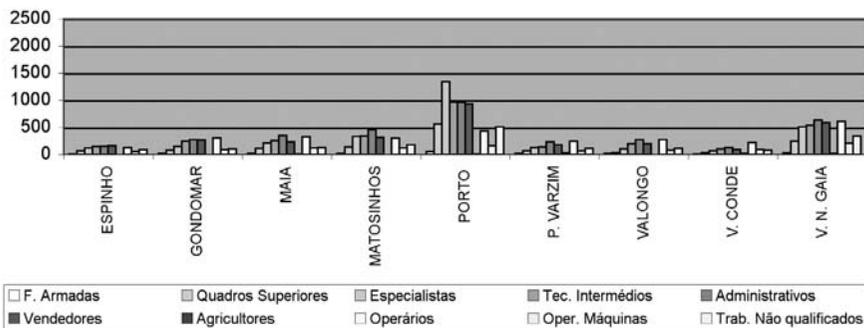


Figura 102. População activa portuguesa residente na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com os grupos profissionais, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A nível dos estrangeiros é ainda mais marcada a concentração no Porto e em Vila Nova de Gaia dos quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores das empresas, dos especialistas das profissões intelectuais e científicas, dos técnicos e profissionais de nível intermédio, do pessoal administrativo e similares, e do pessoal dos serviços e vendedores:

ESTRANGEIROS RESIDENTES NA AMP EM 1991, POR CONCELHO E POR GRUPO PROFISSIONAL



ESTRANGEIROS RESIDENTES NA AMP EM 2001, POR CONCELHO E POR GRUPO PROFISSIONAL

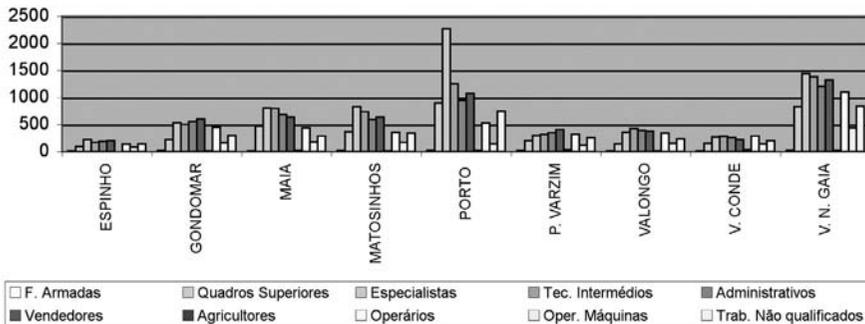
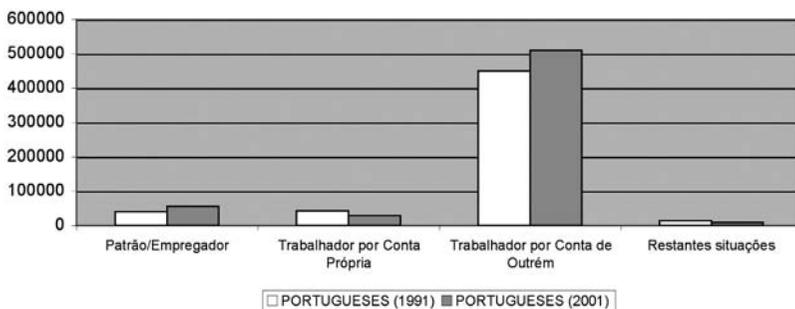


Figura 103. População activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com os grupos profissionais, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.4.10. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO PROFISSIONAL NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

A evolução da situação profissional permite constatar na década de 90, quer a nível dos portugueses quer a nível dos imigrantes, um aumento do total de trabalhadores por conta de outrém e também dos patrões e empregadores:

DISTRIBUIÇÃO DE PORTUGUESES RESIDENTES NA AMP EM 1991 E EM 2001, POR SITUAÇÃO PROFISSIONAL



DISTRIBUIÇÃO DE ESTRANGEIROS RESIDENTES NA AMP EM 1991 E EM 2001, POR SITUAÇÃO PROFISSIONAL

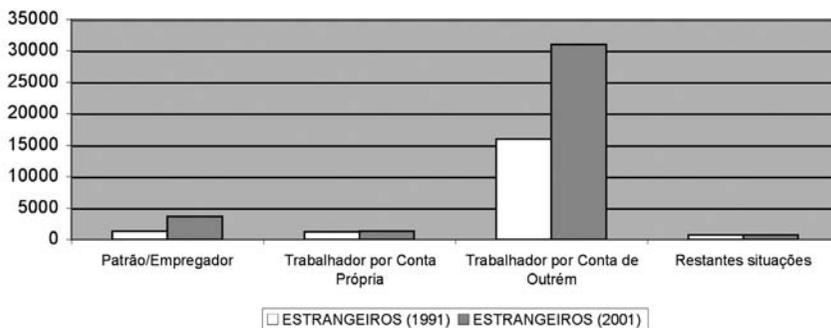
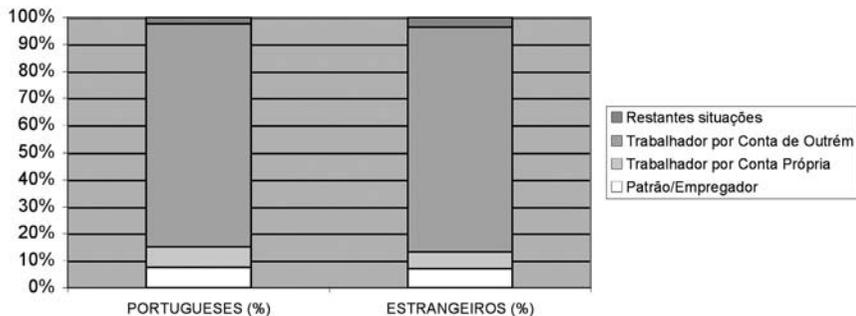


Figura 104. Evolução da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a situação profissional, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Em termos de estrutura percentual da situação profissional de portugueses e de estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, e respectiva evolução entre 1991 e 2001, não se registam diferenças significativas entre portugueses e estrangeiros (nem em 1991 nem em 2001), sendo de referir que entre os portugueses, os trabalhadores por conta de outrém passaram de 82.3% para 84.6%, e entre os estrangeiros aumentaram de 83% para 84.3%. Ocorreu uma redução de trabalhadores por conta própria (entre os portugueses passaram de 7.7% para 4.7%, e entre os estrangeiros de 6.3% para 3.7%), e um aumento dos patrões/empregadores (a respectiva percentagem entre os portugueses aumentou de 7.5% para 9.2%, e entre os estrangeiros de 6.9% para 10.1%). É, ainda, de referir a maior percentagem de patrões estrangeiros do que de portugueses, embora a diferença percentual seja pequena:

REPARTIÇÃO DE PORTUGUESES E ESTRANGEIROS RESIDENTES NA AMP EM 1991, POR SITUAÇÃO PROFISSIONAL



REPARTIÇÃO DE PORTUGUESES E ESTRANGEIROS RESIDENTES NA AMP EM 2001, POR SITUAÇÃO PROFISSIONAL

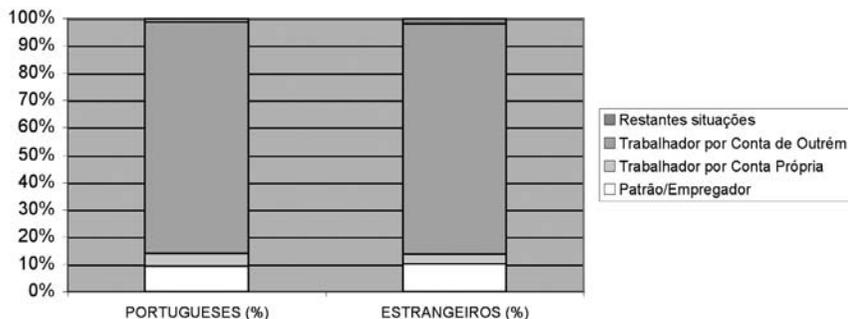
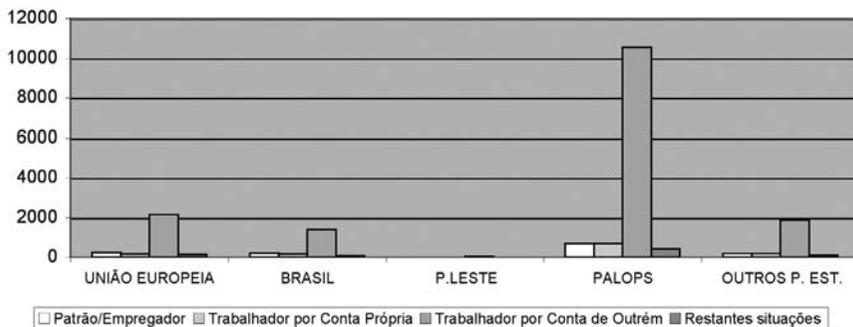


Figura 105. Repartição percentual de acordo com a situação profissional, da população activa portuguesa e estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A análise mais específica centrada nos vários grupos de imigrantes, mostra a seguinte evolução do total de activos em cada situação profissional, que confirma a tendência já detectada:

DISTRIBUIÇÃO DOS GRUPOS POPULACIONAIS ESTRANGEIROS RESIDENTES NA AMP EM 1991, POR SITUAÇÃO PROFISSIONAL



DISTRIBUIÇÃO DOS GRUPOS POPULACIONAIS ESTRANGEIROS RESIDENTES NA AMP EM 2001, POR SITUAÇÃO PROFISSIONAL

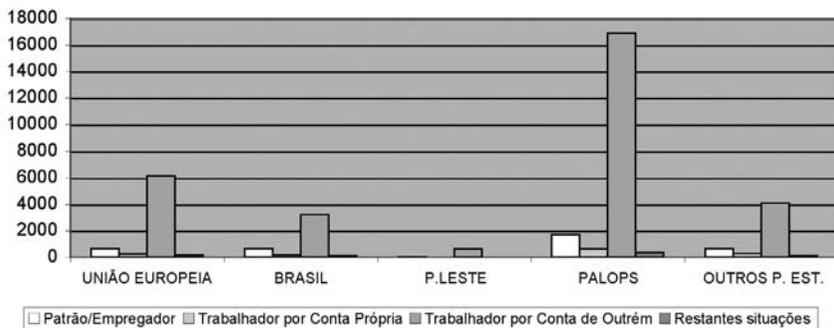
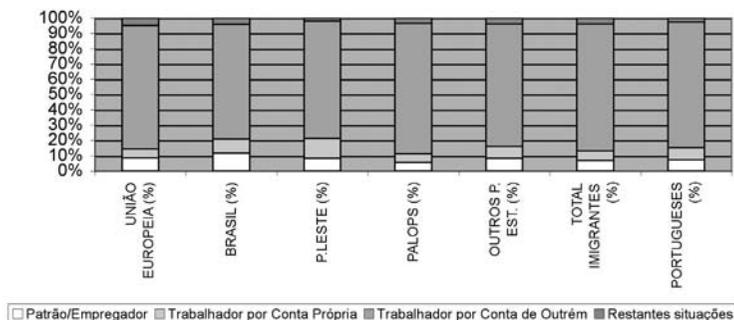


Figura 106. População activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a situação profissional, por nacionalidade, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Em termos da evolução da composição percentual dos vários grupos de imigrantes e dos portugueses verifica-se, conforme já tinha sido referido, o crescimento dos trabalhadores por conta de outrém e dos patrões em todos os grupos populacionais (à excepção dos trabalhadores por conta de outrém de outros países estrangeiros e dos patrões dos paí-

ses de leste). É ainda de referir que são os brasileiros aqueles em que é mais elevada a percentagem de patrões (15.6% em 2001, reforçando a tendência já detectada em 1991), seguindo-se os imigrantes de outros países estrangeiros (com uma percentagem de 12.8% nesta situação profissional), e dos imigrantes de países da União Europeia (9.3%). São ainda de destacar os 92.9% de trabalhadores por conta de outrém dentro do grupo dos imigrantes de leste (em que é mais elevada a percentagem deste tipo de situação profissional), contrariamente ao que acontecia uma década atrás, em que apenas 76,6% destes imigrantes trabalhavam por conta de outrém:

REPARTIÇÃO DOS GRUPOS POPULACIONAIS RESIDENTES NA AMP EM 1991, POR SITUAÇÃO PROFISSIONAL



REPARTIÇÃO DOS GRUPOS POPULACIONAIS RESIDENTES NA AMP EM 2001, POR SITUAÇÃO PROFISSIONAL

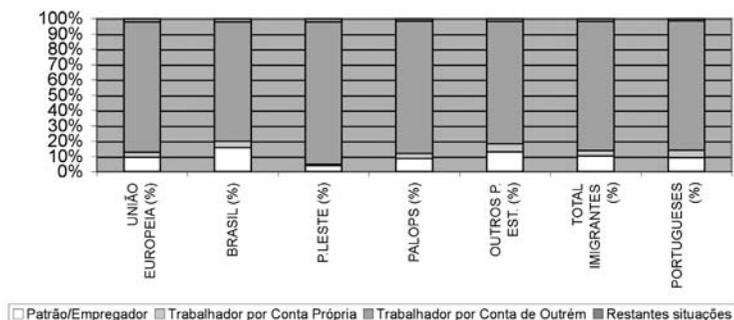


Figura 107. Repartição percentual de acordo com a situação profissional, da população activa dos vários grupos populacionais residentes na Área Metropolitana do Porto, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

É a nível dos países de leste que se detectam as maiores variações percentuais da situação profissional durante a década (o que era, aliás, de esperar atendendo a que a imigração de leste em 1991 era muito reduzida), constatando-se que as maiores taxas de crescimento para todos os restantes grupos populacionais ocorrem a nível dos patrões/empregadores, seguindo-se variações, muito próximas em todos os grupos, dos trabalhadores por conta de outrém e dos trabalhadores por conta própria:

VARIAÇÃO DOS GRUPOS POPULACIONAIS RESIDENTES NA AMP ENTRE 1991 E 2001, POR SITUAÇÃO

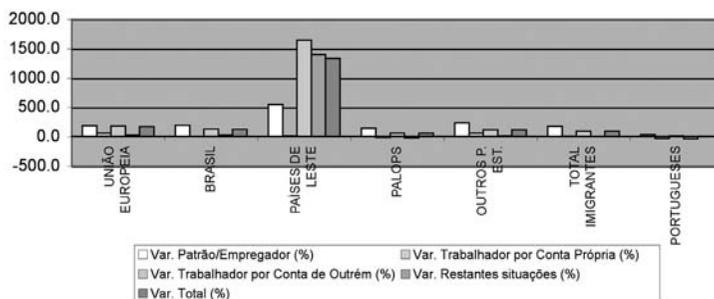
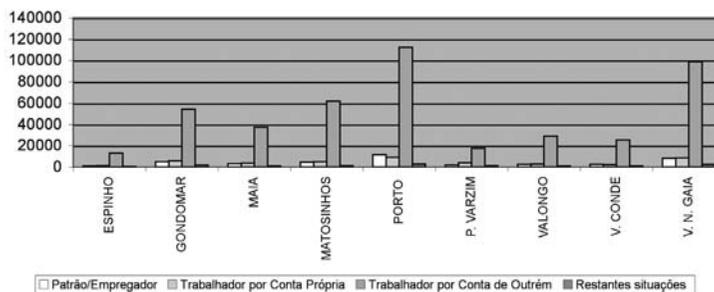


Figura 108. Variações percentuais dos grupos de população activa residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a situação profissional, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A repartição da situação profissional dos portugueses, para os vários concelhos da Área Metropolitana do Porto apresentou, em termos absolutos, a seguinte evolução:

PORTUGUESES RESIDENTES NA AMP EM 1991, POR SITUAÇÃO PROFSSIONAL, POR CONCELHO



PORTUGUESES RESIDENTES NA AMP EM 2001, POR SITUAÇÃO PROFISSIONAL, POR CONCELHO

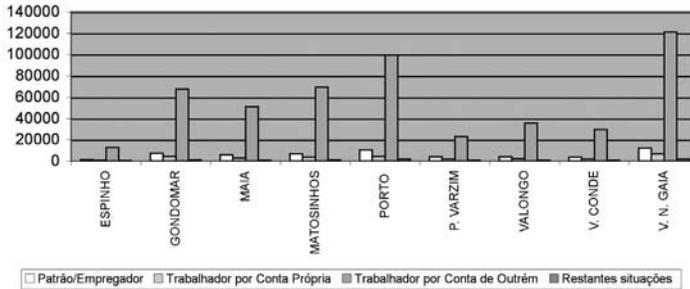
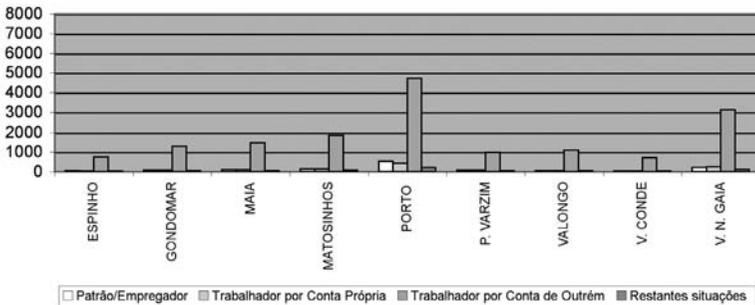


Figura 109. População activa portuguesa residente na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a situação profissional, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Para os estrangeiros, a evolução correspondente é apresentada seguidamente, sendo de realçar o forte aumento dos trabalhadores por conta de outrém em todos os concelhos mas, sobretudo, nos de Vila Nova de Gaia e do Porto:

ESTRANGEIROS RESIDENTES NA AMP EM 1991, POR SITUAÇÃO PROFISSIONAL, POR CONCELHO



ESTRANGEIROS RESIDENTES NA AMP EM 2001, POR SITUAÇÃO PROFISSIONAL, POR CONCELHO

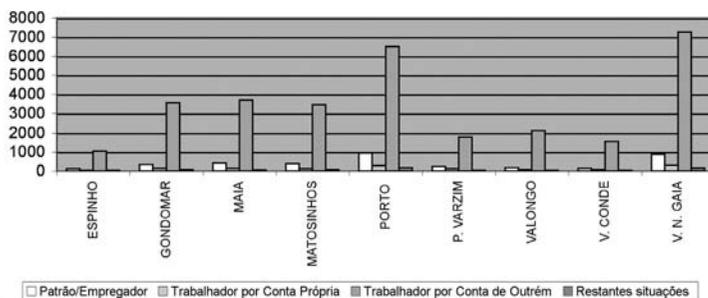
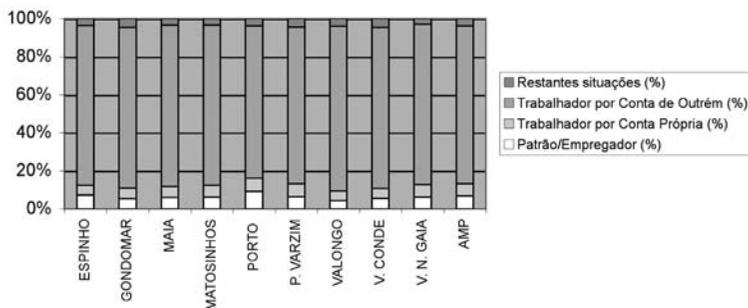


Figura 110. População activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a situação profissional, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Em termos de repartição da população activa estrangeira entre os diversos concelhos, é importante referir o aumento percentual dos patrões no concelho do Porto (que passam de 9.1% em 1991 para 12% em 2001), e em Vila Nova de Gaia (em que as correspondentes percentagens são de 6.2 e 10.2%), e o aumento dos trabalhadores por conta de outrém nos mesmos concelhos (de 79.7% para 82.1% e de 84.2% para 84.3%, respectivamente):

REPARTIÇÃO DOS ESTRANGEIROS RESIDENTES NA AMP EM 1991, POR SITUAÇÃO PROFISSIONAL, POR CONCELHO



**REPARTIÇÃO DOS ESTRANGEIROS RESIDENTES NA AMP EM
2001, POR SITUAÇÃO PROFISSIONAL, POR CONCELHO**

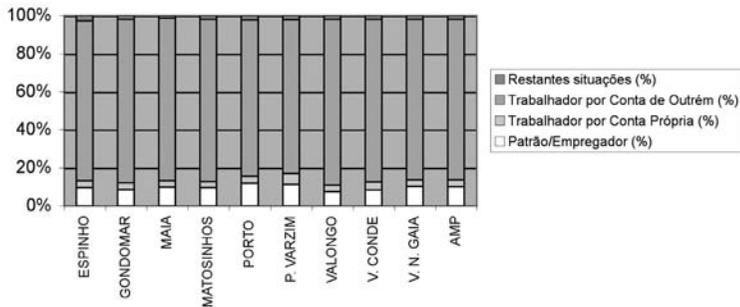


Figura 111. Repartição percentual, de acordo com a situação profissional, da população activa estrangeira residente na Área Metropolitana do Porto, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.5. CARACTERIZAÇÃO DA EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO HABITACIONAL NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

3.5.1. EVOLUÇÃO DO TIPO DE EDIFÍCIOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

O número total de edifícios, de acordo com o tipo (clássico ou outro) em que se localizam os alojamentos de portugueses e de estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, em 1991 e 2001, e a respectiva variação evidenciam não só um grande crescimento dos edifícios de alojamento de imigrantes de leste (reflectindo o reforço deste fluxo migratório durante a década de 90), como ainda o aumento da expressão dos edifícios não clássicos entre os imigrantes africanos de expressão portuguesa:

GRUPOS POPULACIONAIS		UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS PAÍSES ESTRANGEIROS	TOTAL IMIGRANTES	PORTUGUESES
1991	CLÁSSICO	1253	1225	29	4409	797	7713	331609
	OUTRO	5	2	1	11	2	21	1441
	TOTAL	1258	1227	30	4420	799	7734	333050
2001	CLÁSSICO	3500	2294	241	9816	1997	17848	405054
	OUTRO	8	1	6	28	3	46	1813
	TOTAL	3508	2295	247	9844	2000	17894	406867
VARIACÃO 1991 - 2001	CLÁSSICO (%)	179.3	87.3	731.0	122.6	150.6	131.4	22.1
	OUTRO (%)	60.0	-50.0	500.0	154.5	50.0	119.0	25.8
	TOTAL (%)	178.9	87.0	723.3	122.7	150.3	131.4	22.2

Tabela 95. Número total de edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o tipo, em 1991 e em 2001, e respectiva variação (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A variação da composição percentual dos edifícios, de acordo com o tipo, para os diversos grupos populacionais mostra que são aqueles em que se localizam os alojamentos dos imigrantes de países de leste que exibem uma situação de maior desvantagem relativamente aos restantes, já que em 2001 2.4% do seu total corresponde a edifícios não clássicos (embora tenha ocorrido uma melhoria relativamente a 1991, em que estes representavam 3.3% do respectivo grupo):

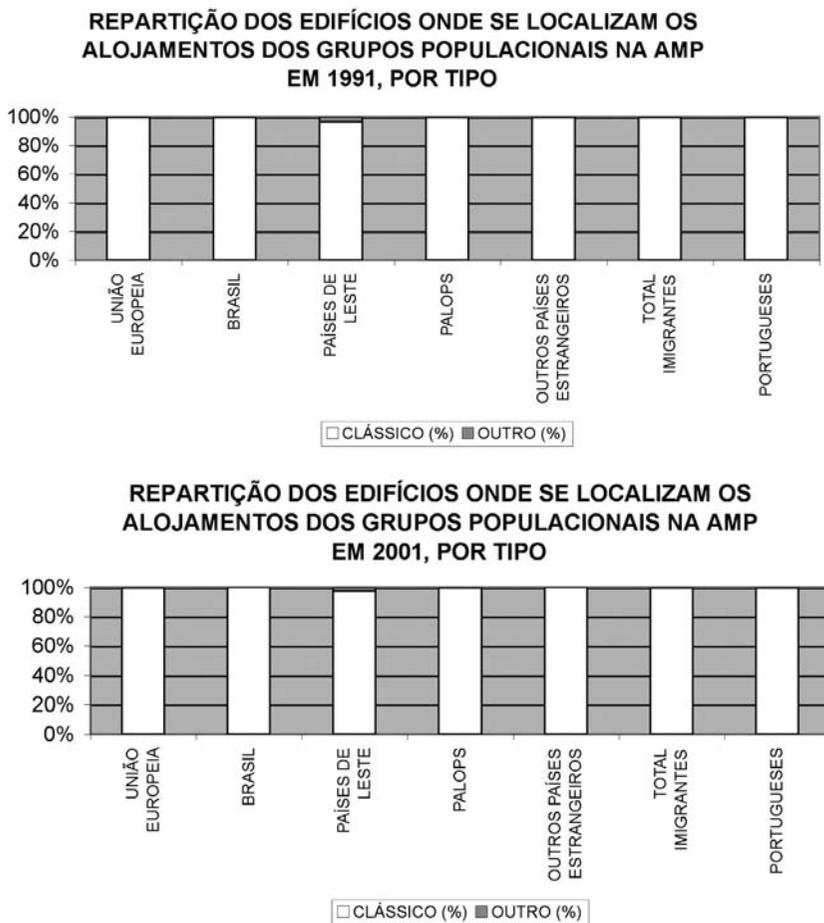
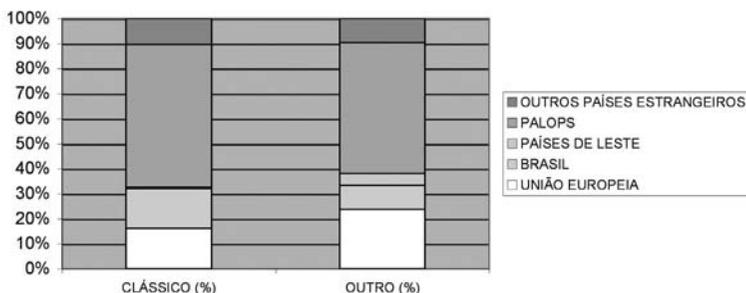


Figura 112. Repartição percentual dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos grupos populacionais residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o tipo, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A evolução da composição percentual do tipo de edifícios onde se localizam os alojamentos de estrangeiros, por naturalidade do titular, revela uma redução nos edifícios clássicos de brasileiros e de imigrantes de países africanos de língua portuguesa (passam de 15.9% para 12.9%, e de 57.2% para 55%, respectivamente), e um agravamento de outros tipos de construção a nível dos imigrantes africanos de expressão portuguesa (sobem de 52.4% do total destes alojamentos em 1991 para 60.9% em 2001), e dos países de leste (em que esta percentagem aumenta de 4.8% para 13%).

REPARTIÇÃO DOS EDIFÍCIOS ONDE SE LOCALIZAM OS ALOJAMENTOS DOS GRUPOS POPULACIONAIS ESTRANGEIROS NA AMP EM 1991, POR TIPO



REPARTIÇÃO DOS EDIFÍCIOS ONDE SE LOCALIZAM OS ALOJAMENTOS DOS GRUPOS POPULACIONAIS ESTRANGEIROS NA AMP EM 2001, POR TIPO

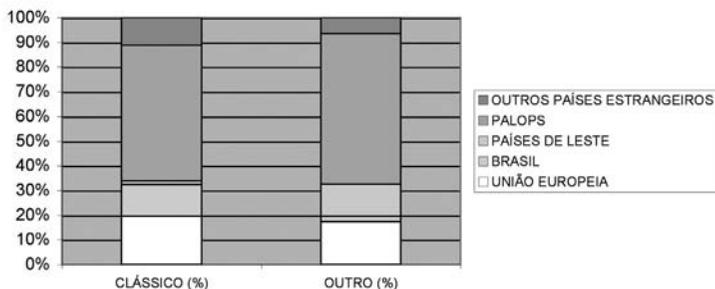


Figura 113. Repartição percentual dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por tipo de edifícios, de acordo com a naturalidade do titular do alojamento, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

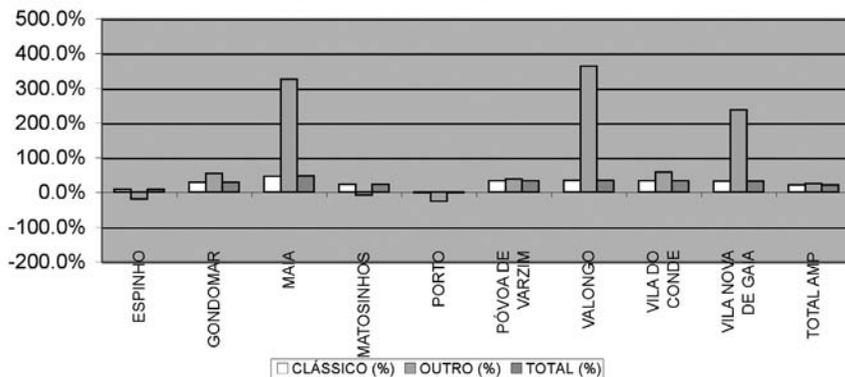
A repartição da totalidade dos edifícios por concelhos, para portugueses e para estrangeiros, é a seguinte:

CONCELHO/ANO/TIPO DE EDIFÍCIO		ESPINHO	GONDOMAR	MAIA	MATOSINHOS	PORTO	PÓVOA DE VARZIM	VALONGO	VILA DO CONDE	VILA NOVA DE GAIA	TOTAL AMP	
PORTUGUESES	1991	CLÁSSICO	9727	40234	25722	43908	91735	13607	19749	15995	70932	331609
		OUTRO	51	111	40	383	646	31	19	43	117	1441
		TOTAL	9778	40345	25762	44291	92381	13638	19768	16038	71049	333050
	2001	CLÁSSICO	10560	52177	37790	53906	91385	18084	26518	21287	93347	405054
		OUTRO	41	172	170	357	478	43	88	68	396	1813
		TOTAL	10601	52349	37960	54263	91863	18127	26606	21355	93743	406867
ESTRANGEIROS	1991	CLÁSSICO	346	509	558	888	3044	372	408	212	1434	7771
		OUTRO	1	9	1	1	28	1	1	1	3	465
		TOTAL	346	518	558	888	3072	373	408	213	1437	7813
	2001	CLÁSSICO	534	1537	2009	2050	4790	910	1116	777	4125	17848
		OUTRO	1	0	9	9	19	0	4	1	3	46
		TOTAL	535	1537	2018	2059	4809	910	1120	778	4128	17894

Tabela 96. Número total de edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com o tipo de edifício, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

As variações percentuais do número total de edifícios onde se localizam os alojamentos entre os dois anos em estudo mostram que, entre os portugueses é na Maia que se registam as maiores variações (47.3%), ao passo que entre os estrangeiros elas ocorrem em Vila do Conde (265.3%), Maia (261.6%) e Gondomar (196.7%) :

VARIAÇÃO DO TIPO DE EDIFÍCIOS EM QUE SE LOCALIZAM OS ALOJAMENTOS DOS PORTUGUESES NA AMP ENTRE 1991 E 2001, POR CONCELHO



VARIAÇÃO DO TIPO DE EDIFÍCIOS EM QUE SE LOCALIZAM OS ALOJAMENTOS DOS ESTRANGEIROS NA AMP ENTRE 1991 E 2001, POR CONCELHO

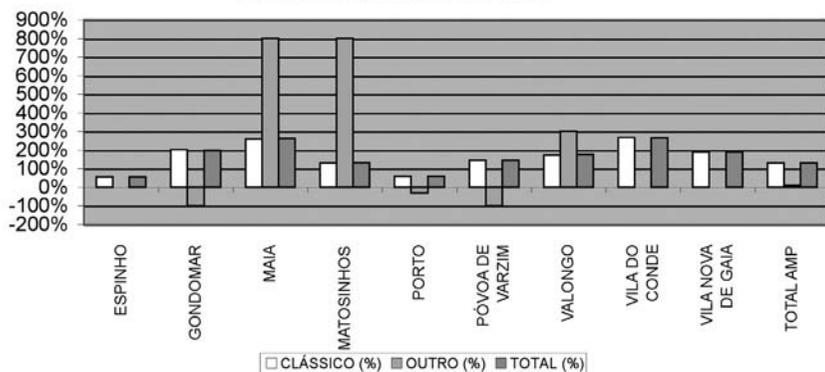


Figura 114. Variações percentuais dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o tipo de edifício, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.5.2. EVOLUÇÃO DO TIPO DE UTILIZAÇÃO DOS EDIFÍCIOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

Na Área Metropolitana do Porto, os valores observados em 1991 e 2001 para os tipos de utilização dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros por grandes grupos de países de origem, e as respectivas variações, mostram que, à excepção dos países de leste (em que se verificou um forte aumento dos edifícios exclusivamente residenciais), nos outros conjuntos de imigrantes e entre os portugueses o maior acréscimo ocorreu nos edifícios principalmente residenciais, seguindo-se-lhes os edifícios exclusivamente residenciais:

GRUPOS POPULACIONAIS		UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS PAÍSES ESTRANGEIROS	TOTAL IMIGRANTES	PORTUGUESES
1991	EXCLUS. RESIDENCIAL	1005	943	19	3490	613	6070	290590
	PRINC. RESIDENCIAL	233	274	9	887	178	1581	39109
	PRINC. NÃO RESIDENCIAL	15	8	1	32	6	62	1910
	TOTAL	1253	1225	29	4409	797	7713	331609
2001	EXCLUS. RESIDENCIAL	2569	1669	213	7190	1611	13252	340685
	PRINC. RESIDENCIAL	831	629	79	2334	531	4404	63052
	PRINC. NÃO RESIDENCIAL	23	9	1	36	10	79	1317
	TOTAL	3423	2307	293	9560	2152	17735	405054
VARIAÇÃO 1991 - 2001	EXCLUS. RESIDENCIAL (%)	155.6	77.0	1021.1	106.0	162.8	118.3	17.2
	PRINC. RESIDENCIAL (%)	256.7	129.6	777.8	163.1	198.3	178.6	61.2
	PRINC. NÃO RESIDENCIAL (%)	53.3	12.5	0.0	12.5	66.7	27.4	-31.0
	TOTAL (%)	173.2	88.3	910.3	116.8	170.0	129.9	22.1

Tabela 97. Número total de edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o tipo de utilização, em 1991 e em 2001, e respectiva variação (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A evolução da composição percentual dos edifícios entre os vários tipos de utilizações, para os diversos grupos populacionais entre 1991 e 2001 evidencia que são muito reduzidas as percentagens correspondentes à ocupação de edifícios principalmente não residenciais com alojamentos, havendo ao longo da década uma tendência para o aumento da representatividade dos edifícios principalmente residenciais. É de referir que apenas os imigrantes dos países de leste aumentaram o peso relativo de alojamentos em edifícios exclusivamente residenciais (passaram de 65.5% do total de edifícios dos alojamentos deste grupo em 1991 para 72.7% em 2001):

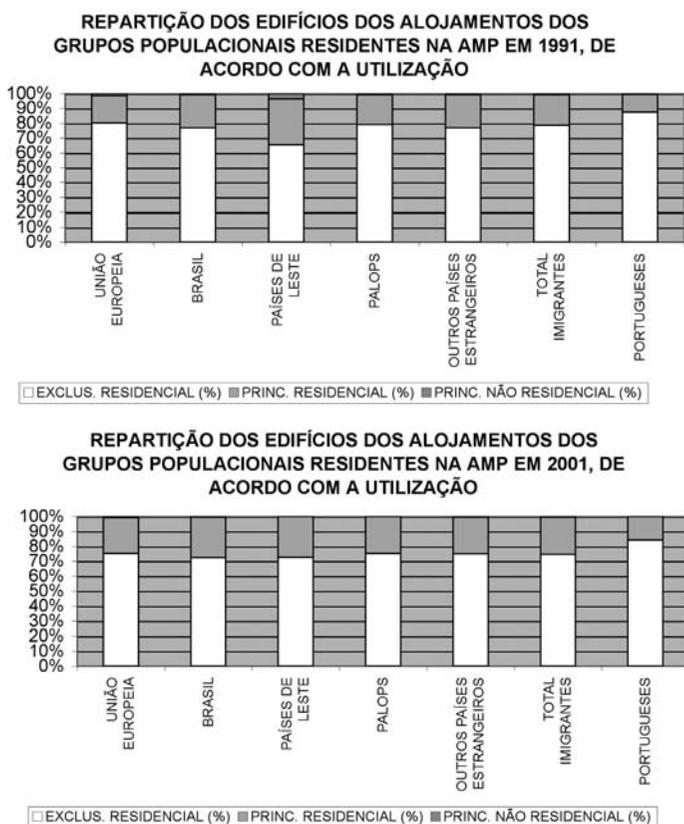
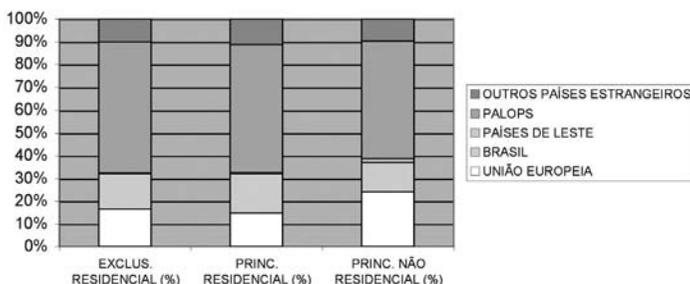


Figura 115. Repartição percentual dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por tipo de utilização, de acordo com a naturalidade do titular do alojamento, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

As variações percentuais ocorridas entre 1991 e 2001 nos tipos de utilizações dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos estrangeiros, de acordo com a naturalidade, revelam um aumento na utilização dos vários tipos de edifícios pelos imigrantes da União Europeia, dos países de leste e de outros países estrangeiros, e uma redução da representatividade dos edifícios onde estão localizados os alojamentos dos estrangeiros provenientes dos países africanos de língua portuguesa e do Brasil:

REPARTIÇÃO DOS EDIFÍCIOS DE ESTRANGEIROS POR TIPO DE UTILIZAÇÃO, ENTRE OS GRUPOS POPULACIONAIS RESIDENTES NA AMP EM 1991



REPARTIÇÃO DOS EDIFÍCIOS DE ESTRANGEIROS POR TIPO DE UTILIZAÇÃO, ENTRE OS GRUPOS POPULACIONAIS RESIDENTES NA AMP EM 2001

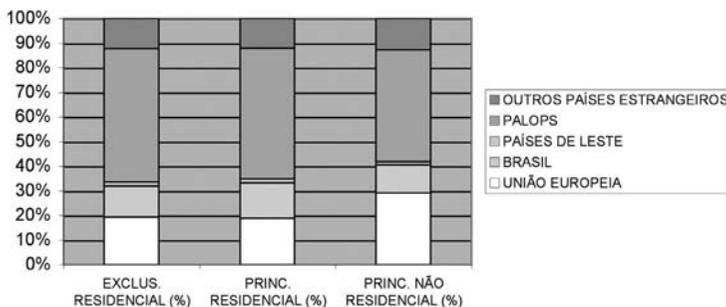


Figura 116. Repartição percentual dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por tipo de utilização, de acordo com a naturalidade do titular do alojamento, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Passando à análise por concelhos, os valores referentes aos tipos de utilização dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros em 1991 e 2001 foram os que constam na seguinte tabela:

CONCELHO/ANO/GRUPO/TIPO DE EDIFÍCIO		ESPINHO	GONDOMAR	MAIA	MATOSINHOS	PORTO	PÓVOA DE VARZIM	VALONGO	VILA DO CONDE	VILA NOVA DE GAIA	TOTAL AMP	
PORTUGUESES	1991	EXCLUSIVAMENTE RESIDENCIAL	8654	36508	23493	39133	75323	11783	17356	14398	63942	290590
		PRINCIPALMENTE RESIDENCIAL	1041	3594	2153	4657	15424	1752	2334	1472	6682	39109
		PRINCIPALMENTE NÃO RESIDENCIAL	32	132	76	118	988	72	59	125	308	1910
		TOTAL	9727	40234	25722	43908	91735	13607	19749	15995	70932	331609
	2001	EXCLUSIVAMENTE RESIDENCIAL	8679	44841	30876	45341	73529	14556	22636	18733	81494	340685
		PRINCIPALMENTE RESIDENCIAL	1860	7243	6829	8466	17314	3463	3750	2490	11637	63052
		PRINCIPALMENTE NÃO RESIDENCIAL	21	93	85	99	542	65	132	64	216	1317
		TOTAL	10560	52177	37790	53906	91385	18084	26518	21287	93347	405054
ESTRANGEIROS	1991	EXCLUSIVAMENTE RESIDENCIAL	293	431	460	700	2252	270	336	185	1183	6110
		PRINCIPALMENTE RESIDENCIAL	50	77	94	187	755	99	68	25	244	1599
		PRINCIPALMENTE NÃO RESIDENCIAL	3	1	4	1	37	3	4	2	7	62
		TOTAL	346	509	558	888	3044	372	408	212	1434	7771
	2001	EXCLUSIVAMENTE RESIDENCIAL	391	1219	1355	1533	3425	610	909	643	3249	13334
		PRINCIPALMENTE RESIDENCIAL	143	316	647	513	1325	296	200	133	862	4435
		PRINCIPALMENTE NÃO RESIDENCIAL	0	2	7	4	40	4	7	1	14	79
		TOTAL	534	1537	2009	2050	4790	910	1116	777	4125	17848

Tabela 98. Número total de edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com o tipo de utilização, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

As tendências observadas quer para os portugueses quer para os estrangeiros no tipo de utilização dos edifícios onde se localizam os respectivos alojamentos são semelhantes para os diversos concelhos da Área Metropolitana do Porto. É de notar o enorme crescimento da ocupação de edifícios principalmente residenciais no concelho da Maia (588.3% por estrangeiros e 217.2% por portugueses), e a ocorrência no concelho de Matosinhos de um aumento da ocupação de edifícios principalmente não residenciais por estrangeiros (300%), contrariamente ao que aconteceu com os portugueses (redução de16,15%):

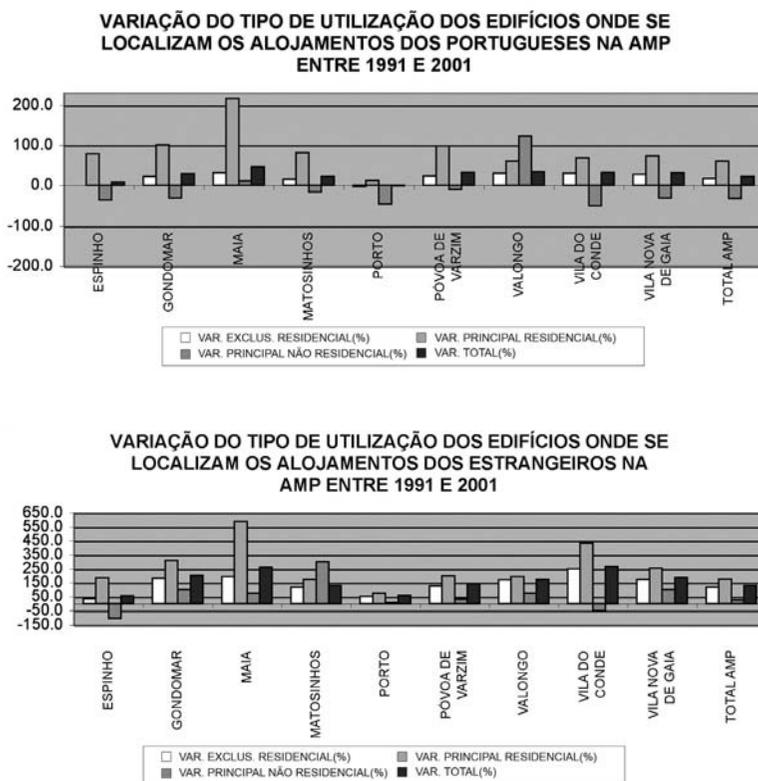
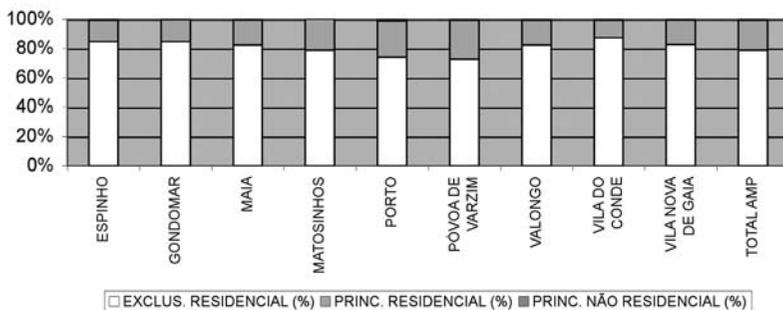


Figura 117. Variações percentuais do número de edifícios onde se localizam os alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o tipo de utilização, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A tendência de evolução dos edifícios onde se localizam os alojamentos da população estrangeira, revelada ao longo da década de 90, aponta no sentido de uma redução, em todos os concelhos, da ocupação dos que são exclusivamente residenciais e de um aumento da ocupação dos que são principalmente residenciais, o que é especialmente patente nos concelhos da Póvoa de Varzim (em que esta percentagem sobe de 26.6% para 32.5%), Maia (sobe de 16.8% para 32.2%) e Porto (sobe de 24.8% para 27.7%):

REPARTIÇÃO DOS EDIFÍCIOS ONDE SE LOCALIZAM OS ALOJAMENTOS DOS ESTRANGEIROS NA AMP EM 1991, POR CONCELHO



REPARTIÇÃO DOS EDIFÍCIOS ONDE SE LOCALIZAM OS ALOJAMENTOS DOS ESTRANGEIROS NA AMP EM 2001, POR CONCELHO

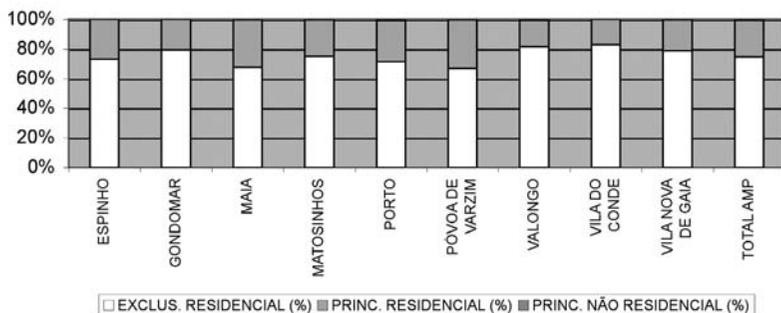


Figura 118. Repartição percentual dos edifícios onde se localizam os alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com o tipo de utilização, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.5.3. EVOLUÇÃO DO TIPO DE ALOJAMENTOS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

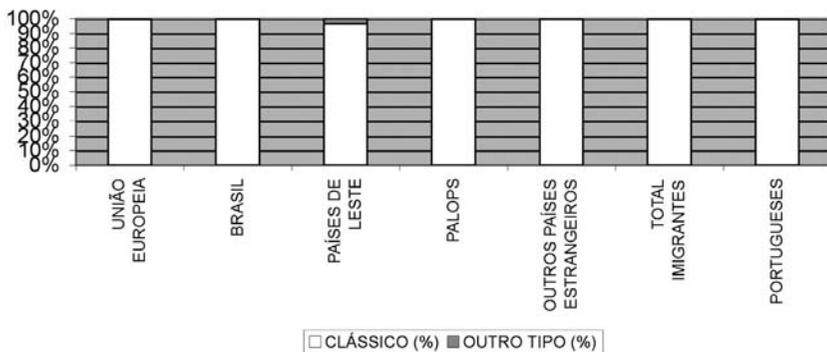
Os valores correspondentes aos tipos de alojamentos em 1991 e 2001 quer de portugueses quer de cada um dos grupos de estrangeiros em análise, e a respectiva variação, sistematizam-se seguidamente:

GRUPOS POPULACIONAIS		UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS PAÍSES ESTRANGEIROS	TOTAL IMIGRANTES	PORTUGUESES
1991	CLÁSSICO	1251	1225	29	4402	797	7704	331139
	OUTRO TIPO	7	2	1	18	2	30	1911
	TOTAL	1258	1227	30	4420	799	7734	333050
2001	CLÁSSICO	3496	2291	235	9795	1991	17808	403618
	OUTRO TIPO	12	4	12	49	10	87	3249
	TOTAL	3508	2295	247	9844	2001	17895	406867
VARIAÇÃO 1991 - 2001	CLÁSSICO (%)	179.5	87.0	710.3	122.5	149.8	131.2	21.9
	OUTRO TIPO (%)	71.4	100.0	1100.0	172.2	400.0	190.0	70.0
	TOTAL (%)	178.9	87.0	723.3	122.7	150.4	131.4	22.2

Tabela 99. Número total de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por tipo, de acordo com a nacionalidade do respectivo titular, em 1991 e em 2001, e respectiva variação (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A variação da estrutura percentual dos alojamentos de acordo com o tipo para os diversos grupos populacionais, em 1991 e em 2001 mostra que o dos imigrantes de leste é o mais desfavorecido, já que 3.3% em 1991 e 4.9% em 2001 dos seus alojamentos são não clássicos:

REPARTIÇÃO DOS ALOJAMENTOS DOS GRUPOS POPULACIONAIS RESIDENTES NA AMP EM 1991, POR TIPO DE ALOJAMENTO



REPARTIÇÃO DOS ALOJAMENTOS DOS GRUPOS POPULACIONAIS RESIDENTES NA AMP EM 2001, POR TIPO DE ALOJAMENTO

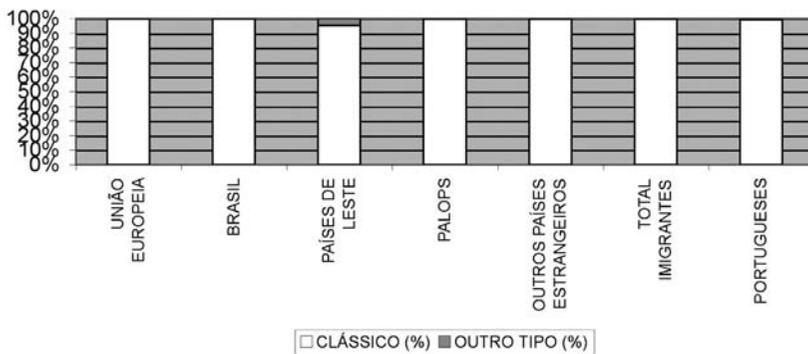
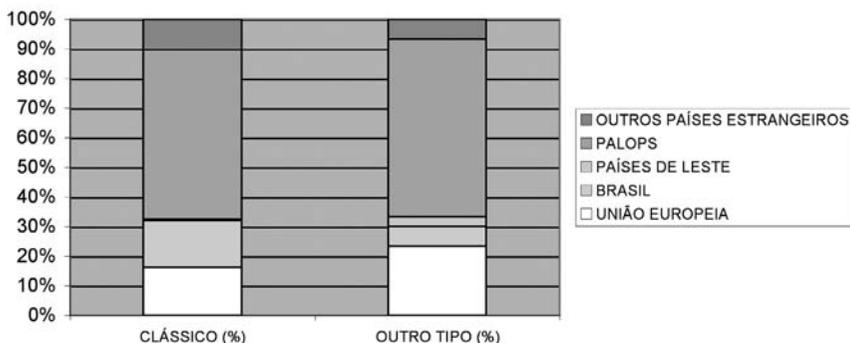


Figura 119. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por tipo, de acordo com a nacionalidade do respectivo titular, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A estrutura do tipo de alojamentos evoluiu no sentido de um aumento percentual dos alojamentos clássicos dos imigrantes da União Europeia, de países de Leste e de outros países estrangeiros, e uma redução percentual nos alojamentos não clássicos do peso dos imigrantes africanos de expressão portuguesa, da União Europeia e do Brasil:

REPARTIÇÃO DOS ALOJAMENTOS POR TIPO ENTRE OS GRUPOS POPULACIONAIS RESIDENTES NA AMP EM 1991



REPARTIÇÃO DOS ALOJAMENTOS POR TIPO ENTRE OS GRUPOS POPULACIONAIS RESIDENTES NA AMP EM 2001

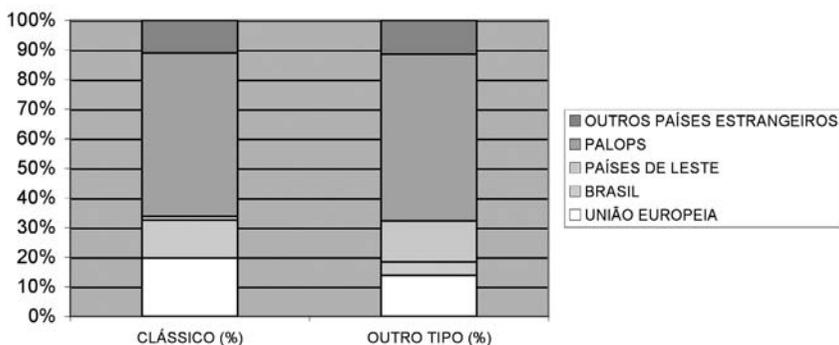


Figura 120. Repartição percentual dos alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por tipo, de acordo com a nacionalidade do respectivo titular, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

À nível dos vários concelhos constituintes da Área Metropolitana do Porto, os valores referentes ao total de alojamentos em 1991 e 2001 dos portugueses e dos estrangeiros, de acordo com o tipo são:

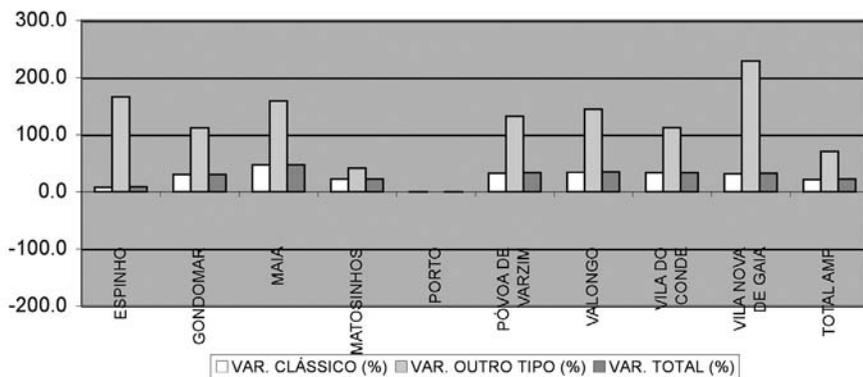
CONCELHO/GRUPO/ANO/ TIPO DE ALOJAMENTO		ESPINHO	GONDOMAR	MAIA	MATOSINHOS	PORTO	PÓVOA DE VARZIM	VALONGO	VILA DO CONDE	VILA NOVA DE GAIA	TOTAL AMP	
PORTUGUESES	1991	CLÁSSICO	9722	40185	25662	43836	91630	13595	19703	15975	70831	331139
		OUTRO TIPO	56	160	100	455	751	43	65	63	218	1911
		TOTAL	9778	40345	25762	44291	92381	13638	19768	16038	71049	333050
	2001	CLÁSSICO	10452	52010	37701	53619	91115	18027	26447	21221	93026	403618
		OUTRO TIPO	149	339	259	644	748	100	159	134	717	3249
		TOTAL	10601	52349	37960	54263	91863	18127	26606	21355	93743	406867
ESTRANGEIROS	1991	CLÁSSICO	344	509	558	886	3040	372	408	211	1429	7757
		OUTRO TIPO	2	9	0	2	32	1	0	2	8	56
		TOTAL	346	518	558	888	3072	373	408	213	1437	7813
	2001	CLÁSSICO	528	1535	2008	2043	4784	910	1112	774	4114	17808
		OUTRO TIPO	7	2	10	17	25	0	8	4	14	87
		TOTAL	535	1537	2018	2060	4809	910	1120	778	4128	17895

Tabela 100. Número total de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com o tipo, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

As maiores variações percentuais ao longo da década ocorreram, essencialmente, para os alojamentos não clássicos, quer de portugueses quer de estrangeiros, embora neste último caso tenham sido negativas as variações nos concelhos de Gondomar, Porto e Póvoa de Varzim. Quanto aos alojamentos do tipo clássico as

maiores variações foram registadas na Maia para os portugueses (46.9%), e em Vila do Conde (265.3%), Maia (261%) e Gondomar (196.7%) para os estrangeiros.

VARIAÇÃO DO TIPO DE ALOJAMENTOS DOS PORTUGUESES RESIDENTES NA AMP, ENTRE 1991 E 2001



VARIAÇÃO DO TIPO DE ALOJAMENTOS DOS ESTRANGEIROS RESIDENTES NA AMP, ENTRE 1991 E 2001

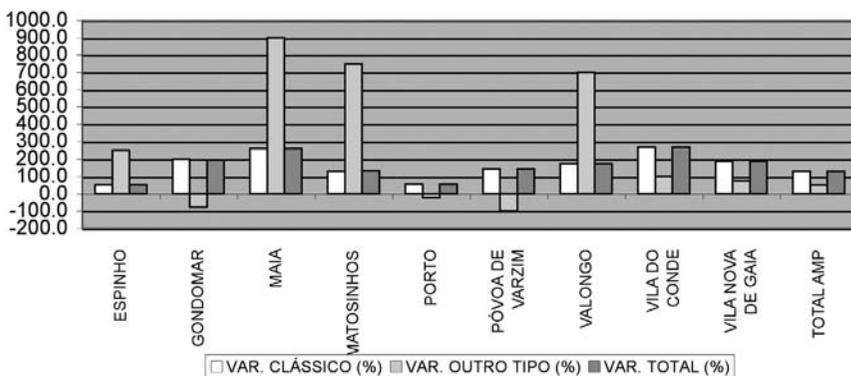
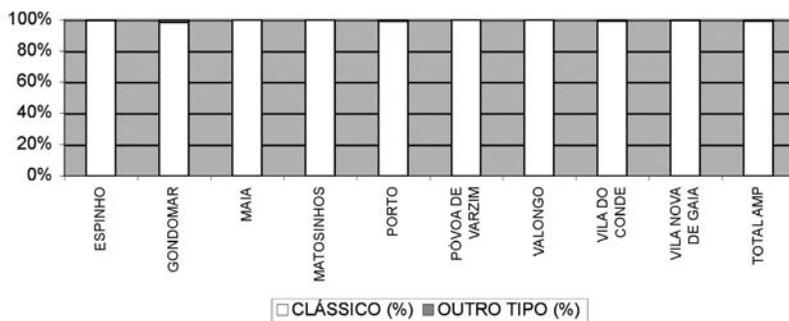


Figura 121. Variações percentuais dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, de acordo com o tipo, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

São muito baixas as percentagens de alojamentos não clássicos em cada um dos concelhos (abaixo de 1%) quer em 1991 quer em 2001, à excepção de Gondomar (no qual se registou um valor de 1.7% neste tipo de alojamentos entre os estrangeiros em 1991, embora tenha baixado para 0.1% em 2001), e de Espinho (em que o movimento no mesmo grupo populacional foi contrário, já que de 0.6% em 1991 passou para 1.3% em 2001).

REPARTIÇÃO DOS ALOJAMENTOS DOS ESTRANGEIROS RESIDENTES NA AMP EM 1991, POR TIPO



REPARTIÇÃO DOS ALOJAMENTOS DOS ESTRANGEIROS RESIDENTES NA AMP EM 2001, POR TIPO

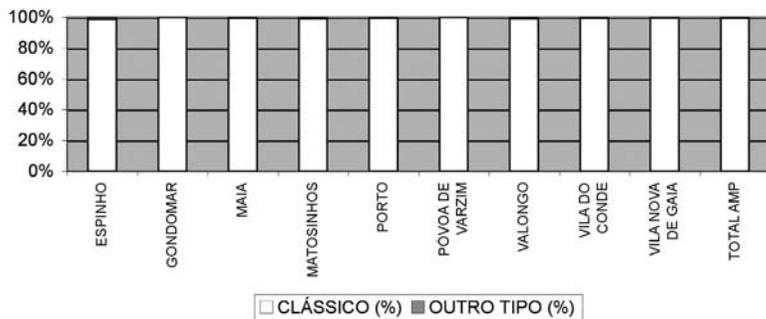


Figura 122. Repartição percentual dos alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com o tipo, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.5.4. EVOLUÇÃO DAS CONDIÇÕES DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

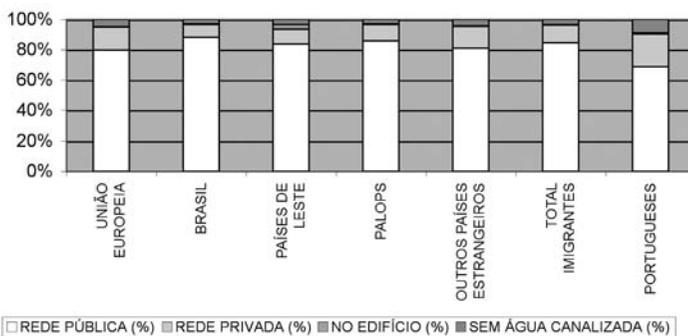
Os valores referentes ao tipo de abastecimento de água aos alojamentos da Área Metropolitana do Porto, em 1991 e em 2001, mostra que ocorreu uma melhoria no acesso à rede pública de todos os grupos populacionais, e que o único grupo em que aumentaram os alojamentos sem água canalizada foi o dos países de leste:

GRUPOS POPULACIONAIS		UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS PAÍSES ESTRANGEIROS	TOTAL IMIGRANTES	PORTUGUESES
1991	REDE PÚBLICA	1003	1081	26	3793	647	6550	229200
	REDE PRIVADA	189	104	3	480	116	892	71067
	NO EDIFÍCIO	6	7	1	21	4	39	3667
	SEM ÁGUA CANALIZADA	60	35	1	126	32	254	29116
	TOTAL	1258	1227	31	4420	799	7735	333050
2001	REDE PÚBLICA	3214	2187	204	9427	1837	16869	351380
	REDE PRIVADA	279	105	39	387	161	971	50870
	NO EDIFÍCIO	7	0	2	9	1	19	1951
	SEM ÁGUA CANALIZADA	8	3	2	21	2	36	2666
	TOTAL	3508	2295	247	9844	2001	17895	32282
VARIAÇÃO 1991 - 2001	REDE PÚBLICA (%)	220.4	102.3	684.6	148.5	183.9	157.5	53.3
	REDE PRIVADA (%)	47.6	1.0	1200.0	-19.4	38.8	8.9	-28.4
	NO EDIFÍCIO (%)	16.7	-100.0	100.0	-57.1	-75.0	-51.3	-46.8
	SEM ÁGUA CANALIZADA (%)	-86.7	-91.4	100.0	-83.3	-93.8	-85.8	-90.8
	TOTAL (%)	178.9	87.0	696.8	122.7	150.4	131.4	-90.3

Tabela 101. Número total de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por tipo de abastecimento de água, de acordo com a nacionalidade do titular, em 1991 e em 2001, e respectiva variação (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A análise da evolução da composição estrutural do tipo de acesso ao abastecimento de água, por grupos populacionais, evidencia uma melhoria geral da situação tendo sido, sobretudo, os portugueses aqueles que beneficiaram de uma melhoria mais acentuada no acesso à rede pública de abastecimento de água, uma vez que se reduziram de 8.7% em 1991 para 0.7% em 2001 os alojamentos que não dispõem de água canalizada:

REPARTIÇÃO DO TIPO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA AOS ALOJAMENTOS DOS GRUPOS POPULACIONAIS RESIDENTES NA AMP EM 1991



REPARTIÇÃO DO TIPO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA AOS ALOJAMENTOS DOS GRUPOS POPULACIONAIS RESIDENTES NA AMP EM 2001

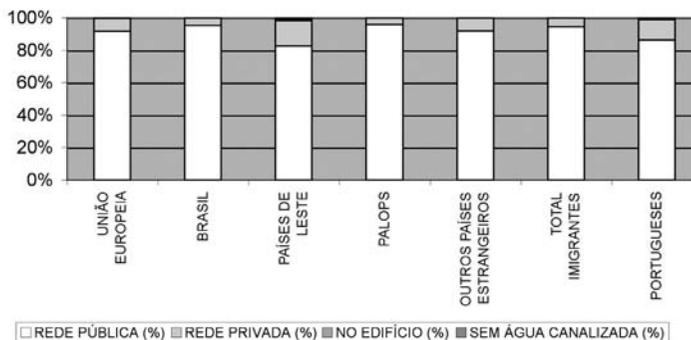


Figura 123. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por tipo de abastecimento de água, de acordo com a naturalidade do respectivo titular, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

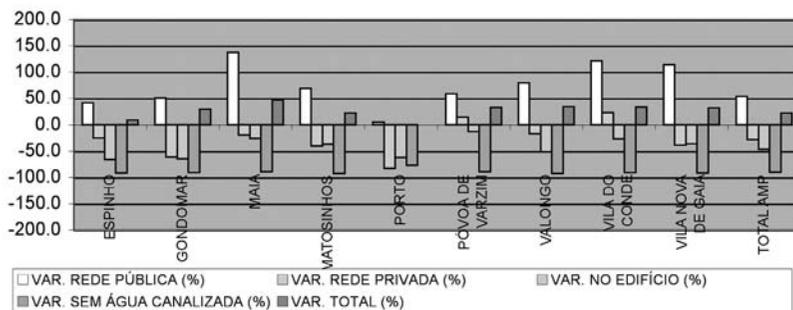
A evolução verificada no número total de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros, por concelho, de acordo com a forma de abastecimento de água está patente na tabela seguinte:

CONCELHO/ANO/GRUPO/TIPO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA		ESPINHO	GONDOMAR	MAIA	MATOSINHOS	PORTO	PÓVOA DE VARZIM	VALONGO	VILA DO CONDE	VILA NOVA DE GAIA	TOTAL AMP	
PORTUGUESES	1991	REDE PÚBLICA	6057	33612	12667	27588	86484	8931	12851	4851	36159	229200
		REDE PRIVADA	2534	4316	9178	11855	2824	3260	3997	8369	24734	71067
		NO EDIFÍCIO	251	264	272	419	1036	141	230	192	862	3667
		SEM ÁGUA CANALIZADA	936	2153	3645	4429	2037	1306	2690	2626	9294	29116
		TOTAL	9778	40345	25762	44291	92381	13638	19768	16038	71049	333050
	2001	REDE PÚBLICA	8553	50425	30037	46631	90550	14159	23015	10724	77286	351380
		REDE PRIVADA	1886	1642	7344	7071	471	3714	3295	10271	15176	50870
		NO EDIFÍCIO	85	93	201	263	392	122	111	141	543	1951
		SEM ÁGUA CANALIZADA	77	189	378	298	450	132	185	219	738	2666
		TOTAL	10601	52349	37960	54263	91863	18127	26606	21355	93743	406867
ESTRANGEIROS	1991	REDE PÚBLICA	286	477	432	698	2946	330	329	114	996	6608
		REDE PRIVADA	39	28	99	159	65	36	58	83	329	896
		NO EDIFÍCIO	6	1	1	6	14	2	0	1	9	40
		SEM ÁGUA CANALIZADA	15	12	26	25	47	5	21	15	103	269
		TOTAL	346	518	558	888	3072	373	408	213	1437	7813
	2001	REDE PÚBLICA	478	1509	1879	1933	4764	846	1059	573	3828	16869
		REDE PRIVADA	56	25	136	121	22	63	59	201	288	971
		NO EDIFÍCIO	0	1	0	5	2	0	1	2	8	19
		SEM ÁGUA CANALIZADA	1	2	3	1	21	1	1	2	4	36
		TOTAL	535	1537	2018	2060	4809	910	1120	778	4128	17895

Tabela 102. Número total de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com o tipo de abastecimento de água, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

As variações ocorridas, comparativamente entre portugueses e imigrantes, estão patenteadas nos seguintes gráficos, que mostram que ocorreu uma melhoria significativa no acesso à rede pública de abastecimento de água dos alojamentos dos portugueses no concelho da Maia (137.1%), e dos alojamentos de estrangeiros nos concelhos de Vila do Conde (402.6%), Maia (335%) e Vila Nova de Gaia (284.3%). É de referir a melhoria substancial verificada a nível dos alojamentos sem água canalizada, que se reduziram em 90.8% entre os alojamentos de portugueses e em 86.6% entre os de estrangeiros.

VARIAÇÃO DO TIPO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DOS ALOJAMENTOS DOS PORTUGUESES RESIDENTES NA AMP, ENTRE 1991 E 2001



VARIAÇÃO DO TIPO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DOS ALOJAMENTOS DOS ESTRANGEIROS RESIDENTES NA AMP, ENTRE 1991 E 2001

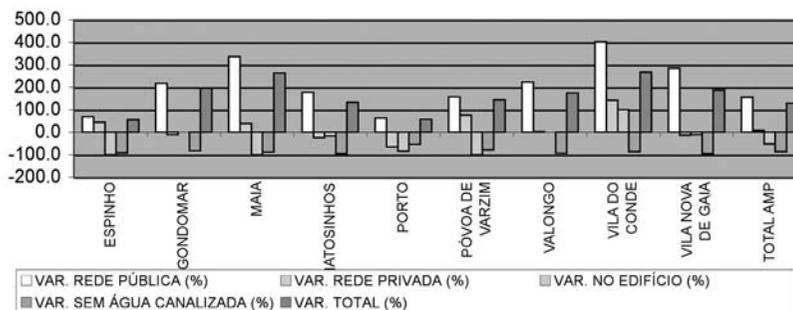
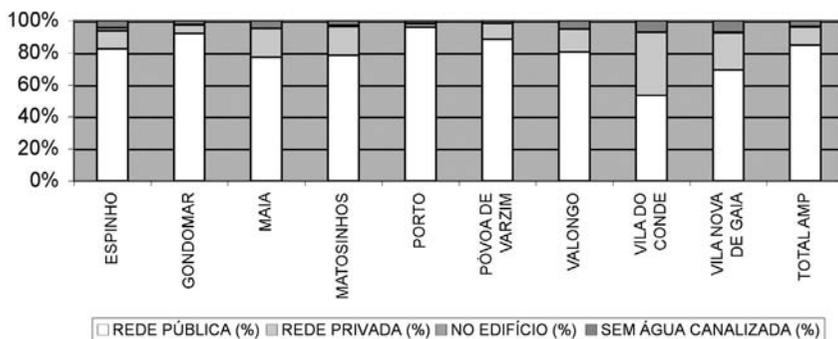


Figura 124. Variações percentuais dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com o tipo de abastecimento de água, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A situação dos imigrantes melhorou substancialmente, uma vez que em 2001 passaram a ser iguais ou inferiores a 0.4% os alojamentos sem água canalizada em todos os concelhos da Área Metropolitana do Porto:

REPARTIÇÃO DO TIPO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DOS ALOJAMENTOS DOS ESTRANGEIROS RESIDENTES NA AMP EM 1991, POR CONCELHO



REPARTIÇÃO DO TIPO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DOS ALOJAMENTOS DOS ESTRANGEIROS RESIDENTES NA AMP EM 2001, POR CONCELHO

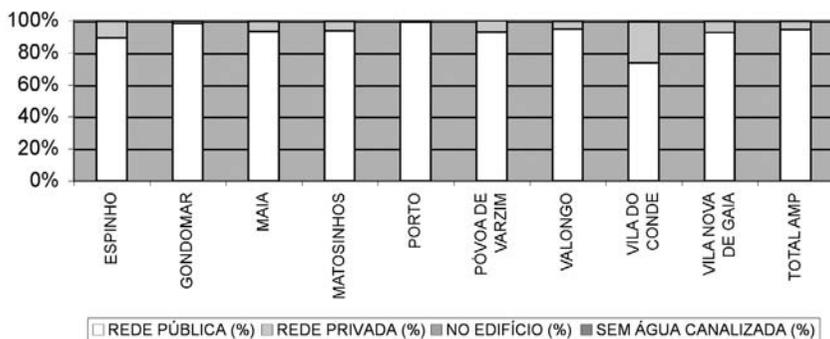


Figura 125. Repartição percentual dos alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com o tipo de sistema de abastecimento de água, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.5.5. EVOLUÇÃO DO ACESSO À ELECTRICIDADE NOS ALOJAMENTOS DA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

Os valores correspondentes aos alojamentos titulados por portugueses e por estrangeiros na Área Metropolitana do Porto em 1991 e em 2001, de acordo com a existência ou não de electricidade, e a respectiva variação, estão representados na seguinte tabela:

GRUPOS POPULACIONAIS		UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS PAÍSES ESTRANGEIROS	TOTAL IMIGRANTES	PORTUGUESES
1991	COM ELECTRICIDADE	1251	1227	29	4407	797	7711	331023
	SEM ELECTRICIDADE	7	1	1	13	2	24	2027
	TOTAL	1258	1228	30	4420	799	7735	333050
2001	COM ELECTRICIDADE	3503	2294	246	9832	2000	17875	406266
	SEM ELECTRICIDADE	5	1	1	12	1	20	601
	TOTAL	3508	2295	247	9844	2001	17895	406867
VARIÇÃO 1991 - 2001	VAR. COM ELECTRICIDADE (%)	180.0	87.0	748.3	123.1	150.9	131.8	22.7
	VAR. SEM ELECTRICIDADE (%)	-28.6	0.0	0.0	-7.7	-50.0	-16.7	-70.4
	VAR. TOTAL (%)	178.9	86.9	723.3	122.7	150.4	131.4	22.2

Tabela 103. Número total de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por existência ou não de electricidade, de acordo com a nacionalidade do titular, em 1991 e em 2001, e respectiva variação (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A variação ocorrida em termos da composição percentual dos alojamentos entre os que possuem e os que não possuem electricidade, titulados por portugueses e por estrangeiros, revela que praticamente todos os alojamentos já dela dispõem, sendo apenas de referir que, apesar da melhoria verificada nos alojamentos dos imigrantes dos países de leste (que passaram de 3.3% sem electricidade em 1991 para 0.4% em 2001), ainda são o grupo populacional pior servido por esta infraestrutura:

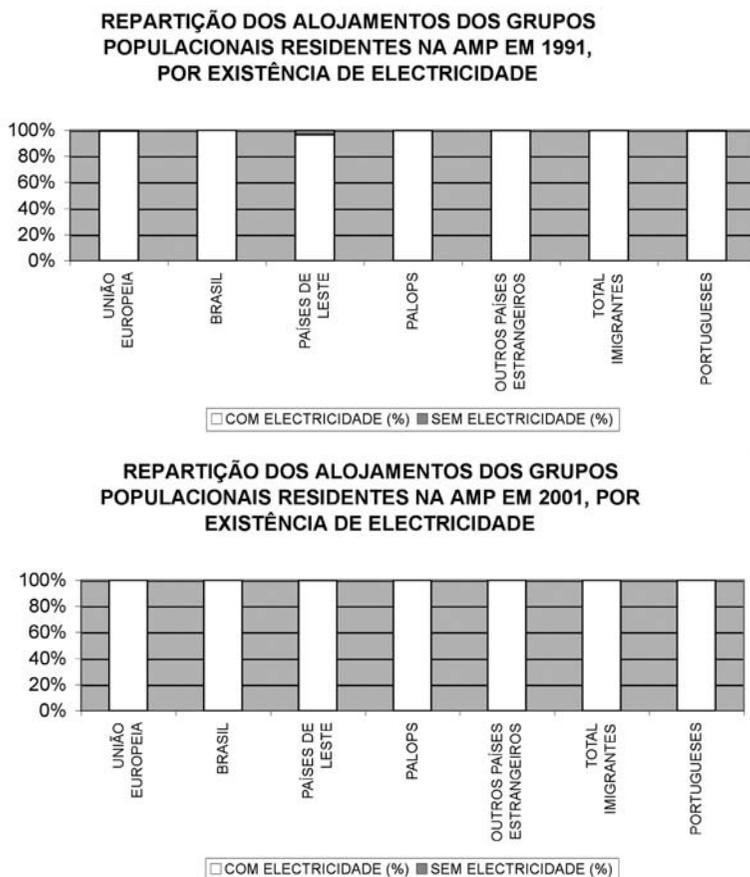


Figura 126. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por existência de electricidade, de acordo com a naturalidade do titular, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

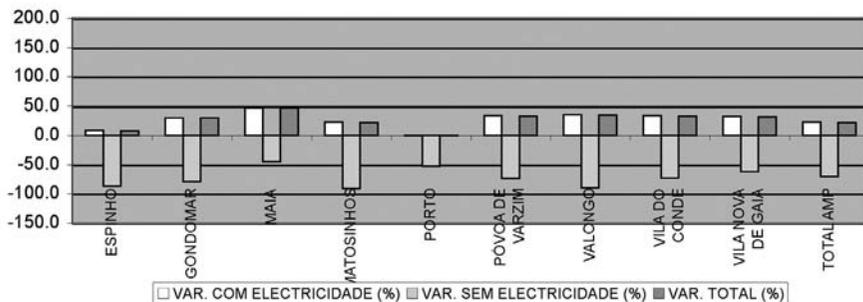
Em termos absolutos, a existência de electricidade nos alojamentos de portugueses e de estrangeiros em 1991 e em 2001 apresenta os seguintes valores por concelho:

CONCELHO/ANO/GRUPO/EXISTÊNCIA DE ELECTRICIDADE		ESPINHO	GONDOMAR	MAIA	MATOSINHOS	PORTO	PÓVOA DE VARZIM	VALONGO	VILA DO CONDE	VILA NOVA DE GAIA	TOTAL AMP	
PORTUGUESES	1991	COM ELECTRICIDADE	9725	40126	25668	43944	91885	13464	19614	15857	70740	331023
		SEM ELECTRICIDADE	53	219	94	347	496	174	154	181	309	2027
		TOTAL	9778	40345	25762	44291	92381	13638	19768	16038	71049	333050
	2001	COM ELECTRICIDADE	10594	52303	37908	54231	91628	18081	26590	21306	93625	406266
		SEM ELECTRICIDADE	7	46	52	32	235	46	16	49	118	601
		TOTAL	10601	52349	37960	54263	91863	18127	26606	21355	93743	406867
ESTRANGEIROS	1991	COM ELECTRICIDADE	345	517	558	885	3060	372	408	213	1432	7790
		SEM ELECTRICIDADE	1	1	0	3	12	1	0	0	5	23
		TOTAL	346	518	558	888	3072	373	408	213	1437	7813
	2001	COM ELECTRICIDADE	535	1535	2016	2059	4795	909	1120	778	3926	17673
		SEM ELECTRICIDADE	0	2	2	1	14	1	0	0	0	20
		TOTAL	535	1537	2018	2060	4809	910	1120	778	3926	17693

Tabela 104. Número total de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a existência de electricidade, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A evolução ocorrida entre 1991 e 2001, traduzida em termos percentuais revela que, entre os portugueses a variação total de alojamentos com acesso à rede de electricidade foi de 22.7%, e entre os estrangeiros foi de 126.9%:

VARIAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE ELECTRICIDADE NOS ALOJAMENTOS DOS PORTUGUESES RESIDENTES NA AMP, ENTRE 1991 E 2001



VARIAÇÃO DA EXISTÊNCIA DE ELECTRICIDADE NOS ALOJAMENTOS DOS ESTRANGEIROS RESIDENTES NA AMP, ENTRE 1991 E 2001

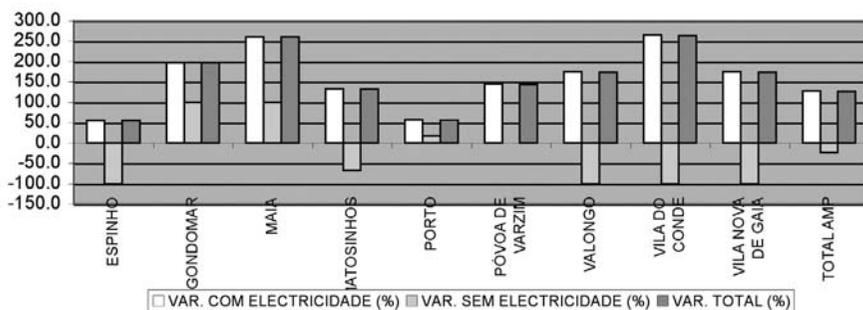


Figura 127. Variações percentuais dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a existência de electricidade, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A evolução da composição percentual, por concelho, dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros, entre os que dispõem e os que não dispõem de electricidade, verificada entre 1991 e 2001 revela o bom posicionamento dos alojamentos de toda a população, em todos os concelhos da Área Metropolitana do Porto, em termos de existência de rede eléctrica.

3.5.6. EVOLUÇÃO DOS ALOJAMENTOS QUANTO À EXISTÊNCIA DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

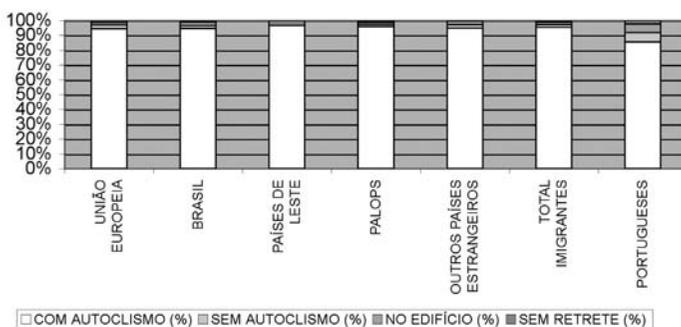
Os valores absolutos referentes ao tipo de instalações sanitárias existentes ou não nos alojamentos de titulares portugueses e estrangeiros, por grandes grupos de países de origem, na Área Metropolitana do Porto, e a respectiva variação são os seguintes:

GRUPOS POPULACIONAIS		UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS PAÍSES ESTRANGEIROS	TOTAL IMIGRANTES	PORTUGUESES
1991	COM AUTOCLISMO	1189	1161	29	4237	759	7375	284762
	SEM AUTOCLISMO	30	27	0	66	17	140	21639
	NO EDIFÍCIO	24	26	0	75	18	143	18812
	SEM RETRETE	15	13	1	42	5	76	7837
	TOTAL	1258	1227	30	4420	799	7734	333050
2001	COM AUTOCLISMO	3408	2236	224	9617	1967	17452	380343
	SEM AUTOCLISMO	29	17	6	56	7	115	9081
	NO EDIFÍCIO	59	39	12	145	24	279	13553
	SEM RETRETE	12	3	5	26	3	49	3890
	TOTAL	3508	2295	247	9844	2001	17895	406867
VARIACÃO 1991 - 2001	VAR. COM AUTOCLISMO (%)	186.6	92.6	672.4	127.0	159.2	136.6	33.6
	VAR. SEM AUTOCLISMO (%)	-3.3	-37.0	-	-15.2	-58.8	-17.9	-58.0
	VAR. NO EDIFÍCIO (%)	145.8	50.0	-	93.3	33.3	95.1	-28.0
	VAR. SEM RETRETE (%)	-20.0	-76.9	400.0	-38.1	-40.0	-35.5	-50.4
	VAR. TOTAL (%)	178.9	87.0	723.3	122.7	150.4	131.4	22.2

Tabela 105. Número total de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por existência e tipo de instalações sanitárias, de acordo com a naturalidade do titular, em 1991 e em 2001, e respectiva variação (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A análise da variação estrutural comparativa dos alojamentos em 1991 e 2001 dos grandes grupos populacionais, em termos do tipo de instalações sanitárias existentes ou não, revela que são os imigrantes de países de leste aqueles que pior estão servidos em termos de existência e tipo de instalações sanitárias (a percentagem de alojamentos deste grupo populacional com retrete com dispositivo de descarga reduziu-se de 96.7% em 1991 para 90.7% em 2001, mas a percentagem dos que não dispõem de quaisquer instalações sanitárias melhorou de 3.3% para 2%)

REPARTIÇÃO DO TIPO DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS DOS ALOJAMENTOS DOS GRUPOS POPULACIONAIS RESIDENTES NA AMP EM 1991



REPARTIÇÃO DO TIPO DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS DOS ALOJAMENTOS DOS GRUPOS POPULACIONAIS RESIDENTES NA AMP EM 2001

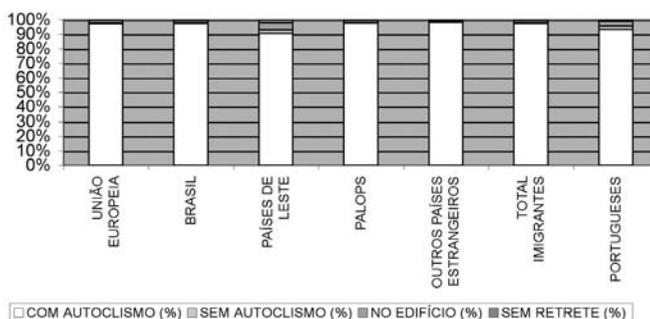


Figura 128. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por naturalidade, de acordo com a existência e tipo de instalações sanitárias, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

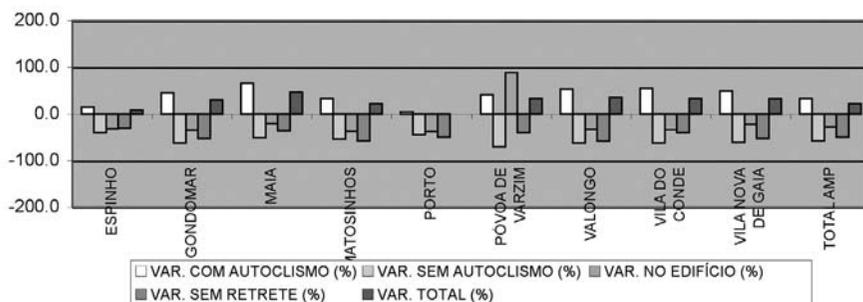
Sistematizam-se, de seguida, os valores referentes ao tipo de instalações sanitárias dos alojamentos dos portugueses e dos diversos grupos de imigrantes, em 1991 e em 2001, por concelho:

CONCELHO/ANO/GRUPO/TIPO DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS		ESPINHO	GONDOMAR	MAIA	MATOSINHOS	PORTO	PÓVOA DE VARZIM	VALONGO	VILA DO CONDE	VILA NOVA DE GAIA	TOTAL AMP	
PORTUGUESES	1991	COM AUTOCLISMO	8589	34144	21222	38331	83135	11737	16306	12681	58617	284762
		SEM AUTOCLISMO	486	3307	2117	2765	1802	1064	1887	1532	6679	21639
		NO EDIFÍCIO	529	1940	1854	2306	5046	572	1178	1528	3859	18812
		SEM RETRETE	174	954	569	889	2398	265	397	297	1894	7837
		TOTAL	9778	40345	25762	44291	92381	13638	19768	16038	71049	333050
	2001	COM AUTOCLISMO	9828	49413	35107	51152	86538	16579	24948	19585	87193	380343
		SEM AUTOCLISMO	292	1232	1033	1281	995	310	705	578	2655	9081
		NO EDIFÍCIO	361	1258	1458	1456	3139	1080	791	1013	2997	13553
		SEM RETRETE	120	446	362	374	1191	158	162	179	898	3890
		TOTAL	10601	52349	37960	54263	91863	18127	26606	21355	93743	406867
ESTRANGEIROS	1991	COM AUTOCLISMO	329	487	526	858	2943	366	389	199	1330	7427
		SEM AUTOCLISMO	7	15	16	13	20	2	9	3	56	141
		NO EDIFÍCIO	5	16	10	13	60	3	9	9	35	160
		SEM RETRETE	5		6	4	49	2	1	2	16	85
		TOTAL	346	518	558	888	3072	373	408	213	1437	7813
	2001	COM AUTOCLISMO	522	1503	1966	2003	4694	886	1090	753	4035	17452
		SEM AUTOCLISMO	7	12	18	19	20	4	6	5	24	115
		NO EDIFÍCIO	6	19	30	36	66	20	21	19	62	279
		SEM RETRETE	0	3	4	2	29	0	3	1	7	49
		TOTAL	535	1537	2018	2060	4809	910	1120	778	4128	17895

Tabela 106. Número total de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a existência e tipo de instalações sanitárias, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

As variações ocorridas, comparativamente entre portugueses e estrangeiros mostram que é no concelho da Maia que se verificam os maiores aumentos de alojamentos de portugueses com retrete com dispositivo de descarga (65.4%), e que entre os estrangeiros os concelhos com mais fortes aumentos neste equipamento são os de Vila do Conde (278.4%), Maia (273.8%) e Gondomar (208.6%):

VARIAÇÃO DO TIPO DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS DOS ALOJAMENTOS DOS PORTUGUESES RESIDENTES NA AMP, ENTRE 1991 E 2001



VARIAÇÃO DO TIPO DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS DOS ALOJAMENTOS DOS ESTRANGEIROS RESIDENTES NA AMP, ENTRE 1991 E 2001

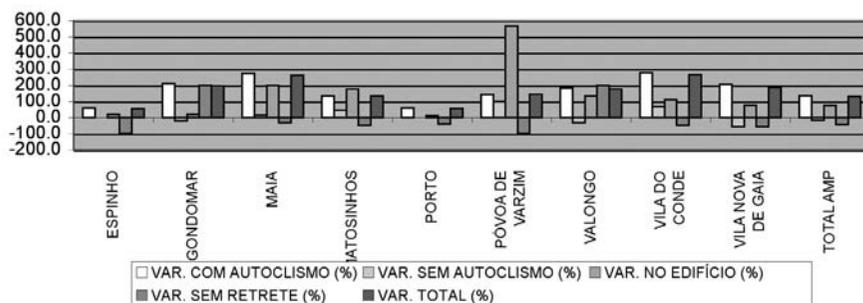
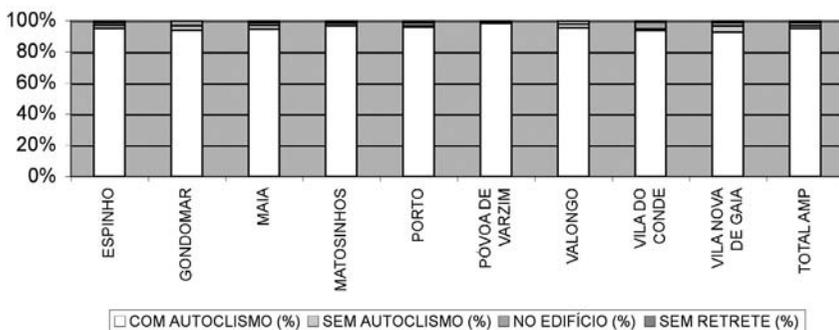


Figura 129. Variações percentuais dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a existência e tipo de instalações sanitárias, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A evolução da existência e tipo de instalações sanitárias dos alojamentos dos estrangeiros evidencia uma melhoria da respectiva situação em todos os concelhos da Área Metropolitana do Porto:

REPARTIÇÃO DO TIPO DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS DOS ALOJAMENTOS DOS ESTRANGEIROS RESIDENTES NA AMP EM 1991, POR CONCELHO



REPARTIÇÃO DO TIPO DE INSTALAÇÕES SANITÁRIAS DOS ALOJAMENTOS DOS ESTRANGEIROS RESIDENTES NA AMP EM 2001, POR CONCELHO

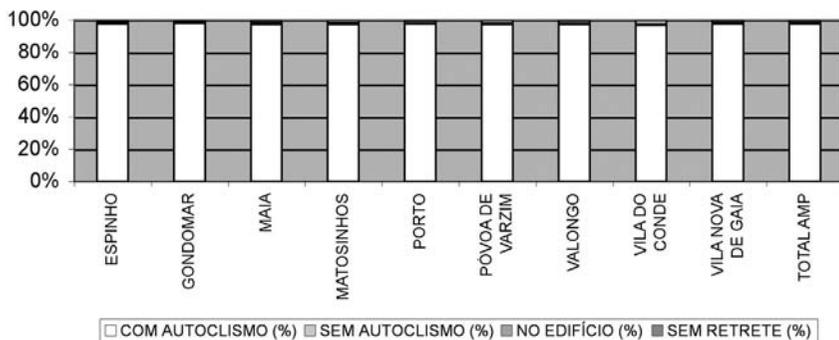


Figura 130. Repartição percentual dos alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a existência e tipo de instalações sanitárias, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.5.7. EVOLUÇÃO DOS ALOJAMENTOS QUANTO À EXISTÊNCIA DE INSTALAÇÕES DE BANHO OU DUCHE NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

Entre 1991 e 2001 aumentou o número de alojamentos de todos os grupos populacionais residentes na Área Metropolitana do Porto, com instalações de banho ou duche:

GRUPOS POPULACIONAIS		UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS PAÍSES ESTRANGEIROS	TOTAL IMIGRANTES	PORTUGUESES
1991	COM INSTALAÇÕES DE BANHO OU DUCHE	1188	1147	29	4245	760	7369	279848
	SEM INSTALAÇÕES DE BANHO OU DUCHE	70	80	1	175	39	365	50202
	TOTAL	1258	1227	30	4420	799	7734	330050
2001	COM INSTALAÇÕES DE BANHO OU DUCHE	3453	9733	229	2254	1989	17658	382421
	SEM INSTALAÇÕES DE BANHO OU DUCHE	55	111	18	41	12	237	24446
	TOTAL	3508	9844	247	2295	2001	17895	406867
VARIAÇÃO 1991 - 2001	VAR. COM INSTALAÇÕES DE BANHO OU DUCHE (%)	190.7	748.6	689.7	-46.9	161.7	139.6	36.7
	VAR. SEM INSTALAÇÕES DE BANHO OU DUCHE (%)	-21.4	38.8	1700.0	-76.6	-69.2	-35.1	-51.3
	VAR. TOTAL (%)	178.9	702.3	723.3	-48.1	150.4	131.4	23.3

Tabela 107. Número total de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por existência ou não de instalações de banho ou duche, de acordo com a naturalidade do titular, em 1991 e em 2001, e respectiva variação (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Entre os vários grupos populacionais a pior situação corresponde aos portugueses (embora a existência de banho ou duche tenha melhorado substancialmente de 84.8% para 94% do respectivo grupo entre 1991 e 2001), aparecendo de seguida os países de leste, que foram o único grupo em que a situação piorou, já que os alojamentos que dispunham de banho ou duche passaram de 96.7% em 1991 para 92.7% em 2001:

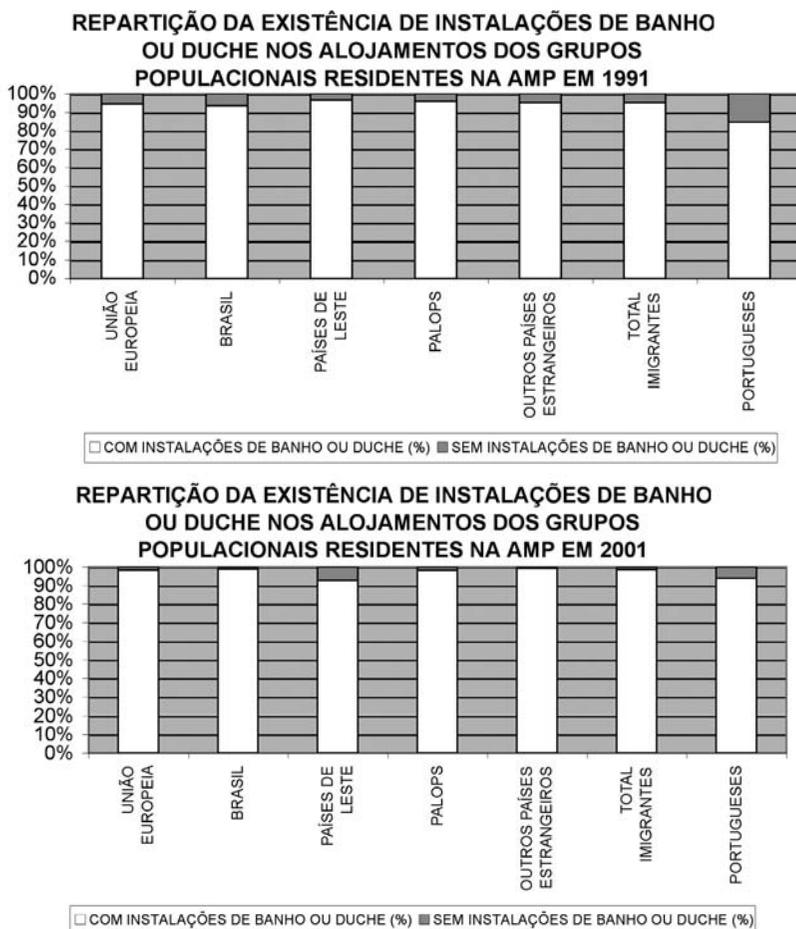


Figura 131. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por naturalidade do titular, de acordo com a existência de instalações de banho ou duche, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Os valores por concelho mostram que a evolução foi favorável ao longo da década, quer a portugueses quer a estrangeiros, no acesso a instalações de banho ou duche:

CONCELHO/ANO/GRUPO/ EXISTÊNCIA DE BANHO OU DUCHE		ESPINHO	GONDOMAR	MAIA	MATOSINHOS	PORTO	PÓVOA DE VARZIM	VALONGO	VILA DO CONDE	VILA NOVA DE GAIA	TOTAL AMP	
PORTUGUESES	1991	COM INSTALAÇÕES DE BANHO OU DUCHE	8675	33277	21234	37474	82831	11927	13450	13248	57732	279848
		SEM INSTALAÇÕES DE BANHO OU DUCHE	1103	7068	4528	6817	9550	1711	3318	2790	13317	50202
		TOTAL	9778	40345	25762	44291	92381	13638	16768	16038	71049	330050
	2001	COM INSTALAÇÕES DE BANHO OU DUCHE	10005	49250	35546	50922	86184	17396	25263	20214	87641	382421
		SEM INSTALAÇÕES DE BANHO OU DUCHE	596	3099	2414	3341	5679	731	1343	1141	6102	24446
		TOTAL	10601	52349	37960	54263	91863	18127	26606	21355	93743	406867
ESTRANGEIROS	1991	COM INSTALAÇÕES DE BANHO OU DUCHE	329	477	526	853	2961	366	392	201	1329	7434
		SEM INSTALAÇÕES DE BANHO OU DUCHE	17	41	32	35	111	7	16	12	108	379
		TOTAL	346	518	558	888	3072	373	408	213	1437	7813
	2001	COM INSTALAÇÕES DE BANHO OU DUCHE	532	1520	1995	2033	4728	906	1104	769	4071	17658
		SEM INSTALAÇÕES DE BANHO OU DUCHE	3	17	23	27	81	4	16	9	55	235
		TOTAL	535	1537	2018	2060	4809	910	1120	778	4126	17893

Tabela 108. Número total de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a existência de instalações de banho ou duche, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Em termos comparativos, as respectivas evoluções mostram o reforço deste tipo de equipamento nos alojamentos de portugueses e de estrangeiros:

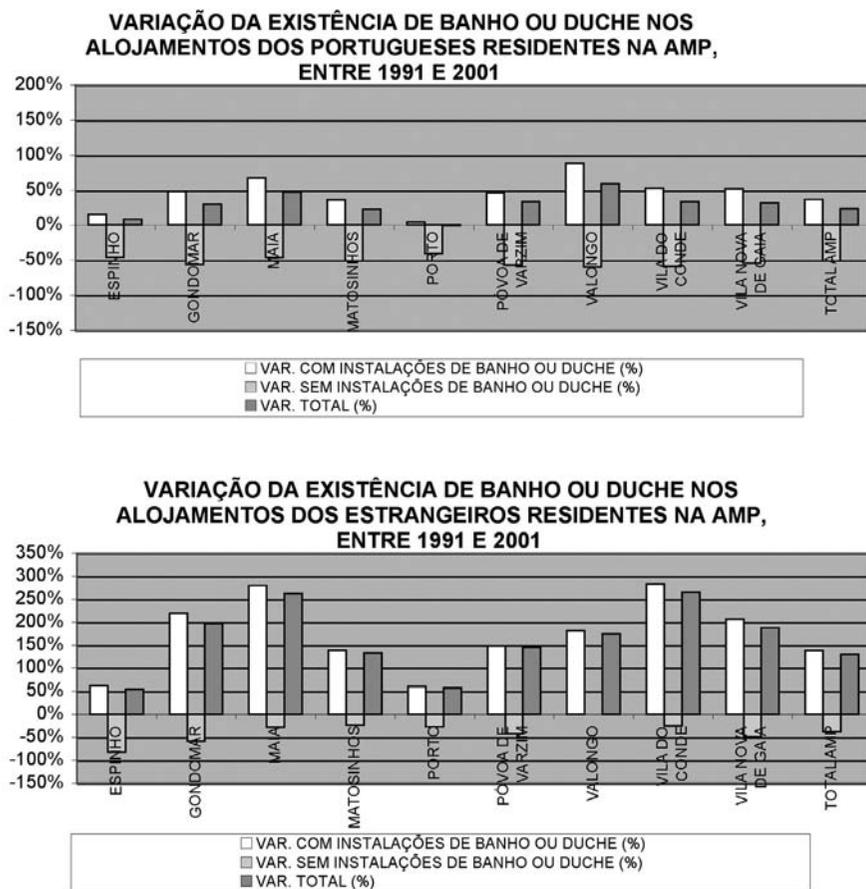
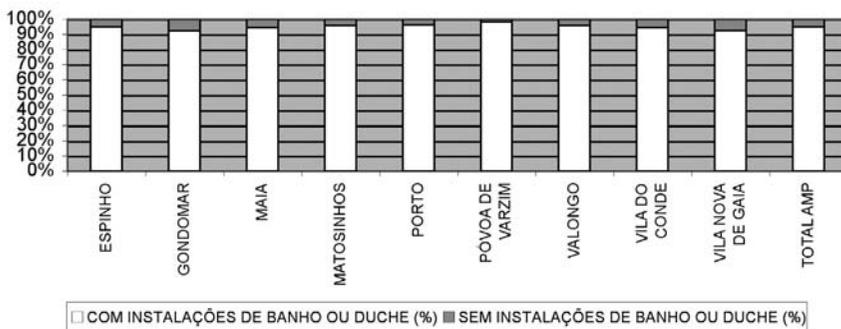


Figura 132. Variações percentuais dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a existência de instalações de banho ou duche, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Analisando a evolução da composição percentual dos alojamentos de estrangeiros entre 1991 e 2001 de acordo com a existência de banho ou duche, constata-se que

ocorreram melhorias em todos os concelhos (em termos médios, em toda a Área Metropolitana a cobertura dos alojamentos de estrangeiros com instalações de banho ou duche passou de 95.1% em 1991 para 98.7% em 2001):

REPARTIÇÃO DA EXISTÊNCIA DE BANHO OU DUCHE NOS ALOJAMENTOS DOS ESTRANGEIROS RESIDENTES NA AMP EM 1991, POR CONCELHO



REPARTIÇÃO DA EXISTÊNCIA DE BANHO OU DUCHE NOS ALOJAMENTOS DOS ESTRANGEIROS RESIDENTES NA AMP EM 2001, POR CONCELHO

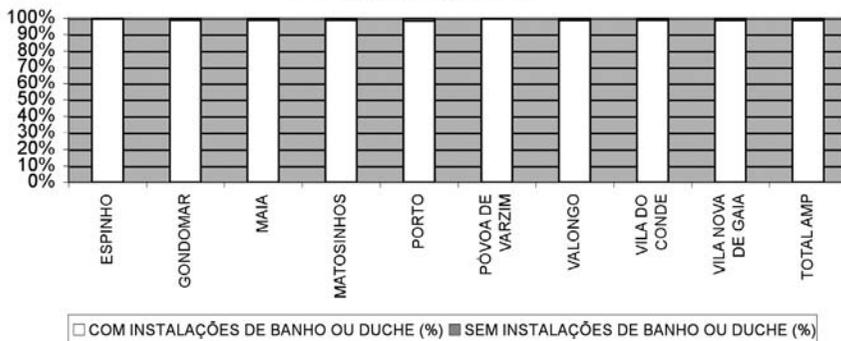


Figura 133. Repartição percentual dos alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a existência de instalações de banho ou duche, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.5.8. EVOLUÇÃO DOS ALOJAMENTOS QUANTO À EXISTÊNCIA E TIPO DE COZINHA NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

O número total de alojamentos de portugueses e de estrangeiros na Área Metropolitana do Porto, de acordo com a existência e tipo de cozinha em 1991 e 2001 está sistematizado na seguinte tabela, verificando-se ao longo da década um aumento dos alojamentos quer com cozinha quer com kitchenette (o aumento dos alojamentos com kitchenette é maior do que o aumento dos alojamentos com cozinha no grupo dos imigrantes da União Europeia, dos brasileiros e dos imigrantes de outros países estrangeiros):

GRUPOS POPULACIONAIS		UNIÃO EUROPEIA	BRASIL	PAÍSES DE LESTE	PALOPS	OUTROS PAÍSES ESTRANGEIROS	TOTAL IMIGRANTES	PORTUGUESES
1991	COM COZINHA	1225	1196	29	4257	773	7480	323288
	COM KITCHENETTE	22	21	0	117	15	175	5294
	SEM COZINHA	4	8	0	28	9	49	2557
	TOTAL	1251	1225	29	4402	797	7704	331139
2001	COM COZINHA	3352	2211	223	9525	1950	17261	395820
	COM KITCHENETTE	135	72	9	245	40	501	6877
	SEM COZINHA	5	6	8	19	0	38	1221
	TOTAL	3492	2289	240	9789	1990	17800	403918
VARIAÇÃO 1991. - 2001	VAR. COM COZINHA (%)	173.6	84.9	669.0	123.7	152.3	130.8	22.4
	VAR. COM KITCHENETTE (%)	513.6	242.9	-	109.4	166.7	186.3	29.9
	VAR. SEM COZINHA (%)	25.0	-25.0	-	-32.1	-100.0	-22.4	-52.2
	VAR. TOTAL (%)	179.1	86.9	727.6	122.4	149.7	131.0	22.0

Tabela 109. Número total de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por existência e tipo de cozinha, de acordo com a naturalidade do titular, em 1991 e em 2001, e respectiva variação (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A situação mais desfavorável refere-se, mais uma vez, aos imigrantes dos países de leste, que piorou entre 1991 e 2001 (3.3% dos alojamentos destes imigrantes em 2001 não dispõem de cozinha):

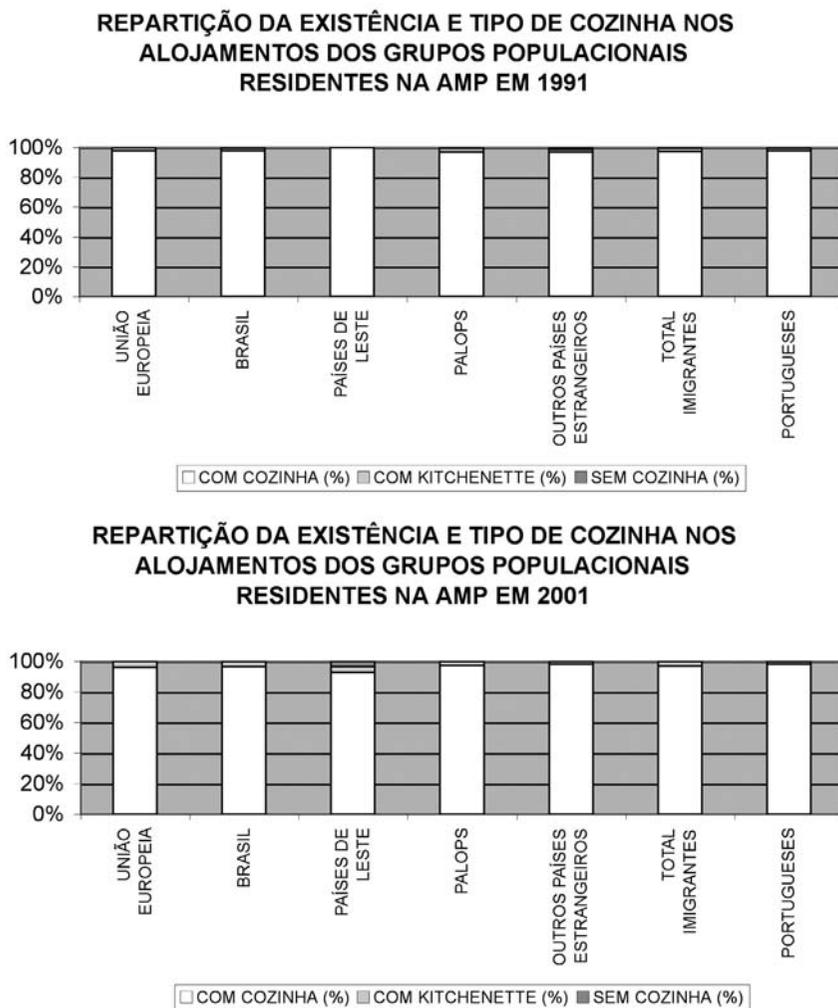


Figura 134. Repartição percentual dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por naturalidade, de acordo com a existência e tipo de cozinha, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

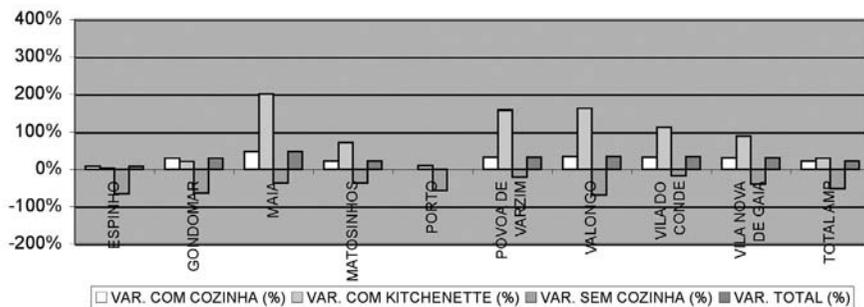
A sistematização dos valores dos alojamentos de portugueses e de estrangeiros de acordo com a existência e tipo de cozinha, por concelho, é apresentada seguidamente:

CONCELHO/ANO/GRUPO/TIPO DE COZINHA		ESPINHO	GONDOMAR	MAIA	MATOSINHOS	PORTO	PÓVOA DE VARZIM	VALONGO	VILA DO CONDE	VILA NOVA DE GAIA	TOTAL AMP	
PORTUGUESES	1991	COM COZINHA	9624	39814	25475	43346	86103	13481	19548	15870	70027	323288
		COM KITCHENETTE	46	178	97	307	3983	71	63	64	485	5294
		SEM COZINHA	52	193	90	183	1544	43	92	41	319	2557
		TOTAL	9722	40185	25662	43836	91630	13595	19703	15975	70831	331139
	2001	COM COZINHA	10387	51725	37353	52976	86047	17810	26254	21051	91917	395520
		COM KITCHENETTE	47	215	291	527	4398	183	165	136	915	6877
		SEM COZINHA	18	70	57	116	670	34	28	34	194	1221
		TOTAL	10452	52010	37701	53619	91115	18027	26447	21221	93026	403618
ESTRANGEIROS	1991	COM COZINHA	340	500	552	866	2896	366	404	211	1396	7531
		COM KITCHENETTE	4	2	6	19	109	5	2	0	29	176
		SEM COZINHA	2	7	0	1	35	1	2	0	4	52
		TOTAL	346	509	558	886	3040	372	408	211	1429	7759
	2001	COM COZINHA	523	1518	1978	1985	4505	887	1096	761	4008	17261
		COM KITCHENETTE	5	14	28	56	259	21	16	13	105	517
		SEM COZINHA	0	3	2	2	20	2	0	0	1	30
		TOTAL	528	1535	2008	2043	4784	910	1112	774	4114	17808

Tabela 110. Número total de alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a existência e tipo de cozinha, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A evolução ocorrida, quer para portugueses quer para estrangeiros, mostra as tendências apresentadas nos gráficos seguintes, em que se destaca o aumento de alojamentos com cozinha e com kitchenette no concelho da Maia, entre os portugueses (respectivamente 46.6% e 200%), e nos concelhos de Vila do Conde, Maia, Valongo e Gondomar entre os estrangeiros (respectivamente 260.7% e 1200% para Vila do Conde, 258.3% e 366.7% para a Maia, 171.3% e 700%, para Valongo, e 203.6% e 600% para Gondomar):

VARIAÇÃO DA EXISTÊNCIA E TIPO DE COZINHA NOS ALOJAMENTOS DOS PORTUGUESES RESIDENTES NA AMP, ENTRE 1991 E 2001



VARIAÇÃO DA EXISTÊNCIA E TIPO DE COZINHA NOS ALOJAMENTOS DOS ESTRANGEIROS RESIDENTES NA AMP, ENTRE 1991 E 2001

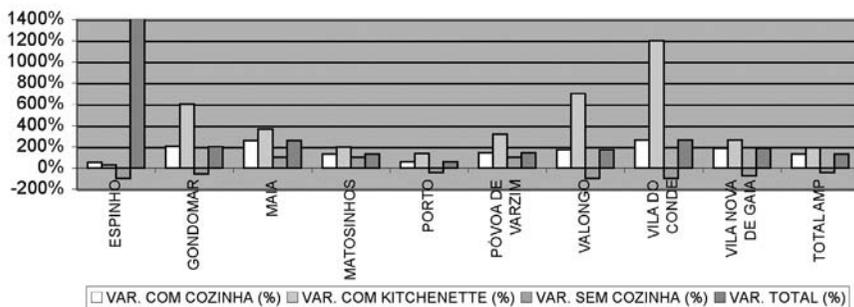


Figura 135. Variações percentuais dos alojamentos dos portugueses e dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a existência e tipo de cozinha, entre 1991 e 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A evolução da composição percentual de acordo com a existência e tipo de cozinha, por concelhos, verificada entre 1991 e 2001 mostra que são muito elevadas as percentagens de alojamentos de estrangeiros com cozinha, sendo de realçar que em toda a Área Metropolitana é o concelho do Porto aquele que tem maior incidência de kitchenettes (o mesmo acontecendo, aliás, com os alojamentos dos portugueses):

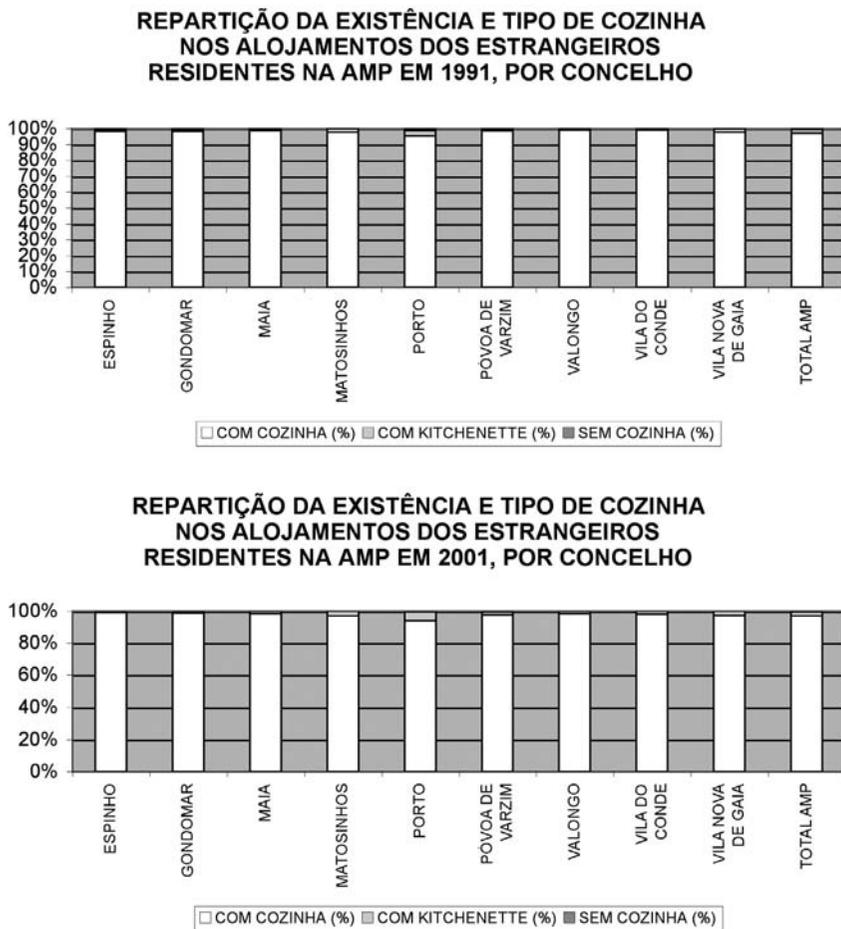


Figura 136. Repartição percentual dos alojamentos dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, por concelho, de acordo com a existência e tipo de cozinha, em 1991 e em 2001 (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

3.6. CONCLUSÕES

Neste capítulo apresentou-se uma análise sistematizada das características demográficas, educacionais, profissionais e habitacionais da população residente na Área Metropolitana do Porto e a respectiva evolução.

Recorreu-se ao tratamento estatístico e à representação gráfica, tendo-se estudado e analisado diversos cruzamentos de informação, tanto ao nível territorial do concelho e da freguesia, como ao nível populacional dos principais grupos de estrangeiros, efectuando sempre análises comparativas entre as características homólogas destes grupos entre si e com as dos portugueses.

Os estudos efectuados permitem concluir que, em geral, os estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, para além de se caracterizarem, em termos médios, por níveis de habilitações literárias superiores aos dos portugueses, ocupam posições elevadas a nível profissional (uma vez que são os grupos profissionais de estatuto mais elevado que representam uma percentagem maioritária destes imigrantes). Excepção a esta situação ocorre no grupo dos imigrantes provenientes dos países de leste, em que se detectaram condições profissionais e de alojamento mais desfavoráveis, e maiores desfasamentos entre as habilitações académicas e os grupos profissionais.

Adicionalmente, os dados analisados e os resultados obtidos mostram que tem sido favorável aos imigrantes a evolução ocorrida ao longo dos últimos quinze anos, no sentido da sua progressiva aproximação das condições de vida dos portugueses (em 1991 havia muito maiores discrepâncias entre portugueses e estrangeiros no que se refere às diversas variáveis estudadas do que actualmente).

Detecta-se que é bom o posicionamento dos imigrantes relativamente aos portugueses em termos de acesso às oportunidades profissionais e habitacionais. Estes padrões de igualdade de oportunidades dos estrangeiros relativamente aos portu-

ses são patentes a níveis tão diversos como o acesso aos empregos, à respectiva localização, e à situação e grupo profissional. Conclui-se, ainda, que os alojamentos dos estrangeiros (à excepção dos dos países de leste) estão, em média, melhor infraestruturados e equipados que os dos próprios portugueses (em alguns aspectos estão claramente em posição de superioridade, como é o caso da existência de aquecimento central).

Estas análises revelam, também, os elevados níveis de encargos com a aquisição e/ou o arrendamento habitacional suportados pelos estrangeiros, em clara desvantagem relativamente aos portugueses, já que o sistema de acesso à habitação e o tempo de permanência no nosso país lhes exige taxas de esforço muito superiores. Também a este nível é de referir a situação dos imigrantes de países de leste que suportam níveis muito elevados de encargos com a aquisição e com o arrendamento dos alojamentos, considerando os grupos profissionais de que fazem parte, o que lhes exige a afectação de elevados montantes do seu rendimento a despesas com a habitação.

Este capítulo permitiu, assim, a caracterização, tão completa quanto possível, da situação profissional e habitacional da imigração na Área Metropolitana do Porto, contribuindo para o debate sobre esta problemática. Procuraram identificar-se algumas situações de desigualdade a que os imigrantes de leste estão actualmente sujeitos, que merecem uma atenção específica por parte do planeamento urbano e dos poderes públicos e privados, e cuja evolução importa não só acompanhar, como ainda corrigir, no sentido da sua rápida superação.

Também se efectuou uma análise transversal para os diferentes concelhos, permitindo do mesmo modo a detecção de diferenças nos padrões profissionais e habitacionais entre eles, e chamando a atenção para necessidades pontuais de intervenção, e implementação de determinadas medidas políticas, económicas, sociais e culturais, orientadas para a superação de algumas desigualdades territoriais, assegurando o igual acesso às oportunidades a todos os cidadãos, e elevando os seus níveis de qualidade de vida.

CAPÍTULO 4. DESENVOLVIMENTO DOS MODELOS EXPLICATIVOS

4.1. OBJECTIVOS DO MODELO INTEGRADO E INTERACTIVO

O objectivo deste capítulo consiste em definir, desenvolver e implementar um modelo integrado e interactivo de apoio à decisão municipal referente a políticas de integração de imigrantes e de minorias étnicas, constituído por diversas ferramentas analíticas de apoio à decisão.

Desenvolveram-se, assim, modelos estatísticos classificatórios explicativos da localização habitacional e do emprego, recorrendo às metodologias matemáticas das Árvores de Decisão e das Redes Neurais.

Adicionalmente, e atendendo ao facto de se pretender relacionar o local de trabalho com o local de residência, procedeu-se à aplicação de testes de hipóteses entre estas variáveis no sentido de testar a sua dependência (e respectiva correlação).

Finalmente, e dentro deste âmbito, desenvolveu-se um modelo de regressão que visa determinar uma escala profissional (profissão e grupo profissional) dos imigrantes em função da sua localização residencial (concelho e freguesia), grupo de países de origem, actividade económica, situação perante o emprego, situação profissional e características das vizinhanças habitacionais.

O tratamento estatístico foi efectuado tendo como suporte os softwares SPSS 13, Statistica (versões 5 e 6), Matlab 7 e Microsoft Excell 2003, e no tratamento cartográfico usou-se o ArcView GIS, versão 3.1.

4.2. TESTES DE INDEPENDÊNCIA

4.2.1. TESTE DO χ^2

Com este teste pretende-se verificar se duas variáveis X e Y , qualitativas ou quantitativas, com modalidades X_1, X_2, \dots, X_r e Y_1, Y_2, \dots, Y_s , respectivamente são independentes (Dudewicz e Satya, 1988), isto é, se

$$P(X_i \cap Y_j) = P(X_i)P(Y_j), i = 1, \dots, r, j = 1, \dots, s$$

Assim:

Hipóteses:

H_0 : As variáveis são independentes

H_1 : As variáveis não são independentes

para um nível de significância α .

Dada uma amostra aleatória de tamanho n , considerem-se os seguintes elementos, para $i = 1, \dots, r$, e $j = 1, \dots, s$:

- n_{ij} : Frequência absoluta das modalidades X_i e Y_j
- $p_{i.} = P(X_i)$: probabilidade de ocorrência da modalidade X_i
- $p_{.j} = P(Y_j)$: probabilidade de ocorrência da modalidade Y_j
- $p_{ij} = P(X_i \cup Y_j)$: probabilidade de ocorrência simultânea das modalidades X_i e Y_j
- $n_{i.}$: frequência absoluta da modalidade X_i qualquer que seja a modalidade Y_j
- $n_{.j}$: frequência absoluta da modalidade Y_j qualquer que seja a modalidade X_i

A hipótese H_0 é verdadeira se $p_{ij} = p_{i.} \cdot p_{.j}$, para $i = 1, \dots, r$ e $j = 1, \dots, s$. Mas estes valores são, obviamente, desconhecidos. Logo, o teste irá consistir em comparar o estimador de p_{ij} , $\hat{p}_{ij} = \frac{n_{ij}}{n}$, com o estimador de $p_{i.} \cdot p_{.j}$, $\hat{p}_{i.} \cdot \hat{p}_{.j} = \frac{n_{i.} \cdot n_{.j}}{n \cdot n}$ ou, equivalentemente, comparar $n \hat{p}_{ij}$ com $n \hat{p}_{i.} \cdot \hat{p}_{.j} = \frac{n_{i.} \cdot n_{.j}}{n}$.

Uma estatística de teste para o ensaio das hipóteses H_0 versus H_1 é:

$$Q = \sum_{i=1}^r \sum_{j=1}^s \frac{(n_{ij} - n \hat{p}_{i.} \hat{p}_{.j})^2}{n \hat{p}_{i.} \hat{p}_{.j}}$$

ou, equivalentemente,

$$\sum_{i=1}^r \sum_{j=1}^s \frac{n_{ij}^2}{n \hat{p}_{i \cdot} \hat{p}_{\cdot j}} - n$$

e mostrar-se que, quando H_0 é verdadeira, então

$$Q \sim \chi^2_{(r-1)(s-1)}$$

sempre que $n \geq 30$ e $n \hat{p}_{i \cdot} \hat{p}_{\cdot j} \geq 5$ para $i = 1, \dots, r$ e $j = 1, \dots, s$.

Deve rejeitar-se H_0 se o valor observado de Q for muito elevado, ou seja, a região crítica do teste é da forma $Q > a$, onde a verifica a condição $P(Q > a) = \alpha$, em que α se designa por nível de significância do teste.

4.2.2. CONCELHO DE TRABALHO VERSUS CONCELHO DE RESIDÊNCIA

Neste trabalho foi realizado um estudo sobre a correlação entre as variáveis:

X: Concelho de trabalho

Y: Concelho de residência

e ainda outro considerando as variáveis:

X': Concelho de trabalho pertencente à Área Metropolitana do Porto

Y': Concelho de residência pertencente à Área Metropolitana do Porto

As variáveis Y e Y' são idênticas já que apenas foram considerados os indivíduos residentes em concelhos da Área Metropolitana do Porto. No entanto, X e X' são diferentes, uma vez que de X são excluídos os indivíduos que, embora residam na Área Metropolitana do Porto, trabalham fora dessa área, e, por essa razão, $X' \subset X$

Em ambos os casos recorreu-se ao software SPSS 13.0 para realizar o teste do para o ensaio das hipóteses H_0 versus H_1 , considerando:

H_0 : As variáveis são independentes

H_1 : As variáveis não são independentes

Para os dois testes realizados, tomando $\alpha = 0.05$, os resultados foram considerados como sendo estatisticamente significativos e em ambas as situações o resultado é:

rejeitar H_0 . Este resultado significa que se deve aceitar H_1 , isto é, as variáveis X e Y são dependentes tal como acontece com as variáveis X' e Y' .

O segundo teste, considerando as variáveis X' e Y' , foi realizado porque, embora o primeiro seja estatisticamente significativo, não verificava todas as condições de aplicabilidade. Uma das condições impostas é o facto de que todas as modalidades tanto da variável X como da variável Y devem ter valor esperado superior a 5, ou seja, $E(X_i) > 5$ e $E(Y_j) > 5$. Contudo, como se estão a considerar alguns concelhos de trabalho fora da Área Metropolitana do Porto, a maioria destes apresenta uma quantidade insignificante de indivíduos, tornando o valor esperado de algumas modalidades inferior a 5. Considerando as variáveis X' e Y' a condição imposta já é verificada.

Efectuou-se, seguidamente, uma análise ao *coeficiente de correlação de Pearson*. Mais uma vez, em ambos os casos, os resultados foram considerados estatisticamente significativos pelo SPSS 13.0, apresentando como coeficiente de correlação entre X e Y o valor 0.146 e entre X' e Y' o valor 0.729.

Como se pode verificar, quando se consideram apenas os concelhos da Área Metropolitana do Porto, o grau de correlação entre o concelho de trabalho e o concelho de residência é bastante elevado, revelando a forte dependência das variáveis. No entanto, se se considerarem os concelhos de trabalho dos residentes na Área Metropolitana do Porto, constata-se que, embora dependentes, estas variáveis apresentam um nível de correlação bastante inferior.

4.3. ÁRVORES DE DECISÃO

4.3.1. INTRODUÇÃO

Com base nos dados exaustivos relativos a todos os indivíduos e a todos os alojamentos da Área Metropolitana do Porto (sistemizados no sistema de informação de gestão urbanística desenvolvido), definiram-se diferentes classes para os imigrantes e construiu-se um classificador que permite, face a novos casos de imigrantes que venham a residir na Área Metropolitana do Porto, prevêr o concelho e a freguesia em que provavelmente se virão a localizar os seus alojamentos, bem como o seu trabalho. Os estudos efectuados em árvores de classificação hierárquica centraram-se a nível de concelho e a nível de freguesia nesta mesma Área Metropolitana.

4.3.2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A terminologia das árvores é gráfica, embora, contrariamente às que existem na natureza, sejam desenvolvidas na descendente. A raiz é o nó que está no topo e os dados são passados pela árvore, tomando decisões em cada nó até se atingir um nó terminal (também designado por folha). Cada nó não terminal contém uma expressão de teste com resposta binária, e cada folha representa uma classe (Ripley, 1996).

Uma árvore de classificação pode, assim, ser visualizada como uma sequência de perguntas para as quais a resposta é sim ou não, acrescida de um determinado conjunto de respostas. Cada pergunta verifica se o classificador satisfaz ou não uma determinada condição e, dependendo da resposta, o classificador ou avança para uma nova pergunta ou atinge uma determinada resposta final.

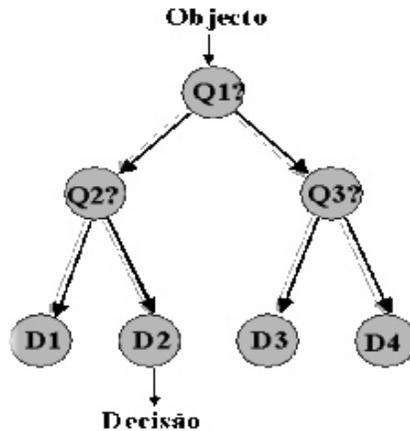


Figura 137. Estrutura de uma árvore de decisão

Deste modo, uma árvore de decisão divide o conjunto de observações (espaço \mathcal{X}) em sub-conjuntos que correspondem às folhas, uma vez que cada elemento do conjunto de observações será classificado de acordo com o rótulo da folha que atinge. Desta forma, uma árvore de decisão pode ser encarada como uma partição hierárquica do conjunto de observações \mathcal{X} .

Um método hierárquico produz uma família de partições do conjunto de dados observados \mathcal{X} , indexada por um parâmetro T que é designado por escala. A família de partições exibe a seguinte propriedade: se dois padrões x e y pertencerem a um mesmo agregado para uma escala T , então pertencem ao mesmo agregado para todas as escalas $T' > T$.

Esta propriedade permite representar o processo de agrupamento por meio de uma árvore (*dendograma*) cujos nós estão associados a valores da escala T . As folhas do dendograma representam os padrões do conjunto de observações, e os nós representam conjuntos de padrões. Dois nós estão ligados numa escala T se os respectivos padrões passarem a pertencer a um mesmo agregado para todas as escalas $T' > T$. Esta propriedade permite representar o processo de agrupamento por meio de uma

árvore. Num método hierárquico a partição final depende do valor escolhido para T . Se a escala for suficientemente grande, observa-se apenas um único nó que contém todos os padrões; se for suficientemente pequena cada padrão forma um agregado. Quando a escala T tende para infinito obtém-se um agregado único. Como T controla a escala com que os dados são analisados, torna-se necessário determinar a escala mais adequada ao problema.

Os métodos de classificação hierárquica dividem-se em métodos aglomerativos e partitivos. Nos métodos aglomerativos parte-se de um elevado número de agregados e procede-se a um processo de fusão de agregados controlado pelo parâmetro T , que aumenta ao longo do processo de classificação. Neste caso, o dendograma é construído de forma ascendente. Neste estudo usou-se o método partitivo de classificação hierárquica, em que se parte de um único agregado que é sucessivamente dividido à medida que o parâmetro T diminui, sendo por essa razão o dendograma construído de forma descendente.

O conceito de árvore de decisão passa por construir um classificador a partir de um conjunto de observações. Neste sentido, é usual fazer crescer a árvore partindo sucessivamente os nós. A construção da árvore é menos complexa quando há uma partição exacta do conjunto das observações \mathcal{K} , isto é, quando existe uma partição que classifica todas as observações correctamente. Nesta situação, seria necessário desenvolver a árvore continuamente até que cada observação seja classificada de modo correcto. Mas face ao problema em estudo, fazê-lo envolveria uma enorme complexidade, surgindo, então, duas possíveis estratégias: parar o crescimento da árvore prematuramente, ou podar a árvore depois de a construir.

O tipo de partição efectuada em cada nó pode afectar de forma decisiva o desempenho da árvore de decisão produzida.

O tratamento de características discretas, por seu turno, é diferente daquele que se aplica a características contínuas. Com efeito, a limitada cardinalidade deste tipo de características permite o cálculo de partições tendo em conta este facto e possibilitando, por vezes, um grande poder discriminante.

O teste mais vulgar é aquele que atribui a cada valor da característica em causa um ramo próprio. Este tipo de partição, embora permita extrair da característica todo o seu conteúdo informativo, tem como principal desvantagem a criação de um grande número de ramos, muitas vezes completamente desnecessários, o que implica a formação de árvores de dimensões frequentemente exageradas. Por outro lado, a avaliação da qualidade das partições é muitas vezes influenciada pelo número de subconjuntos a que estas conduzem, tornando bastante difícil a comparação de partições baseadas em características de cardinalidades muito diferentes. De facto, os métodos de avaliação da qualidade das partições efectuadas tendem, na sua maioria, a beneficiar as partições que conduzem a um maior número de sub-conjuntos. Neste estudo optou-se pela metodologia das características ordenadas. Uma característica ordenada é aquela que permite a definição de uma relação de ordem entre os seus possíveis valores. Quando as características são ordenadas, é possível a definição de testes binários do tipo $x_n \leq C$ (em que x_n representa as variáveis e C é designado por valor de *cutt-off*), possibilitando assim a construção de árvores binárias. Para uma característica de cardinalidade N serão possíveis $N-1$ diferentes partições deste tipo, que se torna necessário testar de modo a garantir, de entre elas, a melhor escolha. Este método tem o inconveniente de, por vezes, não utilizar todas as capacidades de cada característica, proporcionando, no entanto, uma árvore bastante inteligível para o observador.

Quando se conclui estar na presença de uma folha da árvore de decisão, é necessário determinar qual a classe à qual deverá ficar associada. Existem duas aproximações distintas que podem ser adoptadas: a atribuição da classe mais provável (que visa a minimização do erro de classificação), ou a atribuição da classe que permite minimizar os custos de classificação.

Pode-se entender o custo de um erro a penalização imposta ao sistema no caso deste cometer um dado tipo de erro (isto é, de classificar erradamente uma dada observação). Se o objectivo subjacente à construção da árvore for o da minimização dos custos e não o da minimização do erro, então torna-se necessário definir as penalizações a atribuir. Supondo que se pretendem atribuir custos a diferentes classificações

erradas, considere-se, então, C_{ij} o custo de classificar erradamente as observações da classe i como sendo da classe j . Uma metodologia possível consiste em supor que a construção da árvore apenas modela as probabilidades à posteriori $p(x/k)$, e que os custos devem ser usados para escolher a classificação em cada nó. Neste caso, para algumas classes é preferível a atribuição de custos diferentes dos atribuídos a outras classes.

Aplique-se o melhor procedimento conhecido para a poda de uma árvore. Seja $R(T)$ uma medida de uma árvore calculada a partir do somatório das contribuições das folhas. Um candidato óbvio a sair da árvore é o número de classificações erradas do conjunto de observações. Considerando o tamanho de uma árvore como o número respectivo de folhas, então uma sub-árvore de T é uma árvore com raiz num nó de T . A sub-árvore T_0 da árvore T que minimiza a expressão $R_\alpha(T_0) = R(T_0) + \alpha \text{size}(T_0)$ (onde $\text{size}(T_0)$ representa o tamanho da árvore), designa-se por árvore de custo mínimo.

4.3.3. DESENVOLVIMENTO DO ALGORITMO E SUA UTILIZAÇÃO

Para a construção das árvores de classificação foi desenvolvido um algoritmo (anexo 21), tendo sido utilizado o *software* MATLAB. Expõe-se seguidamente o procedimento adoptado:

- Utilizando a instrução *xlsread*, este algoritmo começa por importar a informação de um ficheiro de dados, e cria uma matriz *data* de valores (que vai gerar o classificador), e um *vector class* (com a informação relativa às classes de dados).
- A árvore de classificação que se adequa aos dados de entrada foi construída usando a função *treefit* com o parâmetro *classification*. É necessário especificar que todas as colunas são variáveis categóricas (atendendo a que o procedimento seria diferente caso se estivessem a utilizar variáveis quantitativas), sendo para isso usado o parâmetro *catid*x (Demuth e Beale, 2000).

- Perante a árvore construída, com tantos ramos quantos os considerados necessários pelo classificador, coloca-se um problema: a árvore pode classificar correctamente o conjunto de dados mas não ser eficaz na classificação de novos valores. Alguns dos seus ramos mais baixos podem ser fortemente afectados por *outliers* e/ou por outros factores anómalos presentes nos dados. Então, sempre que possível, é preferível encontrar uma árvore mais simples, evitando assim o problema de *overfitting*. Pode estimar-se, então, o tamanho ideal da árvore a construir utilizando o método da validação cruzada (*cross-validation*). Nesse sentido, começa-se por calcular uma estimativa do erro de classificação utilizando o método de *resubstituição* para a árvore em causa e para uma sequência de árvores mais simples, através da execução da função *treetest* com o parâmetro *crossvalidate*.
- Esta estimativa assim obtida provavelmente subestima a verdadeira grandeza do erro. Calcula-se, então, uma estimativa através do método de validação cruzada considerando a mesma quantidade de informação (os resultados obtidos estão representados a tracejado na figura correspondente). O método da validação-cruzada fornece, também, uma estimativa do melhor nível de poda (*pruning*), necessário para alcançar o tamanho ideal da árvore. Para efectuar este procedimento utiliza-se a função *treep prune* e define-se o nível de poda usando o argumento *level*.
- No sentido de dar a conhecer o processo de classificação, procedeu-se à representação gráfica da estrutura da árvore de decisão de custo mínimo recorrendo à instrução *treedisp*.
- Por fim, o algoritmo pede a informação relativa a um novo indivíduo (ou a um conjunto de novos indivíduos), classifica-o(s) e fornece a resposta.
- O algoritmo apresenta o desenvolvimento descrito em duplicado. A primeira parte constrói uma árvore de decisão que classifica os novos imigrantes de acordo com a sua informação pessoal e aponta o local de residência que considera mais ade-

quado. A segunda parte é análoga, e desenha a árvore de decisão que se ajusta às características profissionais, indicando, face a essa informação e ao local de residência, o local de trabalho mais provável.

Numa perspectiva sequencial, a primeira fase do processo decide qual o local de residência mais adequado para um novo imigrante e usa essa decisão na segunda fase, que escolhe o local de trabalho tendo conhecimento prévio do local de residência. Este procedimento faz sentido, uma vez que, conforme foi visto anteriormente, as variáveis são correlacionadas.

4.3.4. APLICAÇÃO DO ALGORITMO AO ESTUDO DE CASO

Neste estudo procuraram ajustar-se árvores de classificação às variáveis do sistema de informação de gestão urbanística que foi construído. É de referir que, neste caso, todas as variáveis são discretas.

Numa primeira fase procedeu-se à modelação das variáveis *Concelho de Residência e Freguesia de Residência em função das variáveis País de Origem, Situação perante o Emprego, Ramo de Actividade Económica⁵, Situação Profissional, Grupo Profissional e Designação Profissional*. Atendendo a que todas as variáveis são categóricas, a todas as observações do conjunto de dados foi atribuído um número que identifica os diversos valores que as variáveis podem tomar (a notação usada para cada variável é a adoptada pelo Instituto Nacional de Estatística).

Utilizou-se o algoritmo descrito anteriormente no sentido da determinação do *Concelho de Residência* mais provável para um novo estrangeiro que chega à Área Metropolitana do Porto, de acordo com as suas características e perspectivas profissionais.

A primeira informação fornecida pelo programa refere-se ao tamanho da árvore de custo mínimo. O gráfico seguinte mostra o número de folhas de uma sucessão de árvores, e os custos respectivos. Apresenta-se, também, a traceja-
do, o resultado do método de validação cruzada.

⁵ Nas árvores de decisão o Ramo de Actividade Económica tem a designação de Actividade Profissional

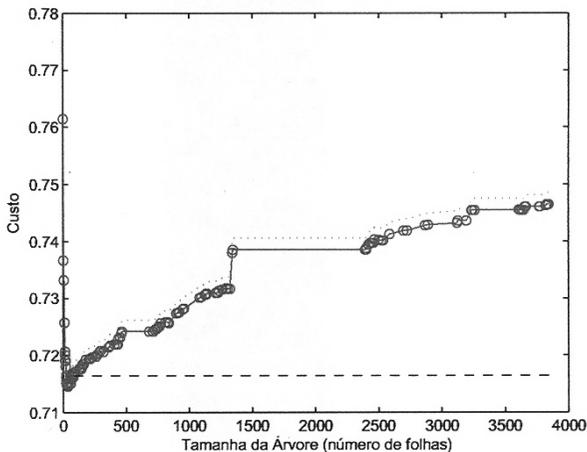


Figura 138. Cálculo da árvore de custo mínimo para classificar o concelho de residência

Após a escolha do tamanho ideal da árvore, o programa desenha a árvore de decisão de custo mínimo. Na figura 139 está representada a árvore de decisão para prevêr o *Concelho de Residência* de um novo imigrante, a partir dos seus atributos.

Conforme se pode constatar, uma das características fundamentais é o *Grupo Profissional*, uma vez que depende desta variável a primeira divisão dos dados. Outra característica importante é o *Pais de Origem*, visto que aparece várias vezes como critério de divisão. Isto já era, aliás, de esperar, uma vez que a etnia tem tendência para agrupar os imigrantes. O *Ramo de Actividade Económica* revela-se, também, uma condição importante no processo de decisão.

Uma vez construída a árvore torna-se, então, possível a classificação de um novo imigrante (ou grupo de imigrantes). Suponha-se que chegava à Área Metropolitana do Porto um indivíduo com as seguintes características: nacionalidade argentina (País de origem: 528), empregado (Situação face ao emprego: 1), trabalhador por conta de outrem (Situação profissional: 3), usualmente trabalha em actividades de transportes, armazenagem e comunicações, em agências de viagem e de turismo (Ramo de actividade económica: 63), especialista das profissões intelectuais e científicas (Grupo profissional: 2), especialista das ciências sociais e humanas (Designação profissional: 244).

Comece-se por analisar o nó superior:

- O número que identifica o *Grupo Profissional* é inferior ao valor de *cut-off*, que é 3. Toma-se, então, o ramo da esquerda.
- O valor que corresponde ao *Pais de Origem* é superior a 368, o que significa que se prossegue pelo ramo da direita.
- Continua-se em trajectória descendente na árvore, até chegar a um nó terminal que indica a classe mais apropriada para o indivíduo a ser classificado. Neste caso, mais uma vez, o *Pais de Origem* é superior a 486, pelo que se segue pelo ramo da direita até chegar à folha que indica que o imigrante irá escolher o conelho do Porto (com muito elevada probabilidade).

Outro estudo interessante consiste na construção de uma árvore análoga que seja mais específica em termos de localização, isto é, que classifique um indivíduo quanto à *Freguesia de Residência* que vai provavelmente escolher. Este estudo foi realizado, apresentando uma árvore de decisão bastante mais desenvolvida, conforme é indicado na figura seguinte:

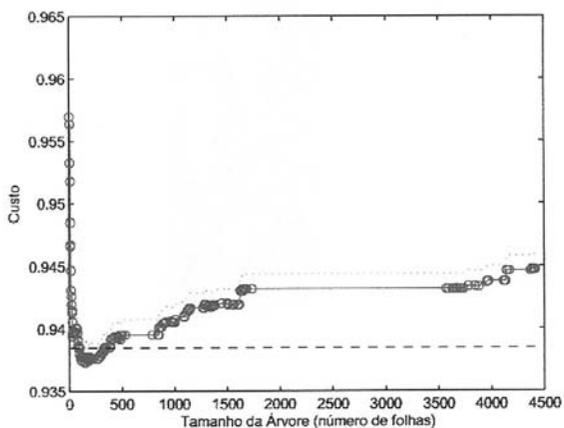


Figura 140. Cálculo da árvore de custo mínimo para classificar a freguesia de residência

A complexidade desta árvore obriga a representá-la recorrendo às sub-árvores apresentadas nas três figuras seguintes:

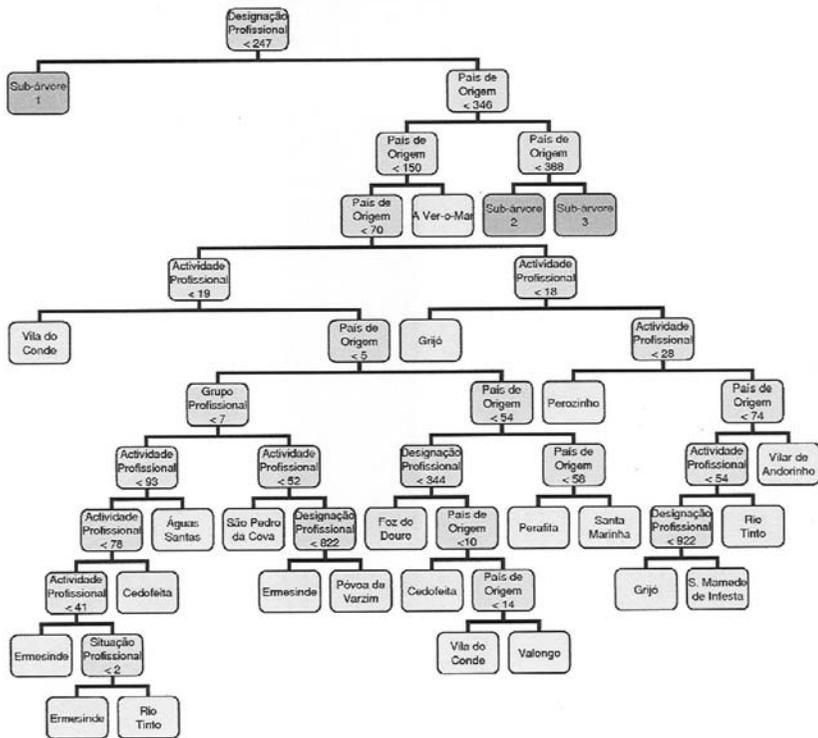


Figura 141. Árvore de decisão para classificar a freguesia de residência

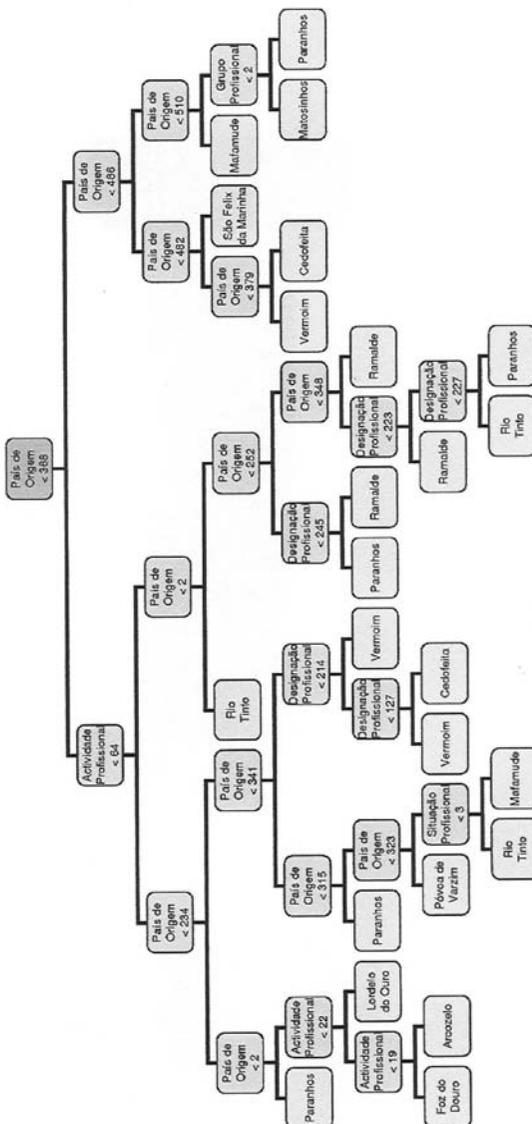


Figura 142. Sub-árvore de decisão 1

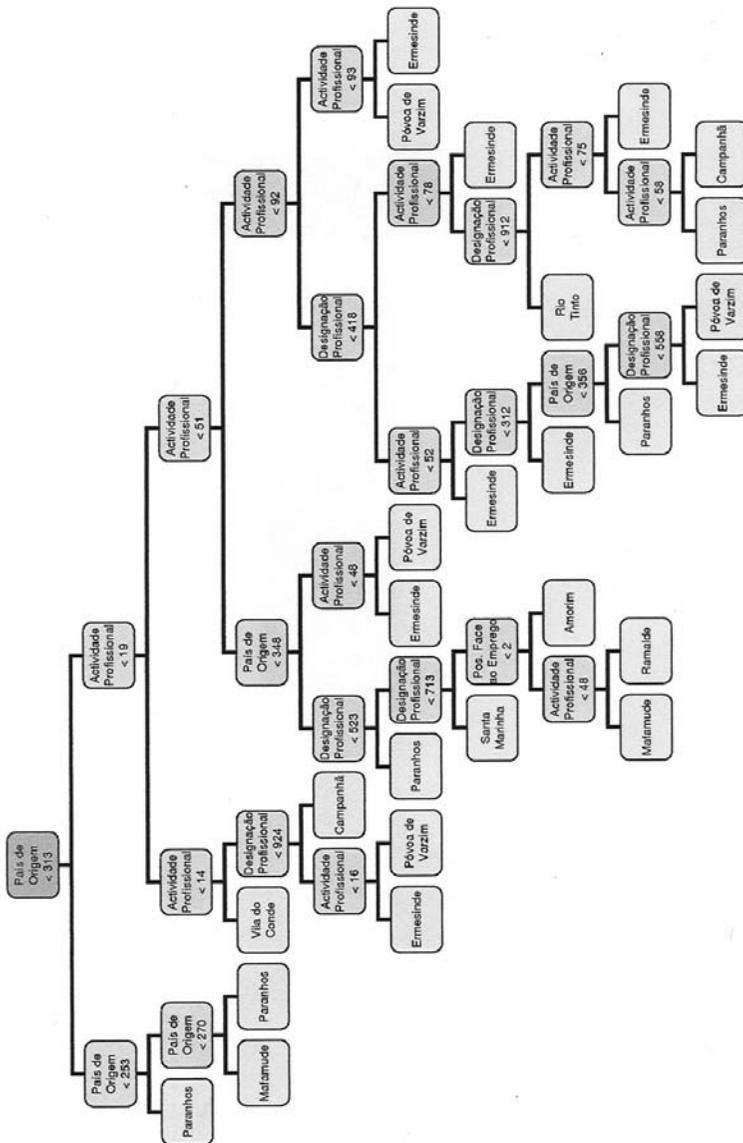


Figura 143. Sub-árvore de decisão 2

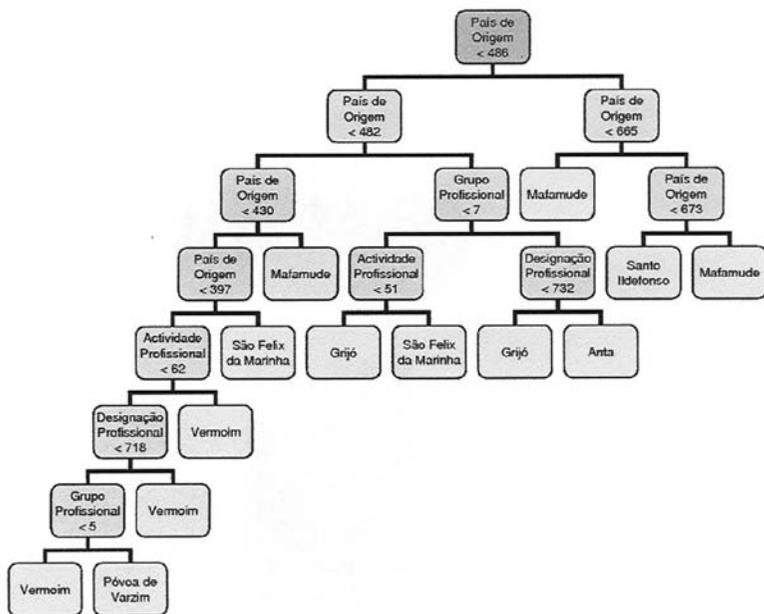


Figura 144. Sub-árvore de decisão 3

O processo de decisão é semelhante ao anterior. Neste caso, pode-se verificar que as características mais relevantes são a *Designação Profissional*, o *País de Origem* e o *Ramo de Actividade Económica*. Nota-se, também, que as freguesias eleitas pertencem aos concelhos da árvore representada na figura 139. Para além disso, como a árvore a nível de freguesia apresenta um nível de desenvolvimento superior, podem-se encontrar outras freguesias pertencentes a concelhos que não estão contemplados nesta mesma árvore da figura 139.

Quanto ao cidadão argentino considerado no exemplo anterior, ele irá, segundo a árvore de classificação a nível de freguesia, para Paranhos, que é uma freguesia do concelho do Porto.

Seguindo a mesma metodologia, e utilizando agora a informação relativa ao local de trabalho, construiu-se uma árvore de decisão que classifica o *Concelho de Trabalho*

a partir do *Concelho* ou da *Freguesia de Residência*, *País de Origem* e *Situação face ao Emprego*.

No sentido de classificar um novo imigrante quanto ao local de trabalho, vai ser usada a informação fornecida pelo algoritmo anterior, de classificação do local de residência, complementada com alguma informação adicional referente ao país de origem e à situação face ao emprego.

Na figura seguinte apresenta-se, mais uma vez, uma sucessão de árvores e os seus respectivos custos:

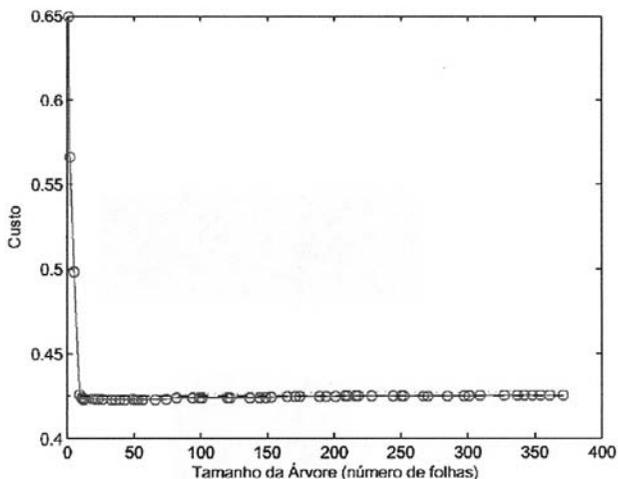


Figura 145. Cálculo da árvore de custo mínimo para classificar o concelho de trabalho face ao concelho de residência

Representa-se, de seguida, a árvore de custo mínimo para classificar o concelho de trabalho face ao concelho de residência. A característica considerada como sendo mais significativa na divisão das classes é o *Concelho de Residência*, facto que faz sentido uma vez que, como foi observado anteriormente, as variáveis são dependentes.

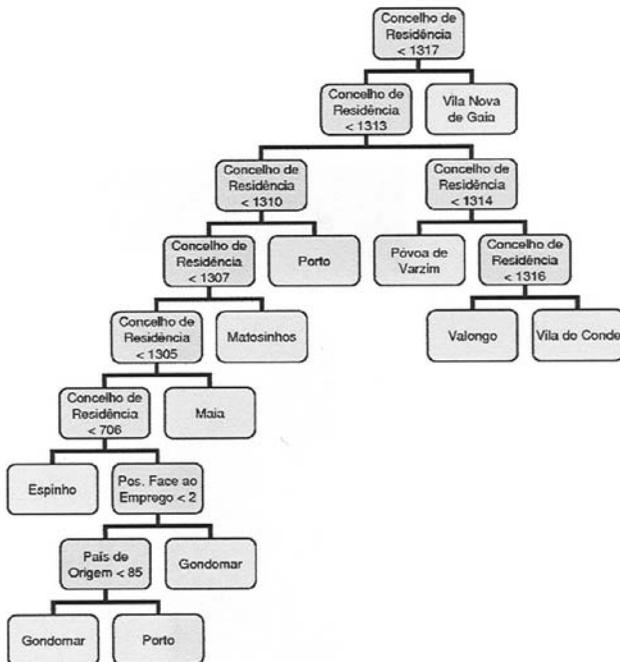


Figura 146. Árvore de decisão para classificar o concelho de trabalho face ao concelho de residência

Voltando ao exemplo do cidadão de origem argentina (País de Origem: 528), residente no Porto (Concelho de Residência: 1312) e empregado (Situação face ao Emprego: 1), pode-se prevêr, utilizando a árvore da figura 146, o *Concelho de Trabalho* mais provável.

Começando pela raiz da árvore, é o seguinte o caminho a percorrer:

- Como o *Concelho de Residência* é inferior a 1317, então segue-se pelo ramo da esquerda.
- Mais uma vez, como o *Concelho de Residência* é inferior a 1313, continua-se pelo ramo da esquerda.
- Como agora o *Concelho de Residência* é superior a 1310, vira-se à direita, atingindo, deste modo, uma folha.

- Conclui-se, então, que é elevada a probabilidade do imigrante conseguir um emprego no concelho do Porto.

Efectuando um estudo similar construiu-se uma árvore de decisão de custo mínimo para classificar o concelho de trabalho face à freguesia de residência. Na figura seguinte calculam-se, mais uma vez, uma sucessão de árvores e os respectivos custos:

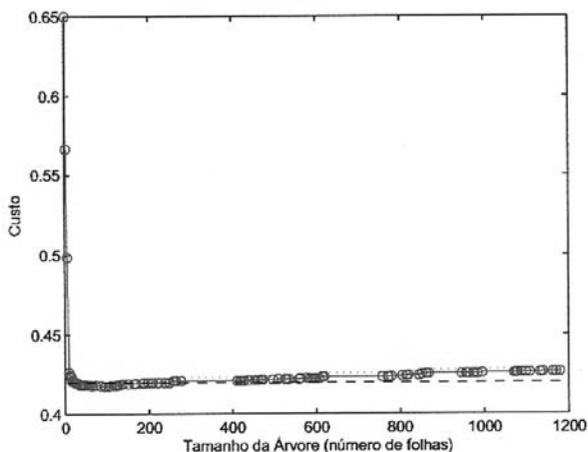


Figura 147. Cálculo da árvore de custo mínimo para classificar o concelho de trabalho face à freguesia de residência.

A árvore de custo mínimo é apresentada na figura seguinte, e revela-se mais complexa e pormenorizada do que a anterior. Também neste caso a característica eleita como mais significativa é a *Freguesia de Residência*, o que é compreensível face à dependência das variáveis:

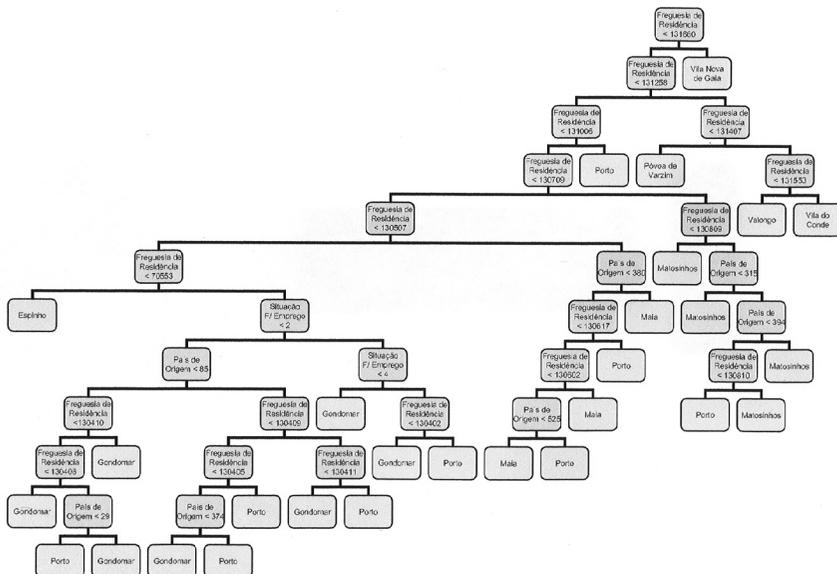


Figura 148. Árvore de decisão para classificar o concelho de trabalho face à freguesia de residência

Recorrendo, mais uma vez, ao exemplo do cidadão argentino, utilizou-se a árvore da figura 148 para o classificar, considerando Paranhos como sendo a *Freguesia de Residência*. Seguindo as ramificações da árvore verifica-se, mais uma vez, que este indivíduo terá maior probabilidade de emprego no concelho do Porto, revelando-se este resultado coerente com a classificação anterior.

4.4. REDES NEURONAIS

As redes neuronais artificiais são constituídas por elementos de processamento simples interligados, com capacidade de aprendizagem a partir dos dados. Apesar da simplicidade de cada unidade de processamento, a utilização de um número elevado de unidades interligadas permite a execução, muitas vezes surpreendente, de tarefas complexas (Marques, 1999).

4.4.1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A utilização de redes neuronais para a extracção de características tem sido apresentada como uma forma de aumentar o desempenho das árvores de decisão. O uso de pequenas redes neuronais nos nós de decisão é apresentado como uma forma de produzir árvores com uma menor taxa de erro e menores dimensões, quando comparadas com as obtidas pelos processos convencionais, embora implicando um tempo de treino mais alargado. Esta aproximação revela-se interessante também do ponto de vista das redes neuronais, pois podendo a árvore de decisão ser encarada como uma rede neuronal estruturada, tenta contornar o problema do treino e interpretação das complexas e não estruturadas redes tradicionais.

O *perceptrão* é uma rede constituída por várias unidades interligadas. Frequentemente, as unidades estão organizadas em camadas. Assim, as entradas das unidades de uma camada são saídas das unidades da camada anterior. Cada unidade é descrita através do modelo de McCulloch e Pitts com função de activação binária ou contínua. Quando a rede é constituída por uma única camada, é designada por *perceptrão simples*, e quando tem várias camadas é designada por *perceptrão de multicamada* (Hush e Horne, 1993).

Chama-se arquitectura da rede à informação sobre o número de nós de cada camada e as suas ligações. De uma forma abreviada indica-se, por vezes, apenas o número de entradas e o número de nós de cada camada. Esta descrição não é completa, pois não define as ligações existentes, embora forneça uma indicação sobre as dimensões da rede.

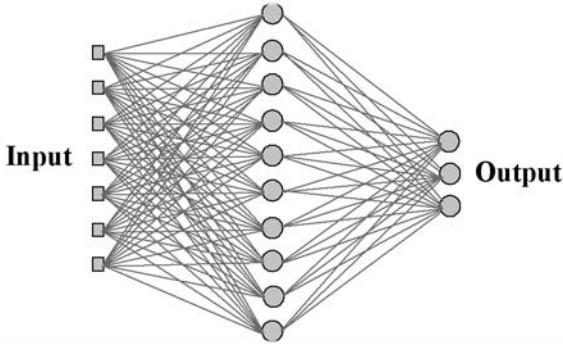


Figura 149. Arquitectura de uma rede neuronal

Do ponto de vista matemático, o perceptrão é uma aplicação não linear

$T_w : \mathfrak{R}^p \times \mathfrak{R}^n \rightarrow [0,1]^m$, que transforma um vector de pesos $w \in \mathfrak{R}^p$ e um vector de entrada $x \in \mathfrak{R}^n$ num vector de saída $y = T_m(x)$, $y \in \mathfrak{R}^m$. A arquitectura da rede define, de uma forma cómoda, a classe de funções T_m .

A aprendizagem de uma rede neuronal envolve duas fases: a escolha da arquitectura e o cálculo dos pesos. A primeira requer a definição do número de camadas, do número de unidades por camada, e das ligações. Esta operação é feita usualmente de forma não automática, com base em critérios heurísticos e na experiência passada do utilizador.

O *perceptrão* simples é uma rede com uma única camada. Cada peso só influencia uma única saída. Por isso, o treino de cada unidade é feito de forma independente. Considere-se uma rede com saídas binárias. Cada unidade da rede realiza uma operação de classificação ao associar um valor binário a cada vector de entrada. Importa analisar que tipo de classificação se pode realizar com uma única unidade.

A superfície de decisão é definida por $s = 0$, ou seja, $\omega^T \tilde{x} = 0$, que é a equação de um hiperplano no espaço \mathfrak{R}^n dos dados de entrada. Como já foi referido, esta propriedade restringe o tipo de classificação que o perceptrão consegue realizar.

É possível obter superfícies de decisão mais gerais, usando *perceptrões simples*. Os dados devem ser transformados previamente por uma aplicação não linear $g: \mathfrak{R}^n \rightarrow \mathfrak{R}^m$, sendo depois classificados pelo *perceptrão*. A escolha da transformação é feita de forma heurística, por exemplo, usando uma rede com pesos aleatórios ou transformando os dados com base num conjunto de funções linearmente independentes (por exemplo, funções polinomiais).

Outra rede capaz de aproximar funções não lineares $T: \mathfrak{R}^n \rightarrow \mathfrak{R}^m$ é a *Rede de Funções de Base Radiais* (Moody e Darken, 1989; Poggio e Girosi, 1990). *As redes de funções de base radiais* têm um treino mais rápido do que o *perceptrão* e permitem interpretar a contribuição de cada unidade para o comportamento global da rede, pois cada unidade só é activa numa zona limitada do espaço de entrada. *A rede de funções de base radiais* é constituída por uma camada escondida, com funções de activação locais em \mathfrak{R}^n , ligada a uma camada de saída linear.

A saída de cada unidade escondida é definida por $\tilde{y}_k = B_k(x)$, em que $B_k: \mathfrak{R}^n \rightarrow \mathfrak{R}$ é uma função que depende apenas da distância de x a um vector $\mu_k \in \mathfrak{R}^n$, sendo por isso chamada *função de base radial*.

As saídas da rede são somas ponderadas das funções de base $B_k(x)$. As redes de funções de base radiais permitem aproximar qualquer função contínua $T: \mathfrak{R}^n \rightarrow \mathfrak{R}^m$, com precisão tão elevada quanto desejada.

O treino da rede é habitualmente feito em dois passos. No primeiro estimam-se os parâmetros das unidades escondidas, e no segundo calculam-se os pesos das unidades lineares de saída. Esta separação torna o treino mais rápido do que se fosse feito de forma conjunta. A estimação dos parâmetros é feita através da classificação dos dados de treino de forma não supervisionada.

4.4.2. DESENVOLVIMENTO DO ALGORITMO E SUA UTILIZAÇÃO

O procedimento adoptado para a construção de um sistema de redes neuronais é descrito seguidamente. Tal como o algoritmo da secção anterior, este algoritmo importa a informação de um ficheiro de dados e separa a coluna com a informação relativa às classes dos restantes dados (Anexo 22). Então, usando a função *ind2vec* do MATLAB, constrói-se uma matriz *data* com certas propriedades, que se adequa aos dados de entrada.

A matriz *data* tem a particularidade de ter como dimensões o número de classes por número de observações. Além disso, esta matriz é constituída por 1 na posição $data_{ij}$ quando a observação *j* pertence à classe *i*, e por 0 nas restantes linhas dessa coluna. Também aqui é necessário ter em atenção que as variáveis utilizadas são categóricas.

Usando a instrução *newppn* constrói-se a rede neuronal que se ajusta aos dados de entrada. Após o desenho da rede e face a um novo indivíduo, utiliza-se a função *sim* para realizar uma simulação, e assim encontrar a situação mais adequada. Por último, efectua-se o inverso do processo inicial. Utiliza-se a instrução *vec2ind* de modo a encontrar a classe mais provável à qual deve pertencer o novo indivíduo.

Mais uma vez, em analogia com o algoritmo da secção anterior, utiliza-se o procedimento descrito em duplicado e sequencialmente. Também neste algoritmo, na primeira etapa, face às características individuais do imigrante a classificar, é definido o local de residência e na segunda etapa, com a informação anterior complementada por informação adicional, o modelo classifica o indivíduo quanto ao seu local de trabalho.

4.4.3. APLICAÇÃO DO ALGORITMO AO ESTUDO DE CASO

Nesta fase do estudo, o objectivo consiste em construir uma rede neuronal que se adequa às variáveis que constam do sistema de informação de gestão urbanística desenvolvido.

Assim, numa primeira etapa deste estudo, procuraram modelar-se as variáveis *Concelho de Residência e Freguesia de Residência em função das variáveis País de Origem, Situação face ao Emprego, Ramo de Actividade Económica, Designação Profissional, Grupo Profissional e Situação Profissional*.

Na segunda etapa, o objectivo passou por construir uma nova rede neuronal que permitisse prevêr o *Concelho de Trabalho* em função das variáveis *País de Origem, Situação face ao Emprego, e Freguesia ou Concelho de Residência*. Mantendo a mesma orientação, uma vez que se trata de variáveis categóricas, a todas as observações do conjunto de dados foi atribuído um número que identifica os diversos valores que as variáveis podem tomar (usando a notação do Instituto Nacional de Estatística).

4.5. MODELO DE REGRESSÃO

4.5.1. OBJECTIVO

Com o objectivo de definir uma relação funcional entre a escala profissional (dada pela profissão e pelo grupo profissional) dos estrangeiros em função da sua situação perante o emprego, situação profissional, grupos de países de origem, morfologia urbana, local de residência bem como respectivas características das vizinhanças, procedeu-se a uma análise em factores principais (no sentido da determinação dos padrões de diferenciação) e a uma análise de “*clusters*” (para identificar os padrões de homogeneidade), tendo-se, na sua sequência, desenvolvido um modelo de regressão explicativo.

4.5.2. ANÁLISE EM FACTORES PRINCIPAIS

Atendendo ao elevado número de variáveis, bem como ao conjunto de diferentes categorias dentro de cada variável, começou por se efectuar uma análise em factores principais. A grande vantagem da utilização deste tipo de análise foi a de permitir determinar os padrões de diferenciação, através da incorporação no modelo de toda a riqueza e variedade de informação recolhida e tratada no sistema de informação de gestão urbanística. Para além disso, as frequências dos factores são descritas por distribuições normais (o que não acontece quando se consideram as variáveis originais).

Para a realização desta análise, e atendendo à necessidade da informação estar completa em todos os campos referentes às variáveis inicialmente consideradas, utilizaram-se 36 734 registos válidos⁶. Algumas das variáveis consideradas na análise referem-se especificamente aos imigrantes (localização residencial, grupo de países de origem, situação perante o emprego, actividade económica, profissão, grupo profissional), enquanto que as outras se relacionam mais fortemente com a morfologia urbana (número de edifícios e número de pisos) e com as características das vizinhanças habitacionais (densidade populacional, densidade habitacional, continuidade, concentração, agrupamento e usos mistos).

⁶ Dados relativamente aos quais não se oferecem dúvidas referentes à caracterização de todos e de cada um dos campos.

Deste modo, reduziu-se o número de variáveis explicativas a 7 factores principais (ortogonais entre si, e que resultam de combinações lineares da totalidade das variáveis inicialmente consideradas), conseguindo obter-se uma variância explicada da ordem dos 84.7%.

A análise da composição dos factores a partir das variáveis originais, bem como os níveis de significância das respectivas dependências parciais, permitem constatar a associação de cada um dos factores às seguintes características:

	Factor 1	Factor 2	Factor 3	Factor 4	Factor 5	Factor 6	Factor 7
Concelho	0.017883	0.995415	0.009282	0.068116	-0.001928	-0.002625	0.030552
Freguesia	0.017897	0.995417	0.009279	0.068095	-0.001929	-0.002621	0.030551
Grupos de Países	-0.041731	-0.053683	-0.010169	-0.039420	-0.022335	-0.010177	-0.994266
Profissão	-0.085360	-0.015756	-0.859411	0.008174	0.002312	0.161032	-0.021276
Grupo Profissional	0.019811	-0.001537	-0.853636	-0.006779	0.025488	-0.105405	0.009375
Actividade económica	0.137816	-0.003906	0.225551	0.051041	0.572825	-0.464598	0.052362
Situação perante o emprego	0.033685	-0.005316	0.007870	0.013936	0.111323	0.869515	0.021089
Situação profissional	-0.029974	-0.001603	-0.128535	-0.000310	0.839256	0.211136	-0.001032
Densidade populacional	0.917102	0.026011	0.049678	0.240288	0.027240	-0.023273	0.019284
Densidade habitacional	0.962953	0.005313	0.037064	0.137762	0.017933	-0.012760	0.006602
Continuidade	0.708150	-0.017410	0.058306	0.379117	0.040457	-0.027457	0.086368
Número de edifícios	0.369419	0.120389	-0.018011	0.868812	0.013422	0.013155	0.024798
Concentração	0.930414	0.002043	0.010006	0.228680	0.009298	0.002487	-0.000293
Número de pisos	0.503294	0.113407	-0.004135	0.809287	0.017444	0.006427	0.033348
Agrupamento	0.974532	0.002119	0.012084	0.090740	0.008694	0.003654	0.001360
Usos mistos	0.648641	0.086568	-0.038927	-0.498536	-0.014944	0.042497	-0.001929

Tabela 111. Coeficientes de correlação entre as variáveis originais e os factores principais

- O factor 1 está fundamentalmente associado às variáveis referentes às vizinhanças habitacionais.
- O factor 2 está ligado ao local de residência.
- O factor 3 prende-se mais fortemente com a profissão (designação profissional) e com o grupo profissional.
- O factor 4 está ligado à morfologia urbana (traduzida pelo número de edifícios e pelo número de pisos).
- O factor 5 relaciona-se com a situação profissional.
- O factor 6 reflecte a situação de emprego ou de desemprego.
- O factor 7 traduz o grupo de países de origem.

Associada a cada factor principal foi, então, definida uma escala, e procedeu-se à respectiva representação espacial a nível da Área Metropolitana do Porto, apresentando-se seguidamente as distribuições geográficas obtidas⁷.

7 Os valores representados correspondem aos valores médios por freguesia de cada factor principal.

Optou-se por considerar a variável densidade habitacional como sendo a mais representativa das características das vizinhanças habitacionais, atendendo a que era a que exibia mais elevadas correlações com as restantes variáveis deste tipo. A distribuição da densidade habitacional no território da Área Metropolitana do Porto é a seguinte:



Figura 150. Distribuição geográfica do factor 1, referente às características das vizinhanças habitacionais na Área Metropolitana do Porto

A distribuição geográfica do local de residência dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto ocorre, essencialmente, em quatro grandes grupos de freguesias: no concelho de Espinho; principalmente nos concelhos do Porto e de Matosinhos e nas freguesias dos concelhos da Maia, Gondomar e Vila Nova de Gaia que deles estão mais próximas; parte litoral dos concelhos da Póvoa de Varzim, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia, concelho de Valongo e parte do concelho de Gondomar; e parte interior dos concelhos da Póvoa de Varzim, Vila do Conde e Vila Nova de Gaia:

FACTOR 2 - LOCAL DE RESIDÊNCIA

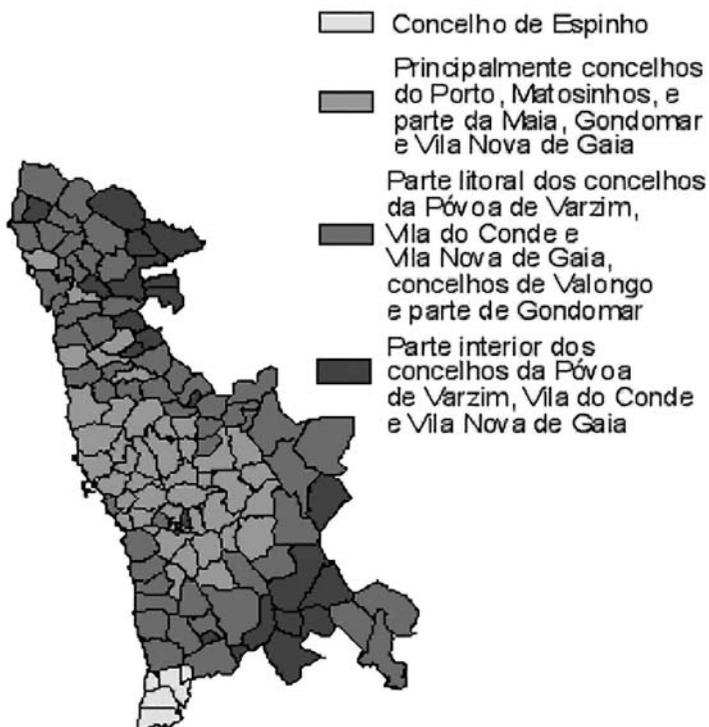


Figura 151. Distribuição geográfica do factor 2, referente aos principais locais de residência dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto

No que se refere à profissão e ao grupo profissional dos imigrantes, os valores podem ser agrupados em três grandes grupos, aos quais corresponde uma distribuição territorial específica: principalmente quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores das empresas, especialistas das profissões intelectuais e científicas e membros das forças armadas; principalmente técnicos e profissionais de nível intermédio, e pessoal administrativo e similares, pessoal dos serviços e vendedores, agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas; e principalmente operários, artífices e trabalhadores similares, operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem, e trabalhadores não qualificados:

FACTOR 3 - PROFISSÕES E GRUPOS PROFISSIONAIS

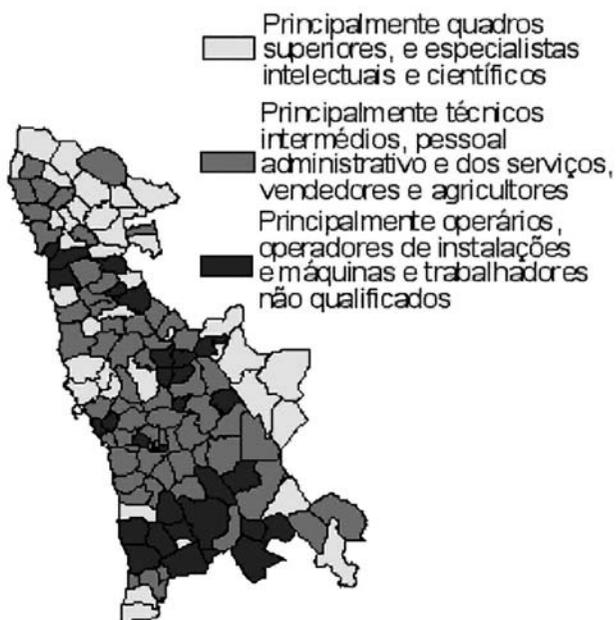


Figura 152. Distribuição geográfica do factor 3, referente à profissão e ao grupo profissional dos estrangeiros na Área Metropolitana do Porto

No que se refere à morfologia urbana, considerou-se o indicador dado pelo produto do número de edifícios pelo número médio de pisos em cada freguesia, tendo-se obtido a seguinte distribuição territorial:

FACTOR 4 - MORFOLOGIA URBANA E DENSIDADE DE EDIFICAÇÃO

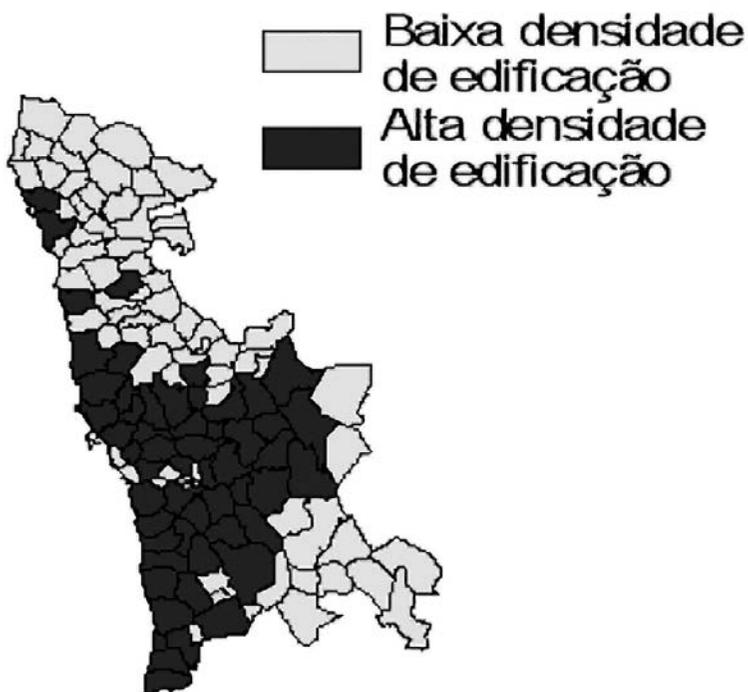


Figura 153. Distribuição geográfica do factor 4, referente à morfologia urbana e à densidade de edificação na Área Metropolitana do Porto

No que se refere à situação profissional, a distribuição geográfica dos imigrantes na Área Metropolitana do Porto caracteriza-se da seguinte forma:

FACTOR 5 - SITUAÇÃO PROFISSIONAL

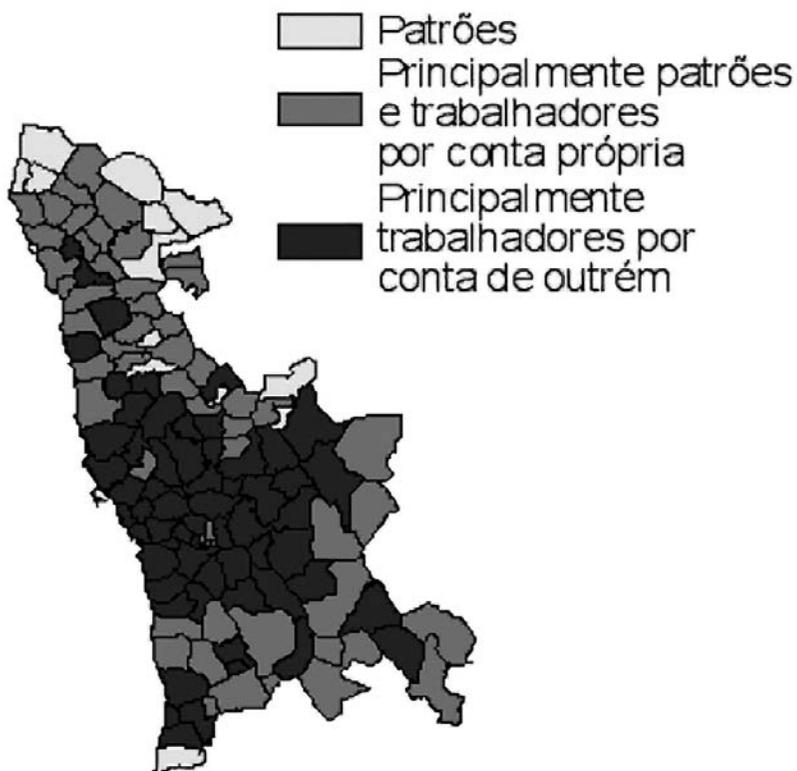


Figura 154. Distribuição geográfica do factor 5, referente à situação profissional dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto

É possível identificar geograficamente duas situações típicas perante o emprego dos imigrantes residentes na Área Metropolitana do Porto: empregados; e principalmente desempregados

FACTOR 6 - SITUAÇÃO PERANTE O EMPREGO

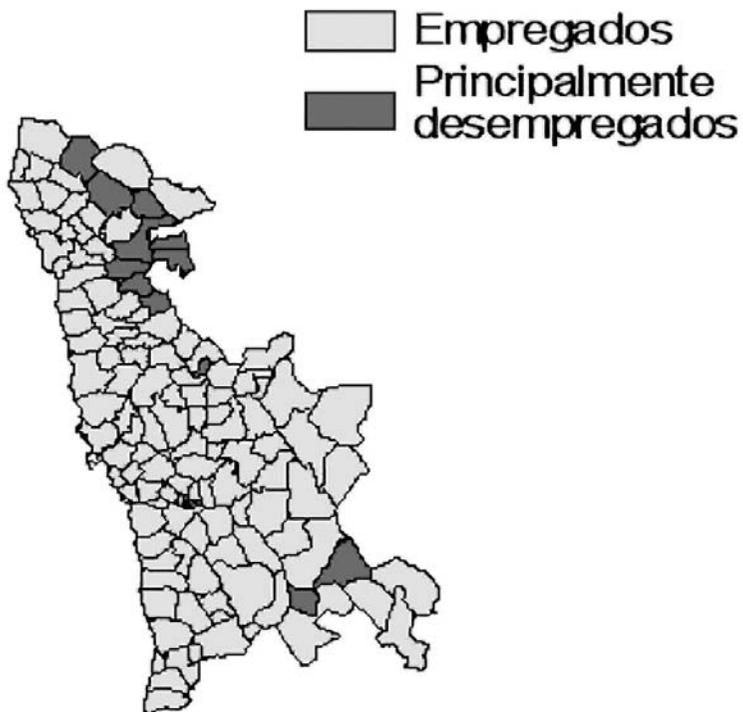


Figura 155. Distribuição geográfica do factor 6, referente à situação perante o emprego dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto

De acordo com as características exibidas, os estrangeiros podem agrupar-se em três grupos mais representativos: imigrantes de outros países estrangeiros; principalmente imigrantes africanos de língua oficial portuguesa, incluindo também imigrantes da União Europeia, do Brasil e de países de leste; e imigrantes da União Europeia:

FACTOR 7 - GRUPOS DE IMIGRANTES

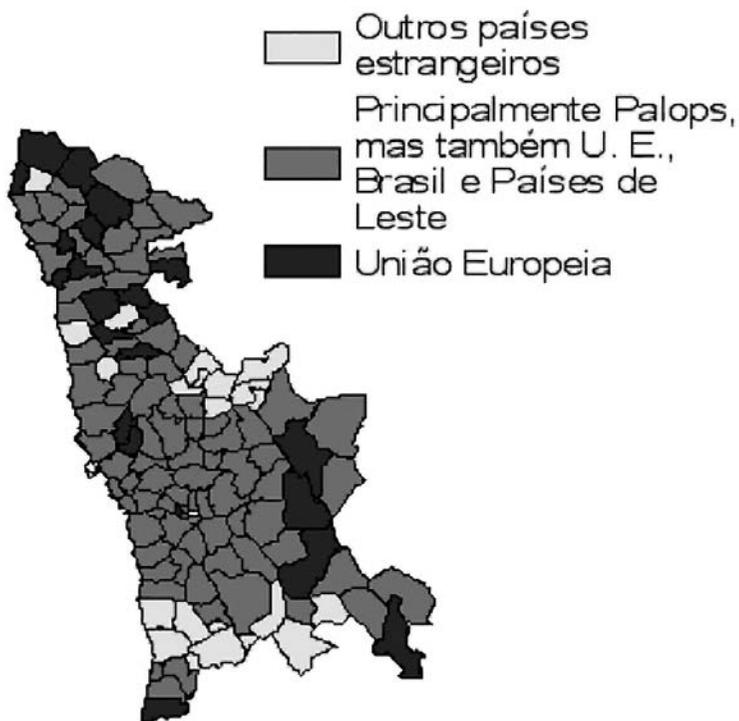


Figura 156. Distribuição geográfica do factor 7, referente aos grandes grupos de estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto

4.5.3. ANÁLISE DE “CLUSTERS”

Procedeu-se de seguida, e no sentido da identificação dos padrões de homogeneidade, a uma análise de “clusters”, usando a informação referente aos sete factores principais identificados anteriormente.

Utilizando os valores médios dos factores por freguesia, a análise em árvore vertical permite concluir que existem três “clusters” principais, conforme se pode verificar pelo gráfico apresentado seguidamente⁸:

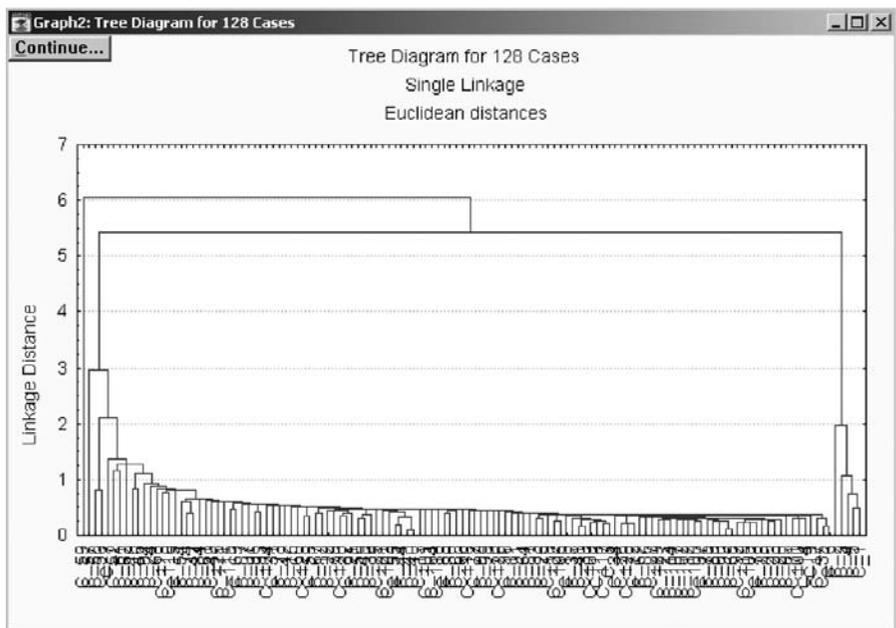


Figura 157. Agrupamento dos casos referentes aos valores médios dos factores principais (de acordo com a distância euclideana) na Área Metropolitana do Porto em árvore vertical

⁸ Este gráfico foi obtido usando o software Statistica.

Os três “clusters” identificados apresentam a seguinte expressão geográfica:

"CLUSTERS" DE IMIGRANTES NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO

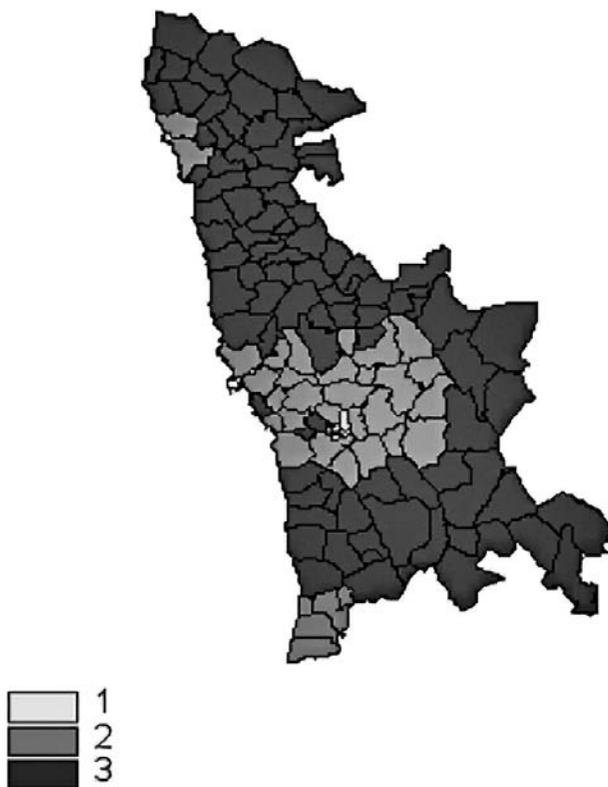


Figura 158. Distribuição geográfica dos três “clusters” de estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto

Estes três agrupamentos de características populacionais dos imigrantes conjugadas com atributos territoriais revelam a necessidade de adopção de políticas urbanas específicas para as áreas identificadas:

- Centro histórico do Porto, constituído pelas freguesias de Santo Ildefonso, S. Nicolau, Sé e Vitória (“cluster” 1).
- Três grandes zonas urbanas: à volta e no concelho do Porto; nos centros urbanos de Vila do Conde e Póvoa de Varzim; e no concelho de Espinho (“cluster” 2).
- Restantes freguesias da Área Metropolitana do Porto (incluindo, também, as freguesias de Nevogilde e Massarelos, no concelho do Porto, e de S. Pedro da Afurada, no concelho de Gaia) (“cluster” 3).

4.5.4. MODELO DE REGRESSÃO EXPLICATIVO DA ESCALA PROFISSIONAL

Considerando o objectivo de explicação da escala profissional atingida pelos estrangeiros em função da localização e das características da envolvente habitacional, da morfologia urbana, dos diversos grupos de imigrantes, e da respectiva situação perante o emprego e situação profissional, testaram-se diversos modelos alternativos em que foi considerado como variável dependente o factor 3 (referente à profissão e ao grupo profissional) e como variáveis independentes os restantes factores principais. O melhor ajuste correspondeu ao modelo de regressão linear com um ponto de quebra, que permitiu explicar uma variância de 75.7%:

	1º Segmento	2º Segmento
Constante	-0.173	0.033
Factor 1	0.019	0.027
Factor 2	0.004	0.010
Factor 4	0.073	-0.075
Factor 5	0.190	0.147
Factor 6	-0.148	-0.793

	1º Segmento	2º Segmento
Factor 7	-0.072	0.038
Ponto de quebra	Factor 3 = -0.126	

Tabela 112. Modelo de regressão linear com um ponto de quebra baseado nos factores principais, explicativo da escala profissional dos imigrantes na Área Metropolitana do Porto

Neste modelo os coeficientes dos factores nas expressões de regressão mostram, para cada um dos segmentos, os pesos implícitos com que cada unidade de factor contribui para a escala referente ao grupo profissional. No entanto, e no sentido de determinar o peso implícito de cada uma das variáveis originais (que entram na composição de cada um dos factores), é necessário atender às combinações lineares que os caracterizam (Dubin, 1998). Estes pesos resultam do produto matricial entre os coeficientes do modelo de regressão anterior e a matriz de transformação das variáveis originais nos factores principais (correspondendo à mudança da base dos factores para a base constituída pelas variáveis originais), obtendo-se, então, os seguintes parâmetros:

	1º Segmento	2º Segmento
Constante	-0.173	0.033
Concelho	-0.177	-0.142
Freguesia	-0.177	-0.142
Grupos de Países	0.103	0.483
Actividade económica	0.252	0.529
Situação perante o emprego	-0.055	0.298
Situação profissional	0.029	-0.277
Densidade populacional	-0.179	-0.028
Densidade habitacional	-0.140	-0.136
Continuidade	0.085	0.086
Número de edifícios	0.433	0.417
Concentração	-0.052	-0.053
Número de pisos	0.376	0.373
Agrupamento	0.011	-0.029
Usos mistos	-0.495	-0.500

	1º Segmento	2º Segmento
Ponto de quebra	Factor 3 = -0.126	

Tabela 113. Modelo de regressão linear com um ponto de quebra explicativo do grupo profissional dos imigrantes na Área Metropolitana do Porto

Torna-se, deste modo possível, a partir dos valores das variáveis consideradas, determinar para cada segmento (estando, neste caso o “*cluster*” referente à baixa do Porto inserido no “*cluster*” 2), o grupo profissional previsível do(s) imigrante(s) em estudo.

4.6. CONCLUSÕES

Os testes de independência do χ^2 realizados com as variáveis *Concelho de Residência* e *Concelho de Trabalho* revelaram que estas são dependentes e correlacionadas, principalmente se apenas se considerarem os imigrantes que trabalham na Área Metropolitana do Porto.

A metodologia das Árvores de Decisão permite classificar os imigrantes quanto ao local de residência e ao local de trabalho, fornecendo respostas com bastante eficiência e credibilidade.

O algoritmo identificou com clareza as características tanto pessoais como profissionais com maior relevância na classificação. Este facto reveste-se de uma enorme importância, uma vez que, através da simulação da modificação de algumas destas características, torna-se possível transferir um indivíduo de uma classe para outra, isto é, de um local de residência e/ou de trabalho para outro local como consequência da implementação de políticas urbanas específicas direccionadas no sentido do atingimento de determinados objectivos. O facto de transparecerem da estrutura de uma árvore de decisão as linhas de raciocínio do processo de decisão, torna este método o mais indicado para o tipo de problemas abordados neste estudo.

No que se refere ao procedimento das Redes Neurais, concluiu-se que elas não são apenas uma alternativa às Árvores de Decisão: se forem utilizadas ambas as técnicas em simultâneo, será possível obter resultados com maior rigor e rapidez.

Relativamente à análise factorial, à análise de “*clusters*” e ao modelo de regressão desenvolvido, eles constituem, conjuntamente com os anteriores, importantes instrumentos de apoio à decisão municipal, na medida em que permitem a identificação de factores de diferenciação e de factores de homogeneidade que resultam da interacção entre as características dos imigrantes e territoriais, e que justificam a adopção de políticas específicas para estes grupos populacionais e territórios.

O modelo integrado e interactivo de apoio à gestão municipal, constituído pelo conjunto articulado destes modelos e incluindo o módulo cartográfico pode ser utilizado na interpretação da situação actual da imigração na Área Metropolitana do Porto, permitindo prevêr características de localização residencial e de emprego, e profissionais, com base em cenários tendenciais. Possibilita, também, o ajustamento e a actualização da informação, através da sua incorporação nos modelos, podendo ainda ser testados cenários contrastados através da simulação matemática, recorrendo à respectiva visualização no interface cartográfico.

CAPÍTULO 5. “TABLEAUX DE BORD” E ENQUADRAMENTO DE POLÍTICAS URBANAS

5.1. IDENTIFICAÇÃO DE “GAPS ACTUAIS” E DE “GAPS ESTRATÉGICOS” E ORIENTAÇÃO DOS MODELOS

Com vista à fundamentação de processos de decisão relativos a políticas urbanas, bem como ao seu acompanhamento, procedeu-se à montagem de “*tableaux de bord*” referentes às características profissionais e dos alojamentos. O principal objectivo deste capítulo consiste em estudar, a nível de freguesia e a nível dos diversos grupos populacionais, de que forma se caracterizam profissionalmente os indivíduos, bem como os alojamentos e os edifícios onde eles habitam, e efectuar uma análise de desvios (“*gaps actuais*” ou “*gaps de performance*”) em relação aos valores médios (para a população e para os alojamentos por freguesia dentro de cada concelho), em termos percentuais, bem como a simulação de cenários futuros alternativos (a partir da identificação de “*gaps estratégicos*”).

Estes “*tableaux de bord*” desenvolvidos e implementados, que fazem parte do modelo integrado e interactivo de apoio à gestão municipal para a Área Metropolitana do Porto, permitem atingir os seguintes objectivos:

- Monitorização da evolução das diferentes variáveis demográficas, profissionais, habitacionais e de vizinhança “*per se*” ou conjuntamente (ao nível de freguesia e para os diferentes grupos de imigrantes, de acordo com a naturalidade e/ou por grandes grupos de países de origem).
- Comparação do nível de desempenho de cada uma das variáveis entre os diversos grupos de imigrantes, bem como com os valores homólogos referentes aos portugueses.
- Identificação de “*gaps actuais*” através da comparação de indicadores homólogos.
- Fundamentação da concepção, definição e implementação de políticas urbanas

alternativas de modo a ultrapassar estes desvios actuais de “*performance*”, e a estudar cenários alternativos para o futuro (através do estudo dos “*gaps estratégicos*”), identificando os percursos necessários para os atingir.

O procedimento seguido na operacionalização dos “*tableaux de bord*” consistiu, então, nos seguintes passos:

- Identificação dos indicadores profissionais e habitacionais a considerar na análise.
- Tratamento da informação sistematizada no sistema de informação de gestão urbanística, a nível de freguesia, considerando, por um lado, a população total e, por outro, a população estrangeira.
- Análise comparativa dos valores percentuais obtidos.

Assim, em cada uma das freguesias e para cada categoria de cada variável foi analisada a percentagem a cargo dos estrangeiros comparativamente com o respectivo total (referente a portugueses e a estrangeiros). Foi ainda identificada, para cada variável, a nível de freguesia e para cada grupo populacional (portugueses e imigrantes), a respectiva estrutura percentual entre as suas diferentes categorias (relativamente aos valores totais para toda a população do respectivo concelho).

Deste modo torna-se possível a detecção de desvios em relação à média, permitindo depois verificar mais concretamente se existem efectivamente situações em que não são respeitados os princípios da igualdade de oportunidades e da equidade, e chamando a atenção dos poderes municipais para a necessidade de intervenções concretas no âmbito de decisões de políticas urbanas, no sentido de assegurar essa igualdade de direitos, consignada na nossa legislação.

O modelo integrado e interactivo e o seu interface cartográfico permitem, ainda, a simulação e a visualização de políticas urbanas alternativas. Assim, os modelos de redes neuronais podem ser “manipulados” através de uma actuação sobre os

“pesos” relativos que correspondem a cada uma das ligações estabelecidas para cada um dos “*layers*” do modelo; os modelos de árvores de decisão através da minimização dos custos associados aos erros de classificação (dados pelos seus pesos relativos); e o modelo de regressão através da actuação sobre os parâmetros correspondentes às variáveis cuja influência sobre a escala profissional se pretende reforçar ou reduzir.

Desta forma torna-se possível simular resultados de políticas urbanas alternativas no sentido de, por exemplo, favorecer a localização de determinados grupos populacionais numa dada freguesia ou concelho, orientá-los para a ocupação de certas zonas, com determinados atributos habitacionais e/ou de vizinhanças (por exemplo, correspondentes a objectivos de regeneração urbana), ou no sentido da promoção de iniciativas económicas ou sociais específicas, favorecendo localizações de emprego de acordo com características profissionais de grupos de imigrantes, ou reforçando determinados grupos profissionais de estrangeiros.

Ora este tipo de intervenção sobre o modelo integrado e interactivo poderá ser concretizada, e consoante o objectivo pretendido, por exemplo através da maior penalização/despenalização de localizações habitacionais em zonas que exibem elevados níveis de concentração urbana e despenalizando/penalizando os locais com maior dispersão; penalizando mais as zonas onde não são previsíveis iniciativas de carácter económico ou social; ou se o objectivo fôr a re-alocação a zonas urbanas em recuperação, atribuindo um menor peso à respectiva localização noutros locais (noutras freguesias). Deste modo, partindo do “*output*” pretendido (que pode ser mais facilmente visualizado com a ajuda das respectivas árvores de classificação) para os “*inputs*”, torna-se assim possível identificar qual o número previsível de imigrantes com determinadas características de habilitações académicas ou profissionais que se pretendem orientar para determinados locais de residência e/ou de trabalho, tomando, a nível dos próprios processos de gestão urbana, as iniciativas e implementando as políticas necessárias que favoreçam essas localizações (e/ou que inibam outras). A projecção dos níveis de “*performance*” futuros, supondo a manutenção da(s) estratégia(s) actual(ais) e das condições ambientais correntes toma em consideração

as tendências da envolvente e os recursos (económicos, sociais) regionais, em geral, e municipais, em particular. A avaliação de propostas de políticas urbanas concretas poderá, então, ser feita a partir da comparação do cenário tendencial (Lobo et al., 1990) (isto é, o cenário de referência que corresponde a uma atitude passiva e de não-intervenção), com cenários contrastados (traduzidos na manipulação do modelo integrado e interactivo).

Um “*gap estratégico*” aparece quando a performance esperada de acordo com a estratégia corrente não permite o atingimento dos objectivos estabelecidos para esse período de planeamento. As razões justificativas do seu aparecimento podem residir no facto de que a estratégia correntemente seguida não é a que mais se apropria às mudanças da envolvente, na constatação de que os recursos regionais e municipais se estão a alterar de um modo muito rápido, ou ainda porque a estratégia actualmente seguida não foi implementada da forma mais apropriada.

É, então, necessário confrontar os resultados esperados se se mantiver(em) a(s) estratégia(s) corrente(s), e os resultados alternativos que se poderão obter se se implementarem alterações na estratégia actual ou se se adoptarem novas estratégias (Rue e Holland, 1989, Rebelo, 2001b).

Desta forma, e especificamente para cada freguesia e para cada grupo populacional, torna-se possível comparar os indicadores de performance actuais ou adaptados à realidade corrente (a partir da re-alimentação dos modelos, reajustando-os), com os indicadores de performance se se optar por uma ou mais estratégias urbanas alternativas. São estes valores que permitem ponderar a razoabilidade de novas políticas urbanas para certos grupos populacionais ou para determinados espaços territoriais.

A análise dos “*gaps*” deverá, pois, ser efectuada para cada um dos objectivos e para cada ano correspondente ao período de planeamento. A redução dos “*gaps estratégicos*” a nível regional e/ou municipal pode conseguir-se a partir de uma melhor utilização dos recursos regionais e urbanos (o que permite um aumento da eficiên-

cia), ou pode ser atingida a partir de uma maior efectividade em comparação e/ou em complemento com as estratégias e políticas de outros concelhos (tirando partido de sinergias), reforçando, deste modo, as vantagens competitivas da freguesia, do concelho, ou do conjunto de concelhos em estudo (Rebello, 2001b).

5.2. OPERACIONALIZAÇÃO DOS “TABLEAUX DE BORD”

Uma vez que se pretendia efectuar uma análise comparada de cada uma das características em estudo entre os imigrantes e a população total passando, numa fase posterior, à comparação entre os vários grupos de imigrantes para cada unidade territorial em estudo (freguesia ou concelho), foi utilizada a informação sistematizada e tratada que consta do sistema de informação de gestão urbanística, a nível dos imigrantes e a nível da população total.

A informação foi, então, organizada em quadros, em que se efectuou a discriminação de cada variável entre as suas diversas categorias. Cada uma das categorias, por sua vez, foi estudada em dois subconjuntos de informação: uma relativa à totalidade da população (portuguesa e estrangeira) e outra relativa apenas à totalidade dos estrangeiros, todos eles residentes na Área Metropolitana do Porto, e tratando cada concelho ao nível das freguesias que o constituem.

Para cada variável elaborou-se um segundo quadro, equivalente ao primeiro, mas em que se estudou, para cada concelho e para cada freguesia, a percentagem de imigrantes ou de alojamentos de imigrantes (relativamente à totalidade da população ou à totalidade dos alojamentos) que exibiam uma determinada característica (uma dada categoria da variável em estudo).

Finalmente, efectuou-se o estudo a nível de concelho de forma a determinar qual a percentagem da população total e da população imigrante de cada freguesia que verificava essa mesma característica.

A fase seguinte consistiu em subdividir o grupo total de estrangeiros em grandes gru-

pos de países de origem (tendo-se considerado, conforme já foi indicado, os imigrantes de países da União Europeia, de países africanos de expressão oficial portuguesa, de países de leste, do Brasil, e de outros países estrangeiros), a nível de freguesia dentro de cada concelho, e para cada categoria de cada variável considerada.

Atendendo à extensão do estudo efectuado, no Anexo 23 apresenta-se uma análise dos “*tableaux de bord*” referentes às características habitacionais de cada um dos concelhos da Área Metropolitana do Porto, por freguesia e para cada uma das variáveis em estudo, considerando os alojamentos dos imigrantes e os correspondentes valores do total de alojamentos. Apresentam-se, também, no Anexo 24, os “*tableaux de bord*” referentes às características do trabalho em cada um dos concelhos em estudo, por freguesia e para cada variável.

A sistematização dos indicadores e a respectiva interpretação consistem em:

- O primeiro tipo de quadros indica, para cada categoria de cada variável, para cada concelho, e para cada freguesia dentro desse concelho, qual a percentagem que cabe a imigrantes. A partir da comparação da repartição para cada freguesia das várias categorias de cada variável, de forma comparada com os valores correspondentes ao respectivo concelho, pode concluir-se quais são as freguesias melhor posicionadas em termos das variáveis profissionais ou em termos das características dos seus alojamentos.
- No segundo tipo de tabela efectua-se uma análise para a população total e para a população estrangeira, da repartição de cada categoria de cada variável entre as várias freguesias de cada concelho. Na primeira linha de cada um destes gráficos está indicado o número total de indivíduos ou de alojamentos de cada uma das variáveis estudadas. Comparando os valores obtidos podem identificar-se quais são as freguesias em que cada categoria de cada variável representa um peso mais forte entre os imigrantes do que entre a população total.

Após a análise da distribuição espacial dos imigrantes e das respectivas característi-

cas na Área Metropolitana do Porto, e da elaboração dos “*tableaux de bord*”, a nível de freguesia, o objectivo desta secção consiste em estudar possíveis alternativas na sua localização de forma a poder tirar partido de um processo endógeno de benefício mútuo quer para a Área Metropolitana do Porto (apostando no respectivo desenvolvimento e/ou (re)vitalização) quer para o próprio processo de integração de imigrantes. Desenvolve-se, assim, um conjunto de indicadores a nível de freguesia, que são particularmente úteis em termos de implementação no terreno de medidas concretas de gestão urbanística, e que pode ser usado complementarmente com o modelo integrado e interactivo desenvolvido, e com o respectivo interface cartográfico. Foi o seguinte o procedimento adoptado:

- Identificação, para cada freguesia, da percentagem de estrangeiros (por grandes grupos de países de origem).
- Selecção dos indicadores de concentração urbana (desenvolvidos na construção do modelo integrado e interactivo), por freguesia. Estudo dos valores assumidos, para portugueses e para estrangeiros.

Uma análise pormenorizada da população residente na Área Metropolitana do Porto a nível de freguesia permitiu identificar quais são as freguesias em cada concelho em que é mais elevada a percentagem de imigrantes (dado pelo quociente, para cada freguesia, entre o número total de imigrantes e a população total nela residente), o que revela que estes preferem os centros urbanos mais representativos de cada concelho.

É a seguinte a ordenação das primeiras freguesias (e dos respectivos concelhos) por ordem decrescente da concentração populacional de imigrantes [a ordenação completa consta do Anexo 25]:

CONCELHO	FREGUESIA	% IMIGRANTES POR FREGUESIA
Espinho	Espinho	10.1
Maia	Vermoim	10.0
Maia	Maia	9.8
Póvoa de Varzim	Póvoa de Varzim	9.7
Vila do Conde	Árvore	8.8
Porto	Santo Ildefonso	8.5
Porto	Nevogilde	8.3
Vila Nova de Gaia	Mafamude	8.3
Espinho	Anta	8.2
Maia	Avioso (Santa Maria)	8.2
Porto	Cedofeita	8.1
Espinho	Guetim	8.1
Póvoa de Varzim	A Ver-o-Mar	8.0
Vila Nova de Gaia	Arcozelo	7.9
Vila Nova de Gaia	São Félix da Marinha	7.9
Vila do Conde	Mindelo	7.7
Vila do Conde	Touguinhó	7.3
Porto	Massarelos	7.3
Vila Nova de Gaia	Vila Nova de Gaia (Santa Marinha)	7.0
Maia	Nogueira	6.9
Valongo	Ermesinde	6.9
Porto	Ramalde	6.8
Porto	Paranhos	6.8
Póvoa de Varzim	Argivai	6.7
Porto	Foz do Douro	6.7
Vila Nova de Gaia	Gulpilhares	6.7
Vila do Conde	Vila do Conde	6.6

CONCELHO	FREGUESIA	% IMIGRANTES POR FREGUESIA
Porto	Bonfim	6.6
Maia	Moreira	6.5
Vila Nova de Gaia	Serzedo	6.3
Maia	Gueifães	6.3
Maia	Águas Santas	6.2
Vila Nova de Gaia	Sandim	6.1
Porto	Lordelo do Ouro	6.1
Maia	São Pedro Fins	5.9
Vila Nova de Gaia	Canelas	5.9
Vila Nova de Gaia	São Pedro da Afurada	5.9

Tabela 114. Listagem das primeiras freguesias da Área Metropolitana do Porto, por ordem decrescente da respectiva percentagem de estrangeiros relativamente à população total (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Efectuou-se, seguidamente, uma análise dos indicadores de concentração/dispersão urbana. Assim, as freguesias foram ordenadas por ordem decrescente de cada um dos indicadores considerados, tendo-se sombreado, em cada um dos quadros que lhes correspondem, as freguesias em que a percentagem de imigrantes relativamente à respectiva população total é igual ou superior a 5.9%, (indicadas na tabela 114) [os quadros completos são apresentados no Anexo 25].

No que se refere à população residente, as freguesias onde se localizam mais imigrantes são as seguintes:

CONCELHO	FREGUESIA	TOTAL DE IMIGRANTES	POPULAÇÃO TOTAL	
Vila Nova de Gaia	Mafamude	1693	20433	
Porto	Paranhos	1552	22810	
Valongo	Ermesinde	1351	19688	
Póvoa de Varzim	Póvoa de Varzim	1346	13925	
Gondomar	Rio Tinto	1318	24883	
Porto	Ramalde	1276	18667	
Vila Nova de Gaia	Vila Nova de Gaia (Santa Marinha)	1109	15798	
Porto	Cedofeita	981	12060	

CONCELHO	FREGUESIA	TOTAL DE IMIGRANTES	POPULAÇÃO TOTAL	
Porto	Bonfim	880	13349	
Maia	Águas Santas	867	13962	
Vila do Conde	Vila do Conde	838	12664	
Matosinhos	Senhora da Hora	808	14644	
Maia	Vermoim	799	8021	
Porto	Campanhã	728	17407	
Matosinhos	Matosinhos	707	14008	
Matosinhos	São Mamede de Infesta	695	12094	
Porto	Lordelo do Ouro	652	10652	
Vila Nova de Gaia	Canidelo	639	12789	
Gondomar	Gondomar (São Cosme)	539	13486	
Maia	Maia	538	5465	
Valongo	Valongo	534	10050	
Vila Nova de Gaia	Oliveira do Douro	514	12196	
Vila Nova de Gaia	Arcozelo	506	6415	
Espinho	Espinho	503	4963	
Gondomar	Fânzeres	499	11663	
Vila Nova de Gaia	Vilar de Andorinho	474	8925	
Vila Nova de Gaia	São Félix da Marinha	451	5723	
Matosinhos	Leça da Palmeira	444	8628	
Espinho	Anta	442	5371	
Vila Nova de Gaia	Vilar do Paraíso	404	7217	
Vila Nova de Gaia	Canelas	396	6761	
Matosinhos	Leça do Balio	394	8102	
Porto	Foz do Douro	389	5801	
Matosinhos	Custóias	387	8957	
Maia	Gueifães	380	6056	
Porto	Santo Ildefonso	377	4447	
Póvoa de Varzim	A Ver-o-Mar	377	4702	
Maia	Moreira	365	5635	

Tabela 115. Listagem das primeiras freguesias da Área Metropolitana do Porto, por ordem decrescente da respectiva população estrangeira residente (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Na maior parte dos concelhos, as freguesias mais escolhidas pelos imigrantes são as

mais populosas (Mafamude no concelho de Vila Nova de Gaia, Ermesinde, no concelho de Valongo, Póvoa de Varzim, no concelho do mesmo nome, e Vila do Conde, no respectivo concelho), embora seja importante a consideração de outros indicadores de concentração urbana.

Quanto à densidade populacional, os valores correspondentes às freguesias em que a concentração de imigrantes é mais alta assumem valores muito elevados dentro da respectiva escala decrescente, conforme se pode ver no quadro seguinte:

CONCELHO	FREGUESIA	DENSIDADE POPULACIONAL	
Porto	São Nicolau	17725.7	
Porto	Sé	11169.5	
Porto	Bonfim	9766.9	
Porto	Cedofeita	9156.9	
Porto	Vitória	8282.3	
Porto	Santo Ildefonso	8122.8	
Porto	Foz do Douro	7838.8	
Vila Nova de Gaia	Mafamude	7376.4	
Matosinhos	Senhora da Hora	7051.7	
Porto	Lordelo do Ouro	7030.6	
Porto	Paranhos	6647.2	
Porto	Miragaia	6588.0	
Porto	Ramalde	6415.3	
Póvoa de Varzim	Póvoa de Varzim	5867.8	
Matosinhos	Matosinhos	5865.2	
Espinho	Espinho	5787.8	
Porto	Aldoar	5731.0	
Vila Nova de Gaia	Vila Nova de Gaia (Santa Marinha)	5197.1	
Gondomar	Rio Tinto	5183.4	
Valongo	Ermesinde	5049.0	
Matosinhos	São Mamede de Infesta	4875.1	
Porto	Campanhã	4856.8	

CONCELHO	FREGUESIA	DENSIDADE POPULACIONAL	
Maia	Pedrouços	4558.0	
Porto	Massarelos	4533.0	
Maia	Gueifães	4013.3	
Vila do Conde	Vila do Conde	3828.6	
Gondomar	Valbom	3761.7	
Maia	Vermoim	3460.3	
Vila Nova de Gaia	São Pedro da Afurada	3453.7	
Vila Nova de Gaia	Oliveira do Douro	3102.6	
Maia	Águas Santas	3077.9	

Tabela 116. Listagem das primeiras freguesias da Área Metropolitana do Porto, por ordem decrescente da respectiva densidade populacional (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

São, do mesmo modo, elevados os valores da densidade habitacional das freguesias em que são mais elevadas as percentagens de imigrantes:

CONCELHO	FREGUESIA	DENSIDADE HABITACIONAL	
Porto	São Nicolau	8111.8	
Porto	Sé	5951.2	
Porto	Santo Ildefonso	5401.6	
Porto	Cedofeita	5094.1	
Porto	Vitória	5042.4	
Porto	Bonfim	4994.5	
Porto	Miragaia	4065.1	
Porto	Foz do Douro	3444.9	
Vila Nova de Gaia	Mafamude	3408.0	
Póvoa de Varzim	Póvoa de Varzim	3365.0	
Espinho	Espinho	3261.0	
Porto	Paranhos	3209.8	
Matosinhos	Senhora da Hora	2936.7	
Porto	Lordelo do Ouro	2824.4	
Porto	Ramalde	2774.6	

CONCELHO	FREGUESIA	DENSIDADE HABITACIONAL	
Matosinhos	Matosinhos	2384.0	
Porto	Massarelos	2382.5	
Vila Nova de Gaia	Vila Nova de Gaia (Santa Marinha)	2382.3	
Gondomar	Rio Tinto	2238.3	
Porto	Aldoar	2185.2	
Matosinhos	São Mamede de Infesta	2142.0	
Porto	Campanhã	2033.2	
Maia	Pedrouços	2018.1	
Valongo	Ermesinde	2004.5	
Vila do Conde	Vila do Conde	1751.8	
Vila Nova de Gaia	São Pedro da Afurada	1634.0	
Gondomar	Valbom	1600.8	
Maia	Gueifães	1523.0	
Maia	Vermoim	1397.6	
Maia	Águas Santas	1265.2	

Tabela 117. Listagem das primeiras freguesias da Área Metropolitana do Porto, por ordem decrescente da respectiva densidade habitacional (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

O indicador de continuidade do “*layout*” urbano, dado pela percentagem de edifícios não isolados relativamente ao total de edifícios da freguesia, não explica tão fortemente o padrão de escolhas detectado:

CONCELHO	FREGUESIA	PERCENTAGEM DE EDIFÍCIOS NÃO ISOLADOS RELATIVAMENTE AO TOTAL DE EDIFÍCIOS	
Vila do Conde	Vila Chã	99.7	
Vila do Conde	Mosteiró	99.7	
Porto	São Nicolau	99.0	
Porto	Miragaia	97.6	
Porto	Santo Ildefonso	97.5	
Vila do Conde	Gião	97.5	
Porto	Vitória	96.9	
Espinho	Espinho	96.1	
Porto	Cedófeita	94.7	

CONCELHO	FREGUESIA	PERCENTAGEM DE EDIFÍCIOS NÃO ISOLADOS RELATIVAMENTE AO TOTAL DE EDIFÍCIOS	
Porto	Sé	94.4	
Porto	Bonfim	93.8	
Matosinhos	Senhora da Hora	93.6	
Vila do Conde	Modivas	93.3	
Matosinhos	Matosinhos	93.2	
Porto	Campanhã	93.0	
Matosinhos	Perafita	92.7	
Maia	Pedrouços	92.0	
Porto	Foz do Douro	91.8	
Vila do Conde	Vila do Conde	91.7	
Gondomar	Covelo	91.5	
Gondomar	Rio Tinto	90.9	
Matosinhos	Leça da Palmeira	90.3	
Porto	Paranhos	90.2	
Póvoa de Varzim	Póvoa de Varzim	90.2	
Porto	Ramalde	89.5	
Vila do Conde	Fajozes	89.0	
Matosinhos	Santa Cruz do Bispo	88.6	
Matosinhos	São Mamede de Infesta	88.5	
Porto	Massarelos	87.8	
Vila Nova de Gaia	Vila Nova de Gaia (Santa Marinha)	87.6	
Vila Nova de Gaia	São Pedro da Afurada	87.5	
Gondomar	Valbom	86.8	
Valongo	Ermesinde	86.4	
Porto	Lordelo do Ouro	86.4	
Gondomar	Baguim do Monte (Rio Tinto)	86.2	
Vila do Conde	Retorta	86.2	
Matosinhos	Guifões	86.0	
Maia	Gueifães	85.9	
Vila Nova de Gaia	Mafamude	84.5	

Tabela 118. Listagem das primeiras freguesias da Área Metropolitana do Porto, por ordem decrescente da respectiva percentagem de edifícios não isolados relativamente ao total de edifícios (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

No que se refere à medida de concentração urbana, dada pela relação entre o número total de edifícios e a área urbanizada ou urbanizável da respectiva freguesia

(expressa em número de edifícios por Km²), as freguesias mais representativas da população residente estrangeira apresentam a seguinte distribuição:

CONCELHO	FREGUESIA	Nº TOTAL DE EDIFÍCIOS/ÁREA URBANIZADA OU URBANIZÁVEL EM Km ²	
Porto	Sé	3253.5	
Porto	São Nicolau	2323.5	
Porto	Santo Ildefonso	2205.6	
Porto	Vitória	2021.2	
Porto	Bonfim	2013.0	
Porto	Cedofeita	1876.0	
Porto	Miragaia	1479.1	
Gondomar	Rio Tinto	1370.0	
Porto	Foz do Douro	1368.6	
Póvoa de Varzim	Póvoa de Varzim	1338.1	
Espinho	Espinho	1294.4	
Matosinhos	São Mamede de Infesta	1201.0	
Maia	Pedrouços	1160.9	
Porto	Paranhos	1091.1	
Vila Nova de Gaia	Mafamude	1079.8	
Matosinhos	Guiões	1053.7	
Matosinhos	Senhora da Hora	1026.2	
Porto	Campanhã	1009.6	
Valongo	Ermesinde	970.4	
Maia	Gueifães	964.6	
Vila do Conde	Vila do Conde	946.6	
Gondomar	Valbom	942.5	
Vila Nova de Gaia	Vila Nova de Gaia (Santa Marinha)	924.2	
Matosinhos	Matosinhos	906.7	
Porto	Aldoar	882.4	
Porto	Ramalde	839.7	
Porto	Lordelo do Ouro	817.1	

CONCELHO	FREGUESIA	Nº TOTAL DE EDIFÍCIOS/ÁREA URBANIZADA OU URBANIZÁVEL EM Km ²	
Matosinhos	Custóias	814.1	
Porto	Massarelos	721.6	
Vila Nova de Gaia	Madalena	692.1	
Vila Nova de Gaia	Oliveira do Douro	681.5	
Maia	Águas Santas	649.0	
Vila Nova de Gaia	São Pedro da Afurada	639.0	
Gondomar	Baguim do Monte (Rio Tinto)	635.4	
Gondomar	Gondomar (São Cosme)	616.1	
Vila Nova de Gaia	Gulpilhares	598.6	
Gondomar	Fânzeres	597.4	
Vila Nova de Gaia	Vilar do Paraíso	567.1	
Vila Nova de Gaia	Canidelo	565.0	
Maia	Vermoim	562.6	

Tabela 119. Listagem das primeiras freguesias da Área Metropolitana do Porto, por ordem decrescente da respectiva relação entre o número total de edifícios e a área urbanizada ou urbanizável (expressa em Km²) (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

No que se refere ao indicador de agrupamento, dado pela relação entre o número total de pavimentos e a área urbanizada e urbanizável da respectiva freguesia (expressa em número de pavimentos/Km²), os valores apurados por ordem decrescente conduzem à seguinte listagem de freguesias:

CONCELHO	FREGUESIA	Nº TOTAL DE PAVIMENTOS/ÁREA URBANIZADA OU URBANIZÁVEL EM Km ²	
Porto	São Nicolau	10211.8	
Porto	Sé	7181.4	
Porto	Vitória	7063.6	
Porto	Santo Ildefonso	6152.4	
Porto	Bonfim	4846.1	
Porto	Cedofeita	4674.2	
Porto	Miragaia	4197.7	

CONCELHO	FREGUESIA	Nº TOTAL DE PAVIMENTOS/ÁREA URBANIZADA OU URBANIZÁVEL EM Km ²	
Póvoa de Varzim	Póvoa de Varzim	3383.8	
Espinho	Espinho	3136.2	
Porto	Foz do Douro	2968.6	
Vila Nova de Gaia	Mafamude	2713.0	
Gondomar	Rio Tinto	2707.2	
Porto	Paranhos	2542.2	
Matosinhos	Senhora da Hora	2430.8	
Matosinhos	São Mamede de Infesta	2335.9	
Porto	Aldoar	2301.6	
Porto	Lordelo do Ouro	2158.5	
Valongo	Ermesinde	2070.1	
Maia	Pedrouços	2054.8	
Vila do Conde	Vila do Conde	2029.3	
Maia	Gueifães	1996.7	
Porto	Ramalde	1985.0	
Porto	Campanhã	1976.8	
Porto	Massarelos	1969.6	
Gondomar	Valbom	1901.4	
Matosinhos	Matosinhos	1863.4	
Vila Nova de Gaia	Vila Nova de Gaia (Santa Marinha)	1836.7	
Matosinhos	Guifões	1646.3	
Matosinhos	Custóias	1533.9	
Gondomar	Gondomar (São Cosme)	1447.8	
Maia	Vermoim	1351.8	
Maia	Águas Santas	1326.4	

Tabela 120. Listagem das primeiras freguesias da Área Metropolitana do Porto, por ordem decrescente da respectiva relação entre o número total de pavimentos e a área urbanizada ou urbanizável (expressa em Km²) (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Finalmente, e no que se refere aos usos mistos, cujo indicador é dado pela relação entre os

edifícios principalmente não residenciais e os edifícios principalmente residenciais (expresso em percentagem), a respectiva listagem por ordem decrescente conduz aos resultados patentes na seguinte tabela:

CONCELHO	FREGUESIA	Nº DE EDIFÍCIOS PRINCIPALMENTE NÃO RESIDENCIAIS/Nº DE EDIFÍCIOS PRINCIPALMENTE RESIDENCIAIS	
Porto	Vitória	15.8	
Gondomar	Covelo	5.4	
Porto	São Nicolau	4.8	
Porto	Santo Ildefonso	4.1	
Vila do Conde	Canidelo	3.3	
Maia	Gondim	2.4	
Porto	Massarelos	2.2	
Porto	Cedofeita	2.0	
Vila Nova de Gaia	Lever	1.9	
Valongo	Campo	1.9	
Vila Nova de Gaia	Crestuma	1.8	
Vila do Conde	Azurara	1.5	
Porto	Sé	1.5	
Vila do Conde	Fajozes	1.4	
Porto	Miragaia	1.4	
Vila do Conde	Vila do Conde	1.2	
Valongo	Valongo	1.1	
Porto	Ramalde	1.1	
Porto	Bonfim	1.1	
Póvoa de Varzim	Póvoa de Varzim	1.1	
Gondomar	Foz do Sousa	1.1	
Valongo	Sobrado	1.0	
Espinho	Espinho	0.9	
Vila do Conde	Vairão	0.9	
Póvoa de Varzim	A Ver-o-Mar	0.9	
Maia	Moreira	0.8	
Vila Nova de Gaia	Olival	0.8	

Porto	Paranhos	0.8	
Vila Nova de Gaia	Ávintes	0.7	
Póvoa de Varzim	Aguçadoura	0.7	
Vila do Conde	Bagunte	0.7	
Vila Nova de Gaia	Mafamude	0.7	
Porto	Campanhã	0.7	
Vila do Conde	Vilar	0.7	
Vila Nova de Gaia	Pedroso	0.7	
Porto	Lordelo do Ouro	0.6	
Póvoa de Varzim	Navais	0.6	
Vila Nova de Gaia	Seixezelo	0.6	
Valongo	Alfena	0.6	
Póvoa de Varzim	Argivai	0.6	
Póvoa de Varzim	Balazar	0.6	
Vila Nova de Gaia	Sandim	0.6	
Maia	Gemunde	0.5	
Matosinhos	Matosinhos	0.5	
Vila do Conde	Ferreiró	0.5	
Gondomar	São Pedro da Cova	0.5	
Porto	Nevogilde	0.5	
Vila Nova de Gaia	Madalena	0.5	
Matosinhos	Custóias	0.5	
Vila Nova de Gaia	Perozinho	0.5	
Maia	Pedrouços	0.5	
Vila Nova de Gaia	São Félix da Marinha	0.5	
Maia	São Pedro Fins	0.5	
Vila Nova de Gaia	Arcozelo	0.4	
Vila Nova de Gaia	Vila Nova de Gaia (Santa Marinha)	0.4	
Maia	Vermoim	0.4	

Tabela 121. Listagem das primeiras freguesias da Área Metropolitana do Porto, por ordem decrescente da respectiva relação entre o número de edifícios principalmente não residenciais e o número de edifícios principalmente residenciais (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

A análise efectuada mostra claramente que a concentração urbana está bem patente na distribuição espacial dos alojamentos dos imigrantes, uma vez que para cada um dos indicadores de concentração urbana seleccionados, ordenados por ordem decrescente, se constata que as freguesias em estudo (em que a concentração de imigrantes é igual ou superior a 5.9% relativamente à respectiva população total) se localizam nos primeiros 30% de cada um dos quadros.

O estudo da distribuição dos imigrantes por freguesia, por seu turno, conduz a resultados distintos no que se refere ao peso relativo de cada um dos respectivos grupos populacionais [Anexo 26]. Assim, as freguesias preferidas pelos imigrantes de países de União Europeia são aquelas que, do total, se destacam pelos seus elevados padrões de qualidade de vida (predominantemente dos concelhos da Póvoa de Varzim, de Vila do Conde e do Porto, associadas também a uma maior dispersão urbana:

CONCELHO	FREGUESIA	% IMIGRANTES POR FREGUESIA	UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS PAÍSES ESTRANGEIROS (%)	TOTAL (%)
Vila do Conde	Touguinhó	7.3	51.9	3.9	7.7	34.6	1.9	100.0
Vila do Conde	Árvore	8.8	37.9	7.6	7.1	31.8	15.6	100.0
Póvoa de Varzim	Argivai	6.7	36.4	6.5	0.0	49.3	7.8	100.0
Porto	Foz do Douro	6.7	32.4	11.6	2.6	38.3	15.1	100.0
Vila do Conde	Mindelo	7.7	30.0	13.9	2.3	40.0	13.8	100.0
Porto	Nevogilde	8.3	29.5	14.8	1.4	43.8	10.5	100.0
Vila Nova de Gaia	Sandim	6.1	27.6	1.1	0.0	24.5	46.8	100.0
Porto	Massarelos	7.3	27.1	14.6	2.5	42.3	13.5	100.0
Vila do Conde	Vila do Conde	6.6	27.0	9.8	0.2	54.4	8.6	100.0

CONCELHO	FREGUESIA	% IMIGRANTES POR FREGUESIA	UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS PAÍSES ESTRANGEIROS (%)	TOTAL (%)
Póvoa de Varzim	A Ver-o-Mar	8.0	26.0	11.7	0.3	41.1	220.9	100.0

Tabela 122. Distribuição percentual dos grupos populacionais estrangeiros nas freguesias em que é mais elevada a percentagem de imigrantes de países da União Europeia (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Relativamente aos imigrantes brasileiros, é de destacar que eles se localizam, essencialmente, nos “*central business districts*” dos maiores centros urbanos da Área Metropolitana do Porto:

CONCELHO	FREGUESIA	% IMIGRANTES POR FREGUESIA	UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS PAÍSES ESTRANGEIROS (%)	TOTAL (%)
Vila Nova de Gaia	Mafamude	8.3	11.6	21.8	1.9	53.8	10.9	100.0
Porto	Santo Ildefonso	8.5	11.9	17.3	1.6	50.9	18.3	100.0
Vila Nova de Gaia	São Pedro da Afurada	5.9	11.3	16.5	2.1	62.9	7.2	100.0
Maia	Maia	9.8	14.3	16.2	0.4	52.0	17.1	100.0
Vila Nova de Gaia	Vila Nova de Gaia (Santa Marinha)	7.0	13.9	16.1	2.2	59.8	8.0	100.0
Porto	Bonfim	6.6	15.0	15.0	2.6	56.6	10.8	100.0
Porto	Cedofeita	8.1	15.1	14.8	1.4	59.9	8.8	100.0
Porto	Nevogilde	8.3	29.5	14.8	1.4	43.8	10.5	100.0
Porto	Massarelos	7.3	27.0	14.6	2.5	42.4	13.5	100.0
Vila do Conde	Mindelo	7.7	30.0	13.9	2.3	40.0	13.8	100.0

CONCELHO	FREGUESIA	% IMIGRANTES POR FREGUESIA	UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS PAÍSES ESTRANGEIROS (%)	TOTAL (%)
Porto	Ramalde	6.8	15.2	13.2	0.5	63.5	7.7	100.0
Maia	Avioso (Santa Maria)	8.2	16.9	13.0	0.0	39.6	30.5	100.0

Tabela 123. Distribuição percentual dos grupos populacionais estrangeiros nas freguesias em que é mais elevada a percentagem de imigrantes do Brasil (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

As freguesias preferidas pelos imigrantes dos países de leste localizam-se fora do concelho do Porto, e em zonas mais periféricas dos respectivos concelhos:

CONCELHO	FREGUESIA	% IMIGRANTES POR FREGUESIA	UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS PAÍSES ESTRANGEIROS (%)	TOTAL (%)
Maia	São Pedro Fins	5.9	10.5	1.8	28.1	19.3	40.4	100.0
Vila Nova de Gaia	Serzedo	6.3	19.6	3.6	10.4	30.8	35.6	100.0
Vila do Conde	Touguinhó	7.3	51.9	3.8	7.7	34.6	1.9	100.0
Vila do Conde	Árvore	8.8	37.9	7.6	7.1	31.8	15.7	100.0

Tabela 124. Distribuição percentual dos grupos populacionais estrangeiros nas freguesias em que é mais elevada a percentagem de imigrantes de países de leste (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Os alojamentos dos imigrantes africanos de expressão oficial portuguesa localizam-se nas freguesias mais populosas da Área Metropolitana do Porto:

CONCELHO	FREGUESIA	% IMIGRANTES POR FREGUESIA	UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS PAÍSES ESTRANGEIROS (%)	TOTAL (%)
Porto	Ramalde	6.8	15.2	13.2	0.5	63.5	7.7	100.0
Porto	Paranhos	6.8	15.1	11.4	1.4	63.4	8.7	100.0
Vila Nova de Gaia	São Pedro da Afurada	5.9	11.3	16.5	2.1	62.9	7.2	100.0
Valongo	Ermesinde	6.9	17.2	7.0	0.8	61.7	13.3	100.0
Porto	Cedofeita	8.1	15.1	14.8	1.4	59.9	8.8	100.0
Vila Nova de Gaia	Vila Nova de Gaia (Santa Marinha)	7.0	13.9	16.1	2.2	59.8	8.0	100.0
Maia	Águas Santas	6.2	19.5	8.5	0.7	59.2	12.1	100.0
Póvoa de Varzim	Póvoa de Varzim	9.7	16.7	12.2	0.3	57.7	13.2	100.0
Porto	Bonfim	6.6	15.0	15.0	2.6	56.6	10.8	100.0
Maia	Vermoim	10.0	13.4	9.3	1.5	55.4	20.4	100.0
Vila do Conde	Vila do Conde	6.6	27.0	9.8	0.2	54.4	8.6	100.0
Porto	Lordelo do Ouro	6.1	23.0	11.3	1.2	54.3	10.1	100.0
Vila Nova de Gaia	Mafamude	8.3	11.6	21.9	1.9	53.8	10.9	100.0
Maia	Maia	9.8	14.3	16.2	0.4	52.0	17.1	100.0
Porto	Santo Ildefonso	8.5	11.9	17.2	1.6	50.9	18.3	100.0
Maia	Moreira	6.5	23.6	9.6	1.9	50.4	14.5	100.0
Póvoa de Varzim	Argivai	6.7	36.4	6.5	0.0	49.4	7.8	100.0
Maia	Gueifães	6.3	15.5	9.5	0.5	48.7	25.8	100.0
Maia	Vila Nova da Telha	6.2	24.9	9.6	0.0	47.5	18.1	100.0
Espinho	Espinho	10.1	9.7	11.1	1.0	47.1	31.0	100.0
Vila Nova de Gaia	Gulpilhares	6.7	22.1	10.5	2.0	46.7	18.7	100.0
Espinho	Anta	8.2	12.7	5.0	3.4	45.2	33.7	100.0

Tabela 125. Distribuição percentual dos grupos populacionais estrangeiros nas freguesias em que é mais elevada a percentagem de imigrantes de países africanos de língua oficial portuguesa (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

Quanto aos imigrantes provenientes de outros países estrangeiros, localizam-se predominantemente, fora do concelho do Porto, em freguesias que exibem uma maior dispersão urbana:

CONCELHO	FREGUESIA	% IMIGRANTES POR FREGUESIA	UNIÃO EUROPEIA (%)	BRASIL (%)	PAÍSES DE LESTE (%)	PALOPS (%)	OUTROS PAÍSES ESTRANGEIROS (%)	TOTAL (%)
Espinho	Guetim	8.1	16.4	1.6	0.0	23.0	59.0	100.0
Vila Nova de Gaia	Sandim	6.1	27.7	1.1	0.0	24.5	46.8	100.0
Maia	São Pedro Fins	5.9	10.5	1.8	28.1	19.3	40.4	100.0
Vila Nova de Gaia	São Félix da Marinha	7.9	15.3	6.9	2.0	36.1	39.7	100.0
Vila Nova de Gaia	Arcozelo	7.9	16.2	4.7	1.2	41.5	36.4	100.0
Vila Nova de Gaia	Serzedo	6.3	19.6	3.6	10.4	30.8	35.6	100.0
Espinho	Anta	8.2	12.7	5.0	3.4	45.2	33.7	100.0
Maia	Nogueira	6.9	17.7	4.9	4.3	39.6	33.5	100.0
Espinho	Espinho	10.1	9.7	11.1	1.0	47.1	31.0	100.0
Maia	Avioso (Santa Maria)	8.2	16.9	13.0	0.0	39.6	30.5	100.0

Tabela 126. Distribuição percentual dos grupos populacionais estrangeiros nas freguesias em que é mais elevada a percentagem de imigrantes de outros países estrangeiros (Fonte: Instituto Nacional de Estatística)

5.3. AS POLÍTICAS URBANAS NA ÁREA METROPOLITANA DO PORTO E A INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES

A visão fundamental do conjunto de políticas urbanas definidas e/ou a definir para a Área Metropolitana do Porto deve assentar na sua consideração como um espaço atractivo para residir, investir, trabalhar e passear, reforçando as suas características intrínsecas, a sua identidade e melhorando a imagem que dela é projectada no exterior. Deverá constituir-se como um conjunto de espaços de investimento, de habitação, de trabalho e de turismo que permitam o reforço das vivências sociais e económicas, e que potencie e desenvolva elevados padrões de qualidade de vida a todos os seus cidadãos (Breda-Vázquez et al. et al., 2004). Neste sentido, o conjunto de políticas urbanas deverá ser estabelecido e implementado de forma a incentivar a participação económica, social, política, cultural e religiosa dos imigrantes e das minorias étnicas, o que se concretiza, nomeadamente, através das seguintes linhas de intervenção estratégica (Breda-Vázquez et al., 2004):

- Participação activa na sociedade através da garantia do acesso a equipamentos, recursos, serviços e oportunidades.
- Acesso à informação, aos meios de comunicação e às tecnologias de informação e comunicação.
- Reforço das identidades locais, dos valores históricos e patrimoniais, reforçando vivências e funções, e enriquecendo-as com a participação de novos cidadãos e agentes.
- Promoção de actividades sustentadas e integradas, que preservem e fomentem o ambiente urbano nas suas diversas facetas.
- Acesso à aprendizagem, à educação e à formação contínua como processo de desenvolvimento perene dos cidadãos e das organizações, e como meio de proporcionar e valorizar novas oportunidades sociais, económicas, políticas, culturais e religiosas.

O modelo integrado e interactivo de gestão municipal proposto neste estudo visa apoiar estes e outros vectores de intervenção estratégica que se venham a definir para a Área Metropolitana do Porto, orientados especialmente para a integração de imigrantes, mas igualmente aplicáveis a toda a população em geral.

CAPÍTULO 6. CONCLUSÕES

6.1. CONCLUSÕES DO ESTUDO

O desenvolvimento deste estudo permitiu tirar as seguintes conclusões:

- Os processos de Planeamento aos seus diversos níveis (nacional, regional, metropolitano e urbano), bem como a sua articulação entre si e com os mecanismos de livre funcionamento do mercado imobiliário e das redes de acolhimento e orientação dos imigrantes (que reproduzem padrões de escolha) têm orientado para a Área Metropolitana do Porto uma imigração que se caracteriza por bons níveis educacionais e profissionais (que potenciam o atingimento pelos imigrantes, em termos médios, de elevados estatutos profissionais e sociais).
- Estes mesmos processos de Planeamento normativos e indicativos, os mecanismos de mercado (imobiliário e de trabalho) e as redes de acolhimento de imigrantes têm tido tendência para orientar os imigrantes para os centros populacionais mais importantes de cada concelho permitindo-lhes, deste modo, tirar melhor partido das condições de concentração urbana e de sinergias que resultam do mais fácil acesso às infraestruturas, equipamentos e oportunidades económicas e sociais.
- Os princípios de ordenamento do território e de urbanismo estabelecidos na lei têm-se aplicado de forma indiscriminada a toda a população da Área Metropolitana do Porto. Também os planos de carácter sectorial têm evidenciado na sua aplicação respeito por todos os cidadãos, independentemente do seu país de origem, sendo importante referir o seu papel na promoção da igualdade no tratamento de todos os cidadãos e na garantia de igual acesso às oportunidades.
- No entanto, nem todos os Planos Directores Municipais dos concelhos constituintes da Área Metropolitana do Porto, conjuntamente com o respectivo funcionamento do mercado imobiliário e do mercado de trabalho, e com as redes de orientação de imigrantes, têm tido igual eficácia no sentido da atracção de população estrangeira.

- É importante referir que, quer por parte dos planos de natureza territorial, quer sectorial, a fase correspondente à auscultação e participação pública parece não conseguir suscitar e repercutir-se suficientemente entre os estrangeiros, pelo que é um dos aspectos que importa melhorar no futuro.
- O modelo do multiculturalismo, intrínseco à herança cultural portuguesa, tem permitido uma fácil e rápida integração dos imigrantes na nossa realidade, não apenas dos provenientes dos países de língua portuguesa como também dos que vieram de outros países. Não existe, em termos médios, discriminação no acesso aos locais de residência e de trabalho, embora seja notória a tendência dos imigrantes optarem por localizações residenciais mais concentradas territorialmente (a nível de determinadas freguesias) do que o que acontece com os portugueses. Isto mesmo se pode constatar no estudo classificatório da estratificação geográfica, económica e social (profissional e habitacional) de acordo com o país de origem aqui desenvolvido.
- Os elevados níveis de escolarização, a forte representatividade no sector terciário da economia, bem como a pertença a grupos profissionais de elevado estatuto da maioria dos estrangeiros residentes na Área Metropolitana do Porto, e o facto da respectiva repartição por situação profissional ser muito semelhante à dos portugueses, revela a boa integração dos estrangeiros em termos socio-económicos, profissionais e territoriais nesta Área Metropolitana, em situação de igualdade de oportunidades relativamente aos portugueses.
- Através das bases de dados, modelos e “tableaux de bord” concebidos e desenvolvidos torna-se possível não só a identificação de situações gerais de desigualdade no acesso às oportunidades de diferentes grupos populacionais, como ainda a constatação de diferenças regionais (a nível da própria Área Metropolitana) que importa superar, possibilitando ainda a identificação de situações que merecem uma atenção mais focalizada e mais concreta. É o caso do grupo populacional dos imigrantes de países de leste, que estão em clara desvantagem relativamente aos outros (a sua situação é muito desfavorável quer no mercado de trabalho quer no que se refere às condições habitacionais) e, que, por isso mesmo, requer um

maior acompanhamento por parte dos poderes públicos municipais. O facto dos movimentos migratórios de países de leste serem recentes explicam (pelo menos parcialmente) que foi menor para estes imigrantes o prazo para se activarem os mecanismos de integração social.

- Os elevados padrões de habilitações e de conforto a que grande parte dos imigrantes mais recentes estão habituados têm-nos orientado não só para empregos com estatuto mais elevado como ainda lhes têm favorecido o acesso a alojamentos mais recentes e com níveis mais altos de qualidade. No entanto, e no que se refere às condições de acesso à habitação, atendendo às características dos imigrantes e aos prazos previsíveis da sua permanência em Portugal, os esquemas de aquisição de casa própria e de arrendamento têm-se revelado, em termos médios, mais desfavoráveis para os imigrantes do que para os portugueses. Torna-se, assim, importante uma adaptação das medidas legislativas e políticas aos seus diversos níveis no sentido de aliviar as mais elevadas taxas de esforço que são exigidas a estes indivíduos.
- As necessidades básicas estão praticamente satisfeitas em todo o espaço territorial estudado, à excepção de algumas situações pontuais em que é necessário intervir, mas independentemente dos alojamentos serem de portugueses ou de estrangeiros (por exemplo a nível de existência de electricidade, acesso a rede de água canalizada, instalações sanitárias, e instalações de banho ou duche).
- O estudo desenvolvido permite, ainda, chamar claramente a atenção para as condições de vida de muitos portugueses que, num quadro de planeamento e de gestão urbanística, terão de ser melhoradas também no sentido de assegurar o acesso a situações de igualdade e de boa qualidade de vida a todos os cidadãos.
- A utilização, a nível estratégico, do modelo integrado e interactivo proposto permite a simulação de políticas urbanas concretas, e o estudo da sua viabilização, através da aplicação dos modelos e sua orientação para os fins visados por essas políticas, recorrendo ao suporte cartográfico na respectiva visualização espacial.

6.2. PESQUISAS E ACÇÕES FUTURAS

Procurou-se, através da identificação, organização e estruturação da informação, e através da sua análise sistematizada, contribuir, de forma estratégica, para a detecção de tendências a nível profissional e habitacional, e para melhorar os processos de Planeamento e de Gestão urbanísticos numa questão tão relevante como é a integração de Imigrantes e de Minorias Étnicas.

Assim, na fase que se segue a este estudo e a nível mais operacional, será importante efectuar a análise pormenorizada dos Planos Directores Municipais, Planos de Urbanização e Planos de Pormenor, bem como dos Planos intermunicipais e sectoriais aplicáveis à Área Metropolitana do Porto. Seria também interessante estender a análise efectuada e este estudo mais pormenorizado a todo o território nacional, nomeadamente à Área Metropolitana de Lisboa.

De seguida, será necessário implementar processos de mais próximo acompanhamento de situações concretas, quer a nível territorial quer sectorial, no sentido de assegurar de um modo global a implementação a nível metropolitano, municipal e sectorial das medidas de acção política mais adequadas à promoção da igualdade de oportunidades e ao atingimento de elevados níveis de qualidade de vida de todos os cidadãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Adair, A.; Berry, J.; McGreal, S. (1997), "Comparative analysis of market performance in European cities", *Journal of Property Valuation and Investment*, vol. 15, nº 4, pp. 323-335

Adams, J. (1994), "Political mobilisation and social-change: the Dutch case in comparative perspective – Kriesi, H", *American Journal of Sociology*, vol. 100, nº 2, pp. 539-611

Alba, R.; Logan, J. R. (1992), "Analysing Locational Attainments", *Sociological Research and Methods*, vol. 20, nº 3, pp. 367-397.

Allardt, E. (1981), "Experiences from the Comparative Scandinavian Study, with a Bibliography of the Project", *European Journal of Political Research*, vol. 9: pp. 101-111.

Allen, J.; Pryke, M. (1994), "The production of service space", *Environment and Planning D: Society and Space*, 1994, vol. 12, nº 4, pp. 453-475

Altonji, J. G., Card, D. (1991), "The effects of immigration on the labor market outcomes of natives", in Freeman, R. B., Abowed, J.M. (Eds.), *Immigration, Trade, and the Labor Market*, Chicago: University of Chicago Press.

Alves, R. (2002), "Os sistemas de informação geográfica", in "Compêndio de Economia Regional", Silva Costa, J. (Ed.), Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, pp. 815-848

Amaral, D. F. (1993), "Direito de Urbanismo", sumários

Ascher, F. (1995), "Le logement en questions (l 'habitat dans les années quatrevingt-dix: continuités et ruptures), Éditions de l 'Aube: La Tour d 'Aigues

Aydalot, P. (1985), "Économie régionale et urbaine", Paris: Económica

Ball, M. (1985), "The urban rent question", *Environment and Planning A*, vol. 17, nº4, pp. 503-525

Banai, R. (1998), "The new urbanism: an assessment of the core commercial areas, with perspectives from (retail) location and land-use theories, and the conventional wisdom", *Environment and Planning B: Planning and Design*, vol. 25, nº 2, pp. 169-185

Barlow, J. (1993), "Controlling the housing land market: some examples from Europe", *Urban Studies*, vol. 30, nº 7, pp. 1129-1149

Barlow, J.; Duncan, S. (1992), "Markets, states and housing provision: four European growth regions compared", *Progress in Planning*, vol. 38, part II, pp. 93-177

Barlow, J.; King, A. (1992), "The state, the market, and competitive strategy: the housebuilding industry in the United-Kingdom, France, and Sweden", *Environment and Planning A*, vol. 24, nº 3, pp. 381-400

Bean, F. D.; Lowell, B. L.; Taylor, L. J. (1988), "Undocumented Mexican immigrants and the earnings of other workers in the United States", *Demography*, vol. 25, no 1, pp. 35-52.

Bennett, R.; Graham, D. (1998), "Explaining Size Differentiation of Business Service Centres", *Urban Studies*, vol. 35, nº 9, pp. 1457-1480

Borjas, G. J. (1994), "The economics of immigration", *Journal of Economic literature*, vol. 32, nº4

Borjas, G. J.; Freeman, R. B.; Katz, L. F. (1996), "Searching for the effect of immigration on the labor market", *American Economic Review*. 86, nº 2.

Bourdieu, P. (1985), "The social space and the genesis of groups", *Theory and Society*, vol. 14, nº 6, pp. 723-744

Breda-Vázquez, I.; Conceição, P.; Marques, T.; Mória, P.; Sá, F.(2004), "Estudo Estratégico para o Enquadramento de Intervenções de Reabilitação Urbana da Baixa do Porto", Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Porto

Breda-Vázquez, I.; Conceição, P.; Branco-Teixeira, M. (1997) "A qualificação urbanística da Área Metropolitana do Porto", Relatório Final, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto – Secção de Planeamento do Território e Ambiente

Briggs, X. S. (1998), "Brown Kids in White Suburbs: Housing Mobility and the Many Faces of Social Capital", *Housing Policy Debate*, vol. 9, nº 1, pp. 177-221.

Brudland Report (1987), World Commission on Environment and Development.

Burchell, R. W.; Shad, N.; Listokin, D.; Ohillips, H.; Doens, A.; Siskin, S.; Davis, J.; Moore, T.; Helton, D.; Gall, M. (1998), "ECONorthwest. Costs of Sprawl – Revisited", Washington, DC: Nacional Academy Press

Burt, R. S. (1983) "Range", in "Applied Network Analysis: A Methodological Introduction", Ronald S. Burt and Michael J. Minor (Eds.), 176-94. Beverly Hills, CA: Sage

Cameron, S. (2000), "Ethnic Minority Housing Needs and Diversity in an Area of Low Housing Demand", *Environment and Planning A*, vol. 32, nº 8, pp. 1427-1444.

Campbell, K. E.; Marsden, P. V.; Hurlbert, J. S. (1986), "Social Resources and Socioeconomic Status", *Social Networks*, vol. 8, nº 1, pp. 97-117

Card, D. (1990), "The impact of the Mariel boatlift on the Miami labor-market", *Industrial & Labor Relations Review*, vol. 43, nº 2, pp- 245-257.

- Cardoso, A. (1983), "State intervention in housing in Portugal 1960-1980", PhD Thesis, University of Reading
- Cardoso, A. (1996), "Do Desenvolvimento do Planeamento ao Planeamento do Desenvolvimento", Departamento de Engenharia Civil da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Edições Afrontamento
- Cardoso, A.; Short, J. (1983), "Forms of housing production: initial formulations", *Environment and Planning A*, vol. 15, nº 7, pp. 917-928
- Coakley, J. (1994), "The integration of property and financial markets", *Environment and Planning A*, vol. 26, nº 5, pp. 697-713
- Coleman, J. (1988), "Social capital in the creation of human capital", *American Journal of Sociology*, vol. 94 (supplement), pp. S95-S120
- Conceição, P. (2004), "Modelos de Produção e Gestão de Habitação Social: Estratégias locais de habitação e sistemas de bem-estar social num contexto de mudança", Tese de Doutoramento, Porto: Faculdade de Engenharia
- Cooper, J.; Ryley, T.; Smyth A. (2001), "Energy trade-offs and market responses in transport and residential land-use patterns: promoting sustainable development policy", *Urban Studies*, vol. 38, nº 9
- Corade, N. (1994), "La metropolisation ou la ville retrouvée?", *Révue d' Economie Regionale et Urbaine*, Vol. 2
- Correia, P., (1993), "Políticas de solos no planeamento municipal", Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian
- Coughlin, C.; Segev, E. (2000), "Location determinants of new foreign-owned manufacturing plants", *Journal of Regional Science*, vol. 40, nº 2, pp. 323-351
- DeFilippis, J. (2001), "The myth of social capital in community development", *Housing Policy Debate*, vol. 12, no 4, pp. 781-806
- Demuth, H.; Beale, M. (2000), "Neural Network Toolbox User's Guide", The Math Works, Inc., Natick, MA, 4th edition
- Di Benedetto, M. (1995) "Les mosaïstes du Frioul", in Gourdon et al., *Ville. Espace et Vallées*
- Doling, J. (1999), "De-commodification and welfare: evaluating housing systems", *Housing, Theory and Society*, vol. 16, pp. 156-164
- Dubin, R. (1998), "Predicting house prices using multiple listings data", *Journal of Real Estate Finance and Economics*, vol. 17, nº 1, pp. 35-59

- Dudewicz, E. J.; Michra, S. N. (1998), "Modern Mathematical Statistics", John Wiley & Sons, Inc.
- Ellen, I. G.; Turner, M. A. (1997), "Does Neighborhood Matter? Accessing Recent Evidence", *Housing Policy Debate*, vol. 8, n° 4, pp- 833-866.
- Ellen, I.; Schill, M.; Susin, S; Schwartz, A. (2001), "Building homes, reviving neighborhoods: spillovers from subsidized construction of owner-occupied housing in New York City", *Journal of Housing Research*, vol. 12, n° 2, pp. 185-216
- Ellis, G. (2001), "The Difference Context Makes: Planning and Ethnic Minorities in Northern Ireland", *European Planning Studies*, vol. 9, n° 3, pp. 339-358.
- Esping-Andersen, G. (1995), "Il welfare state senza il lavoro. L'ascesa del familismo nelle politiche sociali dell'Europa continentali", in *Stato e Mercato*, vol. 45, pp. 347-380.
- European Union (1999), "Evaluating Quality of Life in European Regions and Cities", CdR – Studies E –3/99, Brussels, European Communities
- Feser, E.; Bergman, E. (2000), "National industry cluster templates: A framework for applied regional cluster analysis", *Regional Studies*, vol. 34, n° 1, pp. 1-19
- Fieldhouse, E. A. (1999), "Ethnic Minority Unemployment and Spatial Mismatch: The case of London", *Urban Studies*, vol. 36, n° 9, pp. 1569-1596.
- Figueiredo, A. M. (2002), "As políticas e o planeamento do desenvolvimento regional", in "Compêndio de Economia Regional", Silva Costa, J. (Ed.), Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Regional, pp. 477-513
- Fingleton, B. (2001), "Equilibrium and economic growth: Spatial econometric models and simulations", *Journal of Regional Science*, vol. 41, n° 1, pp. 117-147
- First International Conference on Urban Regeneration and Sustainability Conference, Rio de Janeiro, 2000
- Fogarty, M. S.; Garofalo, G. A. (1988), "Urban spatial structure and productivity growth in the manufacturing sector of cities, *Journal of Urban Economics*, vol. 23, n° 1, pp. 60-70
- Galster, G. (1987), "Homeowners and neighborhood reinvestment", Durham, NC: Duke University Press
- Galster, G. (1990), "Racial steering by real estate agents: mechanisms and motives", *Review of Black Political Economy*, vol. 19, pp. 39-63
- Galster, G.; Hanson, R.; Ratcliffe, M.; Wolman, H.; Coleman, S.; Freihage, J. (2001), "Wrestling sprawl to the ground: defining and measuring an elusive concept", *Housing Policy Debate*, vol. 12, n° 4, 2001, pp.681-717

- Galster, G.; Killen, S. (1995) "The Geography of Metropolitan Opportunity: A Reconnaissance and Conceptual Framework", *Housing Policy Debate*, vol. 6, n° 1, pp.7-43
- Gambino, R. (1993), "Dal recupero alla qualificazione urbana: nuove politiche, strumenti e strategie operativa", in Gianmarco, C., Isola, A. *Disegnare la periferia*, La Nuova Italia Scientifica, Roma
- Gans, H (1961), "The Balanced Community: Homogeneity or Heterogeneity in Residential Areas?", *Journal of the American Institute of Planners*, vol. 26, pp. 3-6.
- Garbaye, R. (2002), "Ethnic minority participation in British and French cities: A Historical-Institutionalist Perspective", *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 26, n° 3, pp. 555-570.
- Garofalo, G.; Malhotra, D. (1995), "Effect of environmental regulations on state-level manufacturing capital information", *Journal of Regional Science*, vol. 35, n° 2, pp. 201-216
- Giddens, A. (1994), "Beyond left and right: the future of radical politics", Polity Press: Cambridge
- Goering, J.; Haghighi, A.; Stebbins, H.; Siewert, M. (1995), "Progress Report to Congress: Promoting Housing Choice in HUD's Rental Assistance Programs", Washington, DC: U.S. Department of Housing and Urban Development, Office of Policy Development and Research.
- Gough, J (1982), "Human Needs and Social Welfare", in *The Quality of Life and Communication in Metropolitan Services*, International Meeting, Veneza
- Gould; I.; Turner, M. A. (1997) "Does Neighborhood Matter? Accessing Recent Evidence", *Housing Policy Debate*, vol. 8, n° 4, pp. 833-866
- Granovetter, M. S. (1983) "The Strength of Weak Ties: A Network Theory Revisited", in Peter V. Marsden and Nan Lin (Eds.) "Social Structure and Network Analysis", pp. 105-30. Beverly Hills, CA: Sage
- Guerra, I. (1994), "As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas", *Sociedade e Território*, vol. 20. Porto, Edições Afrontamento
- Guiduci, R. (1993), "Periferia tra degrado e riqualificazione", Franco Angeli, Milano
- Guy, S.; Henneberry, J. (2000), "Understanding urban development processes: integrating the economic and the social in property research", *Urban Studies*, vol. 37, n° 13, pp. 2399-2416
- Haila, A. (1988), "Land as a financial asset: the theory of urban rent as a mirror of economic transformation", *Antipode*, vol. 20, pp. 79-102
- Haila, A. (1991), "Four Types of investment in land and property", *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 15, pp. 343-65
- Hall, R. (2000), "Accessibility, trade and locational behaviour", *Journal of Regional Science*, vol. 40, n° 1, pp. 183-186

- Harvey, D. (1985), "The urbanization of capital. Studies in the history and theory of capitalist urbanization", Johns Hopkins University Press, Baltimore, M.D.
- Harvey, D. (1992), "Social justice and the city", *Progress in Human Geography*, vol. 16, nº 1, pp. 73-74
- Hastings, A. (1999), "Analysing Power Relations in Partnerships: Is there a Role for Discourse Analysis?" *Urban Studies*, vol. 36, nº 1, pp. 91-106
- Healey, P. (1997), "Collaborative Planning: shaping places in fragmented societies", London: McMillan Press.
- Henneberry, J. (1999), "Convergence and Difference in Regional Office Development Cycles", *Urban Studies*, vol. 36, nº 9, pp. 1439-1465
- Hodgkinson, A.; Nyland, C.; Pomfret, S. (2001), "The determination of location in New South Wales", *Regional Studies*, vol. 35, nº 1, pp. 39-55
- Hull, A.; Vigar, G. (1998) "The changing role of the development plan in managing spatial change", *Environment and Planning C- Government and Policy*, vol. 16, nº 4, pp. 379-394
- Hush, D.; Horne, B. (1993), "Progress in supervised neural networks", *IEEE Signal Processing Magazine*, pp. 8-39
- Innocenti, R. (1994), "La requalificazione delle aree metropolitane", Franco Angeli, Milano
- Instituto Nacional de Estatística (1991), "XIII Recenseamento Geral da População III Recenseamento Geral da Habitação", Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Instituto Nacional de Estatística (2000), "Inquérito ao emprego – NUTS III da Região Norte", 4ª trimestre de 2000 (informação solicitada ao INE)
- Instituto Nacional de Estatística (2001), "XIV Recenseamento Geral da População IV Recenseamento Geral da Habitação", Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Johnson, M (2001), "Decision support for family relocation decisions", *Journal of Housing Research*, Vol. 12, nº 2, pp. 277-306
- Jones, C. (1995), "An economic basis for the analysis and prediction of local office property markets", *Journal of Property Valuation and Investment*, vol. 13, nº 2, pp. 16-30
- Kemeny, J. (1995), "From public housing to the social market: rental policy strategies in comparative perspective", Routledge: London
- Kemeny, J. (1998), "Narrativas, sagas and social policy: state and market in housing research", communication to ENHR 98 Conference "Housing Futures: Renewal, Sustainability and Innovation", Cardiff

Kleit, R. G. (2001), "The Role of Neighborhood Social Networks in Scattered-Site Public Housing Residents' Search for Jobs", *Housing Policy Debate*, vol. 12, nº 3, pp. 541-573.

Kooiman, J. (1993), *Modern Governance*, London: SAGE Publications.

Kratke, S. (1992), "Urban land rent and real estate markets in the process of social restructuring: the case of Germany", *Environment & Planning D: Society and Space* vol. 10, nº 3, 245-62

LaLonde, R. J.; Topel, R. H. (1991), "Labor market adjustments to increased immigration", in Freeman, R. B. & Abowd, J. M. (Eds.), *Immigration, Trade and the Labor Market*, Chicago: University of Chicago Press.

Larner, W. (1998), "Hitching a ride on the tiger's back: globalisation and spatial imaginaries in New Zealand", *Environment and Planning D – Society & Space*, vol. 16, no 5, pp. 599-614.

Lefebvre, Henri (1974), "La production de l'espace", Paris: Éditions Anthropos

Legislação:

- Lei no 10/2003, de 13 de Maio
- Decreto-Lei no 310/2003, de 10 de Dezembro
- Declaração de Rectificação no 13-T/2001
- Decreto-Lei no 177/2001, de 4 de Junho
- Resolução do conselho de ministros no 26/2000, de 15/5/2000
- Decreto-Lei no 53/2000, de 7 de Abril
- Decreto-Lei no 555/99, de 16 de Dezembro
- Decreto-Lei no 380/99, de 22 de Setembro
- Lei no 168/99 de 18 de Setembro
- Lei no 110/99, de 3 de Agosto
- Lei no 48/98, de 11 de Agosto

Leichenko, R. M.; Coulson, N. E.; Listokin, D. (2001), "Historic preservation and residential property values: an analysis of Texas cities", *Urban Studies*, vol. 38, nº 11, pp. 1973-1987

Li, W. (1998), "Anatomy of a New Ethnic Settlement: the Chinese Ethnoburb in Los Angeles", *Urban Studies*, vol. 35, nº 3, pp. 479-501.

Listokin, D.; Listokin, B.; Lahr, M. (1998), "The contributions of historic preservation to housing and economic development", *Housing Policy Debate*, vol. 9, nº 3, pp- 431-478

Lobo, M. L.; Correia, P.; Pardal, S.; Lobo, M., (1990), "Normas urbanísticas - volume I - princípios e conceitos fundamentais", Lisboa: Direção Geral do Ordenamento do Território – Universidade Técnica de Lisboa

London, B.; Palen, J. (1994), "Introduction to some theoretical and practical issues regarding inner city revitalisation", in Palen, J., London, B., *Gentrification, displacement and neighbourhood revitalisation*, State University of New York Press, Albany

Lopes, A. S. (1979), "Desenvolvimento: Desenvolvimento Regional", Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

Lynch, Kevin (1990), "City Sense and City Design", The MIT Press, Cambridge, EUA

MacLennan, D.; More, A. (1997), "The future of social housing: key economic questions", Housing Studies, vol. 12, pp. 531-547

Marotel, G. (1995), "Savoir-faire, matière, mobilité: territoires circulatoires internationaux de professionnels italiens du bâtiment, les marbriers de Carrare", in Gourdon et al., Ville, Espaces et Valeurs

Marques, J. S., (1999), "Reconhecimento de Padrões: métodos estatísticos e neuronais", Ensino da Ciência e da Tecnologia, IST Press

Marsden, P. V.; Campbel, K. E. (1984), "Measuring Tie Strength", Social Forces vol 63, nº 2, pp- 482-501

Massey, D. (1990), "American Apartheid: Segregation and the Making of the Underclass", American Journal of Sociology, vol. 96, nº 2, pp. 329-357

Massey, D.; Denton, N. (1993), "American Apartheid: Segregation and the Making of the Underclass", Cambridge, MA: Harvard University Press

Maurer, B.; Walz, U. (2000), "Regional competition for mobile oligopolistic firms: Does public provision of local inputs lead to agglomeration?", Journal of Regional Science, vol. 40, nº 2, pp. 353-375

Ministério do Planeamento e da Administração do Território (1991), "A Política de Ordenamento do Território – Novos Desafios para um Melhor Desenvolvimento", Lisboa

Moody, J.; Darken, C. (1989), "Fast learning in networks of locally-tuned processing units", Neural Computation 1

Myers, D. (1999), Demographic Dynamism and Metropolitan Change: Comparing Los Angeles, New York, Chicago, and Washington, DC" Housing Policy Debate, vol. 10, nº 4, pp. 919-954.

Negri, T. (1995), "Temporalités brèves ou longues dans la détermination de réseaux productifs", in Gourdon et al, Ville, Espace et Valeurs

Oliveira, L. Valente de (2001), "A governância como preocupação permanente de um processo contínuo de aprendizagem colectiva", Ciclo de Conferências sobre Planeamento, Território e Ambiente, Secção de Planeamento do Território e Ambiente, Departamento de Engenharia Civil, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto.

Ondrich, J.; Ross, S; Yinger, J. (2001), "Geography of housing discrimination", Journal of Housing Research, vol. 12, nº 2, pp. 217-238

- Ondrich, J.; Stricker, A.; Yinger, J. (1998), "Do real estate agents choose to discriminate? Evidence from the 1989 housing discrimination study", *Southern Economic Journal*, vol. 64, pp. 880-901
- Page, M. (1995), "Racial and ethnic discrimination in urban housing markets: evidence from a recent audit study", *Journal of Urban Economics*, vol. 2, pp. 183-206
- Peach, C. (1998), "South Asian and Caribbean Ethnic Minority Housing Choice in Britain", *Urban Studies*, vol. 35, nº 10, pp. 1657-1680.
- Pecoud, A. (2002), "Weltoffenheit schafft Jobs': Turkish Entrepreneurship and Multiculturalism in Berlin", *International Journal of Urban and Regional Research*, vol. 26, nº 3, pp. 494-507.
- Pimenta, M.; Ferreira, L.; Ferreira, J. (2001), "Estudo socioeconómico da habitação social Porto", *Câmara Municipal do Porto, Pelouro da Habitação e Acção Social*
- Pinto, A. Vaz (2004), "Identidades e Culturas: que diversidade para o futuro?" *Conversas na Biblioteca, Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (2004)*
- Pires, C. P. (1998), "A note on Environmental sustainability and cost-benefit analysis", *Environment and Planning A*, vol. 30, nº 11
- Pires, C. P. (1998), "Sustainability and cost-benefit analysis", *Environment and Planning A*, vol. 30, nº 12
- Plummer, P.; Taylor, M. (2001a), "Theories of local economic growth (part 1): concepts, models, and measurement", *Environment and Planning A*, vol. 33, nº 2, pp. 219-236
- Plummer, P.; Taylor, M. (2001b), "Theories of local economic growth (part 2): model specification and empirical validation", *Environment and Planning A*, vol. 33, nº 3, pp. 385-398
- Poggio, T.; Girosi, F. (1990), "Regularization algorithms for learning that are equivalent to multilayer networks", *Science*, pp. 978-982
- Putman, R. (1993b), "The prosperous community: social capital and public life", *American Prospect*, spring, 35-42
- Putman, R. (1995), "Bowling alone: America's declining social capital", *Journal of Democracy*, vol. 6, pp. 95-78
- Putman, R. (1996), "The strange disappearance of civic America", *American Prospect*, winter, 34-48
- Putman, R. (1998), "Foreward", *Housing Policy Debate*, vol. 9, nº 1, pp. v-viii
- Putman, R. (2000), "Bowling alone: the collapse and revival of American community", *New York: Simon and Schuster*.

Putman, Robert (1993a), "Making democracy work: civic traditions in modern Italy", Princeton, NJ: Princeton University Press.

Qadeer, M. (1997), "Pluralistic Planning for Multicultural Cities", *Journal of the American Planning Association*, vol. 63, nº4, pp. 481-494.

Rebello, E. (2001a), "Local funding in area-based urban policy", *EURA Conference Area-based Initiatives in Contemporary Urban Policy – Innovations in City Governance*; Danish Building and Urban Research Association, Copenhagen (Dinamarca), 17-19 Maio

Rebello, E. (2001b), "Urban strategic gaps measurement through geographic information systems", *Eighth European Real Estate Society Conference*, Alicante (Espanha), 26-29 Junho

Rebello, E. M. (2004) "The Cyberspace Impacts on Urban Policies", *The Seventh Sharjah Urban Planning Symposium*, April 4-6, 2004 – Sharjah, United Arab Emirates

Rebello, Emília (2003), "Mercado Imobiliário e Transformações Urbanas", *Tese de Doutoramento*, Porto: Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Reimers, C. W. (1998), "Unskilled immigration and changes in the wage distribution of Black, Mexican American, and non-Hispanic white male dropouts", in Hamermesh, D. S. & Bean, F. D. (Eds.), "Help or Hindrance? The Economic Implications of Immigration for African-Americans", New York: Russel Sage Foundation

Ripley, B. D. (1996), "Pattern Recognition and Neural Networks", *Press Syndicate of the University of Cambridge*, Cambridge, United Kingdom

Roper, S. (2001), "Innovation, networks and plant location: Some evidence for Ireland", *Regional Studies*, vol. 35, nº 3, pp. 215-228

Rosa, M. J. (2004), "Contributos dos Imigrantes na Demografia Portuguesa", Lisboa: Alto-Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME)

Rosebaum, E.; Friedman, S.; Schill, M. H.; Buddelmeyer, H. (1999), "Nativity Differences in Neighborhood Quality among New York City Households", *Housing Policy Debate*, vol. 10, nº 3, pp. 625-658.

Rosebaum, J. E. (1991), "Black Pioneers – Do They Moves to the Suburbs Increase Economic Opportunity for Mothers and Children?", *Housing Policy Debate*, vol. 2, nº 4, pp. 1179-1213.

Roychoudhury, C.; Goodman, A. (1996), "Evidence of racial discrimination in different dimensions of owner-occupied housing search", *Real Estate Economics*, vol. 24, nº 2, pp. 161-178

Rue, L.; Holland, P. (1989), "Stategic Management - concepts and experiences", New York: McGraw-Hill International Editions, Management series

Rueda, S. (1994), "El ecosistema urbano y los mecanismos reguladores de las variables autoregenerativas", *Ciudad y Territorio*, vol. II, nº 100-101, pp. 251-264

Santos, L. D.; Martins, I. (2002), "A Qualidade de Vida Urbana – O Caso da Cidade do Porto", Working Papers da FEP, Investigação – Trabalhos em Curso – Nº 116, Maio 2002

Scott, A. J. (1980), *The urban land nexus and the state*, London: Pion Ltd.

Slaughter, H. B. (1997), "Integrating economic development and historic preservation in Pittsburg, Pennsylvania", *Historic Preservation Forum*, Vol. 11

Solesbury, W. (1974), "Policy in urban planning", Oxford: Pergamon Press Ltd

Stoll; M. A.; Melendez, E.; Valenzuela, A. (2002), "Spatial Job Search and Job Competition among Immigrant and Native Groups in Los Angeles", *Regional Studies*, vol. 36, nº 2, pp. 97-112.

Sunley, P. (1999), "Space for stakeholding? Stakeholder capitalism and economic geography", *Environment and Planning A*, vol. 31, nº 12, pp. 2189-2205

Talia, M. (1990), "La metropolis e il piano", Gangemi Editore, Roma, 1990.

Tan, L.; Hsu, S. (2001), "The location invariance theorem in Weberian space under uncertainty", *Journal of Regional Science*, vol. 41, nº 1, pp. 97-116

Telles, G. (2001), "A cidade e a paisagem global do século XXI, A Qualidade de Vida Urbana: Perspectivas e Práticas de Intervenção", Câmara Municipal do Porto - Pelouro da Qualidade de Vida Urbana, Porto

Tellier, L.; Pinsonnault, M. (1998), "Further understanding spatial inertia: A reply to Plastria and Rosing", *Journal of Regional Science*, vol. 38, nº 3, pp. 513-532

Thrall, G. (1991), "Production theory of land rent", *Environment and Planning A*, vol.23, no 7, pp. 955-967

Vázquez, I. Algumas Reflexões àcerca da Qualificação Urbana, Actas da V Conferência Nacional sobre a Qualidade do Ambiente, Aveiro, 1996.

Vázquez, I; Conceição, P.; Batista, L.; Branco-Teixeira, M. (2000) "Contributos para a Definição de Intervenções de Regeneração Urbana", Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, Secção de Planeamento do Território e Ambiente.

Venuti, G. (1990), "La terza generazione dell'urbanistica", Franco Angeli, Milano

Wallner, H. P.; Narodoslawsky, M.; Moser, F. (1996), "Islands of sustainability: a bottom-up approach towards sustainable development", *Environment and Planning A*, vol. 28, nº 10

Wang, V. (1996) "Mixed use: the answer to the successful urban environment?", *Built Environment*, vol 22, n°4, pp. 312-315

Wellman, B.; Potter, S. (1999), "The Elements of Personal Communities", in *Networks in the Global Village*, ed. Barry Wellman. Boulder, CO: Westview

Wellman, Barry, (1988), "Structural Analysis: From Method and Metaphor to Theory and Substance", in Barry Wellman and S. D. Berkowitz (Eds.), *Social Structures: A Network Approach*, England: Cambridge University Press

Westhead, P.; Wright, M. (1999), "Contributions of novice, portfolio and serial founders located in rural and urban areas", *Regional Studies*, vol. 33, n° 2, pp. 157-173

Wilson, W. J. (1986), "The Truly Disadvantaged", Chicago: University of Chicago Press

Wilson, W. J. (1996), "When Work Disappears: The World of the New Urban Poor", New York: Knopf

Wojno, C. T. (1991), "Historic preservation and economic development", *Journal of Planning Literature*, Vol. 5

Wyly, E. K.; Cooke, T. J.; Hammel, D. J.; Holloway, S. R.; Hudson, M. (2001) "Low-to Moderate-Income Lending in Context: Progress Report on the Neighborhood Impacts of Homeownership Policy", *Housing Policy Debate*, vol. 12, n° 1, pp. 87-127.

Yinger, J. (1986), "Measuring discrimination with fair housing audits: caught in the Act", *American Economic Review*, vol. 76, pp. 881-893

Yinger, J. (1991), "Acts of discrimination: evidence from the 1989 housing discrimination study", *Journal of Housing Economics*, pp. 318-346

Yinger, J. (1995), "Closed doors, opportunities lost: the continuing costs of housing discrimination", New York: Russel Sage Foundation

Zukin, S. (1988), "Loft living: culture and capital", *Urban Change*, London: Radius

Zukin, S. (1998), "Urban lifestyles: Diversity and standardisation in spaces of consumption", *Urban Studies*, vol. 35, n° 5-6, pp. 825-839

www.acime.gov.pt



acime

Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas

